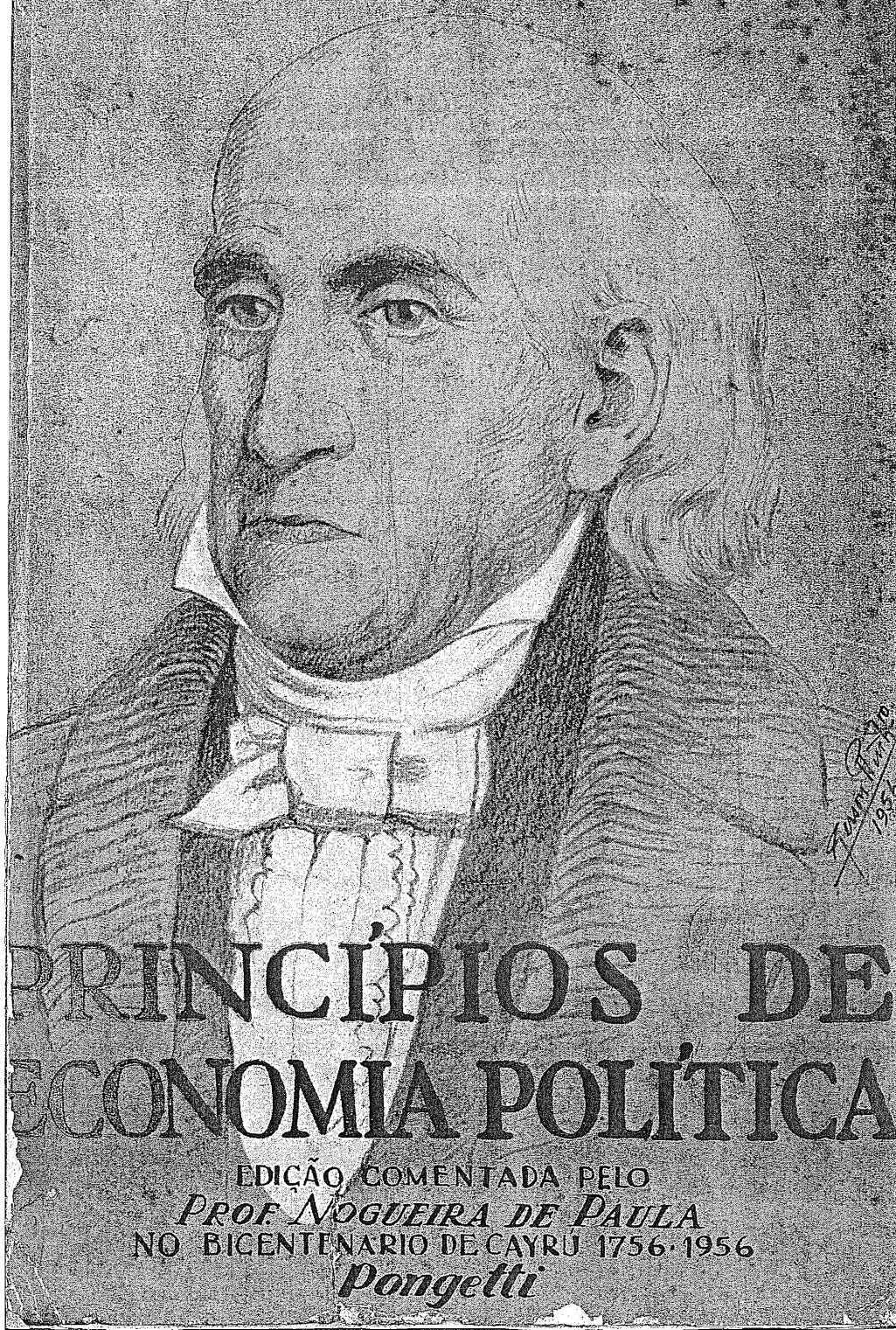


JOSE DA SILVA LISBOA
VISCONDE DE CAYRÚ



PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

EDIÇÃO COMENTADA PELO
PROF. NOGUEIRA DE PAULA
NO BICENTENÁRIO DE CAYRÚ 1756-1956

Pongetti

ALGUMAS OPINIÕES SOBRE A OBRA ECONÔMICA E JURÍDICA DE SILVA LISBOA

"Se as gerações brasileiras se habituaram a chamar José Bonifácio de Patriarca da nossa Independência Política, é mister que a posteridade se habitue a chamar Cairu de Patriarca da nossa Independência Moral e Intelectual."

Alceu Amoroso Lima

Catedrático da Universidade
do Brasil

"José da Silva Lisboa — o homem-lealdade, o homem-energia, o homem-intransigência, o homem-ponderação, foi, entre nós, o iniciador dos estudos econômicos, como conhecedor e divulgador das idéias de Adam Smith. Sua exposição clara, profunda, sincera, segura, convincente, vale bem o renome que alcançou como o primeiro economista brasileiro."

Augusto Alexandre Machado

Catedrático da Universidade
da Bahia

"Sendo homem muito lido e conhecendo familiarmente as línguas hebraica, grega, latina, francesa, inglesa, italiana e espanhola, acompanhava todo o movimento político, científico e literário da Europa e da América do Norte; não perdia a leitura das gazetas inglesas do seu tempo e transcrevia delas aquilo que julgava adequado às circunstâncias do País, fazendo-lhe as considerações que lhe sugeriam."

Moses Bensabat Amzalak

Catedrático da Universidade
de Lisboa

"A extensão de conhecimentos do jurista bahiano sugere D. João, que o transfere, em sua companhia, para o Rio, e lhe dá a lecionar, especialmente instalada, a cadeira de Economia Política.

Começa para Cairu sua carreira política. E' o destino — maravilhoso destino — dos espíritos privilegiados."

Aloysio de Carvalho Filho

Catedrático da Universidade
da Bahia

"Se, como ficou evidenciado, esse insigne expoente da inteligência brasileira de outrora influu sobre outra inteligência não menos ilustre e brilhante como a de David Ricardo, quem, com sinceridade, boa fé e imparcialidade, poderia negar o extraordinário valor intelectual de Cairu, sua notável erudição e sua profunda cultura econômica?"

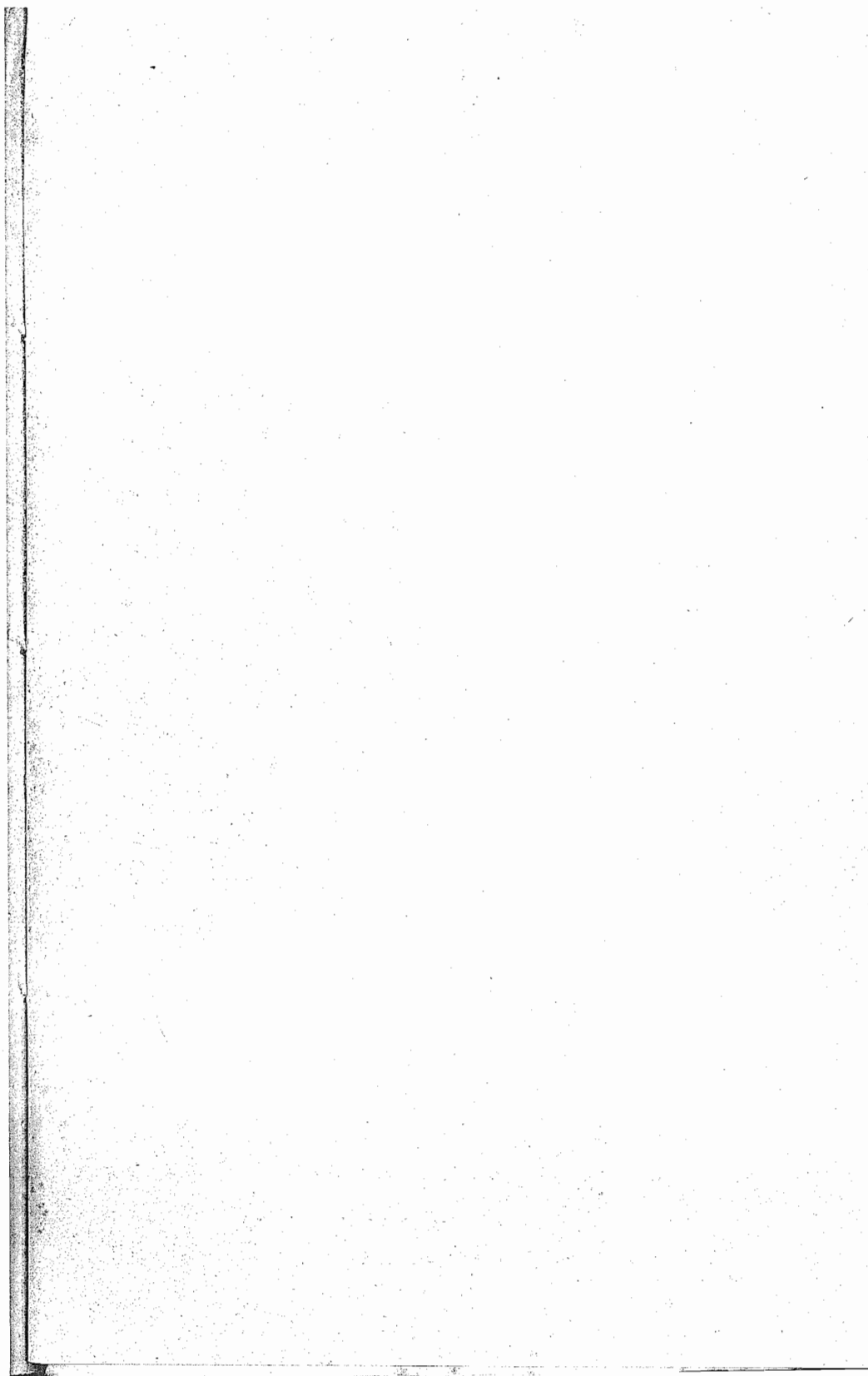
L. Nogueira de Paula

Catedrático da Universidade
do Brasil

7000

PRINCÍPIOS DE
ECONOMIA POLÍTICA

O Autor das Notas e Comentários receberá, com
prazer, quaisquer sugestões ou observações que possam
contribuir para o aperfeiçoamento de edições posteriores.





JOSÉ DA SILVA LISBOA

VISCONDE DE CAIRU

(1756 — 1835)

“Cairu cumpriu a missão do economista passando do plano da meditação científica para o terreno da ação política e administrativa.

Contribuiu eficazmente para precipitar a independência do Brasil e concorreu para assegurá-la nos primeiros anos de sua vida como Nação soberana.” (1)

(1) L. Nogueira de Paula — *Síntese da Evolução do Pensamento Econômico no Brasil* — Rio de Janeiro, 1942. 1 vol. in-8.º de 198 págs. — pág. 19.

Luiz José Rodrigues da Rocha

JOSE' DA SILVA LISBOA
VISCONDE DE CAYRÚ

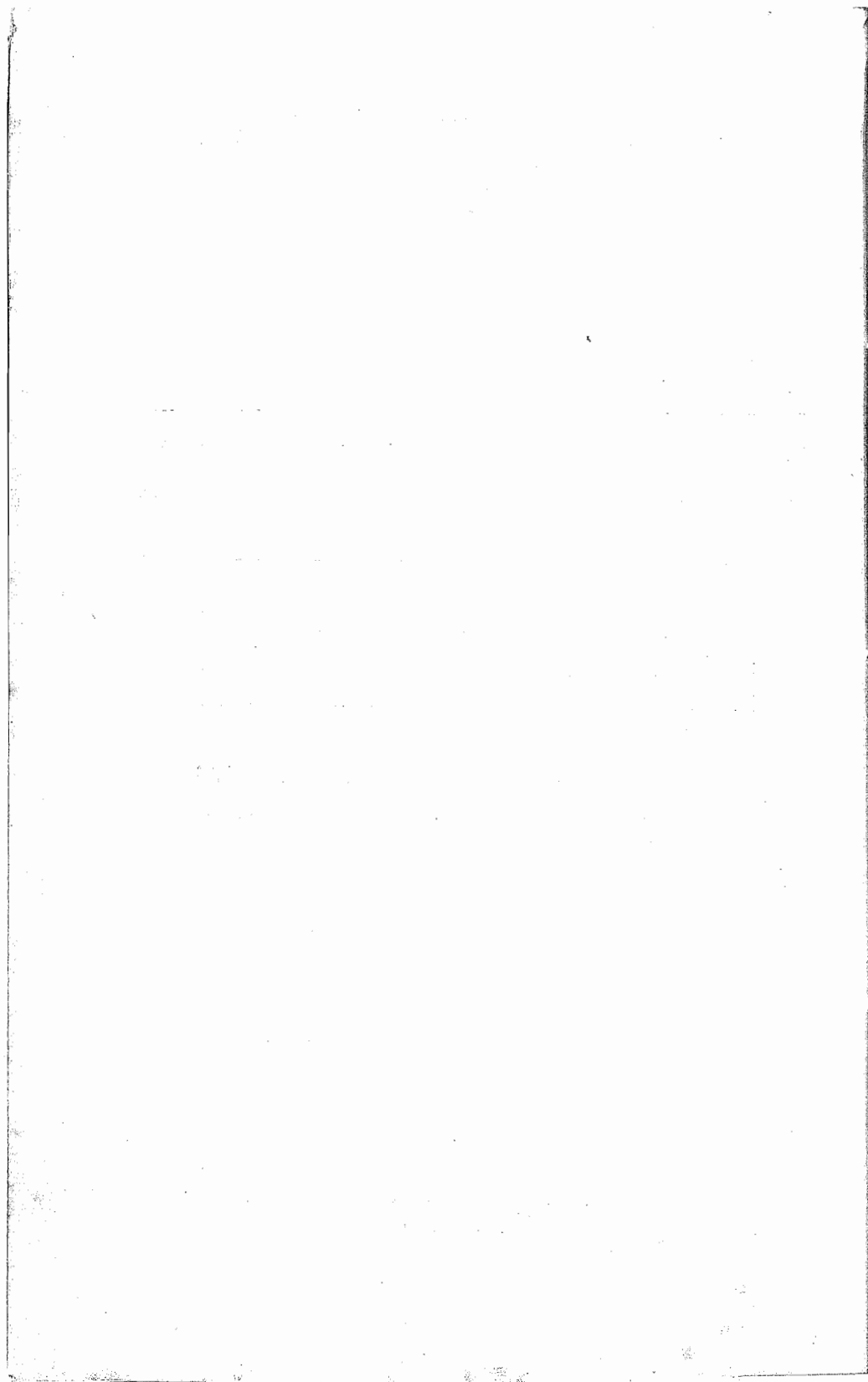
PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

COM UMA INTRODUÇÃO HISTÓRICA DO
PROF. ALCEU AMOROSO LIMA
Catedrático da Universidade do Brasil

EDIÇÃO COMENTADA E ANOTADA PELO
PROF. NOGUEIRA DE PAULA
Catedrático da Universidade do Brasil

*Em Comemoração ao Bicentenário do
Nascimento de Cayrú
1756 — 1956*

Pongetti



ÍNDICE SINTÉTICO

Obras do mesmo Autor .. .	7
Nota dos Editores .. .	11
Época, vida e obra de Cairu .. .	15
Introdução .. .	45

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

Facsímile do frontispício da edição original	61
Prólogo	63

PARTE GERAL

CAPÍTULO I

Importância da Economia Política	71
--	----

CAPÍTULO II

Princípios Gerais de Economia Política 107

CAPÍTULO III

Sistemas de Economía	137
------------------------------	-----

CAPÍTULO IV

Sistema Econômico dos Economistas Franceses	145
---	-----

CAPÍTULO V

Sistema Econômico de Adam Smith	159
---	-----

CAPÍTULO VI

Diferença entre a Teoria dos Economistas Franceses e a Teoria de Adam Smith	177
---	-----

PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO VII

Elogio de Adam Smith por Dugald Stewart 201

Elogios de Adam Smith por Germain Garnier e Frederico
Gentz 211

Críticas contra Adam Smith 215

Comparação entre Jacques Stewart e Adam Smith	225
--	-----

Observações sobre a Critica de um Inglês Moderno contra
Adam Smith 233

Observações Apologéticas acerca da Crítica que o Autor das
Memórias Políticas faz contra Adam Smith 239

Exacção Filosófica e Ortodoxia Política das Doutrinas de Adam Smith	291
---	-----

Vocabulário de termos usados pelo Autor	307
Tradução das citações em francês, castelhano, inglês e latim ..	315

Bíblicos, gregos e latinos	329
Filósofos, historiadores e juristas	331
Economistas e precursores	332

índice alfabético dos nomes geográficos, mitológicos e perso- nativos	337
índice alfabético dos autores citados	341
índice alfabético das matérias	345
índice analítico das matérias	353

OBRAS DO MESMO AUTOR

I — HISTÓRIA

- 1 — *Extractos das Obras de Edmundo Burke Traduzidos do Inglês* — Rio de Janeiro, 1812.
- 2 — *Memória da Vida Pública de Lord Wellington* — Rio de Janeiro, 1815.
- 3 — *Memória dos Benefícios Políticos de El-Rei Nosso Senhor D. João VI* — Rio de Janeiro, 1818.
- 4 — *Memória da Vida e Virtudes da Arquiduquesa de Áustria D.^a Maria Ana* — Rio de Janeiro, 1821.
- 5 — *Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* — Rio de Janeiro, 1823.
- 6 — *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* — Rio de Janeiro, 1830.

II — EDUCAÇÃO

- 1 — *Constituição Moral e Deveres do Cidadão* — Rio de Janeiro, 1824-1825.
- 2 — *Escola Brasileira ou Instrução Útil a Todas as Classes* — Rio de Janeiro, 1827.
- 3 — *Causas da Religião e Disciplina Eclesiástica do Celibato Clerical* — Rio de Janeiro, 1828.
- 4 — *Cartilha da Escola Brasileira para Instrução Elementar na Religião do Brasil* — Rio de Janeiro, 1831.
- 5 — *Catecismo da Doutrina Cristã Conforme ao Código Eclesiástico da Igreja Nacional* — Rio de Janeiro, 1832.
- 6 — *Preceitos da Vida Humana ou Obrigações do Homem e da Mulher Seguidos do Dever de Justiça* — Rio de Janeiro, sem data.

III — POLÍTICA

- 1 — *Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Principios da Nova Legislação do Brasil* — Bahia, 1811.
- 2 — *Conciliador do Reino Unido* — jornal — Rio de Janeiro, 1821.
- 3 — *Causa do Brasil no Juizo dos Governos da Europa* — Rio de Janeiro, 1822.
- 4 — *Desforço Patriótico* — Rio de Janeiro, 1822.
- 5 — *Colecção de Principios e Documentos de Direito Político* — Rio de Janeiro, 1822.
- 6 — *Reclamação do Brasil* — Rio de Janeiro, 1822.

- 7 — *Império do Equador na Terra de Santa Cruz* — Rio de Janeiro, 1823.
- 8 — *Heroicidade Brasileira* — Rio de Janeiro, 1823.
- 9 — *Ataláia* — jornal — Rio de Janeiro, 1823.
- 10 — *Apelo à Honra Brasileira contra a Facção Federalista de Pernambuco* — Rio de Janeiro, 1824.
- 11 — *Independência do Império do Brasil Apresentada aos Monarcas Europeus* — Rio de Janeiro, 1824.
- 12 — *Triunfo da Legitimidade* — Rio de Janeiro, 1825.
- 13 — *Manual de Política Ortodoxa* — Rio de Janeiro, 1832.
- 14 — *Princípios da Arte de Reinar do Príncipe Católico e Imperador Constitucional* — Rio de Janeiro, 1832.

IV — DIREITO

- 1 — *Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha* — Lisboa, 1798.
- 2 — *Discurso sobre a Franqueza do Comércio de Buenos-Aires* — Rio de Janeiro, 1810.
- 3 — *Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil* — Rio de Janeiro, 1810.
- 4 — *Refutação das Declarações contra o Comércio Inglês* — Rio de Janeiro, 1810.
- 5 — *Reflexões sobre o Comércio dos Seguros* — Rio de Janeiro, 1810.
- 6 — *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil* — Bahia, 1811.
- 7 — *Espírito de Vieira* — Rio de Janeiro, 1821.
- 8 — *Regras da Praça ou Bases do Regulamento Comercial Conforme aos Novos Códigos de Comércio da França, Espanha e Legislação Pátria* — Rio de Janeiro, 1832.

V — ECONOMIA

- 1 — *Princípios de Economia Política* — Lisboa, 1804.
- 2 — *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil* — Rio de Janeiro, 1808.
- 3 — *Razões dos Lavradores do Vice-Reinado de Buenos Aires* — Rio de Janeiro, 1810.
- 4 — *Ensaio sobre o Estabelecimento dos Bancos para o Progresso da Indústria e Riqueza Nacional* — Rio de Janeiro, 1811.
- 5 — *Memória contra o Monopólio da Companhia dos Vinhos do Alto Douro* — Rio de Janeiro, 1811.
- 6 — *Memória Econômica sobre a Franqueza do Comércio dos Vinhos do Porto* — Rio de Janeiro, 1812.
- 7 — *Parecer acerca de Vários Quesitos Relativos às Moedas de Portugal e do Brasil* — inédito no Instituto Histórico — Rio de Janeiro, 1816.
- 8 — *Sinopse da Legislação Principal do Senhor D. João VI pela Ordem dos Ramos da Economia do Estado* — Rio de Janeiro, 1818.
- 9 — *Estudos do Bem Comum e Economia Política* — Rio de Janeiro, 1819-1820.
- 10 — *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum* — Rio de Janeiro, 1821-1822.

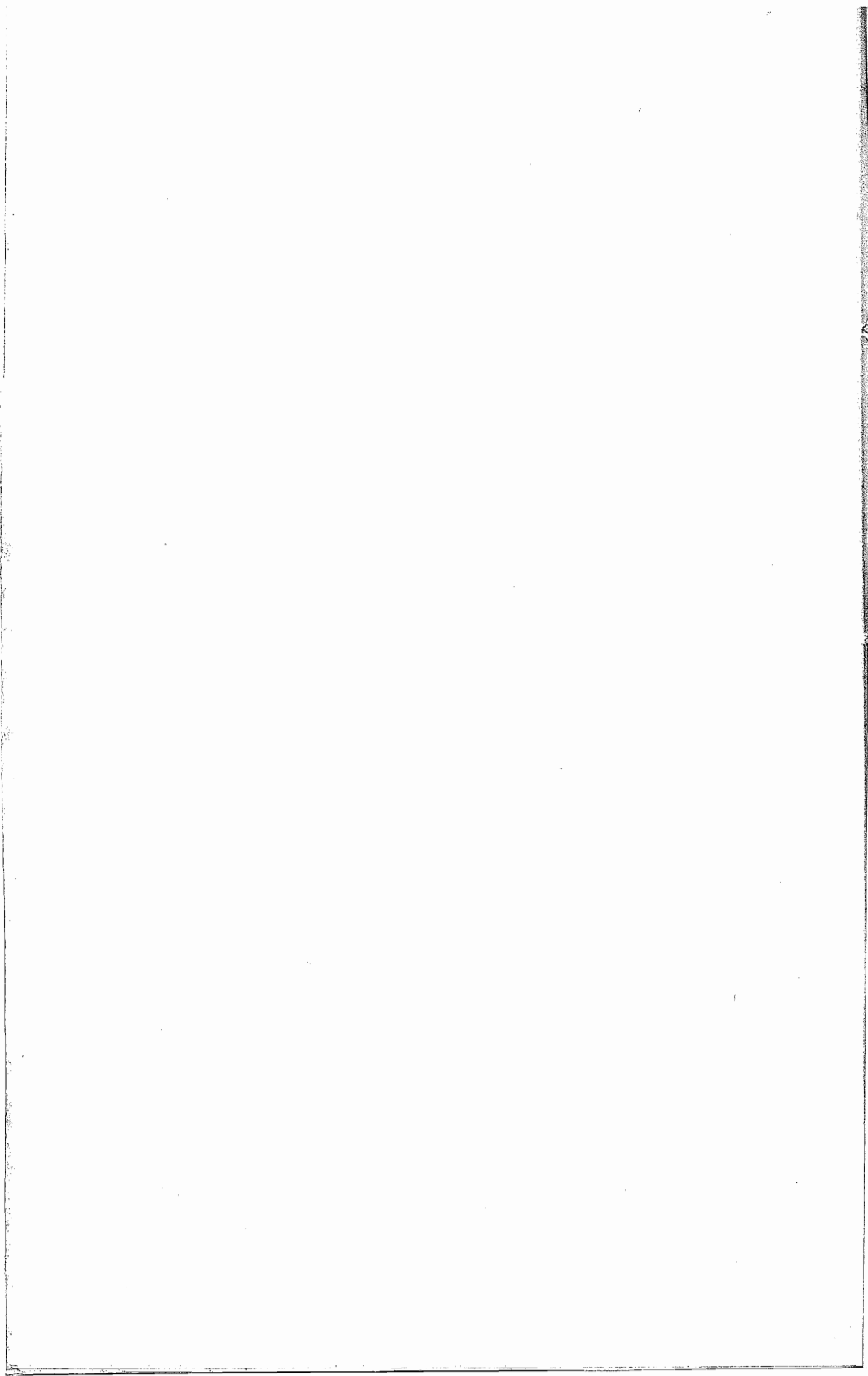
- 11 — *Leituras de Economia Política ou Direito Econômico* — Rio de Janeiro, 1827.
- 12 — *Considerações sobre as Doutrinas Econômicas de João Baptista Say* — in *Minerva Brasiliense* — Rio de Janeiro, 1844-1845.
- 13 — *Ensaio Econômico sobre o Influxo da Inteligência Humana na Riqueza e Prosperidade das Nações* — in *Guanabara* — Rio de Janeiro, 1851.
- 14 — *Da Liberdade de Trabalho* — in *Guanabara* — Rio de Janeiro, 1851.

* * *

Nesta relação citamos apenas as obras principais de Cairu sobre história, educação, política, direito e economia, num total de 48 alentados trabalhos.

O Professor Moses Bensabat Amzalak, Director do Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, autor de numerosas publicações sobre Economia Política e uma das maiores autoridades mundiais em literatura desse gênero, em metuculoso estudo inserido na Revista "Brasília" — Vol. II — Ano de 1943, publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na série *Economistas Brasileiros* — José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, organizou uma das mais perfeitas e extensas bibliografias de Cairu, inclusive folhetos, opúsculos, relatórios, pareceres, artigos na imprensa e discursos parlamentares, relacionando um total de 74 trabalhos.

O doutor José Soares Dutra, em conferência pronunciada sob o título: — *Cairú, o Polígrafo*, no Centro D. Vital do Rio de Janeiro e publicada na revista *A Ordem* — N. 2 do Vol. LIII — Rio de Janeiro, Março de 1955, relaciona um total de 84 trabalhos, sendo esta bibliografia talvez a mais completa até hoje publicada.



NOTA DOS EDITORES

Cairu é o economista brasileiro mais citado, mais discutido e mais comentado, porém é o menos lido e o menos compreendido, pela simples razão de que as suas obras, inacessíveis ao grande público, foram escritas e publicadas há século e meio e apenas duas delas reeditadas: os *Princípios de Direito Mercantil* e a *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*.

O seu livro *Princípios de Economia Política*, publicado pela Imprensa Régia de Lisboa no ano de 1804, é o primeiro trabalho brasileiro de Economia Política divulgado na América do Sul e com um intervalo de 28 anos, apenas, do aparecimento, em Londres, em 1776, da obra que imortalizou Adam Smith — *Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*.

A edição que ora apresentamos aos estudiosos da Ciência Econômica é, realmente, a de uma obra notável, não só pelos conceitos que encerra e pelas doutrinas que divulga, como também pela repercussão cultural que obteve, em sua época, no Brasil, em Portugal e nos países do estuário do Prata.

Transcorre este ano o bicentenário do nascimento de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, ocorrido na Bahia em 16 de Julho de 1756.

Esta edição destina-se a comemorar tal acontecimento. Pensamos, a princípio, em publicar simplesmente uma reprodução facsimilar da obra original. Mas isso não seria interessante para o grande público, que teria sérias dificuldades em separar as idéias da época da parte estável da Ciência e interpretar quase uma centena (1) de

(1) — No texto da obra original encontram-se no próprio idioma 89 citações latinas, 2 francesas, 2 em castelhano e 1 em inglês, as quais se acham traduzidas no Apêndice desta edição.

longas citações de numerosos clássicos da língua latina, frequentemente inseridas no próprio texto e no próprio idioma.

Entregamos então ao Professor Nogueira de Paula, catedrático da Universidade do Brasil e, sem dúvida, uma das nossas maiores autoridades em Economia Política, com numerosas obras publicadas, (1) a tarefa de organizar um trabalho à altura do grande autor dos primórdios de nossa formação cultural, isto é, para interpretar um grande mestre da geração passada só outro grande mestre da geração presente.

E realmente o livro que ora apresentamos aos estudiosos da matéria entre nós não poderia ter sido mais feliz.

O Professor Nogueira de Paula não só organizou o vocabulário da linguagem usada por Cairu, há mais de 150 anos, para facilitar a leitura do texto original, vários índices alfabéticos e remissivos e a bibliografia dos clássicos, filósofos e economistas, citados no livro, como ainda escreveu um comentário minucioso para cada capítulo, no qual ressaltou o valor da obra analisada e o merecimento espiritual do seu grande autor, as idéias próprias do mestre e a parte em que divulgou as teorias e doutrinas smitianas.

As versões do latim para o português foram feitas pelo grande filólogo Dr. Carlos Juliano Torres Pastorino, catedrático de Latim do Colégio Militar do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II, com fidelidade notável, só compatível com sua extraordinária cultura romanística.

Como introdução sobre a época, vida e obra de Cairu, devidamente autorizados, inserimos a culta e erudita conferência que o Professor Alceu Amoroso Lima, catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e membro proeminente da Academia Brasileira de Letras, pronunciou em 23 de Outubro de 1936, sob o alto patrocínio do Ministro da Educação e Cultura, na série promovida sobre *Os Nossos Grandes Mortos* e na qual focalizou, com muita elegância, erudição e reverência, o largo e profundo traço espiritual de Cairu na lite-

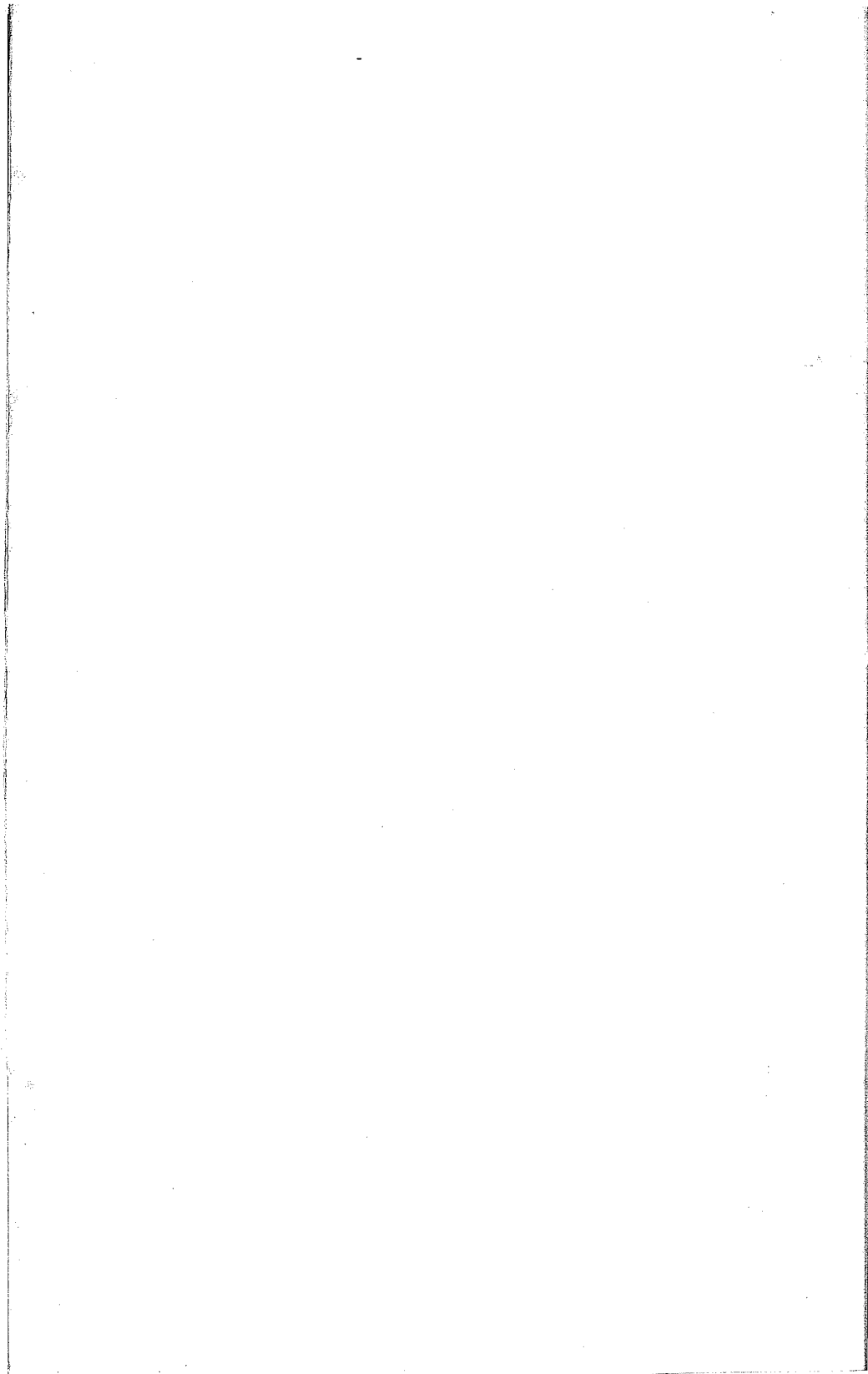
(1) — *Metodologia da Economia Política, Théorie Rationnelle des Systèmes Economiques, Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos, Racionalização Econômica, Economia Monetária Racional, Evolução do Pensamento Econômico no Brasil, Precauções na Compra e Venda de Bens Imóveis.*

ratura histórica, política, jurídica, filosófica, educativa, social e econômica do Brasil.

E pensamos assim ter contribuído, de maneira justa, proveitosa e eficaz, para ressaltar a figura inconfundível de um dos mais lídimos representantes da Ciência Econômica do Brasil e da América, quando se comemora justamente o bicentenário do seu auspicioso nascimento ocorrido na Bahia em 16 de Julho de 1756.

Rio de Janeiro, Junho de 1956.

IRMÃOS PONGETTI — Editores



ÉPOCA, VIDA E OBRA DE CAIRU (1)

A ÉPOCA

Nasceu José da Silva Lisboa em pleno Século XVIII, isto é, no fim de uma civilização. E empreendeu a sua vida pública, no início do Século XIX, isto é, no começo de outra civilização. Projecta-se, portanto, sua figura gigantesca entre dois mundos. E a imagem permitiria mesmo três interpretações: — na história universal, na história brasileira e na história de sua própria vida individual.

Figura da *história universal*, ele o foi porque em sua inteligência, em sua vida e em sua obra, podemos estudar essa transição de uma vertente da história para outra, separadas pelo vértice da Revolução Francesa. E no dia em que sua obra puder ser conhecida nos grandes meios cultos, surgirá sem dúvida o historiador ou o sociólogo que estudem a história da sociedade, nesse período, pela história do nosso imenso Cairu.

Na *história de nossa terra*, é também Silva Lisboa o homem a cavaleiro sobre dois mundos, a Colônia e o Império ou, como ele o dizia, o “sistema colonial” e o “sistema liberal”.

Também na *história de sua vida*, foi ele o homem de dois mundos, pois foi tão profundamente europeu como americano, tão cioso até certo tempo da união do Brasil com Portugal, quanto, depois da política recolonizadora das Cortes de Lisboa, campeão do “Império do Equador”, como ele apelidava a nossa pátria independente.

(1) — Conferência pronunciada no Salão Nobre da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, em 23 de Outubro de 1936, pelo Professor Alceu Amoroso Lima, sob o patrocínio do Ministro da Educação e Cultura.

A FORMAÇÃO

Esse o homem que, a 16 de Julho de 1756, nascia na cidade do Salvador, onde fez seus primeiros estudos, revelando-se desde logo de uma prodigiosa precocidade. Filho de pai português, architecto de profissão (Henrique da Silva Lisboa) e de mãe bahiana (D. Helena Nunes de Jesus) tinha também, em seu sangue, a herança de dois mundos. E desde tenra idade revelou o que teria por toda a vida — uma fome ilimitada de cultura, que se estendia tanto em profundidade como em extensão. Aos oito anos já conhecia bem a própria gramática latina, e dedicava-se ao estudo da filosofia, sob a direcção dos Carmelitas bahianos. E, para revelar a multiplicidade do seu gênio em flôr, cultivava a música e chegou mesmo a tocar piano! Era o menino prodígio, que em breve iria revelar-se também o adolescente e o moço prodigiosos. Pois, vendo os dotes excepcionais do filho, deliberou o pai mandá-lo para Coimbra, onde então se ia formar a fina flôr dessa intelligência brasileira, que fundou o Império e fundaria também nossa Cultura superior. Ultimados em Lisboa, com o famoso professor Pedro José da Fonseca, seus estudos de humanidades — que foram extremamente sólidos como veremos e modelaram maravilhosamente o seu engenho, para a vida intensa que iria ter por mais de meio século no Brasil — ingressou, o jovem Silva Lisboa, nos cursos jurídico e filosófico da velha e gloriosa Universidade, em 1774, isto é, apenas com 18 anos de idade. Como o fizesse contra a vontade do Pai, que o destinava à carreira eclesiástica, cortou-lhe esse a mesada e teve o moço bahiano de ensinar para estudar! (1) Começava a vida sem nada, inteiramente só! Como que a Providência assim o deixava para que melhor pudesse pôr à prova a capacidade e a coragem desse brasileiro imberbe e sem vintém, que meio século mais tarde seria um dos homens mais poderosos do Império brasileiro.

Começava então nova fase de seus estudos, desses estudos que nunca abandonaria até morrer e que iam fazer desse homem excepcional o Patriarca da Cultura, no Brasil. O estudo do direito e da filosofia, empreendidos a fundo, numa Universidade em que os lentes se gabavam em Congregação de que — “os Soberanos

(1) — A. do Vale Cabral, *Vida e Escritos de José da Silva Lisboa*. Rio, 1881, página 57.

punham Mestres nas Academias para ensinar o difícil, pois que o fácil cada um aprendia em sua casa" (2) — os estudos das matérias básicas do seu duplo curso não o impediram de prosseguir no cultivo dessas humanidades clássicas que o iam em breve tornar uma autoridade no assunto. Como era visceralmente religioso e empenhado em aprofundar os seus conhecimentos das Sagradas Escrituras, não ficou apenas no latim, que desde criança cultivava. Passou-se ao grego e mesmo ao hebraico. E em pouco tempo, com o vigor de inteligência que possuía, assenhoreou-se de tal modo dessas duas linguas difíceis que ainda estudante teve a audácia de entrar em concurso na própria Universidade, para lente dessas matérias e, aos vinte e dois anos, conquistava brilhantemente a cadeira! Se tivermos em mente o rigor dos estudos clássicos em Coimbra e, nessa época, dos estudos em geral — pois a frase que ha pouco divulguei era de um professor de matemática — veremos que o feito do nosso jovem bahiano foi realmente assombroso! E prenunciava o homem imenso que iria ser por toda a vida.

O PROFESSOR

Aluno e lente catedrático ao mesmo tempo, numa Universidade! A quantos terá sucedido idêntica aventura? Que eu saiba, a ninguém. Um ano mais tarde, com 23 anos de idade, recebia Lisboa o seu duplo gráu de bacharel em direito e em filosofia. E partia para a capital portuguesa com o intuito de ingressar na magistratura. Pungiram-lhe, porém, os espinhos da nostalgia. Quase meio século mais tarde, tentando descrever em um de seus melhores livros o que é o amor, não só da grande pátria mas do nosso pequenino "torrão da naturalidade", como o diz, traça um quadro psicológico em que sentimos reviverem os sentimentos que o levaram a trocar as ribas do Tejo e tudo o que lhe prometiam de risonho, pelas margens da Bahia de Todos os Santos. — "Ninguém ignora", escrevia ele, em 1819, "a força deste amor (do pequenino torrão natal), com especialidade na ausência; ele é tanto mais vivo e produz saudade intensa, quanto a distância é maior e ha menos esperanças de retorno. Sem dúvida tal amor é um sentimento complexo, pela associação das idéias não só de nossos pais, parentes, amigos, conterrâneos, mas também das coisas inanima-

(2) — *Anais do Senado* — Sess. 26-5-1830.

das, com as quais nos habituamos a viver e a contemplar e que tem sido a fonte dos nossos mais puros, comuns e inocentes prazeres, como os frutos da terra, montes, vales, benfeitorias rústicas e urbanas, etc. A imaginação nos apresenta, dia e noite, os seus retratos em magníficas perspectivas, que frequentemente exageramos em conversação com os estranhos quando louvamos as suas vantagens. A natureza é a que nos profundou nos corações este sentimento". (3)

Não estamos revendo, nessa comovida elegia encastoadada num severo tratado de Moral Cívica, o nosso brasileiro, em conversa com os colegas à beira do Mondego ou pelas vielas tortas da velha Lisboa, a gabar os sítios e os homens e as casas e os ares da sua Bahia longínqua? E não estamos vendo como as saudades de sua Bahia o tocavam de novo para o Brasil, fazendo-lhe abandonar os projectos de uma carreira brilhante, fácil, como lente de Coimbra, que já era, como magistrado que seria em breve sem maior esforço, dada a fama imensa que já levava do seu curso excepcional da Universidade? Ah! se Cairu fosse apenas esse "áulico consumado", como tão injustamente o chama um grande historiador moderno (4), que oportunidade para chegar-se à Córte de D. Maria I e fazer a vida palaciana dos áulicos e cortesãos!

Era, porém, de outra tèmpera muito diversa o nosso menino prodígio. As saudades do Recôncavo punham-lhe o coração de vinte anos e em breve dizia adeus, de bordo de uma caravela, à Torre de Belém, para em pouco saudar, comovido e esperançoso, o forte de Santo Antônio da Barra na entrada da sua saudosa cidade do Salvador.

Voltava à pátria, para ganhar a vida. E por vinte anos ia lutar duramente, bravamente contra ela, mas sem outros recursos que não os que lhe vinham do seu trabalho, para sustentar não só a si mas à família que em pouco fundava e onde por quatorze anos, cada ano, mais um filho ia pedir o pão de cada dia. Bem quisera continuar apenas professor, dedicar-se apenas aos seus amados estudos, se bem que já voltasse com a intenção

(3) — José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu). *Constituição Moral e Deveres do Cidadão*, Rio, 1825, parte III, págs. 31-32.

(4) — Tobias Monteiro — *História do Império*. Vol. I — A elaboração da Independência — Rio, 1933, pág. 65.

de dedicar-se à agricultura. (4-A). Mas o Grego que ia ensinar por cinco anos, em cadeia que foi o primeiro a professar no Brasil e a Filosofia Racional e Moral para que foi nomeado pela Real Mesa Censória da Bahia — não lhe dariam o suficiente para manter a grande família que fundou. E teve então de dedicar-se à advocacia. Com que mágoa o contaria, logo no ano seguinte à sua chegada, ao seu amigo Domingos Vandelli, Director do Jardim Botânico de Lisboa.

— “Eu tenho já mais de uma vez representado a V. S.^a a situação oprimida a que me reduziu, nestas terras, a dureza da minha sorte. Obrigado a ganhar a minha subsistência de mendiga advocacia, vida pouco análoga à constituição do meu gênio, era preciso que desamparasse inteiramente os estudos filosóficos, para me ir perder nos profundos abismos das minúcias e formalidades das intrigas forenses, o que demandava muitas aplicações e prática de negócios deste gênero, que faziam incompatíveis meditações sobre coisas de outro porte”. (5)

O JURISTA

Aos vinte e cinco anos de idade começava assim a luta pela vida e sentia o gosto amargo, que cada um de nós bem conhece, do abandono dos estudos mais queridos pelas necessidades do ganha pão. Até ontem, a vida dedicada exclusivamente à delícia de aprender e de ensinar, ao gozo da inteligência pura e da fantasia, — nos terrenos da filosofia, da filologia clássica, do direito, da exegese, da música; hoje, as intrigas judiciárias, a lida com os meirinhos, o trato com os juizes, as lutas com as partes, toda essa cozinha forense que tem afastado para sempre, da advocacia, tantos e tantos que nela ingressaram cheios de ilusões.

O drama de Silva Lisboa, na Bahia Colonial, ia ser o de todos os que começam a vida, mas, passado, vejam bem, entre um homem de cultura muito superior à dos melhores do seu tempo e que hoje não encontraria por-

(4-A) — “Os seus designios de se aplicar à agricultura o farão sem dúvida recomendavel”. Trecho da carta de Martinho de Melo e Castro ao Marquês de Valença, que Cairu trouxe consigo ao voltar à Bahia, depois de terminados os estudos e divulgada por Rodolfo Garcia (*Varnhagen, História Geral do Brasil*, 2.^a ed., t. V, pág. 15, nota 33).

(5) — In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXXII. Rio, 1914, págs. 494 e segs.

ventura igual em nosso meio intelectual e um ambiente miserável como seria o da velha metrópole decaída. A realidade era bem diversa do quadro que a saudade lhe pintava no coração, quando ausente.

O povo, indolente e festeiro, "O povo da Bahia", escrevia na preciosa carta já citada, "é de um carácter pacífico e dócil; as desgraças públicas o fazem gemer, mas não blasfemar. Inclinação aos prazeres, são enervados em o corpo e espírito. Dele se não podem presumir nem confiar empresas que necessitem de assiduidades penosas e esforços de braços. Havendo carne barata no açougue, farinha abundante no cais e liberdade dos seus divertimentos e das suas favorecidas danças, o magistrado pôde bem descansar e qualquer ronda da polícia à noite previne as desordens que na Bahia não são muitas". (6)

Se da parte do povo miúdo essa indolência era a regra, da parte do povo graúdo o que dominava era a vaidade. Da tropa de linha, diz ele — "se se costumasse vencer inimigos com a riqueza luzida dos uniformes não haveria no mundo tropa mais respeitável nem mais invencível". (7)

E não é menos sarcástico com o belo sexo de sua terra. "Nenhuma mulher, a não concorrerem simultaneamente as qualidades de ser externamente pobre e de tal idade que não tenha já esperança de tirar algum partido deste mundo, não se resolve a sair a pé de dia... O ornato feminil é excessivo e rico, porém de mau gosto; consta de muita seda, muito galão de ouro; apresentam-se como tabuletas carregadas de ouro e ainda com a indecência nauseosa (como vêem, minhas senhoras, razão tinha Salomão para dizer que nada ha de novo debaixo do Sol...) de uma camisa bordada, que lhes deixa ver o peito todo, indignidade que contudo não ofende os olhos das gentes do país, porque são muito aferrados aos costumes bárbaros dos antigos indígenas". (8) E veja-se bem que ele fala das "minhas senhoras patricias" e não das clássicas "bahianas" de ébano, hoje quase que reduzidas a bonecas de pano para turistas...

Não vamos, porém, encontrar nesse documento precioso do início da vida prática de Cairu, apenas informa-

(6) — Ibid., pág. 506.

(7) — Ibid., pág. 498.

(8) — Ibid., pág. 505.

ções pitorescas e pertinazes sobre a Bahia Colonial e seus costumes. Vamos ver também um outro aspecto do seu espírito, que revela o novo rumo que iam tomar os seus estudos, nessa ânsia de tudo saber que por toda a vida o dominou — o interesse pelas coisas econômicas, que, como vimos, já trazia de Portugal e reflectia o ambiente do século. O relatório que aí faz da situação do trabalho na Bahia, dos seus produtos principais, especialmente do algodão e da cana, de cujo cultivo traça um quadro magistral; do tráfico de escravos, cuja desumanidade salienta, mostrando-se já o anti-esclavagista que ia ser por toda a vida; e de tudo o que interessa à vida agrícola desse centro da economia brasileira — tudo isso já revela o grande economista “en herbe”, que trinta anos mais tarde se afirmaria como o fundador da sociologia econômica brasileira.

Em pouco mais de um ano, o humanista, o professor de grego e hebraico, o filósofo, o jurista, a despeito da sua “mendiga advocacia”, que lhe tomava o tempo e a paciência, já se revelava perfeitamente enfronhado em tudo o que dizia respeito à vida econômica da Colônia. A plasticidade da inteligência lhe era tão extraordinária quanto o vigor e a capacidade de penetração.

Ia então começar, para Cairu, o que podemos chamar — o período de incubação. Por cerca de vinte anos, de 1781, data do início de sua vida prática, a 1797, data da sua nova viagem ao velho Reino, não ha notícia de sua carreira. Foram os anos em que fundou família e trabalhou com afinco para sustentá-la.

Não se apressava em publicar coisa alguma. Acumulava saber e experiência; observava a realidade da Colônia; acompanhava de longe os acontecimentos do mundo. E que acontecimentos! Nada mais nada menos do que a Revolução Francesa, o fim de uma civilização no continente europeu; a Revolução Industrial inglesa, o início de outra civilização; a morte de Pombal (1782), fim de toda uma época histórica do absolutismo; a Inconfidência Mineira, os pródromos da nossa Independência! O silêncio, a pacatez, a monotonia, da vida bahiana, dividida entre o fóro, as aulas, o templo e a sua biblioteca — eram interrompidos de longe em longe, pelos ecos que lhe vinham de fóra, de acontecimentos que abalavam o mundo e que as tardas charruas ou as lesta caravelas, com dois meses ou mais de atraso, traziam ao conheci-

mento desse homem ardente e severo, que amadurecia no anonimato, armazenando em sua prodigiosa memória a maior soma de saber do seu tempo.

VOLTA A PORTUGAL

Aos quarenta e um anos volta então a Portugal, para obter a sua jubilação como professor régio. Levava consigo os originais de uma obra inédita, sobre assunto inteiramente virgem na bibliografia portuguesa e que revelava o primeiro fruto dos longos anos de estudo e meditação, nas horas livres de sua absorvente advocacia bahiana — o “Direito Mercantil”. Com a publicação, em 1798, do primeiro tratado, que se ocupa com o “Seguro Marítimo”, impôs-se Silva Lisboa, de um momento para outro, à atenção dos seus contemporâneos. Era, para a época, uma obra de extrema originalidade (9), e chegou a servir por muitos anos de Código Comercial. (10)

Antes, porém, de aparecer o seu grande livro, voltava à sua Bahia, para nunca mais rever as plagas portuguesas, onde passara os primeiros anos de sua formação intelectual superior.

O FUNCIONÁRIO

Ia começar, então, a terceira parte de sua vida — a do serviço público e da elaboração da obra intelectual. Vinha ocupar, na Bahia, o lugar de Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção. As funções que competiam a essa instituição eram as de fiscalização e superintendência de tudo o que dissesse respeito à vida econômica da região, que era, sem dúvida, sob esse ponto de vista, a mais importante de toda a Colônia. E pelo testemunho de toda a Mesa de Inspeção sabemos que o cargo não lhe foi uma sinecura. Entregou-se a ele com o ardor extremo que sempre, em toda a sua vida, dedicou a todas as tarefas que empreendeu. (11)

(9) — “Cabe (a José da Silva Lisboa) incontestavelmente, o direito de haver sido o seu fundador (do direito mercantil) em Portugal e no Brasil. Foi o tratado que ele escreveu, o primeiro que se publicou na língua portuguesa”. (J. M. Pereira da Silva. *Os Varões Ilustres do Brasil, Durante os Tempos Coloniais*, 2.^a ed. — Rio, 1863. T. II, pág. 176).

(10) — “Como obra única no gênero, em língua vernácula, servia na época de Código Comercial”. (Candido Mendes — pref. aos “*Princípios de Direito Mercantil*”, de Silva Lisboa, 6.^a ed. — Rio, 1874, pág. VII).

(11) — “Atestamos que o Bacharel José da Silva Lisboa, deputado e secretário desta Mesa, por criação nova e provimento

Esse homem de gabinete, metido nos livros, escrevendo tratados de direito comercial e lendo os clássicos, que sabia de cór, citando a cada passo versos inteiros de Lucrécio, Juvenal, Virgílio, Horácio, etc., e estudando avidamente a nova ciência econômica que surgira, na França e na Inglaterra, — esse homem, que aos vinte anos ensinava hebraico e aos quarenta elaborava um Código Comercial, revela-se de um momento para outro um homem de acção, um administrador, um inspector acabado de usinas, um conselheiro financeiro a quem mais tarde, em 1816, o seu amigo Antonio de Araujo, Conde da Barca, iria consultar sobre o problema da moeda no Brasil. (12)

Ardente, desinteressado, prático, ávido de progresso e não saudosista e anacrônico, como falsamente o descrevem seus inimigos (13), apaixonado pelas realidades positivas tanto quanto pelas especulações metafísicas —

de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, tomou posse deste lugar a 23 de Julho de 1798 e tem servido constantemente com muita honra e zelo do Real Serviço e Fazenda, carregando com todo o oneroso exterior expediente da Agricultura, Comércio e Arrecadação dos Reais direitos, que estão a cargo desta Mesa, fiscalizando a arrecadação e remessa dos fardos da Real Derrama do Contracto da India, Direitos Reais dos escravos de Angola, Benguela, novo imposto do algodão, tendo além disto feito serviços extraordinários na viagem ao Recôncavo desta Cidade, determinada por Ordem Régia, cujo resultado mereceu a Real aprovação: propondo em Mesa frequentemente vários melhoramentos a beneficio da lavoura e tráfico do país e com especialidade o que pertence ao dito algodão que está em progresso, sem que tenha requerido ajudas de custo, percebendo aliás o módico ordenado de quatrocentos mil réis de Inspector, com ténues emolumentos anexos à Secretaria. Pelo que se faz digno de toda a graça que S. A. R. fôr servido fazer-lhe. Bahia, 25 de Fevereiro de 1805. — José da Mota Azevedo. Antônio Fructuoso de Menezes Doria. Manoel Marques da Silva, Silvestre José da Silva, José Domingues". (Documento manuscrito, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

(12) — "*Parecer acerca das moedas de Portugal e Brasil*", 1816. Nesse parecer, que existe em manuscrito no Instituto Histórico (número 13.397, cat. Exp.), sustenta que — "pelos genuínos princípios da Economia Política, os Estados não podem alterar o valor das moedas"... e mais que — "a peça de 6\$400 deve ser, a meu ver a nossa virgem pura"...

(13) — "Nada de retrogradar para o caduco sistema proibitivo de liberdade de comércio. Temos os olhos na frente para ser a nossa vista prospectiva e não retrospectiva" (*Anais do Senado*. Sess. 20-7-1826). "E' inutil e indecente fazer-se agora a censura do passado; o meu sistema é prospectivo e não retrospectivo". (*Anais do Senado*. Sess. 26-9-1830).

eis como vemos Silva Lisboa nesses anos com que se vai findando o período colonial e em que ele, como que providencialmente, se prepara para ser um dos fundadores do Império independente.

Sacrifica aos seus encargos públicos os seus interesses particulares, pondo em prática a máxima com que anos mais tarde, no Senado, iria definir lapidariamente o civismo — “a principal virtude cívica é o constante hábito de fazer cada indivíduo o sacrifício do seu interesse particular ao interesse público”. (14)

Por dois lustros, dos quarenta e dois aos cinquenta e dois anos de idade, preencheu assim o primeiro cargo público que ocupou e em que serviu à sua pátria.

CAIRU E O PRÍNCIPE REGENTE

Nele ia encontrá-lo o Príncipe Regente quando em Janeiro de 1808 aportou à Bahia. Quatro anos antes, em 1804, publicara o segundo dos seus livros, os “Princípios de Economia Política”, em que se mostrava discípulo entusiasta e vulgarizador das idéias de Adam Smith.

Era Silva Lisboa, como vimos, um homem, entre dois mundos. E a psicologia de sua cultura também reflectia esse carácter de sua personalidade. Formado na mais sólida cultura clássica era ao mesmo tempo ávido de todas as novidades literárias.

Em seus livros, em seus periódicos, em seus discursos, vemos a cada passo citações de livros aparecidos pouco antes e sempre lidos, está se vendo, nunca pela rama mas a fundo. Devia possuir uma enorme biblioteca e selecionada, cada ano enriquecida por tudo o que saía dos prelos ingleses, franceses, italianos, espanhóis, portugueses, norte-americanos e traduções do que ia vindo a lume na Alemanha, na Áustria e mesmo na Rússia, como a obra do economista Storch, de que era grande apreciador! Era, realmente, para o seu tempo uma enciclopédia viva e bem avisado andou o nosso Governo dando o nome do grande brasileiro, ao Instituto que visa elaborar a primeira Enciclopédia brasileira.

Até os últimos anos de sua vida, timbrou sempre em estar a par da cultura universal mais moderna. Respondendo certa vez, no Senado, com quase oitenta anos de idade, ao jovem e escandaloso Martiniano de Alencar, liberal exaltado e portanto seu adversario que, — embora

(14) — *Anais do Senado*, Sess. 5-7-1826.

dizendo respeitar — “muito as luzes do nobre Senador e até mesmo (apreciar) muito a firmeza do seu carácter, sempre decisivo em suas deliberações, sem capitular com o tempo nem as circunstâncias”, — acusava com flagrante injustiça — “sua literatura, posto que vasta, (mas que) quando muito poderia ser própria para o século passado até 1789”, — pôde em resposta, o nosso grande e então já olímpico Cairu, fulminar o irreverente antagonista, dizendo-lhe — “Bem que eu seja mais de septuagenário e nutrido à leitura dos antigos grandes mestres da Humanidade, contudo (vaidade à parte) creio que, em literatura moderna, pelo menos estou a par de quem mal ostenta seu verdor de anos e cujos talentos admiro mas não invejo”. (15)

A resposta não teve contradita, nem poderia tê-la. Pois o velho Cairu, já quase octogenário, continuava tão a par da literatura moderna, como quando se embebia da literatura de Adam Smith, de Hume, de Franklin, de Bentham, de Burke, de tudo quanto na Europa se publicava em matéria econômica, social, histórica e jurídica.

O ECONOMISTA

A ciência nova, porém, a Economia Política, que era a grande revelação intelectual do século, essa é que Silva Lisboa mais avidamente assimilava nesses últimos anos que precederam a chegada da Família Real ao Brasil.

Não ia, porém, ser um simples divulgador de ciência alheia. Certo, as grandes teses de Adam Smith, que lhe haviam sido reveladas, na Bahia, em 1796, pelo nosso grande dicionarista Moraes e Silva (15-A), foram aquelas em que ia assentar os fundamentos de suas obras, desde o que delas já continha o “Direito Mercantil” até o primeiro volume sobre a matéria em 1804 e sobretudo a sua grande obra “Estudos do Bem Comum e Economia Política”, publicada em 1819, e, que, a meu ver, não tendo o renome do “Direito Mercantil”, é obra que de muito se avanta a esta, e possui até hoje importância considerável.

(15) — *Anais do Senado*. Sess. 23-5-1832.

(15-A) — Adam Smith, “que assim mesmo excitou a electricidade luminosa, não menos que enérgica, que a sua probidade e zelo das coisas do nosso Augusto Soberano e do bem público, fez resplandecer em escritos bem pensados e bem falados”. Carta de Moraes e Silva, datada do Engenho Novo de Muribeca, Pernambuco, 23-9-1813, cit. por Rodolfo Garcia, op. cit., nota 32.

Na impossibilidade de analisar devidamente essa grande obra, seja-me permitido apenas, para provar a actualidade das idéias econômicas de Cairu e, de outro lado, a sua autonomia em face de seu mestre Adam Smith, relembrar um traço essencial de sua teoria da produção econômica. Haviam os fisiocratas colocado a terra como elemento capital da produção. Veio Adam Smith e acentuou o elemento trabalho. E com o manchesterianismo, o capital é que passou de facto a ser considerado como elemento básico da produção.

Pois bem, o nosso grande Cairu, no seu tratado de 1819, mencionando embora a acção de cada um desses elementos, dá sobre todos eles a preeminência a outro factor que só modernamente, depois da luta entre o socialismo e o liberalismo de todo o Século XIX, é que viria a ser destacado — a *Inteligência*. “Nestes Estudos, escreve ele, fiz particular empenho de examinar um dos mais importantes problemas de Economia Política, indicado por Smith, logo na Introdução da sua obra, mas não desenvolvido por ele, nem até o presente, pelos seguintes economistas, sendo aliás de uma consequência que vai além de todo cálculo, a saber: “se para a riqueza e prosperidade das Nações mais contribui, e em que proporções, a quantidade do trabalho ou a quantidade da inteligência...”

Intento mostrar que o officio do Economista deve ser, não o carregar a Sociedade de trabalhos mecânicos, braçais e penosos, mas inquirir os eficazes meios de os aliviar indefinidamente... Se todos os governos se convencessem que a Inteligência, nas operações da Sociedade, é *quase tudo* para o acerto e influxo na boa ordem dos povos e na riqueza e potência dos Estados, — seriam incessantemente desvelados na Educação Nacional, para propagar as luzes das artes e ciências, que habilitem a todas as classes à útil cooperação social... Esta teoria é com especialidade interessante nesta parte do Mundo Novo... Cumpre-lhes pois adquirir superiores forças intellectuais, para usarem mais do *império do ânimo* que do *serviço do corpo*”. (16)

(16) — Silva Lisboa, *Estudos do Bem Comum e Economia Política*. Rio, 1819, t. I, páginas XII-XIII: — “Quanto maior fôr a inteligência mais enérgica será a sua indústria e mais produtivo o seu trabalho (ibid., pág. 161); e ainda o “*Ensaio Econômico sobre o Influxo da Inteligência Humana na Riqueza e Prosperidade das Nações*”, publicação póstuma na revista “Guana-bara”. Rio, 1851, t. I, págs. 41-51.

Esse texto memorável, tão novo para sua época em que Silva Lisboa revelava o largo vôo do seu talento sociológico, não apenas divulgador mas criador, poderia ser hoje subscrito pelos mais modernos economistas. Basta dizer que a teoria do domínio do factor intelectual, na produção, é o nervo da mais moderna das doutrinas econômicas, a "tecnocracia" baseada na *racionalização* da economia. Cairu é o precursor de Ford, de Taylor, de Stackhanoff, a um século de distância! E o Brasil, até ontem, lhe dera apenas o nome a um beco da Capital...

A visão econômica de Silva Lisboa antecipou-se de um século. Ele não foi, como a alguns pôde parecer, o pai do individualismo econômico no Brasil. Como aliás não o foi Adam Smith em relação ao liberalismo econômico mundial. Adam Smith foi uma figura singular, de pesquisador original, que até hoje se mantém isolado no pórtico da economia contemporânea. Invocam-no, como patrono, as escolas e os temperamentos mais contrários. Mas o que fica de sua figura é realmente qualquer coisa de extremamente complexo, em que se destaca a importância capital do *trabalho* e da *liberdade*, na organização da economia. Os liberais manchesterianos só quiseram ver nele a *liberdade*. Os socialistas, o *trabalho*. E o resultado foi deformarem a figura do velho patriarca.

Silva Lisboa não se deixou levar por nenhum desses exageros unilaterais. E se bem que tenha acreditado demais nas possibilidades imediatas da Economia Política como ciência (17), quando um século mais tarde os economistas ainda afirmam que a ciência econômica apenas engatinha, — o facto é que o nosso grande Cairu tirou de Adam Smith e de seu próprio engenho, um sistema econômico que se funda no *trabalho* e na *liberdade*, mas governados ambos pela *inteligência* e pela *justiça social*. Hoje, como ha um século, o essencial de suas idéias pôde ser subscrito por qualquer homem de Estado, por qualquer economista, por qualquer sociólogo, a par dos mais modernos ensinamentos da Ciência, dos mais exigentes

(17) — Até o fim da vida conservou Cairu a sua crença inabalável na Economia Política, que as ilusões da lua de mel com a nova ciência lhe faziam crêr inabalável: — "Regulo-me pelos princípios da Ciência Econômica", dizia ele no Senado, poucos anos antes de morrer, — "evidência dos factos e não por prejuizos do vulgo" — (*Anais do Senado* — Sess. 28-9-1830).

preceitos de Moral e dos mais altos interesses do bem comum.

Nada de mais contrário por exemplo ao espirito e à letra do sistema econômico definitivo de Cairu, do que o *laissez-faire, laissez-passer*, dos fisiocratas (18), tão avidamente assimilado pelo capitalismo burguês. Cairu não repudiava, de modo algum, a justa intervenção do Estado, em matéria econômica. Entre os sete deveres fundamentais que ele atribuía ao Governo, inclui o seguinte: — “Dirigir com circunspecção a indústria Nacional para aqueles ramos que são evidentemente de maior e constante interesse do Estado, com especialidade para o que mais contribuir à sua segurança, a fim de que o interesse egoístico ou imoral, dos indivíduos, não prevaleça à Causa Pública”. (19)

Podemos ver, em Cairu, menos o precursor da economia liberal, do que o da economia dirigida para o bem da sociedade. Pois se bem que em todos os seus escritos se tivesse tornado o campeão do “sistema liberal” contra o “sistema colonial”, isto é, da liberdade de comércio e indústria contra os privilégios e monopólios do mercantilismo, anteriormente dominante — nunca deixou de mostrar que a lei moral governa a vida econômica e que o interesse individual deve sempre curvar-se às exigências do interesse colectivo. “Quando em um Estado”, escreve no seu periódico “Império do Equador”, que em 1822 ia publicar no Rio, em favor da independência brasileira, — “prevalece o egoísmo nos corpos e indivíduos, cada um não cuida senão na coisa privada e não na causa pública, isto é, no interesse e bem de todos. Este vício capital se tem visto em todos os Estados corruptos, qualquer que seja a sua constituição”. (20) E sempre que se trata do direito de propriedade, se bem que o patrocine com ardor, como base de toda ordem social justa não deixa de mostrar, com a mais pura doutrina

(18) — “Ninguém mais do que eu ama a racional e varonil liberdade política e econômica; mas sempre a considero subordinada ao interesse nacional” (*Anais do Senado*. Sess. 1-8-1826); “Nenhum direito é ilimitado na sociedade, todos são coarctados pelo interesse do Estado... Em todos os códigos dos Governos regulares observamos saudáveis restrições do direito de propriedade e seu traspasse por contrato”. (*Anais do Senado*. Sess. 1-7-1826).

(19) — “*Constituição Moral*”, op. cit., parte III, pag. 24.

(20) — “*Império do Equador*”. Breve resposta à cabala anti-brasilica — Rio, 1822, parte II, pag. 63.

ortodoxa, que esse direito é limitado pelas exigências do interesse social.

“Muito respeitável é o direito de propriedade”, dizia ele no Senado em 1826. “Sem a sua inviolabilidade não ha estímulo do trabalho, nem interesse de produzir e acumular os frutos da indústria, sem o que é impossível vasta e progressiva propriedade; mas nenhum individuo pôde reclamar o seu de um modo inteiro, absoluto e sem restrição, porque toda propriedade só se forma, mantém e acumula pela instituição de Governo, que assegura por lei e força pública a posse de qualquer coisa a seu dono e, portanto, com razão se pôde dizer que qualquer propriedade, em grande parte, é a obra do mesmo Governo e, em consequência, deve ser subordinada ao interesse da comunidade”. (21)

Palavras lapidares que contêm, até hoje, a mais perfeita das definições do direito de propriedade.

Longe, pois, de ter ido beber em Adam Smith, durante esses anos de preparação intelectual na Bahia, uma doutrina de ilimitado individualismo, o que Silva Lisboa elaborava era o mais ortodoxo dos sistemas econômicos, tanto em face das exigências morais como das exigências nacionais.

Para estas o que sobressaia no momento e aquilo em que Silva Lisboa instituiu com certo exagero sem dúvida, desde as páginas do “Direito Mercantil” até as do seu primeiro compêndio de “Economia Política”, era a *liberdade* de comércio, de navegação, de indústria, para acabar com o odioso “sistema colonial”. Em 1804, escrevia: — “Parece que a mais inocente e melhor economia consiste em se permitir *indústria activa, trabalho discreto, instrução franca, comércio livre* e se pôde reduzir a este único postulado — pede-se como cousa possível que se deixe a cada individuo livremente trabalhar, instruir e dispôr em boa fé do fruto do seu trabalho honesto”. (22)

E mais ainda — “A liberdade de indústria e comércio deve dar às nações o maior possível gráu de energia, riqueza, polimento, virtude e felicidade”. (23) Todo o livro é um hino, um tanto utópico à liberdade, em que chega por vezes a sustentar o mais absoluto e condená-

(21) — *Anais do Senado*. Sess. 5-7-1826.

(22) — Silva Lisboa. *Princípios de Economia Política*. Lisboa. 1804, pág. 88. Nesta Edição, pág. 171.

(23) — *Ibid.*, pág. 29. Nesta Edição, pág. 102.

vel liberalismo econômico. (24) Estava ainda no idílio com as novas idéias, que iria depois corrigir de muito, em sua obra econômica definitiva, quinze anos mais tarde.

ABERTURA DOS PORTOS

Quando o Príncipe Regente e a Família Real chegaram à Bahia, em 1808, estava Silva Lisboa em plena actividade, em pleno domínio da sua intelligência, já com 51 anos de idade e com todo o liberalismo britânico na intelligência e no coração. Amigo do governador Conde da Ponte, que bem lhe conhecia as idéias, foi por este levado ao Príncipe Real. E como conhecia também D. Fernando Portugal, futuro Marquês de Aguiar, pôde convencê-lo da necessidade de abrir os portos do Brasil às nações estrangeiras. (24-A) As dúvidas que, em 1908, levantou Eunápio Deiró sobre a intervenção decisiva de Silva Lisboa nesse passo capital de nossa história, e que Rocha Pombo também insinua, estão hoje completamente desfeitas depois da argumentação do Sr. Tobias Monteiro e da divulgação que fez do manuscrito da época, existente na Biblioteca Nacional, em que Tomás Antonio Vilanova Portugal refere como "D. Fernando (Portugal) foi *capacitado* por José da Silva Lisboa... para fazer assinar por El-Rei o decreto para abrir todos os portos do Brasil às nações estrangeiras". (25)

Ia então começar para Silva Lisboa outra fase da sua vida, já agora a da plenitude de sua irradiação intelectual e política.

Estava com 52 anos; havia publicado uma obra jurídica famosa; aprofundára-se em estudos econômicos e sociais que lhe permitiriam ser de grande recurso para a obra que o Príncipe e D. Rodrigo de Sousa Coutinho iam iniciar, fundando o novo Império; era homem que conhecia de perto os problemas mais urgentes da Colônia, como filho dela e como estudioso de assuntos sociais.

(24) — "O único código racional de Comércio será *deixai fazer, deixai passar; deixai comprar, deixai vender*". (*Princípios de Economia Política* — 1804, op. cit., pág. 91). Nesta Edição, pág. 173.

(24-A) — Meio século antes, era o contrário o que o Marquês de Alorna aconselhava a Dom José, depois do terremoto: — "D. José, aflicto e aterrado, perguntou em certa ocasião, que se havia de fazer?" O ilustre General Pedro de Almeida, Marquês de Alorna, respondeu prontamente: — "*Sepultar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos*". (Fortunato de Almeida — *História de Portugal* — Vol. IV. pág. 311).

(25) — Tobias Monteiro — op. cit., páginas 63-65.

Dele não podiam prescindir o Príncipe e os seus estadistas. Foi nomeado desde logo para reger uma cadeira de Economia Política, no Rio de Janeiro, que aliás nunca leccionou, passando-se da Bahia para a capital da Colônia, já então liberta de facto, pela Carta Régia de 28 de Janeiro, que foi, no dizer de Cairu, — “a *Magna Charta* de sua Constituição Econômica” (26) e “a base que sustenta a nossa carta constitucional”. (27)

Sofre com a mudança para o Rio, onde uma erisipela supurada quase o leva à sepultura. (28) Restabelecido começa a trabalhar, como membro da comissão de censura, para a qual foi nomeado no mesmo ano de 1808. Aproveitados assim os seus méritos de jurista, também o foram os de economista, sendo nomeado em Agosto do mesmo ano para “deputado da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil”.

Estava então na plena posse de seus recursos intellectuais. Começa por defender, em livros e folhetos, a abertura dos portos e os princípios de liberdade econômica que os justificavam. (29) Inicia a elaboração de um Código de Comércio, que não terminou.

O INTELECTUAL

Pressentindo de longe, a aproximação do tropel revolucionário e a agitação do espirito de “anarquismo” ou “jacobinismo”, como então se dizia, jogou-se desde logo, com desassombro e sem temor, contra a corrente demagógica, traduzindo Burke (30); escrevendo biografias (31);

(26) — Silva Lisboa. *Desforço Patriótico contra o Libelo Português do Anônimo de Londres, Inimigo da Independência do Império do Brasil*, 1824: — “Felizmente o Sr. D. João VI se immortalizou dando ao Brasil a sobredita Magna Charta de sua Constituição Econômica, em que faz a base do Liberal Sistema de Harmonia e Correspondência com todas as Nações”.

(27) — E ainda — “esta Carta Régia bem se pode dizer que é a nossa *Magna Charta* e a principal fonte de riqueza do Brasil”. (*Anais do Senado* — Sess. 13-7-1826).

(28) — Vale Cabral — op. cit. pág. 20.

(29) — *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*, 1809; “*Reflexões sobre o Comércio de Seguro*”, 1810; “*Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil*”, 1810; “*Observações sobre a Franqueza de Indústria*”, 1810; *Refutação das Reclamações contra o Comércio Inglês*, 1810, passim.

(30) — *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmundo Burke*, Rio, 1812, passim.

(31) — “*Memórias da Vida Pública de Lord Wellington*”, Rio, 1815, passim.

mostrando os benefícios do Governo de D. João VI (32), e defendendo o espírito de *conciliação*, pelo Reino Unido, com a capital no Rio de Janeiro, contra o de imediata separação (33); apregoando os benefícios da ordem (34), e acompanhando em pequenas gazetas por ele mesmo redigidas o movimento de independência, num diapasão cada vez mais inflamado em favor do rompimento definitivo entre Portugal e Brasil.

Inspirado sempre no espírito britânico, que seus adversários chamavam de *anglomania* (35), foi talvez o maior esteio da grande influência intelectual e política que teve a Inglaterra sobre o Brasil na primeira metade do século passado. E graças a essa influência e à acção de homens como ele, que para aqui canalizaram o equilíbrio britânico contra o jacobinismo francês daquela época — é que o Brasil pôde em grande parte livrar-se da contaminação revolucionária, que certamente o levaria ao desmembramento, como levou a América Latina.

Podemos dizer que o Brasil não deve apenas a Cairu a influência decisiva para a sua independência econômica, de 1808, que precede de catorze anos a sua independência política. Deve-lhe também em grande parte a sua unidade cultural e política, apesar de nunca ter ele participado do poder público, talvez pelo gênio agreste e independente e pela sua predilecção pela vida de gabinete. Como homem de estudo, aliás, é que a sua figura avulta no mesmo plano de um José Bonifácio.

MINISTRO SEM PASTA

Foi, durante o governo de D. João VI, uma espécie de Ministro sem pasta. Amigo pessoal de Linhares, cujas reformas muito devem ao conselho de Cairu de cujo temperamento progressista participava, amigo também do Conde da Barca, era frequentemente convidado a partici-

(32) — “*Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*”, Rio, 1818, *passim*.

(33) — “*O Conciliador do Reino*”, periódico, Rio, 1821, *passim*.

(34) — “*O Bem da Ordem*”, periódico, Rio, 1821, *passim*.

(35) — “Prescindo de imputação de anglomania que só entram na cabeça dos que avaliam os outros pelas próprias fantasias... vou direito à verdade como entendo. Digo e direi sempre, quem não é por nós é contra nós”. (Silva Lisboa. *Refutação das Reclamações Contra o Comércio Inglês*, Rio, 1810, op. cit., pág. XII).

par do Conselho de Ministros (36) e consultado para os actos importantes desse período extraordinário de nossa história, em que foi lançado o fundamento definitivo do que é hoje o Brasil. Não faltou, porém, quem censurasse o seu afastamento dos cargos oficiais e da Corte, atribuindo-o a desinteresse pela Causa Pública. Ele mesmo se encarregou, generalizando, de responder em um de seus livros à crítica e de traçar a sua própria imagem na história de sua terra: — “Sem dúvida, os sábios de gabinete, por isso mesmo que parecem ao vulgo e ainda à Corte, *fazerem nada* (em itálico, no original) por não se ocuparem em negócios interesseiros da vida e ordinários esforços d'ambição, são muitas vezes capazes de melhor conhecerem as conveniências verdadeiras do Estado, pelo contínuo estudo e exame das gerais e particulares relações dos povos e governos.

Assim, podem fazer muito bem à sua Nação e à Sociedade, demonstrando os reais inconvenientes e máus resultados das práticas estabelecidas e a possibilidade de melhor ordem de coisas. Porém, extrema prudência e circunspecção é indispensável, por terem que lutar com interesses de poderosos e prejuízos do povo”. (37)

O que lemos neste trecho é o retrato psicológico do nosso Cairu, no silêncio de sua biblioteca ou nos seus trabalhos de magistrado e de escritor, ou mesmo de jornalista ardente entre 1808 e 1823, quando a Constituinte, que ia lançar as bases jurídicas do Império, exigiu os seus trabalhos num palco mais em evidência. Foi por esta época também, em 1819, que deu a lume os seus “Estudos do Bem Comum”, obra que em seus pontos essenciais não envelheceu, e constitui porventura o que até hoje de mais profundo se escreveu no Brasil sobre a Ciência Econômica. Datam dessa época também as suas polémicas com Evaristo da Veiga e contra os revolucionários de

(36) — “E’ notório ter o suplicante bem servido nestes empregos, até dignando-se S. Majestade de lhe fazer por vezes a honra de mandar assistir a deliberações presididas pelos Conselheiros e Ministros do Estado sobre objectos do maior interesse da Corôa e da Fazenda e até proximamente nomeando-o um dos membros da Comissão para o Regimento dos Cônsules, de que já apresentou os planos”. (Trecho de um manuscrito autógrafo, do próprio punho de Cairu existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em que Cairu, paupérrimo, pede a graça de “Conselheiro Honorario do Conselho de Fazenda desta Corte”, para poder deixar uma pequena pensão a quatro filhas e um filho menor).

(37) — “Constituição Moral” op. cit. parte III, págs. 34-35.

1824, em que revelou toda a sua força dialéctica e ténpera de lutador de idéias, nem sempre isentas de paixão, como no seu preconceito anti-jesuítico, em folhetos que por vezes chegavam a extrema violência de linguagem. (38)

Incarnava Cairu, por essa época, a própria Cultura do Brasil, no que tinha de mais alto. E por isso mesmo, já sendo Censor Régio, desde 1808, foi, em 1821, "por aclamação do povo fluminense... confirmada por D. João VI", como diz Vale Cabral (39), nomeado "inspector geral dos estabelecimentos literários" e logo em seguida "Director dos Estudos".

Aliás, desde a sua chegada ao Rio, em 1808, fôra nomeado membro da Junta Directora da Imprensa Régia e nesse posto permaneceu por 18 anos, sem interrupção, comparecendo diariamente à tipografia e dirigindo pessoalmente os seus trabalhos. (40) Alcançava assim, o velho e glorioso bahiano, o posto supremo na hierarquia de nossa vida intelectual da época. Respeitado por todos, mesmo pelos maiores adversários, pelo seu vastíssimo saber e carácter incorruptível, voltou-se então para o problema da educação nacional e da formação da cultura superior entre nós. Lançou a idéia de uma sociedade de homens de letras, que só nos fins do século Machado de Assis e Joaquim Nabuco tentariam realizar, escrevendo em 1821, num dos muitos periódicos que gostava de publicar sozinho (por vezes anônimo ou sob pseudônimos como "Fiel à Nação", "Filopátris", "Escandalizado", etc.), o seguinte: "O redactor ha muito tempo meditava fazer uma *Companhia doméstica* de homens de letras, para em amigável conferência se lerem e discutirem as obras

(38) — "Atalaia", 1823; "Rebate Brasileiro contra o "Typhís Pernambucano", 1824; "Apelo à Honra Brasileira contra a Facção Federalista de Pernambuco" 1824; "História Curiosa do Mau Fim de Carvalho e Companhia à Bordoada de Pau-brasil" 1824; "Pesca de Tubarões do Recife, em Três Revoluções Anarquistas de Pernambuco", 1824, passim.

(39) — Vale Cabral — op. cit., pág. 25.

(40) — Silva Lisboa era de uma assiduidade admirável na Imprensa Nacional e parece mesmo que, em seu tempo, a maior parte dos officios da Junta Directora, dirigidos ao Governo, eram de sua lavra. Pelos livros de registro, que felizmente ainda existem, se vê o interesse que ele revelava pelo bom andamento e progresso da nossa primeira oficina tipográfica. Trabalhou e concorreu poderosamente Silva Lisboa para o engrandecimento da arte tipográfica entre nós. (Vale Cabral, op. cit., pág. 43).

sobre este assunto". (41) E já sonhava então com aquilo por que tão valentemente se bateria na Constituinte de 1823, a fundação da primeira Universidade brasileira. "Assim se estabelecerão as bases de uma bem fundada Universidade, de que tanto se ha mistér nesta grande terra d'América Meridional".

Se a Carta Régia de 1808 fôra a *Magna Charta* de nossa independência econômica, seria a Universidade a *Magna Charta* de nossa independência intelectual. E por isso lançou a idéia e bateu-se longamente na Constituinte pela fundação de uma Universidade na Capital do Império, a "Roma Americana", como dizia, onde, já estão os alicerces de uma grande estabelecimento literário. Temos, por assim dizer, bom casco de navio e vê-se já o edifício levantado, bem que ainda em miniatura, com aulas das ciências maiores, da academia de marinha, medicina, com biblioteca e tipografia pública, jardim botânico e de plantas exóticas e museu. Nos conventos e no seminário do Bispo Diocesano se ensinam teologia, instituições canônicas, etc. Só faltam os estudos de direito, para um curso jurídico, que o Tesouro pôde pagar sem grave encargo. Eis pois já uma Universidade quase formada". (41-A) E propondo que a esse corpo de estudos se incorporassem também "as artes", isto é, os estudos hoje chamados "técnicos", pois que — "assim se removerá o cisma, com que até agora, por vaidade e injustiça, se separavam as ciências e belas letras, das artes, não sendo aliás cada arte mais do que uma ciência prática, em que nas operações mecânicas mais ajuizadas se proporcionam meios e fins para imediato uso e proveito da vida". (42) Havia, pois, em Cairu, o sentido da verdadeira Universidade, daquele corpo harmonioso de estudos, como que reproduzindo o próprio corpo humano ou social em que todas as fôrmas de investigação se acham representadas, desde as mais práticas às mais abstractas, desde a história humana ou natural à metafísica, desde as artes mecânicas até às ciências teológicas. (43)

Sua divisa era então — "Vida sem letras é morte". Na mão dos escritores via ele os destinos do mundo, tanto para o bem como para o mal, de modo que a eles cabia

(41) — Vale Cabral, op. cit., pág. 2.

(41-A) — *Anais da Constituinte*. Sess. 27-8-1823.

(42) — *Anais da Constituinte*, 1823, passim.

(43) — Tristão de Athayde — *Estudos* — 4.^a série, 1931, págs. 218-220.

a maior das responsabilidades na marcha da civilização e no equilíbrio social — “Os escritores que imprimem as suas obras, escreve ele então, vêm a ser os mestres do mundo e têm, por consequência, em suas mãos, o circular veneno ou bálsamos literários, para destruir ou instruir o espirito dos povos”. (44)

O PARLAMENTAR

Começava então a fase final da vida pública desse nosso grande antepassado. Ia ser o seu canto de cisne por 10 ou 12 anos, mas tão alto, tão poderoso, tão benemérito, que nele como que concentro o supremo esforço de sua gloriosa existência. A atmosfera brasileira estava electrizada pela luta em favor da independência. O velho lutador sentiu-se rejuvenescer ao calor daquele ambiente carregado e mantendo intacta a pureza de sua atitude contra revolucionária, empenhou todo o seu saber e todo o seu extraordinário vigor em colaborar para a independência sem perda da unidade nacional, que foi sempre a primeira de suas preocupações políticas, e sem ruptura do regime estabelecido. Foi ele então o maior esteio moral e intelectual da dinastia e dos homens ilustres que a cercavam. Tal era o ardor patriótico de Cairu nessa fase agitada de nossa existência nacional, que distribuía ele mesmo, das janelas de sua casa, com quase setenta anos de idade, os folhetos que redigia e imprimia, em defesa da independência nacional! (45)

Um colosso como esse não poderia faltar à Constituinte. E não faltou. Lá o encontramos, em 1823, como deputado pela Bahia, falando sobre tudo, colaborando dia a dia, com o seu imenso saber (46), a sua memória prodigiosa, a sua dialéctica luminosa, o seu conhecimento fabuloso de história, o seu passado de jurisconsulto, de economista, de magistrado, de professor de filosofia, de humanista profundo, tudo a serviço da construção do Império. Sim, o que sentimos nessa geração de gigantes entre os quais a figura de Cairu é, sem dúvida alguma, das mais gigantescas, o que nela sentimos é a consciên-

(44) — “Constituição Moral”, op. cit., parte III pág. 131.

(45) — Vale Cabral — op. cit., pág. 34.

(46) — Discordando certa vez de Cairu, dizia entretanto Araujo Lima, o futuro Marquês de Olinda, regente do Império: — “Sr. Presidente, o honrado membro (Cairu) apresenta uma massa tal de conhecimentos, que facilmente esmagará aqueles que, como eu, se lhe oferecem em campo”. *Anais da Assembléia Constituinte*. Sess. 23-8-1823).

cia serena e sublime de estarem construindo um Estado, com uma sabedoria, com uma prudência, com um conhecimento de causa que nunca mais encontramos na história política de nossa pátria.

Dissolvida a Constituinte, voltando Cairu para os seus estudos e os seus trabalhos, não diminui em nada a sua prodigiosa actividade intelectual. Antes, como que se retemperou depois dessa campanha da Constituinte. Logo em 1824, quase septuagenário, começou a publicar outra obra que só por si bastaria para imortalizá-lo em nossas letras. E' um tratado de Civismo que vinha completar, no domínio da ética social, o que ele publicára cinco anos antes, no domínio da economia social. E' a sua tão injustamente esquecida — “Constituição Moral e Deveres do Cidadão”, livro que até hoje conserva uma vida e uma actualidade espantosas.

Quando, diz ele, todo o mundo fala em “constituição política e direitos do homem”, disseminados pelas idéias revolucionárias de França, que irradiaram pela América, é preciso que alguém mostre aos homens inflamados pela “política” e pelos seus “direitos” que — “não menos importam ao Bem Geral e ainda mais influem na felicidade dos Povos e duração dos Estados... (o estudo) da *Constituição Moral e Deveres do Cidadão*”. (47)

Isso que Augusto Comte iria apresentar como uma de suas grandes contribuições contra a Revolução Francesa, que só falava nos Direitos do Homem e esqueceu os seus deveres, o nosso patricio o apresentava muito antes dele, de modo magistral e com fundamentos muito mais profundos (48), nessa Ética Social em que até hoje tanto podemos aprender. No dia em que o Instituto Cairu possa reeditar todo ele ou parte desse livro admirável para ser distribuído gratuitamente pelas escolas públicas do Brasil, terá dado às novas gerações brasileiras não só a quintessência da sabedoria do seu velho patriarca, mas um catecismo cívico como hoje não poderia ser escrito melhor.

Outros volumes ainda publicou Cairu, por essa época, para uso das escolas e para ensinamento moral e reli-

(47) — “*Constituição Moral*”, op. cit., Introdução.

(48) — “A razão humana solitária, isto é, destituida do auxilio da Revelação Divina, não é sufficiente para bem entender e ainda menos para bem observar a Lei Natural e fazer um sistema de Moral Pura”. (“*Constituição Moral*”, parte I, pág. 31).

gioso das novas gerações. (49) O velho patriarca seguia o conselho que ele mesmo dera aos outros, aproveitando a sua gloriosa velhice para dar à mocidade a sùmula do seu saber e da sua experiência. (50)

O Governo por seu lado quis aproveitar por esse tempo o seu singular conhecimento de todos os acontecimentos políticos de que participára ou a que assistira, durante a sua longa existência, no momento mais agudo e dramático da história do Brasil, entre a Colônia e o Império, encarregando-o de ser o historiador oficial do Império nascente. Por um *motu proprio* de 7 de Janeiro de 1825 foi cometida a Cairu a tarefa de escrever a história política do Brasil, particularmente a partir de 1821 e tão depressa se pôs em trabalho apesar de seus quase setenta anos, que no mesmo ano de 1825 publicava uma "Introdução" à mesma e de 1827 a 1830, várias partes da "História dos Sucessos Políticos", que ficou incompleta. (51)

Só por esta época aliás, em Outubro de 1825, é que o velho José da Silva Lisboa, foi agraciado com o título de Barão e depois Visconde de Cairu.

No ano seguinte, com a reunião do primeiro Senado brasileiro, foi escolhido Senador pela sua própria província. Ia ser essa a última das suas tribunas. Por nove anos a fio, participou assiduamente dos trabalhos senatoriais, com o mesmo ardor, a mesma superioridade, a mesma espantosa erudição com que assombrara a Constituinte três anos antes. Seus discursos são, quase sempre, notáveis pela alta cultura e extraordinário bom senso. Orador sem retórica, de cenho carregado, pequena estatura, corpo engelhado pela moléstia que o curvava para o solo,

(49) — "Escola Brasileira ou Instrução Útil a Todas as Classes, Extraída da Sagrada Escritura para Uso da Mocidade". Rio, 1827, 2 vols., passim; "Leituras de Economia Política... Dedicadas à Mocidade". Rio, 1827, passim; "Cartilha da Escola Brasileira, para Instrução Elemental da Religião no Brasil". Rio, 1831, passim.

(50) — "Quanto mais os homens de letras crescem em idade, tanto é seu maior dever aplicar o seu descanso em úteis trabalhos literários. Que apreciáveis benefícios podem fazer os que souberem com bons compêndios facilitar a instrução do povo, especialmente em seus deveres morais e religiosos e nos misteres que mais asseguram e estendem os cômodos da vida?" ("Constituição Moral", op. cit., parte III, pág. 132).

(51) — "Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Brasil", Rio, 1825, passim; "História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil", 4 vols. (parte I, 1826; parte X, sec. I, 1827; id. sec. II, 1829; id. sec. III, 1830).

sem elegância de gestos ou de fórmulas, tinha entretanto, na tribuna, a mesma veemência de réplica, a mesma torrente de citações e argumentos, que o faziam um conversador inesgotável e um tremendo discutir. (52) “As idéias vêm em tropel”, começa assim um de seus discursos, “nem sei bem como as dirija”. (53) Assim era sempre, tal a riqueza da sua argumentação, cortada de citações de versos latinos, de textos das Ordenações do Reino, de artigos da Enciclopédia Francesa ou Britânica, de casos históricos, de livros recentemente publicados! O Visconde de Barbacena, outro gigante da época, dissentindo dele certa vez na discussão de uma lei sobre navegação, não teve em si entretanto que não exclamasse: — “A profunda sabedoria e espantosa erudição com que o nobre orador que me precedeu pronunciou o seu longo discurso, fez com que nós estivessemos atentos sem que o chamássemos à ordem”. (54)

Era essa a opinião geral do Senado (55), que ao dizer de Armitage, adversário das idéias de Cairu, era dominado por este. (56) O Senado continha, então, um grupo de homens de primeira ordem. Posso afirmar, por exemplo, que a discussão que aí se travou por essa época, e

(52) — “Tinha estatura pequena, corpo mirrado, fisionomia severa; seu maior prazer era discutir, para ter ocasiões de falar. Parecia brigoso, irascível, atrabiliário. Era, porém, imensa a sua bondade e generoso e grande o seu coração”. (Pereira da Silva. *Os Varões Ilustres do Brasil Colonial*, op. cit. vol. II, pág. 170).

(53) — *Anais do Senado*. Sess. 27-7-1826.

(54) — *Anais do Senado*. Sess. 20-7-1826.

(55) — Rodrigues de Carvalho: — “Eu respeito e sempre respeitei muito o ilustre Senador”; Visconde de Nazareth: — “Meu digno e sábio mestre cujas Luzes respeito”; Visconde de Caravelas: — “Grandes e belas idéias tem produzido, com a costumada erudição, o ilustre Senador, e bem dignas de se adotarem”; José Ignacio Borges: — “Mais instruído do que eu na história” e outra vez — “todas as vezes que fala o nobre Senador eu sempre aprendo”. (*Anais do Senado*. Sess. de 13 e 17 de julho e 1.º de Agosto de 1826; 28 de Setembro de 1830).

(56) — “A lei abolindo os privilégios da primogenitura e dos vínculos, que passara na Câmara dos Deputados, na sessão antecedente, foi nesta rejeitada no Senado por uma maioria de um voto, o que foi principalmente devido aos esforços do Visconde de Cairu, de quem já se tratou sob o nome de José da Silva Lisboa. Era um magistrado que contava perto de oitenta anos de idade, de uma integridade sem mancha; pobre, podendo ter se enriquecido, se se houvesse comportado como outros muitos, amável no trato privado e de muita erudição; porém com idéias religiosas e políticas atrasadas, de um século pelo menos (Armitage era protestante e liberal), acrescentando mais que quase

na qual tomou Cairu parte saliente, sobre o problema da usura, fica sendo até hoje o que de mais profundo se tem escrito em língua portuguesa sobre o problema! E foi, como todas, uma discussão em que o orador quando precisava ler qualquer texto de lei tinha de pedir a autorização expressa do Presidente!

Nessa assembléia de homens verdadeiramente superiores é que Cairu deixou o último rastro luminoso de sua luminosa trajectória, ao longo desses anos que marcaram a época até hoje mais gloriosa de nossa história.

O ESPÍRITO PÚBLICO DE CAIRU

E a sua coragem cívica só se igualava à sua memorável erudição. O elogio que ele fez em uma de suas obras, do Espírito Público, ele o realizou integralmente em sua vida ao serviço do bem comum. "O Espírito Público", escrevia em 1824 no seu tratado de Ética Social, "é o maior ornamento do bom cidadão, que até se oferece ao serviço nacional, ainda com sacrifício de sua vida e pro-

sempre exprimia essas idéias com demasiada violência e fanatismo (se o "fanático" é quem crê sem argumentar, foi Cairu o menos fanático dos homens, pois passou a vida justificando longamente as suas menores convicções). Pode-se facilmente compreender a preponderância deste indivíduo (é força de expressão...) em uma corporação, cujos membros eram, pela maior parte, já de idade avançada, quando se estabeleceu o sistema representativo". (John Armitage — *História do Brasil* pág. 120). Como vimos exuberantemente demonstrando, nada de mais falso que esse *anacronismo* de sua cultura que lhe apontavam adversários como Alencar ou Armitage. Timbrava em estar sempre a par do que de mais moderno se publicava e em 1821, escrevia. — "Os povos atrasados em literatura são como os meninos travessos que estragam tudo quanto lhes cai à mão". ("O Conciliador do Reino Unido", periódico, Rio, 1821, n. 7). E não menos falsa a acusação de que se recusava encarar as circunstâncias do momento. Sabia, isto sim, resistir às imposições da demagogia e Vale Cabral conta que, saindo uma vez do Senado, em dias agitados de 1830, e murmurando alguém, do meio do povo, que ele respeitasse a opinião pública, respondeu à multidão, com a sua coragem cívica de sempre — "Não conheço essa senhora" (op. cit., pág. 50). Mas antes já afirmara a necessidade de se atender ao espírito do tempo no que tem de justo e irresistível: — "Diz-se que a Opinião", escrevia em 1821 no seu periódico "O Conciliador do Reino Unido", -- "é a rainha do mundo, o que é grande verdade; em vão se luta contra ela, quando está fortemente pronunciada. Só cégos voluntários não viam os sinais dos tempos. E' inútil e mortífera a vacilação e demora, quando oculto e irresistível *força das coisas* impele para a acção e obra. Então a Resolução é a Cardial virtude dos Cabeças das Nações" ("O Conciliador do Reino Unido" 1821, número 1).

priedade. Isso é o que formou os heróis da história antiga e moderna. A nação onde o Patriotismo predomina ao Egoísmo, o Interesse do Estado prevalece ao Interesse dos indivíduos e ha grande cópia de homens dotados de Espírito Público adquire crédito de invencibilidade em todas as Nações". (57)

Foi ele e continua a ser, para nós, o modelo do varão intrépido, regamente dotado de Espírito Público. E esse espírito de sacrifício à causa social fazia-o sempre resistir à onda demagógica, que por tantas vezes tentou submergir o Brasil naquela época, como um século mais tarde continua a tentar submergi-lo. Em 1830 dizia no Senado: — "Bem atesta a história politica, religiosa e literária, ter havido homens que se animaram a opor-se a milhões e afinal reconhecer-se e adotar-se a sua razão e verdade". (58) E a 17 de Novembro desse ano trágico, na famosa sessão conjunta com a Câmara dos Deputados, naquela atmosfera febricitante em que vivia o Brasil desde que aqui haviam chegado as notícias da revolução de 1830, em Paris, foi Cairu, no testemunho insuspeito de Armitage, o único Senador que teve a coragem de afrontar a opinião dominante: — "O Senado estava descoroçoado", escreve Armitage. "Muitos dos seus membros não compareceram à sessão geral e dos que estavam presentes, poucos defenderam suas emendas. O Visconde de Cairu foi o único que sustentou suas opiniões com eloquência e coragem". (58-A) E no ano seguinte quando a patuléia assanhada pelos demagogos, apedrejava a casa desse homem, tão sábio quanto destemeroso, dizia sarcasticamente o ancião encanecido ao serviço da pátria, com o desdém pela morte daqueles que têm a consciência imaculada: "Deixem entrar esses fariseus. Provavelmente quererão fazer pele de vaqueta da minha barriga". (59)

O PATRIARCA

Aproxima-se dos oitenta anos! Ia chegando ao fim essa existência memorável e, entretanto, não cansava a pena inesgotável e a palavra candente. Ao mesmo tempo que no Senado diariamente acompanhava os debates sobre os assuntos graves da hora, prosseguia em sua obra de sociólogo, publicando em 1832 o seu "Manual de

(57) — "Constituição Moral", op. cit. parte III, pág. 33.

(58) — *Anais do Senado*. Sess. 28-9-1830.

(58-A) — John Armitage, op. e loc. cit.

(59) — Vale Cabral — op. cit., pág. 45.

Política Ortodoxa" (60) e os seus "Princípios da Arte de Reinar", em que reúne uma admirável série de máximas e de princípios, na arte difícil de reger os povos. E no mesmo ano vinha a lume o seu "Catecismo de Doutrina Cristã", com que se impunha também, entre tanta outra coisa de que foi o iniciador entre nós, como precursor da Acção Católica no Brasil!

A proximidade da hora suprema da vida eleva-lhe o espírito a tratar daqueles temas, que mais dizem respeito à eternidade que ao tempo. O sol chegava ao ocaso. Já no Senado começa a rarear a sua presença. Uma insidiosa moléstia de espinha curva-lhe cada vez mais as costas e fá-lo sofrer dores cruciantes. Sua voz, de vigorosa que era, torna-se velada e indistinta. E' o fim que se aproxima. E pouco antes que soassem as oitenta badaladas desse sino que, por toda a vida, só chamou os que o ouviram, para o bem e para o alto, entrega a alma a Deus em 20 de Agosto de 1835, esse homem cuja figura enche de santo orgulho os fastos de uma nação e só não pertence à galeria dos homens universais (61), porque temos sido até hoje ingratos para com essa vida e essa obra imortais.

(60) — "Parece-me que o princípio cardinal da Política Ortodoxa é o Bem de todos". (*"Política Ortodoxa"*. Rio, 1832, pág. 92) — "Ainda que uma Boa Constituição Política muito contribua para a Prosperidade Nacional elevando o espírito de todas as classes de pessoas, promovendo a instrução pública e garantindo os direitos de todos por Leis justas e regular Administração, contudo é necessário que cada um *faça o seu dever*, desde o Chefe da Nação até os indivíduos que carregam com os mais penosos trabalhos da vida". (Ibid. pág. 95).

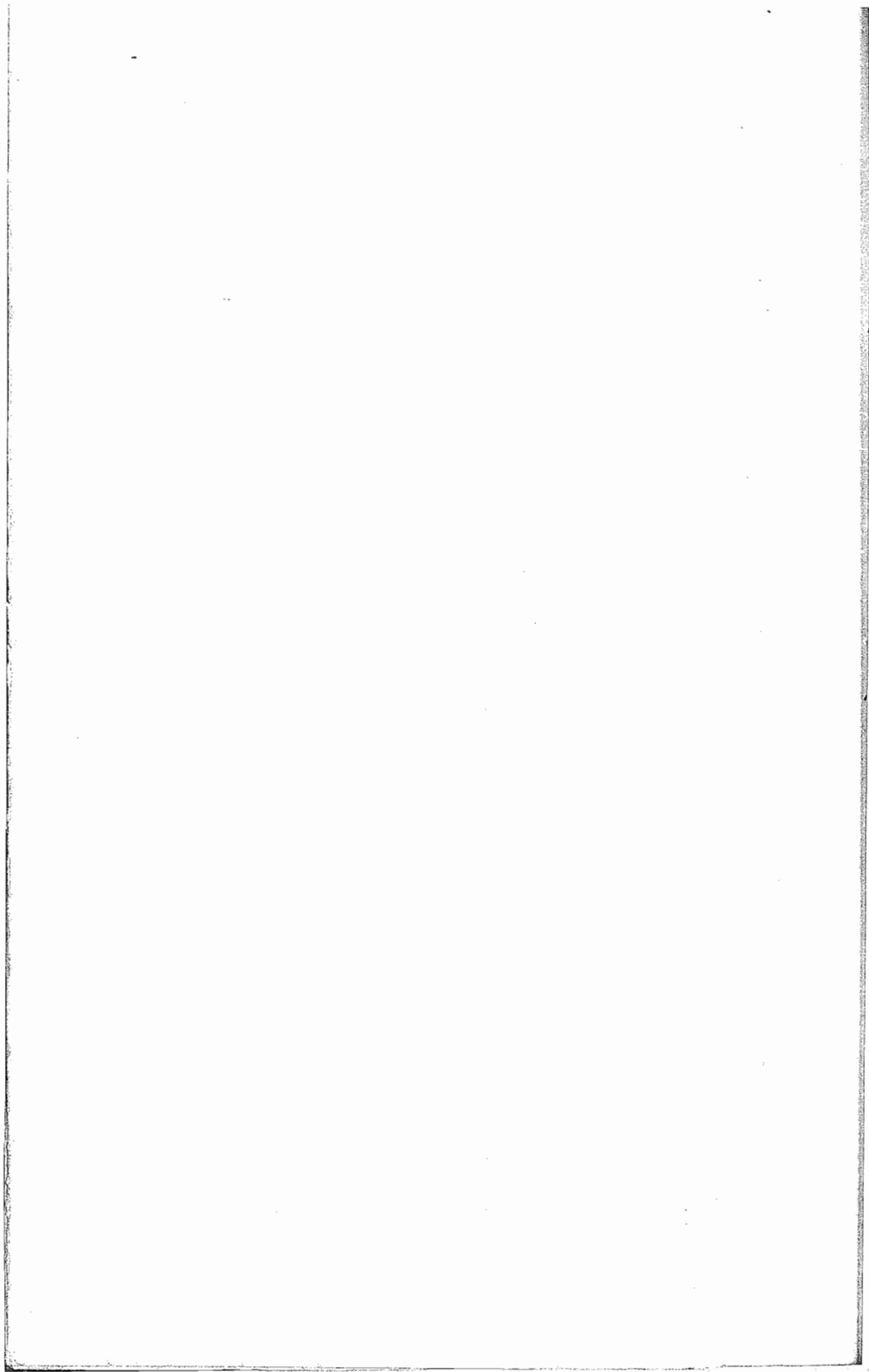
(61) — Cairu foi, como vimos, um humanista consumado e propulsor da cultura universal, pregando sempre a necessidade de se abrir, não apenas os portos do Brasil ao comércio do mundo, mas ainda as portas da inteligência brasileira à ciência e à sabedoria universal. "Os inventores nas artes e ciências, — dizia no Senado, defendendo a facilidade de naturalização para todos os que pudessem concorrer ao nosso progresso intelectual, — desde a mais alta antiguidade foram olhados como entes superiores... Ainda os artistas distintos em Artes liberais, como pintores e músicos, são dignos de atraírem ao nosso grêmio, sem prévias e rigorosas formalidades. Às vezes um só homem vale mais que mil para ilustrar uma Nação. O gênio deve ser cosmopolita, de todos os países. O fácil e gracioso recolhimento de tão úteis estrangeiros dá crédito ao Estado. Temos tido tanta facilidade em atrair ao Brasil cafraria, e não teremos franqueza para, de braços abertos, facilitar-se a importação da sabedoria?" (*Anais do Senado*. Sess. 26-5-1826).

Saibamos, já agora, reparar a nossa grande falta! Saibamos revelar de novo à posteridade, a esta Pátria que tanto lhe deve, às gerações de moços que ele tanto amou, o que foi esse varão de Plutarco, fundador intellectual de um Império e honra da nossa raça e do nosso engenho. "Um dos estudos mais instrutivos e deliciosos", escreveu ele em uma de suas obras, "é o da biografia ou descrição das Vidas dos Homens Ilustres. Quem não sente intenso affecto aos Heróis que deram dignidade à espécie humana?" (62)

Se as gerações brasileiras se habituaram a chamar José Bonifacio de Patriarca da nossa Independência Política, é mister que a posteridade se habitue a chamar Cairu de Patriarca de nossa Independência Moral e Intellectual.

Como ele próprio o disse certa vez no Senado: — "As vezes um só homem vale mais que mil para ilustrar uma nação". Foi o seu caso. Pois esse grande brasileiro, que enche de luz as origens da nossa independência, soube, a exemplo dos mais ilustres varões da história universal, não só bem servir à sua Pátria, mas ainda dignificar, como poucos, a Espécie Humana.

(62) — "*Constituição Moral*", op. cit., parte III, pág. 8.



INTRODUÇÃO

FORMAÇÃO ESPIRITUAL DE CAIRU

1. — Cairu foi um espírito polimorfo. Sua profunda erudição e sua extraordinária cultura científica projectavam-se na literatura humanística, histórica, filosófica, educativa, social, política, jurídica (1) e econômica da época em que viveu e em que pontificou como juriconsulto, magistrado, publicista, professor, político, parlamentar, sociólogo e economista.

Mas foi, indiscutivelmente, sob este último aspecto, isto é, o de economista, que sua reputação se firmou em definitivo no cenário cultural e científico de Portugal e do Brasil e sua figura grandiosa se reflectiu muito além das fronteiras de ambos os países.

A seu respeito escreve Augusto Alexandre Machado: “José da Silva Lisboa, o homem-lealdade, o homem-energia, o homem-intransigência, o homem-ponderação, foi, entre nós, o iniciador dos estudos econômicos, como conhecedor e divulgador das idéias de Adam Smith. Sua exposição clara, profunda, sincera, segura, convincente, vale bem o renome que alcançou como o primeiro economista brasileiro neste país em que ainda hoje os estudos econômicos são, para a maioria das elites frívolas, superficiais e desinteressadas pelos grandes problemas

(1) — Seu tratado *Princípios de Direito Mercantil*, publicado em 1798, é considerado o melhor trabalho sobre o assunto divulgado no Século XVIII. O Professor Tullio Ascarelli, da Universidade de Roma, em carta ao Professor José Ferreira de Souza, catedrático da Universidade do Brasil, escrita em 1941, declara considerar Cairu o maior comercialista do Mundo, no seu tempo. Maior do que Targa, Baldassarri e Azuni e talvez mesmo do que Pardessus, acrescentando que a parte referente ao Seguro é tão perfeita e actual que parece elaborada ha pouco tempo.

da administração, mera literatura sem atractivos nem utilidade". (1)

De suas numerosas obras sobre Ciência Económica, duas se distinguiram inconfundivelmente de todas as demais: — os *Princípios de Economia Política* e os *Estudos do Bem Comum e Economia Política*, a primeira publicada em 1804 e a segunda, quinze anos depois, isto é, em 1819.

ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLITICA

2. — Nos *Princípios*, Cairu, já com a meditação própria dos 48 anos, expõe as idéias fundamentais da Ciência Económica e analisa minuciosamente a obra de Adam Smith, acentuando a excelência da investigação e refutando as críticas à mesma oferecidas.

Cairu tinha em tão grande merecimento o notável instituidor da Ciência Económica, que chegou ao ponto de afirmar, em nota à página 244 de seus *Princípios*, servir de escusa à veemência com que rebatia as críticas de Rodrigues de Brito "também a paixão que tenho por Smith", embora antes dissesse que a esse Autor tributava somente respeito, mas não idolatria. (2)

Talvez essa admiração sem limites o levasse a promover uma tradução resumida da obra de Smith por seu filho Bento da Silva Lisboa, sob o título — *Compêndio da Obra Riqueza das Nações* — e a publicá-la na Imprensa Régia do Rio de Janeiro, nos anos de 1811 e 1812, em três tomos.

Os *Princípios de Economia Política* estão, na realidade, divididos em três partes, ainda que no texto original não estejam as mesmas consignadas expressamente: *parte geral*, *parte especial* e *conclusões gerais*.

Na *parte geral*, são tratadas as definições, os princípios e os sistemas de Economia Política; na *parte especial*, há um estudo completo a respeito dos elogios e das críticas dirigidas à obra de Adam Smith; e, finalmente, nas *conclusões gerais* o autor apresenta suas observações sobre as idéias filosóficas e as doutrinas políticas dos sistemas de organização económica vigentes na época.

Em seus *Princípios*, Cairu inicia a *primeira parte* do trabalho tratando da felicidade social e da importância

(1) — Augusto Alexandre Machado — *Cairu e a Escola Liberal* — in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* — N. 62 — Salvador, 1936. 1 vol. — in-8.º de 400 págs., pág. 373.

(2) — Pág. 98 desta Edição.

dos estudos da Economia Política para atingir esse objectivo; dá notícia dos clássicos sobre essa matéria e preconiza uma política simples para o regime estatal. Estabelece os princípios gerais da Ciência Económica e trata, ao mesmo tempo, dos erros e parcialidades dos sistemas de Economia Política então vigentes na organização económica das diversas Nações. (1)

Passa, em seguida, ao estudo e à exposição dos princípios essenciais de Quesnay, então chefe da escola económica francesa, e também dos da nascente escola smithiana; compara esses dois sistemas para estabelecer, com nitidez e exactidão, as diferenças características que separam os fundamentos racionais e experimentais daquelas duas correntes que dominavam o pensamento económico da época, a fim de concluir pela excelência da obra do celebrado escocês. (2)

Na *segunda parte*, invoca as respeitáveis autoridades de Dugald Stewart, Germain Garnier, Frederico Gentz, Francis Bacon, David Hume e vários outros para justificar as idéias e os princípios do sistema smithiano. (3)

Seguem-se, depois, dois capítulos em que expõe e analisa o merecimento e as objecções atribuídas à obra de Smith, comparando o trabalho, então, em moda e em voga, de Jacques Stewart com as recentes inovações de Adam Smith, no terreno difícil da fundamentação das nascentes teorias e doutrinas económicas sobre o valor, preço e formação do capital. (4)

Em capítulo especial, defende as idéias de Adam Smith contra várias críticas contidas em um opúsculo anónimo, publicado em Londres no ano de 1797, e dedica ainda outro capítulo ao minucioso exame da crítica que o eminente economista português Dr. Joaquim José Rodrigues de Brito, (5) o autor das *Memórias Políticas*, faz contra Adam Smith e discorda com veemência deste famoso publicista. (6)

(1) — Capítulos: I, II e III.

(2) — Capítulos: IV, V e VI.

(3) — Capítulos: VII e VIII.

(4) — Capítulos: IX e X.

(5) — Joaquim José Rodrigues de Brito — *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações Principalmente de Portugal* — Lisboa, 1803. 3 vols.

(6) — Capítulos: XI e XII.

Finalmente, na *terceira parte*, Cairu conclui seu excelente trabalho, rico de observações originais e de notáveis conceitos pessoais, ainda escaldantes de actualidade, com um capítulo inteiramente consagrado à análise da perfeição filosófica e da rectidão política das doutrinas económicas de Adam Smith. (1)

“Os *Princípios de Economia Política* são — como observa Amzalak — um esboço, um ensaio dos princípios doutrinários que mais tarde iria Silva Lisboa defender em trabalhos de mais tomo, em livros, folhetos e artigos de uma extensíssima bibliografia, que dedicou à defesa dos interesses nacionais e legou à Ciência” (2)

Na realidade a obra de Cairu, embora escrita há mais de século e meio, revela notáveis conhecimentos, ainda em plena vigência no domínio da Ciência Económica. Muitos supostos neologismos usados na linguagem técnica hodierna nada mais são do que arcaísmos já empregados no livro do nosso Autor.

A grandiosidade de uma obra cultural não se mede apenas pelo valor de suas concepções gerais, mas também pela minuciosidade dos conceitos que encerra.

Em numerosas passagens da obra analisada, vamos encontrar a noção exacta de *princípio experimental* como base física da Ciência; a idéa precisa de *lei física* e de *lei social*, ambas sujeitas a um determinismo estatístico; o conceito rigoroso de *ciência*; a *periodicidade dos fenómenos sociais*; a *mútua dependência geral dos fenómenos económicos* e a sua subordinação a um conceito probabilitário; o objecto da *economia política* e a extensão do seu conceito; os *princípios fundamentais* da Ciência Económica; a estrutura dos *sistemas económicos*; os conceitos de *riqueza*, de *valor*, de *moeda* e de *preço*; a *teoria quantitativa da moeda*; a extensão do conceito de *capital* e a idéa de *capital fixo* e de *capital circulante*; a *inteligência como factor da produção*; os fundamentos da *Organização Racional do Trabalho* e os da *Racionalização Económica*; a *política comercial* e a *balança mercantil*; o *livre câmbio* e o *monopólio*; a *liberdade de navegação* e a *abertura dos portos*; a *antevisão da análise intersectorial*; a noção de *pleno emprego*, a de pro-

(1) — Capítulos: XIII.

(2) — Moses Bensabat Amzalak — *Economistas Brasileiros* — José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu — in Brasília — Vol. II — Coimbra, 1943, 1 vol. — in-8.º de 922 págs. — pág. 313.

atividade e a de *produto* ou *serviço gravoso*; os elementos essenciais do *salário mínimo*; a noção de *renda nacional* e a concepção moderna de *luxo*. (1)

Além desses interessantes conceitos, tratados dentro de rigor compatível com a época, vamos encontrar ainda uma magnífica opinião sobre o *ensino universitário da Economia Política*; a noção de *equilíbrio econômico* e a antevisão dos *teoremas dos custos comparados*, do *deslocamento de riqueza* e o de *Jevons-Walras*; as bases de um *Código Econômico*; um juízo seguro sobre *autarquia estatal*; apreciação sobre o *futuro alimentar da Humanidade*; o papel da *indução e da dedução* na pesquisa econômica e a noção das *leis da oferta e da procura*. (2)

Como vemos, são 42 contribuições admiráveis trazidas, há mais de século e meio, ao progresso da Ciência Econômica.

A repercussão desse trabalho foi, pois, notável no cenário cultural do Brasil, de Portugal e de vários outros países da América do Sul, especialmente nos do estuário do Prata.

“Os ensinamentos desse livro não ficaram circunscritos apenas ao território brasileiro. Atravessaram suas fronteiras e vieram influir, de maneira decisiva, no pensamento social da América Espanhola, pois foi nessa obra que formou seu espírito econômico Lucas José Obes, nome também ligado a uma trindade de Nações que, nos mesmos anseios de paz e de prosperidade, estão unidas por laços indissolúveis de tradição solidária para destinos comuns. Quero referir-me à República Argentina, ao Uruguai e ao Brasil, pois Lucas Obes nasceu na Argentina, exerceu a sua actividade política no Uruguai e morreu exilado no solo de minha pátria.

Com efeito, tal obra de Cairu exerceu preponderante influência nas idéias econômicas de Lucas José Obes, então prior do Consulado de Montevideu durante a Cisplatina em 1817, e ainda, posteriormente, orientou a sua ação política e administrativa, quando Ministro da Fazenda da República Oriental do Uruguai, em 1834”. (3)

(1) — Ver índice alfabético das matérias.

(2) — Ver índice alfabético das matérias.

(3) — L. Nogueira de Paula — *Síntese da Evolução do Pensamento Econômico no Brasil* — Rio de Janeiro, 1942. Imprensa Nacional — 1 Vol. in-8.º de 198 págs. — pág. 16.

Na República Argentina, fez-se também sentir a influência cultural do Mestre: "Instalado definitivamente na administração pública do Reino Unido, traduziu em 1810 a obra de Mariano Moreno, escrita em 1809 na cidade de Buenos Aires e intitulada: *Representação dos Lavradores*, obra essa considerada o marco histórico da Ciência Econômica naquela República. Cairu traduziu a *Representação dos Lavradores*, de Mariano Moreno, e a publicou no Rio de Janeiro pela Imprensa Régia. Acompanhou essa famosa versão, em apêndice, um *Exame dos Efeitos do Novo Regulamento nos Interesses Comerciais do Brasil*, feito por Cairu". (1)

E tudo isso, não obstante já haver sido vertida para o castelhano, desde 1794, a obra mestra de Adam Smith, que apareceu na Espanha sob o título *Investigación sobre la Naturaleza y las Causas de la Riqueza de las Naciones*, traduzida por José Alonso Ortiz. (2)

O valor excepcional e o merecimento inquestionável dos *Principios de Economía Política* residem exactamente na unidade espiritual que presidiu a feitura desse admirável trabalho, escrito na infância da Ciência Econômica, antes mesmo do aparecimento ou da vulgarização dos clássicos ingleses e franceses que plasmaram a nova Ciência.

"Sendo homem muito lido e conhecendo familiarmente as linguas hebraica, grega, latina, francesa, inglesa, italiana e espanhola, acompanhava todo o movimento político, científico e literário da Europa e da América do Norte; não perdia a leitura das gazetas inglesas do seu tempo e transcrevia delas aquilo que julgava adequado às circunstâncias do País, fazendo-lhe as considerações que lhe sugeriam". (3)

Isso sem perder, contudo, essa unidade de pensamento a que aludimos e que empresta ao trabalho o vigor de uma potência intelectual extraordinária para a época em que viveu e para o local em que meditou e escreveu sobre um assunto novo, ainda em formação nos centros mais civilizados do mundo.

(1) — L. Nogueira de Paula — *Obra citada* — pág. 17.

(2) — Adam Smith — *Investigación sobre la Naturaleza y las Causas de la Riqueza de las Naciones* — Tradução castelhana de José Alonso Ortiz — Valladolid, 1794.

(3) — Moses Bensabat Amzalak — *Economistas Brasileiros* — José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu — in *Brasília* — Vol. II — Coimbra, 1943. 1 vol. — in-8.º de 922 págs. — pág. 286.

CAIRU INSPIRADOR DE RICARDO?

3. — A leitura atenta e a meditação profunda sobre o conteúdo e a forma das obras de Economia Política, elaboradas pelos grandes pensadores dos fins do Século XVIII e princípios do Século XIX, mostram-nos não só que quase todos se fundamentaram nas mesmas idéias dominantes na época, mas ainda nos princípios formulados pela nascente escola smitiana.

Todavia, o que ressalta, sem dúvida, à meditação mais penetrante e à análise mais percuciente das obras de Cairu e de Ricardo, é a identidade espiritual observada nos escritos de ambos, levando-se em conta, evidentemente, a influência extraordinária que poderia exercer, sobre um, a proximidade dos centros da erudição européia; e sobre o outro, a modesta amplitude cultural de uma província brasileira desprovida de ensino superior.

A pesquisa científica, quase nunca, é privilégio de um cérebro isolado; sofre, quase sempre, a influência do meio e realiza-se ou pela interacção psicológica de indivíduos subordinados em equipe, ou pela permuta espontânea de idéias que preocupam simultaneamente a vários pensadores isolados.

Daí a aceleração vertiginosa do progresso científico nos grandes centros culturais e o seu retardamento natural nos pontos isolados da inteligência universal.

Sob esse aspecto é que devemos entender Cairu e Ricardo, sem perder de vista ainda o espaço temporal que media entre a obra de um e a do outro.

E', finalmente, o que confessa o grande biógrafo de Ricardo quando afirma: "E' certo que quase todos os elementos da construção ricardiana se encontram nas obras dos economistas anteriores, mas a Ricardo pertence a glória de os ter coordenado e integrado, por forma harmônica, numa teoria completa". (1)

Seja como fôr, é facto que se evidencia desde logo que ambos nunca deixaram de ter pontos de contacto na análise e na exposição dos fenómenos económicos pertinentes à liberdade de comércio e às suas consequências na política de expansão dos povos e Nações.

"E' que David Ricardo foi um dos espíritos mais lúcidos e brilhantes do pensamento económico britânico;

(1) — Moses Bensabat Amzalak — *David Ricardo* — Lisboa, 1936. 1 vol. in-16 de 80 págs. — pág. 42.

e ao passo que os seus pares raciocinaram objectivamente sobre os casos quotidianos da vida econômica, Ricardo, partindo desses mesmos casos pela sua potentíssima inteligência, elevou-se às mais puras regiões da especulação, e aí, mantendo o seu método abstracto, deu à Ciência tão grande impulso, que este, ainda hoje, se faz sentir nas escolas matemática e psicológica". (1)

Cairu e Ricardo apresentavam entre si grande afinidade espiritual, não só em virtude da época em que viveram, mas também pelas preocupações científicas que dominavam a inteligência de ambos.

Eram fervorosos adeptos das teorias e doutrinas smitianas e sinceros admiradores da vigorosa dialéctica desse notável pensador.

Suas obras evidenciam a mesma forma expositiva, redigidas com o mesmo estilo redundante e prolixo, mas com um raciocínio matemático seguro, sem contudo empregarem a algoritmia peculiar, nem tão pouco um algebrismo decepcionante.

A interpretação científica dos fenômenos econômicos era o objecto e a finalidade evidentes das cogitações de ambos, com idêntica intenção de enunciarem verdadeiras proposições, susceptíveis de serem formuladas sob o aspecto de rigorosos teoremas, capazes de perfeitas demonstrações posteriores.

Já não se contesta mais hoje a origem portuguesa de David Ricardo (2) que da Holanda passou à Inglaterra, onde viveu e prosperou.

Ricardo, que estudou comércio em uma escola da Holanda e foi, posteriormente, banqueiro em Londres, não deveria ignorar o idioma de Camões, pois os judeus holandeses, emigrados de Portugal, até há pouco faziam as escritas das suas casas comerciais em língua portuguesa, e isso por inércia, em continuação talvez à escripturação anterior, ou para resguardar melhor o princípio, então vigorante, de que o segredo era a alma do negócio.

Aliás, em livro posterior ao de Ricardo, isto é, nos *Estudos do Bem Comum e Economia Política*, publicado em 1819, Cairu não esconde a sua admiração por esse grande espírito da escola inglesa, como quem acalenta com carinho suas próprias idéias, quando declara:

(1) — Moses Bensabat Amzalak — *David Ricardo* — Lisboa. 1936. 1 vol. in-16 de 80 págs. — pág. 11.

(2) — Moses Bensabat Amzalak — *David Ricardo* — Lisboa, 1936, 1 vol. in-16 de 80 págs. — pág. 13.

“Vali-me com preferência das doutrinas de Smith, Malthus, Ricardo, que sobressaem como escritores originais, profundos e didácticos, e que se podem intitular os triúmviros da Economia Política, por terem elevado à dignidade de Ciência esta literatura, e contribuído para o seu progresso com rapidez e maior número de princípios exactos, mostrando os erros das antecedentes opiniões comuns. Smith a caracterizou como um ramo da ciência do legislador e do homem de Estado. Malthus afirma ser a única ciência de que talvez se possa dizer que a ignorância dos seus capitais aforismos não é só privação de bem, mas grande positivo mal. Ricardo se propôs resolver o que chama principal problema da importante Ciência da Economia Política, o determinar as leis que, nos diferentes estados da Sociedade, progressivo, estacionário ou retrógrada, regulam a distribuição dos produtos da terra segundo as proporções que competem às suas diferentes classes a título de salário, proveito e renda. Todos estes insignes mestres fazem ver que, na ordem social, nada é vago e arbitrário, e tudo depende de leis constituídas pela Inteligência Infinita que ligou o físico ao moral, e assegurou a observância das mesmas leis por imutáveis sanções de miséria ou felicidade, vida ou morte dos indivíduos ou estados”. (1)

Numerosas passagens dos *Princípios de Economia Política* (2) encerram verdadeiros teoremas de *Comércio Internacional*, semelhantes, na forma e no fundo, com o mesmo estilo redundante e prolixo, aos do Capítulo VII da obra de David Ricardo — *Princípios de Economia Política e do Imposto*, cuja primeira edição apareceu, em Londres, no ano de 1817.

Tudo indica, pois, a possibilidade de que Cairu tenha sido, pelo menos em parte, inspirador de Ricardo, que por sua vez foi também inspirador de Cournot, o genial instituidor da Economia Matemática.

Com efeito, são de Cairu os seguintes teoremas de Economia Política, que se podem enunciar:

I — Se a actividade económica de preferência e exclusividade da agricultura fosse universalmente adoptada,

(1) — José da Silva Lisboa — *Estudos do Bem Comum e Economia Política* — Rio de Janeiro, 1819-1820. Imprensa Régia. 2 vols. in-4.º vol. I — pág. IX.

(2) — Capítulos: IV — pág. 156; X — pág. 230; XIII — pág. 265, desta Edição.

tenderia a barbarizar e empobrecer as Nações, impedindo a cooperação voluntária e recíproca entre os povos e impossibilitando a maior produção de frutos da natureza e produtos manufacturados, o que não permite a cada individuo aplicar-se à actividade económica de maior rendimento pessoal e local a fim de trocar o que fabrica, com maior produtividade ou rendimento, pelo que necessita. (1)

II — E' condição necessária para maior produção e melhor distribuição da riqueza que cada individuo trabalhe, em corpo e espirito, em actividade que mais souber e puder e que livremente possa trocar o supérfluo, segundo os gostos legítimos e carências efectivas. (2)

III — Sendo cada região adequada a determinada cultura, é preciso o exame atencioso do que convém plantar na própria região, daquilo que convém comprar no exterior, a fim de proporcionar maior rendimento à indústria e melhor emprego de capital. (3)

Ora, o grande geômetra Octacilio Novais da Silva, que foi sem dúvida o maior espirito científico que já serviu à Economia Política entre nós, assim enunciou os casos gerais dos teoremas de David Ricardo sobre a *divisão internacional do trabalho* e sobre o *deslocamento de riquezas*:

I — E' condição necessária e suficiente para que um mercado *A* convenha produzir somente o bem *M*, adquirindo por troca o bem *N*, e que ao mercado *B* convenha produzir somente o bem *N*, adquirindo por troca o bem *M*, que, no mercado *A*, a produtividade do bem *M* seja maior do que a produtividade do bem *N* e, no mercado *B*, a produtividade do bem *M* seja maior que a produtividade do bem *N*. (4)

II — Para que um mercado *B* importe a riqueza *M* do mercado *A* é imprescindível que o preço de custo de produção da riqueza *M*, produzida em *A* para ser vendida em *B*, seja menor que o preço de custo da riqueza considerada, produzida em *B*, para ser vendida no mesmo

(1) — Capítulo IV — pág. 156 desta Edição.

(2) — Capítulo X — pág. 230 desta Edição.

(3) — Capítulo XI — pág. 265 desta Edição.

(4) — L. Nogueira de Paula — *Obra citada* — pág. 98.

local, mais as perdas provenientes da utilização de capitais em *B* na produção da riqueza *M*. (1)

Pergunta-se: não estariam no conteúdo e na forma das proposições de Cairu a fonte e a estrutura dos teoremas de Ricardo?

Tudo leva a crêr que, de facto, Ricardo se inspirou também na obra de Cairu.

Acresce a esses argumentos a circunstância de haver Ricardo fundamentado o seu vigoroso raciocínio sobre factos relacionados com o comércio entre Portugal e a Inglaterra, como muito bem evidencia Amzalak quando escreve: "Uma outra teoria de David Ricardo que ficou célebre é a do comércio internacional.

Esta teoria foi baseada no famoso exemplo de comércio entre Portugal e a Inglaterra.

Em que consiste este exemplo? E em que consiste esta teoria?

As condições de produção de panos e vinhos em Inglaterra e Portugal são desiguais, ao passo que Portugal tem condições de superioridade quanto à produção vinícola, a indústria textil na Inglaterra trabalha relativamente em melhores condições do que em Portugal.

Se estes países estivessem isolados, sem meios de poder realizar as suas trocas internacionais, cada um teria de produzir o seu vinho e os seus tecidos. Aconteceria que a Inglaterra para produzir a quantidade *I_p* de panos precisaria de empregar 100 operários e para produzir a quantidade *I_v* de vinho teria necessidade de empregar 120 operários anualmente.

Vejamos agora o que sucedia em Portugal: para produzir as quantidades *I_p* de tecidos e *I_v* de vinho carecia respectivamente de 90 e 80 operários.

Mas as condições políticas e económicas permitem as trocas internacionais, e então sucede o seguinte: Portugal não tem a mínima vantagem em produzir, no seu território, tecidos e importa-os da Inglaterra, pagando-os com o vinho que exporta para o Reino-Unido que, por sua vez, lhe não convém produzir vinho". (2)

E conclui o mesmo biógrafo em seguida: "Deste exemplo tiram-se as duas seguintes conclusões teóricas:

(1) — L. Nogueira de Paula — *Obra citada* — pág. 98.

(2) — Amzalak — *David Ricardo* — Lisboa, 1936. 1 vol. in-16 de 80 págs. — págs. 31 e 32.

1.º) Quando um país produz duas mercadorias, ambas em condições mais vantajosas que as do estrangeiro, mas a primeira com vantagem comparativamente maior de que a segunda, é sempre preciso produzir a primeira e importar a segunda.

2.º) Quando um país produz duas mercadorias, ambas em condições menos vantajosas que o estrangeiro, mas a primeira com uma desvantagem comparativamente maior do que a segunda, é sempre preciso importar a primeira e produzir a segunda". (1)

Referindo-se ainda à potência intelectual de Ricardo acrescenta Amzalak: "Economista de raros dotes intellectuais, investigador perspicaz, afortunado homem de negócios na velha *city*, Ricardo é sem dúvida das maiores figuras da economia clássica da Grã-Bretanha.

E' também essa a opinião insuspeita de Charles Gide que considera, depois de Adam Smith, David Ricardo como o maior economista inglês. (2)

Se, como ficou evidenciado, esse insigne expoente da inteligência brasileira de outrora influiu sobre outra inteligência não menos ilustre e brilhante como a de Ricardo, quem, com sinceridade, boa fé e imparcialidade, poderia negar o extraordinário valor intelectual de Cairu, sua notável erudição e sua profunda cultura econômica?

ESTRUTURA FORMAL DESTA EDIÇÃO

4. — Quando o eminente escritor E. Vilhena de Moraes, Director do Arquivo Nacional, em comemoração aos centenários de Portugal, fez publicar oficialmente uma edição facsimilar da *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, declarou textualmente no *Prefácio* que escreveu para a citada edição comemorativa: "Do ponto de vista da apresentação tipográfica, esforçaram-se, com o zelo de sempre, as Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, por conservar, quanto possível, com a mesma ordem das páginas, do emprego dos caracteres e mesmos sinais diacríticos, o primitivo aspecto da obra. As citações foram, na generalidade, revistas, e, dos erros tipográficos, emenda-

(1) — Amzalak — *David Ricardo* — Lisboa, 1936 — 1 vol. in-16 de 80 págs. — pág. 34.

(2) — Amzalak — *David Ricardo* — Lisboa, 1936 — 1 vol. in-16 de 80 págs. — pág. 9.

dos, inclusive na própria Errata, os que o próprio autor não teria deixado passar.

Foram, no mais, respeitadas as suas singularidades gráficas e gramaticais. Entre estas, o abuso, ou melhor, a superstição das maiúsculas, que neste volume, então, tratando-se de pessoa real, chega ao auge. Não fosse esta uma edição facsimilar, e teríamos, certamente, com vantagem para a popularidade literária de Cairu, suprimido o mais possível essas encostas fatigantes a que, tão a miúdo, se tem de alçar o leitor, razão pela qual, muitos, talvez, sem saberem o que perdem, o abandonam". (1)

E poderia ter acrescentado também, entre os elementos e as imperfeições que conservou nessa edição comemorativa, a abundante adjectivação qualificativa e o horroroso abuso da pontuação, à maneira dos textos ingleses a que se achava ligado o nosso Autor, pela própria formação de seu espírito e pela própria natureza de sua cultura britânica.

Pois bem, esta edição, que se destina a difundir e a divulgar a obra de Cairu no bicentenário do seu nascimento ocorrido na Bahia, em 16 de julho de 1756, não obedeceu absolutamente a tal critério. Ao contrário, adoptamos a ortografia oficial da lingua portuguesa, como nas edições modernas de Camões; uma pontuação sóbria, mais consentânea à índole do nosso idioma; a supressão do abuso das maiúsculas, ora em completo desuso, e também a de muitos sinais diacríticos, hoje não mais necessários; o destaque ou paragrafação das enumerações normativas ou enunciativas, em vez de sua promiscuidade no texto do livro; a abstenção de abreviações injustificadas, porque muitas vezes pouco inteligíveis; e, finalmente, inserimos, no *apêndice*, que acrescentamos ao livro, a tradução das citações em lingua francesa, castelhana e latina, uma vez que o próprio autor apresenta, já vertidos para o português, os textos ingleses que invoca ou transcreve.

Aliás, a volúpia dessa floresta de citações não passou despercebida de Amzalak, quando afirma: "Era o erudito brasileiro muito versado na literatura de quase todos os povos. Nos seus tratados e escritos gostava de citar e transcrever os trechos de vários autores notáveis e ver-

(1) — E. Vilhena de Moraes — *Prefácio in Memoria dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI.* — Rio de Janeiro, 1940, 2.^a Edição — Arquivo Nacional — 1 vol. in-8.^o de VIII e VIII — 168 págs. — pág. VII.

so dos mais famosos poetas portugueses, latinos e gregos; as obras de Horácio, Virgílio, Lucrécio, Sêneca, Cícero, Tácito, Ovídio, Juvenal, Homero, Sócrates e outros poetas e filósofos eram-lhe familiares, daí vem que constantemente apresentava passagens deles adaptáveis ao caso que escrevia ou discutia". (1)

E o próprio Cairu no *Prólogo* já reconhecia naquela época e com razão: "Talvez pareçam importunas as citações latinas que já passaram de moda". (2)

Além disso, para facilitar a leitura do livro ou a pesquisa da matéria do seu conteúdo, organizamos um *vocabulário* com os termos próprios de Cairu em uso na época, e ainda a *bibliografia* dos autores clássicos citados no texto, a dos pensadores e filósofos a cujas idéias se prendeu, e a dos economistas e precursores invocados. Por fim, inserimos também *índices alfabéticos* dos nomes geográficos, mitológicos e personativos, o dos autores citados e o das matérias tratadas na obra.

Estamos a serviço da Economia Política, a qual já devotamos mais de um terço de século, nunca, porém, ao da minuciosidade histórica recreativa ou a de um nacionalismo injustificado no domínio da ciência desinteressada.

Organizamos, por isso, uma edição para ser lida, analisada e meditada pelos estudiosos e apreciadores da Ciência Econômica e não apenas um trabalho para ornamento das estantes de bibliófilos ou para servir de passatempo curioso aos que se aprazem no exame subtil de raridades do nosso passado literário.

Com esse objectivo, isto é, o de facilitar a leitura e a compreensão do livro, escrevemos um resumo comentado para cada capítulo, expondo sucintamente a matéria tratada, como se fosse uma apreciação didáctica de aula, ou melhor, organizamos uma síntese do que está desenvolvido no texto original, com uma linguagem técnica actualizada, todas as vezes em que não foi possível o uso das mesmas expressões correntes de Cairu. Nesse resumo, pusemos, constantemente, em evidência o valor dos conceitos emitidos, ou vulgarizados de outros escritores, e a opinião do mestre, muitas vezes de escaldante bom senso, cultura, erudição e actualidade.

(1) — Moses Bensabat Amzalak — *Economistas Brasileiros José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu* — in *Brasília* — vol. II — Coimbra, 1943, 1 vol. in-8.º de 922 págs. — pág. 286.

(2) — *Prólogo* — pág. 67.

O próprio resumo já encerra o nosso comentário e procura traduzir o pensamento de Cairu à luz do estado actual da Ciência Económica.

Só assim poderíamos enaltecer o valor excepcional de Silva Lisboa e subscrever as magistrais palavras de exortação à mocidade estudiosa, com que Augusto Alexandre Machado encerrou sua oração sobre *Cairu e a Escola Liberal*: "Diante do monumento de sua obra imprecível, passarão, em atitude respeitosa, as novas gerações, pressurosas no alimentar, com fervor indizível, a chama perene das nossas tradições, fonte inesgotável de nossos estímulos, impulsionados pelo brilho imarcessível da luz, que se derrama e se infiltra na alma da mocidade, inspirando forte confiança nesse futuro, que nasce e renasce, nesse estuar de energias promissoras, nesse aparecer de cintilações estelares, na constelação dos nossos feitos gloriosos, testemunho admirável da grandeza da fé e do civismo, que dominam os anseios e as aspirações do povo brasileiro". (1)

PALAVRAS FINAIS

5. — Não poderíamos, entretanto, terminar esta *Introdução* sem consignar em suas páginas o estímulo que nos deram os professores Augusto Alexandre Machado, catedrático da Universidade da Bahia, David Antônio da Silva Carneiro, catedrático da Universidade do Paraná, Alde Feijó Sampaio e Altamirano Nunes Pereira, catedráticos da Universidade do Brasil, para que empreendemos este trabalho. Ao acadêmico Alceu Amoroso Lima, catedrático da Universidade do Brasil, por ter prontamente aquiescido em permitir que sua primorosa conferência sobre Cairu servisse de esboço histórico a esta obra. Ao filólogo Carlos Augusto Guimarães Domingues, catedrático da Universidade do Brasil, pelas notáveis contribuições linguísticas ao vocabulário usado por Cairu. Ao humanista Carlos Juliano Torres Pastorino, catedrático do Colégio Militar do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II, pelas versões magistrais dos textos latinos. Ao economista Reinaldo de Souza Gonçalves, professor da Universidade do Brasil, pelas valiosas observações que nos trouxe. Ao professor Gerson Pompeu Pinheiro, catedrático e director da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, pela artística e

(1) — Augusto Alexandre Machado — *Obra citada*, pág. 380.

esplêndida execução da capa. Ao professor Ismar Dias da Silva, catedrático da Universidade do Brasil, pela proficiência com que reviu os textos originais. Aos editores Irmãos Pongetti, os melhores agradecimentos pelo desvelo devotado na apresentação deste livro.

Rio de Janeiro, 8 Junho de 1956.

L. Nogueira de Paula

PRINCIPIOS
DE
ECONOMIA POLITICA,
PARA SERVIR DE INTRODUÇÃO
A'
TENTATIVA ECONOMICA
DO AUTHOR
DOS
PRINCIPIOS DE DIREITO MERCANTIL.



LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA.

1804.

Por Ordem Superior.

FACSIMILE DO FRONTISPÍCIO DA EDIÇÃO ORIGINAL

Dum inter homines sumus, calamus humanitatem; non timori cuiquam, non periculo simus.

... Utinam jam tenerentur omnia, et inoperta ac confessa veritas esset! Nihil ex decretis mutaremus. Nunc veritatem cum eis ipsis qui docent quærimus.

SENECA

P R Ó L O G O

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — No Prólogo, Cairu, que escreveu esta obra na Bahia embora a publicasse em Lisboa, começa acentuando as dificuldades encontradas na elaboração do trabalho, principalmente, por estar longe das luzes européias; expõe as primeiras idéias da Economia Política e indica e recomenda a obra de Adam Smith: — *Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*.

2. — Comenta, em seguida, a obra econômica dos economistas franceses e esclarece que até o momento não havia ainda aparecido em França um livro que estivesse ao nível intelectual do de Smith.

Com efeito, quase todos os estudos de Economia Política publicados em França o foram em época posterior ao aparecimento dos *Princípios*, razão pela qual adopta o trabalho de Smith, embora reconheça que esse autor não está isento de imperfeições e erros e que ele nada deixasse por fazer no domínio da Ciência Econômica.

3. — Declara não ter a pretensão de fazer obra inteiramente original ou inédita, mas acha que prestará serviço aos pouco versados na matéria que aí sempre encontrarão algo de novo e útil. E', na verdade, o que sucede a qualquer estudioso que analise o trabalho.

4. — Reconhece que a matéria deveria ser tratada com a severa análise de Smith, a majestosa simplicidade de Ferguson e a alta eloquência de Burke, mas defende-se declarando que cada um faz o que sabe e pode.

Justifica as numerosas citações latinas, já naquela época fora de moda como acentua, com outros escritores que não desprezam de transcrever os clássicos, aos quais o tempo não apagou a fama e a ascendência.

5. — Termina o *Prólogo* afirmando que, se este compêndio lograr aceitação, o público será recompensado com outro livro, que pretendia publicar sob o título de *Tentativa Econômica*, o qual não chegou, entretanto, a aparecer. Em compensação, Cairu nos deu nos anos posteriores mais de uma dezena de notáveis trabalhos de Economia Política, além de numerosos estudos, artigos, pareceres, relatórios, discursos, opúsculos, folhetos, etc., sobre história, filosofia, educação, religião, sociologia, política, direito e economia.

TEXTO ORIGINAL

1. — Quando no *Prospecto* dos *Princípios de Direito Mercantil* entre os *Tratados Elementares* anunciei por último o da Economia Política, a intenção era oferecer um compêndio das doutrinas respectivas, como parte integrante dos estudos necessários à profissão do comércio; e assim desobrigar-me da dívida em que me empenhei com o público, no modo compatível com a estreiteza das minhas faculdades e circunstâncias.

Porém a grandeza do objecto e a comparação dos diversos escritores transtornaram aquele plano mais análogo à original promessa e que apenas caberia na capacidade e recursos de quem a sorte não favoreceu com a dita de estar perto dos grandes focos das luzes européias. Assim ví-me insensivelmente arrojado a trabalhar sobre mais vasta escala, sem me poder retirar com decência dos lugares difíceis, em que me havia entranhado o zelo pelo bem da Nação. Posto lutasse com muitas desvantagens pessoais e locais, contudo não poupei tempo e fadiga para obter um resultado favorável ao desígnio; sentindo a cada passo os estrepes da estrada e as torturas do espírito pela qualidade do assunto, que exigia extrema delicadeza no conceito e circunspecção na frase; vendo-me frequentemente em conflito com instituições antigas,

erros populares, discórdia de sábios e polícia de Estados cultos, que a razão e o decoro constrangiam a considerar com o devido escrúpulo e a mais religiosa reverência. Os que navegam entre Cila e Caribdes (1) não precisam de maior prudência e fortaleza para chegarem a salvamento ao porto do destino.

Mas, para não desgostar logo aos leitores com discussões prolixas, em matérias que parecem áridas e pouco atractivas, enquanto se não está convencido da sua importância e influência na felicidade geral, nem familiarizado com a respectiva linguagem técnica; resolvi-me a preludiar com a presente Introdução, em que indico as primeiras idéias de Economia e exponho os motivos porque recomendo a lição da imortal obra *Riqueza das Nações* do celebrado Adam SMITH e o sigo nas teses cardiais de seu sistema; persuadido de ter sido ele o primeiro que dissipou as escuridades da Economia Política, levantando a facha de luz para esclarecer as Nações e governos sobre os seus genuínos interesses, que são inseparáveis dos da Humanidade.

2. — Como há pessoas instruídas que têm em grande conta os economistas franceses e eu, posto respeite os primeiros mestres da famosa escola econômica da França e reconheça o préstimo de algumas dissertações publicadas neste país sobre vários artigos de tão complicada ciência, estou contudo na idéia de que aquela Nação, sendo fértil em memórias, epítomes e cursos de todos os ramos de literatura, ainda por ora não brotou uma composição do valor daquele insigne escocês; considere-me por isso na urgência de apoiar a minha opinião com autoridade e argumentos, que dessem ao espírito público energia para irem os compatriotas beber em fonte limpa as caudais

(1) Célebres escolhos do estreito de Messina. N. C. (Nota ou Comentário).

correntes da mais pura e sólida instrução de Economia Política.

Todavia não pretendo insinuar que aquele AUTOR satisfaça todos os desejos e esperanças e fosse isento de imperfeições e erros e nada deixasse por descobrir em tão ricas minas de indagação humana. CÍCERO dizia que nem lhe agradava DEMÓSTENES. (2). Como, pois, se poderia requerer que já estivesse no seu meridiano um gênero de estudos, a cujo adiantamento se opõem inveterados prejuizos das Nações e estadistas e os interesses tão desvairados dos povos e governos? Só digo que os que têm criticado a SMITH, o não têm feito em pontos capitais, que valham a pena de esforçada refutação ou apologia, a menos que eclipses a brilhante luz do corpo principal da obra, em que respira o mais abrasado amor da humanidade. Posto às vezes eu também dessinta do parecer deste grande homem, todavia jamais diminuo a cordial estima que tenho por uma composição de tanta profundidade e beleza. Seja, pois, lícito, dizer contra os Zoilos e Aristarcos (3) deste novo pai da gente civilizada:

..... *Velut si
Egregio inspersos reprendas corpore nævos.*

... *Ubi plura nitent in carmine, non ego paucis
Offendar maculis, quas aut incuria fudit,
Aut humana parum cavit natura.* (4)

3. — Ainda que à parte letrada da Nação não seja desconhecido o fundo do meu trabalho, contudo os menos dados a esta espécie de aplicações pouco

(2) *Nihil est vel in maximo oratore summum, quod plene impleat aures meas; quæ ita sunt avidæ atque capaces, ut semper aliquid immensum infinitumque desiderant; ut ne ipse mihi Demosthenes placeat.*

(3) Chama-se Aristarco um crítico severo mas justo e ilustrado, em contraposição a Zoilo, crítico invejoso e parcial. *N. C.*

(4) HORATIUS.

vulgares têm de encontrar novidades, que não seria recto condenar só pela estranheza; devendo a valia ou ineficácia das razões com que são discutidas, ser o critério para se julgar com discernimento e justiça. Tive a coragem de dizer sem disfarce o que entendi ser justo, até em objectos escabrosos, em que as paixões, partidos e circunstâncias faziam descorçoar os caracteres fortes, decididos e os mais escorados. Isto me basta. O que for sem fundamento cairá de si mesmo; o que a verdade apadrinha, sustentar-se-á pelo seu peso, como elegantemente ensinou SÊNECA:

Ficta cito in naturam suam recidunt: quibus veritas, subest, quæque (ut ita dicam) ex solido enascuntur, tempore ipso in maius meliusque procedunt. (5).

4. — Quanto ao estilo, reconheço que a matéria deveria ser tratada com a severa análise do próprio SMITH, a majestosa simplicidade de FERGUSON e a alta eloquência de BURKE. Porém cada qual faz o que sabe e pode. Os Platões e Longinos (6) não têm liceus fora dos competentes teatros. Talvez pareçam importunas as citações latinas, que já passaram de moda. (7) Embora essa nota divirta aos que prescindem de filologia em escritos vulgares, tenho por escusa a modernos escritores de crédito, que se não desprezam de transcrever (com mais ou menos sobriedade) os clássicos, a quem tantos séculos não tem podido tirar a fama e ascendência. Confio que as luzes não desaparecerão dos países cultos, enquanto os monumentos da virtude e sabedoria da antiga Senhora do Mundo sustiverem o gosto da literatura polida e filantrópica, ornando o Lácio o ceptro das ciências.

(5) SENECA — *De Clementis* — Livro I.

(6) Autores gregos. N. C.

(7) Isso desde 1804. Eis a razão pela qual estão traduzidas as citações latinas no Apêndice desta edição. N. C.

*Dum domus Æneæ Capitoli immobile saxum
Accolet, imperiumque Pater Romanus habebit.* (8).

Portanto os que tiverem tido educação liberal não serão inexoráveis; os que por diferente destino não forem versados na erudição romana, nada perderão. Espero, pois, da equidade nacional indulgência às incorrecções e desacertos.

5. — Se este Prelúdio tiver recebimento e favor, o público será imediatamente correspondido com trabalho mais amplo, que tenho aprontado e que intitulei *Tentativa Econômica*, onde forcejo por desenvolver com desvelo e diligência os princípios mais substanciais do nosso filantropo escocês; a fim de servir de ajuda aos que se quizerem iniciar nos mistérios deste sacerdote da justiça civil e adquirir conhecimentos úteis sobre os mais oportunos meios *das Riquezas das Nações* e consequentemente da universal civilização e prosperidade. Prouvera aos Céus que eu fosse assaz feliz, que a Providência por tão insignificante e invisível meio restabelecesse a Nação na sua competente dignidade e riqueza, verificando o pensamento do nosso antigo Biógrafo!

“Assim costuma ela muitas vezes obrar cousas grandes por meio de instrumentos despidos de toda a proporção e medida e sabe fabricar o todo sobre os fundamentos do nada. As luzes grandes resplandescem ainda nas partes mais remotas do Sol; também debaixo do frio Polo se acende mais vivo o fogo da ardente caridade. A congelada Escócia, nestes nossos séculos, seguiu a prova a estes efeitos; os quais, como partes da luz divina, não é bem fiquem sepultados entre as trevas. Eu farei por tirar este ouro do profundo do esquecimento e mostrarei ao mundo um exemplo de maravilhosos sucessos.” (9)

(8) VIRGILIUS.

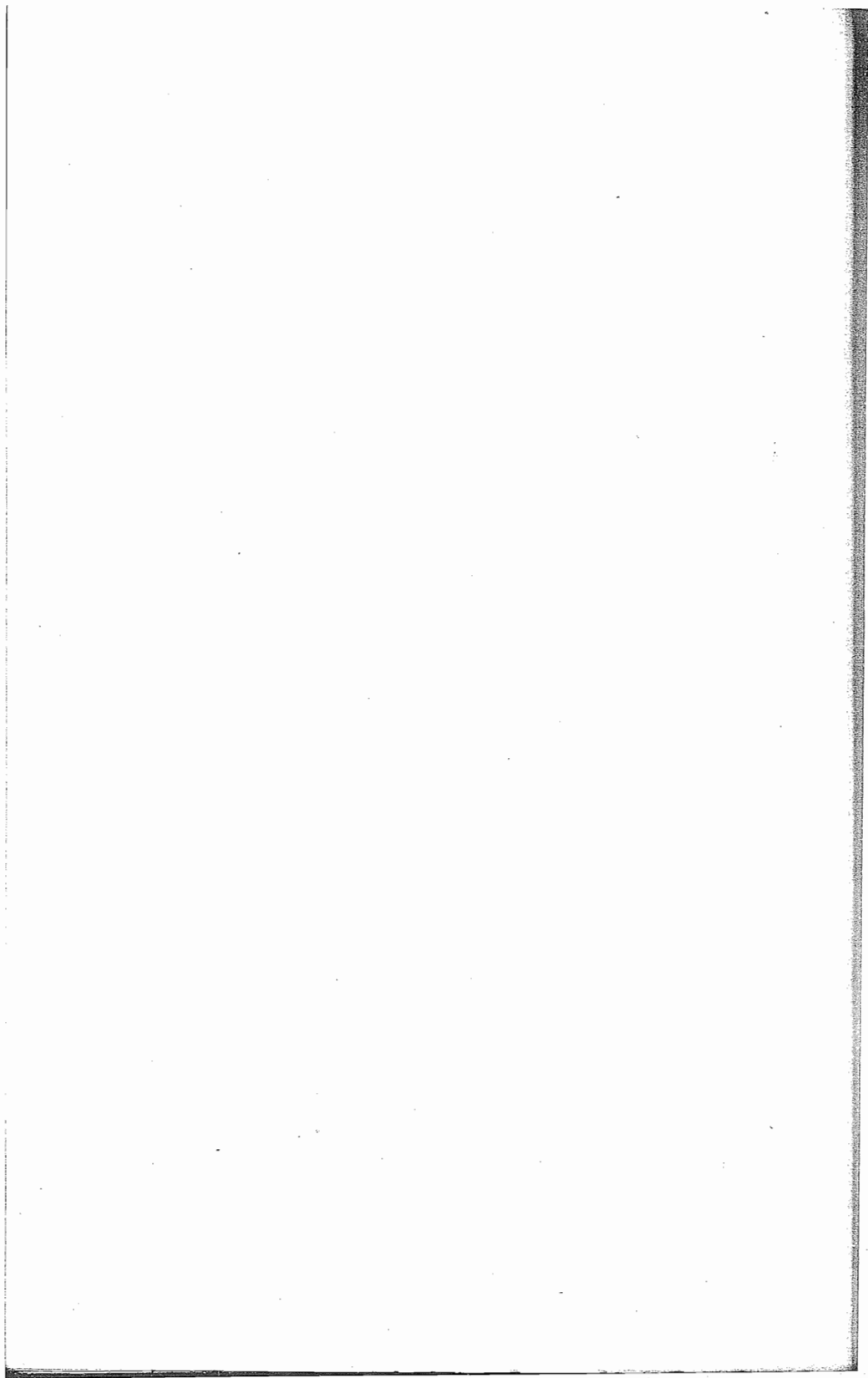
(9) Diogo Gomes CARNEIRO — *História do Capuchinho Escocês*.

Perdoe-se esta linguagem de discípulo ao mestre.
 Possa eu seguir seus passos sem desmaiar na carreira
 e invocar com fruto os faustos auspícios de tão grande
 benfeitor da terra!

*Et tenebris tantis tam clarum extollere lumen
 Qui primus potuisti, illustrans commoda vitæ,
 Te sequor, o British (10) Gentis decus, inque tuis nunc
 Fixa pedum pono pressis vestigia signis;
 Non ita certandi cupidus, quam propter amorem
 Quod te imitari aveo: Quid enim contendat Hirundo
 Cygnis? aut quidnam tremulis facere artubus Hoedi
 Consimile in cursu possint ac fortis Equi vis?
 Tu Pater et rerum Inventur: tu patria nobis
 Suppeditas præcepta, tuisque ex, Inclute, chartis,
 Floriferis ut apes in saltibus omnia libant,
 Omnia nos itidem depascimur aurea dicta,
 Aurea, perpetua semper dignissima vita.
 Nam simul ac Ratio tua cæpit vociferari,
 Diffugiunt animi terrores; mænia mundi
 Discedunt... et large diffuso lumine rident.
 Omnia suppeditat porro Natura; neque ulla
 Res animi pacem delibrat tempore in ullo. (11)*

(10) *Graia* — da Grécia.

(11) LUCRETIVS — *De Rerum Natura* — Livro III.



CAPÍTULO I

DA FELICIDADE SOCIAL — IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE ECONOMIA POLÍTICA PARA ESSE DESTINO — NOTÍCIA DOS CLÁSSICOS NA MATÉRIA — UTILIDADE DE UMA POLÍCIA SIMPLES NO REGIME DOS ESTADOS

SUMARIO: — 1. Felicidade social. — 2. Importância da Economia Política. — 3. Clássicos da matéria. — 4. Política Económica e bem-estar social.

RESUMO E COMENTARIO

1. — Neste capítulo, Cairu começa procurando definir o que se entende por *felicidade social*, que é, a final, para ele o objecto fundamental da Economia Política. Mas em vez de definir esse conceito eminentemente subjectivo, Cairu prefere caracterizá-lo pelos atributos que o ligam à civilização e à opulência.

Desta forma notamos, desde logo, a originalidade e a extensão do objecto fundamental da Economia Política, o qual, é de certo modo, mais amplo do que o conceito clássico de *bem-estar social*.

Cairu inclui implicitamente na expressão felicidade social elementos subjectivos (civilização, cultura, moral, etc.) e elementos objectivos (opulência, riqueza, padrão de vida, etc.), dando maior desenvolvimento à especulação científica da Economia Política e, consequentemente, maior amplitude ao âmbito de ação da Política Económica.

E' facto registrado com acentuado relevo pela História das Doutrinas Económicas a posição de Sismonde de Sismondi como um dos primeiros críticos da escola clássica, no que diz respeito ao método e ao objecto da Economia Política.

Ressaltando ainda mais o valor de Sismondi, escreve o Professor José Rodrigues do Vale em seu excelente *Curso de Economia Política* "Ha quem sustente que a Economia Política atingiu o seu climax com Sismondi e que o mesmo é o criador da Economia Social que visa a obtenção da felicidade humana, objectivo que também constitui a finalidade de uma outra ciência: o Urbanismo".

Embora esse autor houvesse sido um fervoroso adepto do liberalismo econômico e divulgado, em 1803, as idéias de Adam Smith, em sua obra *Riqueza Comercial*, só, no entanto, em 1819, quando publicou os seus *Novos Princípios de Economia Política* é que divergiu totalmente de Smith e considerou a *felicidade dos homens* o objecto da Ciência Econômica, definindo, então, a Economia Política como sendo a ciência que se encarrega de velar pela felicidade da espécie humana.

Pois bem, Cairu, em 1804, quinze anos antes portanto de Sismondi, não obstante ser liberalista, já defendia explicita e taxativamente a *felicidade social* como o objecto e a finalidade da Economia Política.

O idealismo e o sentimento profundamente humanos de Cairu evidenciam-se, assim, desde logo, e o acompanham pelo resto da vida, constituindo o traço fundamental desta obra e o de seus estudos e publicações posteriores.

Não é preciso, como se vê, que se professe o *socialismo* para procurar-se a humanização dos objectivos das instituições econômicas. Cairu, colocando a Ciência a serviço do Homem, não compreendia o *liberalismo*, sem um carácter profundamente humano de suas instituições fundamentais, facto esse que também não escapou à observação de Alexandre Machado quando, analisando a directriz política e econômica de Silva Lisboa, acentuou que esse autor, embora discípulo de Adam Smith, dele se emancipou para nem adoptar o negativismo esterilizante da escola de Manchester, nem aceitar a subserviência de um intervencionismo reacionário.

Cita a lei do egoísmo, para mostrar seus maléficos efeitos; evidencia a necessidade de subordinação do interesse individual ao interesse social e, já naquela época, mostra conhecer a periodicidade dos fenómenos sociais quando afirma: "A História atesta que o curso da posteridade humana não é de longo período e tem, como o Sol, seu oriente, zênite e ocaso; de sorte que, depois de certo tempo, faz preciso recomeçar a carreira".

Estabelece ainda as quatro condições prováveis que proporcionam a prosperidade das Nações enunciando-as: pureza dos sentimentos religiosos, espírito empreendedor, amor ao trabalho e bom uso da instrução e da riqueza.

2. — Relativamente à importância da Economia Política, Cairu inicia confessando que o presente trabalho será um verdadeiro corolário dos grandes pensadores da Grécia e do Lácio e, em seguida, descreve os males e as misérias então verificadas nos continentes africano, americano, asiático e europeu, para evidenciar a importância da Economia Política, cujo objecto deve constituir em inquirir os meios de estender-se a todos a fartura, concórdia, tratabilidade e inteligência social.

Finalmente, mostra que sem estudos econômicos não é possível o aproveitamento dos extraordinários recursos da Natureza que ostenta com imensa profusão os seus tesouros, varia de clima, engenhos e terras, abre mil rios, lagos, enseadas e baías e, com ventos em todas as direcções, dá impulso às riquezas de um e outro hemisfério, facilitando a troca dos produtos abundantes em determinados lugares pelos que faltam nos mesmos locais, evidenciando a importância da raridade na formação do valor de troca.

3. — Relacionando os clássicos da matéria, diz que a Ciência Econômica começou, por assim dizer, há dois dias e entrou com pé tímido e mal aceita. Cita os *Econômicos* de Xenofonte, o *Tratado sobre a Agricultura* de Columela, as *Pandectas*, o *Digesto* e o *Código* dos juriconsultos romanos.

Afirma que daí em diante os eruditos apenas se entregavam a comentários e compilações de casos e arestos, como directores de negócios públicos, mal sabendo reger os domésticos. E diz: "Não falta, ainda agora, quem se espante por denominar-se Ciência, o que nunca fez Faculdade à parte, nem se exige nas Universidades, nem tem pensões de Academia".

No Século XVIII, mostra que a Ciência Econômica também não progrediu muito, continuando as controvérsias sobre pontos essenciais, sem a grande evidência desejável que reduz a unanimidade todos os entendimentos.

Cita ainda Caetano Filangieri na Itália, o conde de Campomanes na Espanha, Frederico Gentz na Alemanha, Isaac Pinto em Portugal, David Hume, Jacques Stewart, Adam Smith e Jeremias Joyce na Inglaterra,

Quesnay e seus discípulos, Ambroise-Marie Arnould, Germain Garnier e um Anônimo de Paris, em França, como os autores mais divulgados na época. Entretanto, no texto da obra, Cairu revela conhecer muitos outros autores que omitiu neste capítulo, mas que, invocados no livro, estão relacionados na bibliografia que organizamos.

Sobre o ensino da Economia Política escreveu estas magníficas palavras: "E' lamentável que se erijam, em todas as Nações cultas, tantas cadeiras de instrução do povo, estabelecimentos de mero luxo literário, escolas em desperdício de tempo, cabedal e trabalho, para doutrinare inépcias, futilidades, erros, cousas dignas de se ignorar e até o que todo mundo sabe ou facilmente aprende e não se tenha afamado ainda algum Protector das Ciências para honrar e universalizar o ensino da Economia Política, fazendo-o entrar na Educação Nacional, pelo menos, na dos alunos destinados à magistratura e à governança municipal, a fim de não se ver e experimentar, com tão fatais consequências, a odiosa cena e malfetoria de mandarins arrogantes, que abusam da autoridade, levantando-se em déspotas no campo e nas cidades, atropelando e escurecendo os legítimos direitos e interesses dos particulares, do Estado e da Sociedade".

Ora, essa idéia não morreu nos estreitos limites da obra. Quatro anos mais tarde, isto é, em 23 de Fevereiro de 1808, era José da Silva Lisboa nomeado por decreto real professor da primeira cadeira de Economia Política instituída no Brasil, cátedra essa criada oficialmente no País 16 anos antes do ensino oficial dessa disciplina, na França, e 28 anos antes da primeira cadeira de Economia Política, instituída na Universidade de Coimbra, em 1836, e confiada a Adriano Pereira Forjaz Sampaio, que a ocupou até 1871.

4. — Finalizando esse capítulo, Cairu analisa a ordem econômica das Nações e preconiza uma política simples para o regime dos Estados, frisando que todas as regras econômicas são essencialmente temporárias e conclui dizendo que a mais inocente e melhor economia consiste em se permitir indústria activa, trabalho discreto, instrução franca, comércio livre, ou melhor, que se deixe ao indivíduo trabalhar livremente, instruir e dispor em boa fé do fruto do seu trabalho honesto.

A respeito da subtileza e da actualidade do pensamento econômico de Cairu, são oportunas as seguintes considerações:

A Economia Matemática ou Racional é uma economia hipotética e formal. É hipotética porque além de fundamentar-se em princípios experimentais, apoia-se também em hipóteses racionais formuladas pela inteligência humana. É formal porque, estando os seus elementos subordinados a uma interdependência geral, as leis respectivas só podem ser representadas por funções analíticas, equações simultâneas ou, de modo geral, por expressões matemáticas.

As leis da Economia Matemática só coincidem, portanto, com as da realidade social quando as hipóteses estabelecidas forem confirmadas pela experiência ou pela experimentação.

Nisso reside a grande restrição formulada pelos que a combatem, sem razão a nosso ver, porque nada retira de seu valor logístico ou científico.

Seja como for, a *escola matemática* está tendendo hoje para a *escola probabilística*, na qual os elementos integrantes da conjuntura econômica são fornecidos directa e concretamente pela colecta estatística.

Suas leis, embora *aproximadas* e *prováveis*, são, desde logo um espelho da realidade objectiva e, à medida que a Ciência for progredindo, a *aproximação* acabará por diferir tão pouco quanto se queira da *exactidão* e a *probabilidade*, da *certeza*.

Cairu, há mais de século e meio, já antevia essa inegável tendência do pensamento econômico contemporâneo quando, acompanhando Smith, também não depositava muita fé nos cálculos da Aritmética Política e afirmava, em seguida, que devíamos contentar-nos com a *probabilidade*, toda vez que não fosse possível a demonstração irrefragável de pontos controversos dos fenômenos econômicos.

Pôde ser assim considerado o precursor de uma tendência do pensamento econômico actual, ou melhor, um dos precursores da mais moderna orientação científica da Economia Política.

TEXTO ORIGINAL

1. — As Nações, como os indivíduos, aspiram à felicidade: mas, em que esta consista e como se alcance, é árduo definir. Presentemente se acorda ser ela inseparável da *sólida civilização e honesta opulência*,

que pressupõe o devido culto do Eterno Regedor do Mundo, a acertada direcção do trabalho social, a sincera comunicação dos homens, a mútua prestação dos seus bons ofícios e a franca permuta dos produtos da respectiva terra e indústria. Estas vantagens, dando aos povos carácter, subsistência, luzes, segurança e cômodos da vida, aproximam (senão restabelecem) a Humanidade ao competente gráu na escala da criação, de que aliás decai no estado selvagem, bárbaro e impolido.

Quanto estes bens mais se concentram e avançam em qualquer Nação, tanto aí mais se apertam os vínculos de subordinação e moralidade, e cada pessoa se arraiga, com maior affecto e entusiasmo, a seu país e governo, que lhe subministram os meios de defesa e crédito contra estranhos turbulentos e de beneficência e alegria no seio dos concidadãos. Vê-se, porém, despontar o alvo e a precipitação da carreira motivar atraso e ruína; e presumindo todos ir a bom rumo, ninguém ousa variar de roteiro.

Tudo para nós, nada para os outros, foi sempre a lei do *egoismo*. Prevaler-se de ganhos efêmeros, ainda com injúria e coacção alheia, sem antever no futuro os interesses perenes e de comum utilidade, tem sido a ordinária má índole e improvidência do género humano.

Com aquele credo apócrifo e estes péssimos costumes, os insaciáveis cansam-se e anelam, como sedentos tântalos, para tragar de um só gole as imaginárias torrentes de bens caducos; e afinal rematam em se empobrecer e inimizar; sem advertência no ditame do célebre Poeta Grego, que *muitas vezes a metade vale muito mais do que o todo*.

Stulti! neque sciunt, quanto plus dimidium sit toto. (1)

(1) Hesíodo — *Obras e Dias*.

Os Estados que adotaram tais erros e usos populares, tendo só a força e a fortuna por autocratrizes da terra, enfraqueceram-se ou desapareceram; por não considerarem que jamais foi lícito medrar da injustiça ou ser feliz e abastado sem companhia dos nossos semelhantes, e sem dar convinável partilha de sua cooperação à colheita dos trabalhos da sociedade.

Tem-se observado, em negócios dos particulares e na duração dos impérios, visível fluxo e refluxo de grandeza e mediocridade, de polimento e grosseria, de esplendor e miséria. A civilização e opulência têm corrido várias partes do globo sob diversas frases, mais ou menos brilhantes; e daí dissipando-se, como exalações eléctricas, virem aparecer onde não se esperava. A História atesta que o curso da prosperidade humana não é de longo período e tem, como o Sol, seu oriente, zénite e ocaso; de sorte que, depois de certo tempo, faz-se preciso recommençar a carreira.

Porém, ainda que seja impossível perfeição e difícil a certeza nas cousas e juízo dos homens e em vão se pretenda fixar a fortuna dos Estados, parece contudo provável que a existência e prosperidade das Nações se proporcionam:

1.º — à pureza de sua teoria e prática dos sentimentos religiosos;

2.º — à constância do espírito de actividade no manejo da indústria;

3.º — ao amor e descrição do geral trabalho;

4.º — ao bom uso dos frutos da respectiva instrução e riqueza.

2. — SÓCRATES dava por primeira lição de Economia o começar-se tudo com submissão à Divindade:

Opus omne sine Diis ordior; quippe quorum in potestate sint tam ea quæ pace, quam quæ bello geruntur. (2)

CATÃO considerava a ignorância e a inércia como os flagelos da República e a energia e a prudência como os fiadores das empresas:

Agendo, laborando, bene consulendo, cuncta prospere cedunt. (3)

Inquirir os adequados meios de se conseguir tão suspirados objectos é voto e empenho de universal interesse e o mais digno ramo de estudo dos que professam investigar a verdade e forcejam por estender a *fartura, concórdia, tratabilidade e inteligência social*. Aquelles oráculos da Grécia e Lácio projectavam a felicidade de sua pátria, quando aconselhavam estas saudáveis máximas. Sendo tão ilustres sábios, havidos em todos os séculos por modelos de patriotismo e virtude, o actual *Ensaio* será o perpétuo corolário daqueles seus enérgicos epifonemas.

Tão espinhosa matéria, que me abalancei tratar, pertence à Secção de Jurisprudência que se denomina *Economia Política* e que se pode verdadeiramente chamar a *Arte da Civilização*. Quão poucos progressos tenha ela feito, patenteia-se da grosseria, incivilidade e miséria da maior parte dos habitantes da terra e da extrema dificuldade de polir e aquietar povos rudes ou desgovernados e introduzir ainda nos países cultos um *sistema exacto de justiça e leal correspondência*.

A África só é famosa pelas piratarías do Mediterrâneo e imemorial barbaridade de seus habitantes. A Ásia apresenta o aflitivo espectáculo de miríades de autômatos, famintos e supersticiosos, vivendo sob o

(2) SÓCRATES — *apud* XENOFONTE — *Económicos*.

(3) CATO *apud* SALLUSTIUS — *De Bello Catilinae*.

jugo de atrozes dinastias, e os seus melhores distritos apenas se recomendam pela beleza do clima, antiguidade de estabelecimentos e verniz das artes. A América, pouco habitada e mal conhecia nas suas vastas costas e incomensuráveis sertões, ressentia-se da brutalidade, da antropofagia e da carnificina do seu descobrimento; e ainda hoje, não obstante as gabadas luzes do século, mostra em várias partes assombrosas cavernas de Ciclopes, (4) que esmagam indígenas, cafres e estrangeiros, dos costumes de Europa esparvidos. Esta, a mais culta parte do globo, ilustra menos o Universo com seus prodígios e esplendores, de que o turba com sua influência e ambição; deformando-o também pelo sem número de mendigos, foliulários e *lazaronis*, a quem nem se procura obra e subsistência, nem se deixa ir buscá-la; podendo em razão disso alegar escusa à sua inércia, como os ociosos de Jerusalém.

Nemo nos conducit. (5)

As cidades são de ordinário monstruosas cabeças de Corpos de Nações marasmadas; e o vilipêndio e gravames da gente do campo redobram essa desproporção, apartando os homens de seu destino e naturais inclinações, atraindo-os do ar puro dos campos para os mefíticos recintos das praças de comércio, no illusório desígnio de superior ganho e segurança. Infinitude de gente, maiormente as crianças (as flores e renovos da árvore social) perecem de fome e mau trato, por falta de alimentos, confortos e cômodos da vida. Ainda nos países em que se acha abolida a escravidão, (o compêndio dos males e o emblema e prova da depravação do homem, que ou não quer trabalhar ou se apraz do espectáculo da violência e misé-

(4) Gigante mitológico monstruoso, com um só olho no meio da testa. N. C.

(5) SÃO MATEUS — *Os Evangelhos* — Cap. XX — V. 7.

ria alheia), os paisanos vêem suas pessoas e serviços à mercê dos concussionários e abarcadores de terras e capitais, e nem podem contar com a certeza de trabalho e convinável porção de seus frutos; porque a polícia restritiva de estancos, vínculos, bens de mão morta, embargos, taxas e outros achados de escuros tempos, nem ao menos franqueia os mares e elementos, antes bloqueia os mananciais da abundância, bombardeando os baluartes da indústria com todo o gênero de balista (6) e fôrça.

Até nas Nações que mais se acreditam em luzes e polimentos, ninguém trabalha, estuda, planta, fabrica, compra e vende à face do Sol. Inumeráveis exercícios e transacções da sociedade se fazem a furto, em negros ângulos e lugares escuros; e se não se podem deixar de fazer em claro dia, todo o prudente lança os olhos em roda e só se dá por seguro vendo *ora et littora circum*, sempre suspicaz e assustado de malsins, fiscais, usurários, bulrões e ilçadores. A lisura e boa fé são havidas por sandice e improvidência; a dobreza e perfídia por discrição e bizarria; cada qual só cuida em si; e contanto que se salvem os cofres, não se lhe dá, se depois um terremoto engula o país. Quem com arte e engano surpreendeu algum privilégio prejudicial à pátria, dá graças pelo triunfo do aleive e impostura; e não lhe importa se o resto dos concidadãos fenece em abjecta penúria. Daí vem temer-se no vulgo o matrimônio como uma calamidade e a multidão de filhos como turmas de vítimas destinadas a tormento e vilania. Assim grassa o celibato; não por efeito da continência pública, mas por cálculo de libertinagem e sintoma das dificuldades de manter família.

Se os sanguessugas públicos, tendo enchido a medida da iniquidade, sentem os reveses da fortuna ou o Juízo dos Tribunais, as Nações não melhoram com

(6) Máquina antiga de arremessar flechas. N. C.

se removerem da cena os Zaquêus (6-A), Verres (6-B) e Sejanos (6-C); pois que, não mudando os costumes, sempre a inércia, fraude, violência e parcialidade, prevalecem à indústria, verdade, direito e bem público. Por falta de um sistema fixo de economia generosa e universalmente benéfica, os regulamentos e decisões casuais e de circunstâncias não dão tom ao corpo social atenuado e paralítico. Posto se removam alguns danos e seus autores, não faltam subrogados, que encham o vazio e requintem em estratagemas para se apoderarem dos produtos do geral trabalho, sem deixarem aos que carregam com todo o peso da sociedade mais que uma existência precária e agoniada.

*Respice quid moneant leges, quid curia mandet:
Præmia quanta bonos maneant: quam fulmine justo
Et Capito et Numitor ruerint, damnante senatu,
Piratae e Cilicum. Sed quid damnatio confert
Cum Pansa eripiat, quidquid tibi Natta reliquit* (7)

Os hospitais, estes templos de beneficência, em lugar de serem os asilos de infelizes e monumentos de religião divina, têm degenerado em teatros de horrores e corpos de delitos de lesa-humanidade. Lance-se um véu sobre a Repartição dos Expostos: não há olhos que possam suportar essa vista. Acontece suplicarem ali cadáveres andantes o inegável abrigo e a medicina, e caírem inanidos às portas destas destinadas casas de caridade entre inúteis ânsias e suspiros, achando morte acelerada, onde esperavam vida ou refrigério; porque encontraram Aquerontes (8) que insultaram com cerbéricos latidos a dôr e angús-

(6-A) Chefe judeu da antiguidade que deu metade de seus bens aos pobres. N. C.

(6-B) Pró-censul romano, célebre pela venalidade. N. C.

(6-C) Ministro de Tibério, morto por ter aspirado o Império. N. C.

(7) JUVENALIS — *Satira VIII*.

(8) VIRGILIUS.

tia de tristes esqueletos, já com a face hipocrática, que obteriam favor e agasalho até de Herodes e Nerões; sem notarem desumanos, que o miserável é cousa sagrada e que onde há necessitado, há direito ao benefício: *non damus homini, sed humanitati*.

A mesma Grã-Bretanha, que a Natureza e a Polícia separaram do resto do mundo, *penitus divisos ab orbe Britannos*, (9) acha-se afeiada com muita pobreza, ainda que se mostre altiva com os tesouros do Ganges. Posto tenha estabelecimentos caritativos para seus pobres, havendo um fundo de dois milhões de esterlinos destinados a esse efeito (10), são todavia gravosos; por obstruírem o giro do trabalho, e enca-dearem desvalidos a torrões estéreis, ou incapazes de mantê-los. (11)

Além da mendicidade que avilta e esmaga o corpo das Nações, não menos contrista o ânimo a sua imundície e ignorância, que tanto influem na saúde, morigeração, vida e este espírito de sociedade, que alegra e beatifica todas as classes. De uma parte, a falta de fundos, que impede o prover-se a todos os indivíduos com abundância e decência, obstando também ao estudo das ciências, que requerem descanso e muitos recursos literários; e de outra parte, o despreço da sabedoria e sólida virtude, que se apraz da flagrante atmosfera do bem de seus semelhantes e deixa perder a insignificante existência do amator da pátria no oceano da felicidade pública; são as causas de submergir-se a sociedade em um abismo de infortúnios, que todo filântropo deseja prevenir, mas que só a alçada dos Governos poderia dar remédio. Assim os que pelo seu nascimento e vantagens poderiam ajudar aos reformadores bem intencionados, achassem os genuínos

(9) Rio dos infernos. N. C.

(10) PODWING — *Inquiry on Political Justice* — Tomo I. Cap. III.

(11) SMITH — *Riqueza das Nações* — Tomo I — pág. 212.

brasões em immortalizar seus nomes com acções heróicas e dignas da humanidade, constituindo-se os instrumentos e ministros do Supremo Governador do Mundo, para cooperarem vigorosamente em benefício da espécie humana, ou, ao menos, do seu país!

Porém os Grandes da Terra não consideram a sua glória e reais vantagens nos competentes pontos de vista. Querem, como o Senhor duro do Evangelho (12), colher onde não plantam. A sua beneficência é só profusa com os aduladores e serviçais, que não acrescentam um ceítil aos fundos da humanidade, antes devoram os cansados frutos dos industriosos honestos. Não tendo precisão de viver do trabalho mecânico e sendo por isso mais aptos a serem sábios e justos, só tem ânsia de riqueza e poder; esquecidos da sentença da sabedoria eterna, que a opulência é uma bênção do Céu, inseparável da ciência e justiça.

Melior est sapientia cunctis pretiosissimis; et omne desiderabile ei non potest comparari. Mecum sunt divitiæ et gloria, opes superbæ, et justitia. In viis justitiæ ambulo, ut ditem diligentes me, et thesauros eorum repleam... Benedictio domini divites facit, nec sociabitur eis afflictio. (13)

Debalde a Pandora Natureza, propícia e generosa a quem lhe demanda seus dons, submetendo-se a trabalho, ostenta com imensa profusão os seus tesouros; varia climas, engenhos e terrenos; abre mil rios, lagos, enseadas e baías e com ventos em todas as direcções dá instinto e impulso às riquezas de um e outro hemisfério, para serem transportadas dos lugares em que abundam para os em que faltam; podendo-se comunicar por troca, na mais ampla cópia possível, a todos os membros da comum família, propor-

(12) SÃO MATEUS — *Os Evangelhos* — Cap. XXV — V. 24.

(13) *Provérbios* — Cap. VIII — V. 18 e Cap. X — V. 22.

cionalmente a seu préstimo e direito. As maravilhas do Criador é as faculdades dos homens, se frustram na maior parte (ainda nos mais civilizados países) pelos *erros econômicos, que destroem o interesse do trabalho e a aluminação dos povos*. Vê-se míngua, barbarismo, ódio e deserto, onde deveria haver abundância, polimento, cordialidade e povoação. Vê-se trocar o arado pela espada e fazer a guerra, não ao invasor e vagabundo, mas ao pacífico e industrioso. Não tratam as Nações de trabalhar segundo as específicas vantagens naturais, para gozarem o integral possível valor do respectivo trabalho; mas para se empecerem reciprocamente e inutilizarem o seu suor e fadiga. Todas querem ter tudo e em iníquo monopólio; e até sofrem de bom grado o dano próprio, contanto que obstem ao ganho alheio. Cada qual só acha a sua fortuna na desgraça das outras: fatal desvario e triste monumento de fraqueza do entender humano! Sendo, ao contrário, evidente que a geral actividade, trabalho e luzes, multiplicando por todo o mundo almas nobres, são conselhos e inumeráveis artigos para o comércio e gozos necessários, cômodos e deliciosos à vida, promovem a geral cortesia, abundância e felicidade; tolhendo as causas da discórdia, malícia e guerra, que principalmente nascem, não menos dos furores da fome, ignorância e inveja, que de falsos cálculos de riqueza, poder e glória.

Este aforismo tão simples jamais foi adoptado, nem sequer pelas Nações letradas, que mais blasonam de sua grandeza e superioridade. Elas intrigam, vedam, difamam, guerreiam, por ciumes mercantes; tendo seus territórios em triplicata circunvalaçam de tropas e barreiras, para não trabalharem, instruírem-se e comerciarem francamente; como se temessem bárbaros ou empestados, ou ganhassem troféus em saírem do grêmio da humanidade, não figurarem no mapa do mundo e viveram em regiões inacessíveis;

restringindo o seu mercado e pensamento ao consumo doméstico e às preocupações da antiqualha, e sacrificando no interior do país a modéstia e o desvelo dos cultivadores do campo às desmedidas pretensões dos habitantes das cidades.

O quase geral absurdo e desvario chega a ponto de amedrontar-se cada Estado, território e distrito, como de terrível peste e flagelo, vendo alguma invenção e obra rara e útil do engenho e braço humano, ou alguma primazia e eminência de indústria de outro país, quando ela atrai a este uma atenção e freguesia voluntária e lucrativa de outros países; e não há pedra que não se mova para se frustrar e fazer abortivo tudo que pode tender à ulterior perfeição de qualquer ramo de trabalho e tráfico da Nação concorrente.

3. — Não é de admirar que tão pouco se tenha avançado na carreira da Civilização; pois a Ciência da Economia Política começou (por assim dizer) há dois dias e entrou com o pé tímido e mal aceita. Os antigos sabedores apenas a viram em turvos horizontes. XENOFONTE nos transmitiu os seus *Econômicos* e COLUMELA deixou lições de agricultura. Aquele estabeleceu as sólidas máximas de que era pernicioso abuso da autoridade obstar o Magistrado aos maiores possíveis lucros dos trabalhos dos particulares; e que nem a cultura das terras (que sobre tudo recomenda, como a fiadora do império e a nutriz das artes), nem qualquer gênero de indústria, nem a posse de cousas aliás em si mais preciosas, são riquezas propriamente ditas, se os respectivos proprietários não sabem fazer de tais bens o uso competente; e este, posto levantasse as cardeais colunas da Agronomia, deixou contudo à posteridade muito que trabalhar e descobrir para subsistência e esplendor das Nações. Porém nenhum destes e outros antigos economistas, ensinou expli-

tamente os transcendentos princípios da *Arte da Paz*, que fixa a manutenção da sociedade na *segurança das pessoas e propriedades e na franqueza da Indústria e Comércio*.

Os mais abalizados legisladores civis não erigiram altares à geral benevolência; antes entronizaram o amor da Pátria, como um ídolo concentrado e invejoso, requerendo incenso com exclusão e rancor dos vizinhos. Até o zelo religioso exorbitou, em tremendas épocas, da esfera circunscrita pelo interesse social, transfigurando os homens em medonhos tigres (14); não se advertindo que é a virtude do Eterno, que sustenta a verdade e a vida e não o orgulho dos mortais, que mentem e assassinam.

Tendo vindo em diversos períodos conquistadores e reformadores, projectando adiantamento dos povos sob seu mando, nunca empreenderam um plano de *igual protecção de todo o trabalho útil*, antes, com espúrias noções de celebridade, plantaram logo as sementes da discórdia, pelos abstrusos desígnios de um poder alcantilado, que apoiaram sobre os carcomidos esteios da parcialidade e adulação, deixando de assentá-lo sobre os firmes alicerces da universal comodidade e estima dos nacionais e estrangeiros. Daí proveio o inextricável labirinto das restrições da indústria e comércio e a corrosiva organização dos Estados, ainda em aparência os mais bem constituídos.

O maior mal consistiu em quererem persuadir, que a sua legislação era a baliza da sabedoria e o ápice de todo o bem da espécie. Assim decretaram que a posteridade curvasse aos seus Regimentos; arrogando-se a omnisciência do Supremo Architecto, que aliás fundou os impérios sobre as recíprocas necessi-

(14) *Inter finitimos vetus atque antiqua simultas,
Immortale odium, et nunquam sanabile vulnus
Inde furor vulgo, quod Numina vicinorum
Odit uterque locus; cum solos credat habendos
Esse Deos quos ipse colit.* JUVENALIS — *Satyræ XV.*

dades e ajudas dos homens, dotando-os com o inauferível patrimônio e sólida hipoteca, da *indefinida perfectibilidade*; pela qual (se os não sufocam) interminavelmente avançam em rectidão de entendimento, melhora de hábitos e grandeza de obras.

Aquele mal cresceu pelo temor de entrarem os estudiosos no exame das tarifas econômicas, para se conhecer a sua coerência ou contrariedade, às inmutáveis relações sociais e ordem cronológica; que não é possível desalentar sem precipício aos horrores do caos moral e físico. Os primeiros que dirigiram para essa parte as suas vigílias foram ou meros empíricos, ou idólatras da antiguidade, ou fautores do maquiavelismo, ou conformistas das opiniões, que estavam em crédito. Nenhum foi direito à verdade; seja em reverência aos regulamentos positivos, seja no receio de desacertar em experiências de ignoto êxito; seja por contemporizar com as inépcias do vulgo; que presume poder ter abastança, tirando aos agricultores e a seus cooperários os estímulos e faculdades de engrossarem as posses com que aumentem o suprimento da Nação.

A achada das *Pandectas*, parecendo aos estadistas e sábios do Ocidente uma Biblioteca inestimável de justiça e economia, fez que os Rescritos do vencedor de Pompeu e os de seus sucessores dominassem no foro, nas feiras, nas praças e nos portos de toda a Europa civilizada; não se lembrando que os chamados heróis do Império Romano entenderam melhor a tática de conquistar o estrangeiro, do que a de fazer frutificar o próprio país. Assim o provimento do que se considerava prol comum foi, desde aquela época, uniforme nos diversos países de governo estável, tendo por base os títulos do Digesto e Código:

Ad Legi Juliam de Annona; De Officio Præfecti urbis; De Nundinis; De commerciis et Mercatoribus; De Canone Frumentario; De Monopoliis, etc.

Os eruditos daí em diante apenas cansavam-se em comentários e compilações de tudo que as mais contradictórias autoridades tinham mandado e desmandado; e citando muitos casos e arestos, deram-se por directores dos negócios públicos, talvez mal sabendo reger os domésticos. Isto era Ciência? Valia a honra de entrar na categoria dos conhecimentos úteis? Haverá quem aprenda cousa recomendável nas chamadas Posturas Municipais, ou antes imposturas e ludíbrios do senso comum, que se lêem nos velhos Acordos das Vareações das vilas e cidades, onde se autorizam os ataques da propriedade, os vexames da agricultura e as cadeias da nobre emulação? Não falta quem ainda agora se espante por denominar-se Ciência o que nunca fez Faculdade à parte, nem se exige nas Universidades, nem tem pensões de Academias.

O Século XVIII, em que apareceram tantos prodígios de arte e saber humano, também se distinguiu (posto que mais tarde) em porfiadas discussões de economia. É, porém, desdita que tais estudos não tivessem conseguido mais feliz sorte e cópia de virtuosos amadores. Por cúmulo da desgraça, o célebre AUTOR do *Espírito das Leis* (15) e outros afamados corifêus da alta literatura não conheceram a importância de tão vasta província e atrasaram os povos e Estados, propagando crassos erros, que no seu tempo corriam por teoremas públicos. Por isso candidamente confessam escritores graves ser esta Ciência a menos adiantada das que se cultivam nos países avantajados em civilização. Daí vêem que muitas controvérsias sobre pontos essenciais não se acham decididas e ilustradas com aquele gráu de evidência, que reduz à unanimidade todos os entendimentos.

(15) MONTESQUIEU — *De l'Esprit des Loix* — Genebra, 1748.
— N. C.

Todavia nenhuma das doutrinas, que mais estão em voga, pode competir com a Economia Política em destino e efeitos, embora o clima e o terreno favoreçam as empresas da agricultura, artes e comércio, dirigidas pelos luminares das ciências exactas, se infausto regime econômico decepa as mãos dos industriais, embota o engenho dos projectistas e legitima espólios e inércias com opressivas coimas (16) do trabalho e capitais. O abandono ou menoscabo, do que tanto se achega a cada indivíduo, tem sido a causa de grassar na superfície do Globo um manejo impróspero, que insulta a magnificência da criação, repelindo os dons celestes, envilecendo a cultura, agri-lhoando a indústria, e até pondo a fogo e a sangue o Continente e Oceano, por insaciabilidade de perecedores ganhos estancados; de sorte que os Estados, em lugar de se engolfarem em aluviões de bens da vida, tendo em honra os adequados expedientes de se amplificar a população e prosperidade, facilitando a subsistência, esparzindo as luzes e universalizando a comunicação dos homens, se ensoberbecem, ao contrário, de cruéis antipatias, injuriosos tráficos exclusivos e precários segredos de artes; contentando-se com a razão mesquinha de informes produtos da terra e de grosseiros modelos de indústria; mostrando terror pânico de generosa difusão da geral doutrina, elegância e harmonia; e tudo por sugestões de enfatuados monopolistas, que transbordam de privilégios e delícias; quando os que sustentam, defendem e ornaram o Edifício da Civilização, mal vegetam, nutridos de privações e ignomínia, assombrados dos horríficos espectros da indigência e violência, sendo aliás decente a todos encher seus dias sem extrema desigualdade de haveres, sob a fiel e benfazeja tutela do trabalho, câmbio e amizade social.

(16) Multa ou penalidade. N. C.

Estes males ainda mais se agravam pela ignorância e indiferença que se tem dos sólidos princípios de Economia Política. Inato sentimento do nosso destino inspira a todos o desejo de fortuna particular e pública. Ninguém se quer desonrar, deixando-se no rol dos bárbaros, pobres e desestimados. Presentemente não há quem não se ria dos que affectam saudade do tempo dos homens de pé nú, da sopa negra de Lacedemônia, da dureza dos Cúrcios (17) e Afoninhos e em geral das maneiras dos séculos e países que nutriam gerações de víboras, monstros e desalmados.

Havendo porém uma linha, que dirige a sociedade para a civilização e opulência, e outra diametralmente oposta, que a precipita ao barbarismo e acanhamento; o ordinário dos homens considera o negócio de pouca monta e não demanda, que ventos fazem avançar e ancorar em feliz pôrto a embarcação social, ou a forçam a varar a barra e encalhar nas costas, ou despedaçar-se nos cachopos. Parece que o geral empenho dos povos e Estados é serem pobres e inimigos. O grande pisa o pequeno; o pequeno atraiçoa o grande; há guerra de todos contra todos, assim nos tráficos econômicos, como nas transacções políticas; uns não querendo trabalhar, outros querendo abraçar tudo, e muitos ansiando por devorar os frutos do suor alheio. Daí nasce a geral desconfiança, animosidade e violência.

A comum polícia é um agregado de contradições e impertinências. Pretende-se que o lavrador tenha grandes colheitas e se esmere na perfeição de seus produtos, tirando-se-lhe os meios de aumentar os próprios capitais, taxando-se-lhe os preços e encurtando-se-lhe o mercado. Pretende-se que o artista faça chefes de obra, dando-se-lhe monopólio, que inutiliza a

(17) Célebre personagem lendária nas tradições de Roma. N. C.

emulação e o segura de rivalidades. Pretende-se que o negociante se aventure em especulações arriscadas e faça comércio leal e vasto, carregando-se-lhe as mercadorias com módicos direitos, assinando-lhes portos, escalas e vexando-se o tráfico mercantil com minúcias, que aumentam a despesa ou tentam ao decaminho e lhe dificultam, senão impossibilitam, o consumo e, no contragolpe, a reprodução.

Dai resulta o comum queixume de opressões, contrabandos, má fé, bancarrotas, miséria nacional, abatimento do espírito patriótico, universal paralisia da indústria; e, todavia, poucos sabem e ninguém quer ir à raiz do mal, para se lhe aplicar o remédio. Quase geralmente o mais cego e mesquinho egoísmo forma o carácter de todas as classes; e raros são os indivíduos que, por insignificante ganho próprio, não sacrifiquem até a existência de milhares de seus semelhantes, se a Providência e certo universal conflito de interesses e espírito de vida social não desconcertasse as manobras do desordenado amor de si, que a indiferença da causa pública, (pelos defeitos do actual regime económico), cada vez mais fortifica e talvez necessita.

É lamentável que, erigindo-se em todas as Nações iluminadas, tantas cadeiras de instrução do povo e ainda estabelecimentos de mero luxo literário; distinguindo-se, além disto, várias escolas em desperdício de tempo, cabedal e trabalho, para doutrinarem inépcias, futilidades, erros, cousas dignas de se ignorar e até o que todo mundo sabe, ou o que facilmente se aprende; não se tenha contudo ainda afamado algum Protector das Ciências, para honrar e universalizar o ensino da Economia Política, fazendo-o entrar na Educação Nacional, ao menos na dos alunos destinados às magistraturas e governança municipal de seus distritos; a fim de se não ver e experimentar, com tão fatais consequências, a odiosa cena e malfeitoria

de mandarins arrogantes, que abusam da Autoridade, levantando-se em déspotas no campo e cidades, atropelando e escurecendo os legítimos direitos e interesses dos particulares, do Estado e da Sociedade; que sós podem animar todas as ordens de pessoas e produzir abundância e recta distribuição das riquezas e felicidade das Nações.

Nenhuma Ciência seria mais digna do homem público. Nada vale o melhor plano da legislação sem cordatos cooperadores e sábios Ministros. Que pode a cabeça sem sangue puro, robustos membros e vigorosa compleição de todo o corpo? As doutrinas económicas necessariamente alargariam o coração do homem e a esfera de seus conhecimentos proveitosos, dando-lhe bom senso, energia e virtude e acostumando-o a ver nas discussões de seus estudos o bem particular indivulsamente ligado ao bem geral; reconhecendo-se cada indivíduo como uma parte integrante do sistema da sociedade e do Universo e adquirindo consequentemente a evidência e certeza, de que, exaltada a geral energia, não havendo obstáculos ao nascimento, progresso e circulação das luzes e frutos da Natureza e Arte, forçosamente, deve caber a todo o industrioso, na mais calculada medida e exacto equilíbrio, proporcional quantidade de inteligência e bem-aventurança, compatível com a constituição da vida mortal; tirados por este modo aos vícios e crimes os seus pretextos, agulhões e punhais; e restituída a afeição e generosidade da raça humana à sua, senão primitiva, ao menos aproximada inocência do estado natural.

A falta de tais estudos tem reduzido a Economia das Nações a uma complicação de enígmata, enredos e mistérios, que é de suma delicadeza e dificuldade resolver as questões de interesse público, quando, ainda aos que parecem mais irrefragáveis princípios de razão e justiça, se opõem os pretendidos interesses.

das Nações poderosas e rivais e ainda as especulações e proveitos dos indivíduos e ordens de pessoas, que têm adquirido conceito de grande importância nas operações que decidem da riqueza e poder do Estado.

Eis aí como se explica um dos mais eloquentes escritores de Economia Política:

“As questões de Economia Política precisam de ser disputadas antes de serem esclarecidas. A Geometria transcendente não tem nem a profundidade, nem a subtileza desta espécie de Aritmética. Não há cousa possível em Matemática que o gênio de NEWTON, ou de algum dos seus sucessores, não se possa prometer o decifrar. Não se pode contudo dizer outro tanto da Economia Política. Parece, à primeira vista, não haver mais que uma dificuldade a resolver; mas logo esta dificuldade traz consigo muitas outras; e por fim se vê que ou é necessário renunciar ao trabalho, ou abraçar simultaneamente o sistema imenso da ordem social, sob pena de não se alcançar senão um resultado incompleto e defeituoso. Os dados e os cálculos viriam segundo a natureza do local, produções, capitais, recursos, alianças, leis, usos, gostos, comércio e costumes. Que homem se pode considerar assaz instruído para abranger todos estes elementos? Que espírito há tão exacto para não apreciá-los, senão segundo o seu justo valor? Todos os conhecimentos dos diversos ramos de empregos da sociedade não são mais que ramos da árvore que constitui a Ciência do Homem Público. Ele é eclesiástico, militar, magistrado, financeiro, comerciante, lavrador, etc. É de seu cargo pesar as vantagens e os obstáculos que devem esperar das paixões, das rivalidades e dos interesses particulares. Com todas as luzes que se pode adquirir sem talento, com todos os talentos que se pode ter sem luzes, ele faz sempre muitas faltas. Não é pois de espantar, que tantos erros se tenham acreditado no povo, o

qual não repete jamais senão o que ele tem ouvido; nos especuladores, que se deixam arrastar pelo espírito sistemático e que não hesitam a concluir uma verdade geral de alguns sucessos particulares; nos homens de ofícios públicos quase todos sujeitos, mais ou menos, a práticas cegas de seus predecessores e mais ou menos retidos de se não abalançarem a inovações, por temerem as consequências ruínas de uma tentativa fora de uso. Em toda sociedade bem ordenada não deve haver matéria alguma, sobre a qual não possa o entendimento exercitar-se livremente. Quanto ela é mais grave e difícil, tanto mais importa que seja discutida. Que melhor cousa pode fazer um Governo, amador da verdade, do que animar a todos os espíritos a ocuparem-se de estudos relativos aos meios do mais próspero regime dos povos?" (18)

Não pretendo desluzir os sábios das Nações, que mais avultam nos fastos científicos. A Itália tem FILANGIERI, a Espanha CAMPOMANES, a Alemanha GENTZ e a França os numerosos discípulos de Mr. QUESNAY, cujos primeiros bem intencionados serviços ao progresso do espírito humano, seria escândalo desconhecer, posto o evento não correspondesse ao destino. Merece entrar na lista o nosso português PINTO (19) conhecido na Europa pelo seu excelente *Tratado do Crédito Público*. (20)

Mas era reservada à majestosa Albão a inaufeável honra de assoalhar padrões de engenho em tudo que há de sublime e profícuo na sociedade civil. A pátria dos Bacons, Newtons e Lockes tem o magistério do Universo e a primazia da indústria, depois

(18) Veja-se a *Biblioteca do Homem Público* de CONDORCET — Tomo XIII — pág. 153.

(19) Isaac Pinto. N. C.

(20) Foi publicado, em 1761, e o Conselheiro Prussiano GENTZ faz dele menção com grande elogio na sua obra sobre a *Riqueza da Grã-Bretanha* — pág. 106.

das composições econômicas dos senhores David HUME, Jacques STEWART (21) e Adam SMITH que, por sentença de conhecedores, não só emparelham, mas tem incontestável superioridade a todos que trilharam a sua tão escabrosa e despenhada carreira que, ou conduz as Nações ao templo da memória, ou aos antros da selvageria.

Este último, depois de ter admirado a Europa com a sua *Teoria dos Sentimentos Morais*, enriqueceu a humanidade com a imortal obra que intitulou — *Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, que lhe tem adquirido tão universal conceito de preeminência, que a sua doutrina reúne hoje os sufrágios de Nações rivais e de competentes juizes da maior nomeada literária. Os redactores da *Enciclopédia Metódica* a incorporaram nos mais importantes artigos da Economia Política. As traduções (22) feitas em França e Espanha, dão novos abonos à dignidade e proveito da invenção. Até no Parlamento de Inglaterra, onde se discutem razões e se pospõem autoridades, frequentam-se e se reverenciam as citações de SMITH, como doutrinas sólidas e de peso (texto capital) em deliberações econômicas. Ainda vários modernos escritores franceses lhe prestam a devida homenagem. Mr. ARNOULD no seu livro — *Balança do Comércio*, publicado em 1797, lhe chama obra sublime; o Anônimo do *Compêndio dos Princípios de Economia Política*, edição de Paris em 1796, diz que é a composição mais perfeita neste gênero e que é uma obra que absolutamente falta à França. Mr. Germain GARNIER na óptima tradução daquele autor não tem limites nos elogios que

(21) James STEWART — Em vez da forma original James, usa Cairu a forma Jacques, talvez influenciado pela tradução francesa da obra de Stewart, feita em 1789. N. C.

(22) Ver *Introdução*, pág. 50, e Comentário ao Cap. VIII. — § 1.º — N. C.

lhe faz. Assim vista aquela estrela polar, é já lícito medir a altura da civilização e navegar afoito no pélago da Economia Política, sem temer baixios e naufrágios.

Por ora a República das Letras não tem aumentado o seu fundo com outro tesouro daquele toque. A horrível canícula do fim do Século não era boa quadra para dar frutos sazonados das ciências profundas. Nas convulsões dos Estados os escritos sobre matérias de interesse público trazem o cunho das sugestões da vingança e lisonja, sem algum respeito à utilidade das gerações futuras, sendo, como observou TÁCITO, o maior mestre de Política da antiguidade, compostos: *recentibus odiis, inter infensos vel obnoxios; neutris cura posteritatis*.

Bem no seu valente pincel o descreve o Venuzino português:

“O alvoroço e o tumulto que consigo
Trazem brônzeos canhões, roucas bombardas,
Mal convém com o remanso de Minerva,
Com a amena calma das pausadas Musas.
Os que Apolo influiu, por Marte o deixam,
Depõem os livros, os broquéis abraçam;
E em lugar dos assentos numerosos,
Com que ínclitas idéias se revestem,
Só têm o agudo ouvir aberto à *l'arma*,
Só têm de irado olhar cravado o lume
Na ardente bala, ou carniceira brecha.” (23)

Além disto, é fácil notar os erros dos outros e acrescentar ao inventado; porém a originalidade é dom divino, e a partilha dos entes destinados a enobrecer a espécie.

SMITH, ensinando o que havia de mais razoado e instrutivo nos que lhe precederam, adiantou a Ciên-

cia com muita novidade de idéias e argumentos; tirando das trevas econômicas o arquétipo e luminoso princípio, de que a *riqueza das Nações consiste nos produtos do anual trabalho de cada uma; e que estes e os capitais fixos e circulantes, que daí se acumulam em virtude da sobriedade e parcimônia do anual consumo, se proporcionam à espontânea e discreta divisão e direção do mesmo trabalho e à livre troca dos frutos da geral indústria, dentro e fora do país.*

Este inimitável mestre procurou conciliar o interesse de todos os países e classes de indivíduos, dando dignidade aos Povos e aos Governos; deixando àqueles manejar seus próprios negócios e a estes atribuindo a genuína e essencial prerrogativa de *proteger e acreditar a Nação*. Considera os homens como ora são e não como deveriam ser; e, seguindo o meio entre as exagerações fisiocratas e a misteriosa alquimia dos canonizadores das obstruções do Comércio, intenta resgatar a humanidade da servidão e monopólio. Pode-se-lhe aplicar o elogio, que TÁCITO fez à Agrícola, primeiro civilizador da Inglaterra, *guardou (o que é muito difícil) a moderação na sabedoria.* (24)

O célebre aluno de ALEMBERT (25) intentando substanciar os preceitos do insigne economista inglês, reconheceu ser impossível fazer breve análise de uma obra tão vasta, que havia mistér de amplos desenvolvimentos e que o Gênio Criador já tinha reduzido às mais exactas proporções. Por isso apenas fez um extracto ou esboço, para excitar a curiosidade dos que se aprazem de instrução reflexa, a fim de estudarem o original; pois o livro não é de divertimento, mas de meditação. *Trata-se de fazer pensar e não de fazer lêr.* (26)

(24) *Retinuit (quod est difficilimum) ex sapientia modum.*

TACITUS — *Vita Agricolaë.*

(25) Veja-se a sua *Bibliothèque de l'Homme Public.*

(26) *Il s'agit de faire penser, et non de faire lire.* MONTESQUIEU.

Em 1797 apareceu em Londres um hábil compêndio de Jeremias JOYCE. Porém é um esqueleto mutilado em comparação de um corpo robusto, em que brilham a saúde e a vida. Qualquer que seja o merecimento dos que têm dissertado sobre o assunto, seguindo ou criticando a doutrina que beberam, nunca se pode dispensar a lição do grande homem, como o actual progresso das Matemáticas não isenta do estudo de NEWTON.

...Juvat integros accedere fontis,
Atque haurire. (27)

SMITH, enumerando entre as causas das riquezas das Nações a energia do espírito público e a lealdade dos empenhos, reconhece o gênio empreendedor dos portugueses e presta homenagem ao fidelíssimo aliado da Grã-Bretanha, que sempre, em circunstâncias críticas, sustentou a dignidade da Corôa, não se submetendo aos que ele chama *ignominiosos termos* das potências rivais.

A esperança de despertar a atenção pública, vulgarizando-se as liberais teorias do eminente filantropo, até agora monopolizadas pelos doutos, e a influência que a generalidade e apuramento de idéias em Economia Pública teriam na riqueza, carácter e fama nacional, inspiraram-me a coragem de expôr (como pude) *timide, diffidenter et verecunde*, algum dos seus princípios, tributando ao Autor somente respeito, mas não idolatria. Não os apregoo como símbolos de fé, mas como teses de um sábio da primeira ordem, que tem tão acreditados precursores e sectários. Elas, pela importância dos resultados, são dignas de exercer a vivacidade dos patriotas pensadores; salva a razão e a obediência às leis.

(27) LUCRETIVS — *De Rerum Natura* — Canto IV — V. 2 e 3.

“Ah! se eu pudesse ver na Elísia (28) minha,
 Sequiosa de saber, francos e abertos,
 Tantos pórticos de artes, de ciências,
 Como não levantara ela a áurea frente
 Entre tantas Nações que a só conhecem
 Por ter dobrado o horrendo Promontório
 Por um antigo brado de conquistas?
 Não fôra assim, se nós mais cuidadosos
 Dêssemos mór valia à nossa língua,
 Polindo-a, enobrecendo-a, opulentando-a
 Com cabedais de Urania, (29) Clío (30) e Erato. (31)
 Que assim se fez no mundo conhecida
 A língua Grega; e o Lácio, que pretende
 Emulá-la, seguiu o mesmo trilho;
 Seguiu a Espanha com a Toscana;
 E até as Boreais Nações o seguem.” (32)

Aos que não dando desconto ao trabalho e à boa vontade, estranharem o encarecimento de opiniões insólitas à face das regras estabelecidas, perdoe-se o retorqui-los com autoridades clássicas:

Non ignoro quæ bona sint, fieri meliora posse doctrina; et quæ non optima, acui tamen, et corrigi posse. (33)

Vetera extollimus, præsentium incuriosi! Non omnia apud priores meliora: sed nostra quoque ætas multa laudis et artium imitanda posteris tulit. (34)

Multa hoc cognovimus sæculo, et multa venientis ævi populus ignota nobis sciet. (35)

-
- (28) Lugar de delícias e bem-aventuranças. N. C.
 (29) Musa da Astronomia. N. C.
 (30) Musa da Poesia épica e da História. N. C.
 (31) Musa da Elegia ou da composição poética. N. C.
 (32) FRANCISCO MANOEL — *Carta* — Tomo I.
 (33) CICERO.
 (34) TACITUS.
 (35) SENECA.

4. — Toquei questões de alto porte, escudando-me sob a Égide da Minerva Britânica; sem todavia intentar que as asserções (talvez mais afirmativas e dogmáticas do que cumpria e que se escaparam, como é natural, na envolta do argumento) prevaleçam aos bem entendidos interesses nacionais, sobre que só a sabedoria do Governo pertence decidir. Elas jamais transcendem os limites de simples diatribe especulativa, em que parafraseio as abstractas idéias e concisas dicções do sublime Engenheiro da Architectura Civil; indicando os que me pareceram mais verossímeis expedientes e sólidos penhores para se poderem promover e vincular as comuns alianças sociais, a fim do maior possível bem da espécie humana. Oxalá se realize a universal harmonia, esclarecimento e comunicação!

Além de que todas as regras econômicas são essencialmente temporárias (36); e a prudência, ainda do mais previsto legislador, requer que, cedendo-se aos tempos, se proporcionem ao senso e hábitos do vulgo; o qual não desaprende de súbito as prevenções com que foi criado e é necessário com muito tento e pausa mostrar-lhe primeiro por bons modos o seu engano e a melhor via de o fazer ditoso. Os frequentes exemplos de abolição de antigas práticas, em tantos Estabelecimentos melindrosos, e antes pertinazmente insistidos por bens de sumo preço, como frotas, companhias de colônias, etc. e o projecto de revisão de leis, anunciado no Decreto de 17 de Junho de 1788, dão felizes presságios de um Código perfeito, que immortalize o Augusto Soberano que o promulgar. Os Títos e Antoninos deixaram de ser as delícias do seu século e a veneração da posteridade, porque promoveram as ciências e aboliram algumas leis para

(36) Alvará de 24 de Janeiro de 1777.

maior esplendor do Império, desprendendo a circulação das algemas com que era aferrolhado? (37)

Não é preferível uma Administração simples, praticável e compatível com o geral interesse dos indivíduos e comuns sentimentos do gênero humano, cessada toda a polícia difícil, que põe as diferentes classes em conflito e a maior parte do povo em hábito de simulação e desobediência aos Estatutos, que paralizam as energias nacionais, encurtando seus empregos, tratos e proveitos? Não é de constante notoriedade que, ainda os que se jactam de mais lisos e puros patriotas, compram, vendem e empregam o seu dinheiro e trabalho como podem ajustar e lhe faz conta; e que dão traça de evadir toda a polícia restritiva em matérias econômicas de seus interesses, ganhos e dispêndios, regulando-se meramente pelas regras da justiça, prudência, opinião pública e forças de suas faculdades domésticas? A se praticarem as leis existentes da indústria e comércio: quem se poderá dizer inocente e bom cidadão desde a mais alta personagem e mais esclarecido magistrado, até o negociante de primeiro crédito e o mais obscuro trabalhador, não havendo talvez um só vassalo, que não faça uso de gêneros de importação e exportação vedada por regulamentos positivos?...

Não pode a legislação econômica ficar estacionária, quando novos astros raíam no zodíaco científico e político, e a sagacidade das Nações mais prósperas alarga as antigas veredas, despregando com a rapidez do raio, ou com os gigantescos ímpetus com que o cantor de Aquiles representa a Netuno abarcando em três passos a extremidade do mundo. Um complexo de instituições mais produtivas deve ser obra dos tempos, em que o Céu presenteia os povos com pios Sobe-

(37) Veja-se GIBBON — *História da Decadência e Queda do Império Romano*, na vida destes Imperadores.

ranos, destinados a esclarecer seus povos e enxugar as lágrimas da Humanidade.

* Parece que a mais inocente e melhor economia consiste em se permitir *indústria activa, trabalho discreto, instrução franca, comércio livre* e se poder reduzir a este único postulado. Pede-se, como coisa possível, que *se deixe a cada indivíduo livremente trabalhar, instruir e dispor em boa fé do fruto de seu trabalho honesto*. Pode haver coisa mais singela e razoada? Sendo este foral comum a todos os indivíduos, quem terá motivo de se queixar? Se o direito. e não a força, é que produz geral vantagem, quem não abraçará um sistema, que propaga a filantropia, desacredita a violência e restaura a sinceridade?

SMITH não dava muita fé aos cálculos de Aritmética Política; eu também não a dou às proposições, que não tenham uma evidência absoluta; e esta difficilmente se encontrará fora das Matemáticas puras, e, ainda assim, enquanto não se aplicam aos fenômenos físicos, tão vários e complicados. Como será alguém orgulhoso, sem ridículo de si e afronta aos outros, dando-se em discussões econômicas por medida da verdade?

Não sejamos contudo acatalépticos, apáticos e quietistas. Contentemo-nos com a probabilidade, quando não nos possamos lisonjear de irrefragável demonstração nos pontos novos ou controversos.

* Propor-se o que parece racional, não é assegurar que seja o verdadeiro. Cada Estado tem suas tão particulares complicações, que a prudência do melhor governo possível se vê na urgência de sacrificar interesses econômicos a considerações políticas. Por exemplo, SMITH mostra que o *Acto de Navegação* da Inglaterra não é favorável ao progresso daquele gênero de opulência que nasce do comércio estrangeiro, visto que dá um monopólio marítimo a seus compatriotas. Todavia ele mesmo defende a sabedoria do

Acto, bem que, na origem, fôsse desenhado por animosidade nacional e ciúme mercantil da Grã-Bretanha contra a Holanda; pois entende que o mesmo Acto presta segurança ao país, que vê não pode prosperar e defender sem grande fôrça naval; e, no conflito de dois bens, a segurança vale mais que a opulência.

Outro exemplo pode indicar-se nos privilégios das Ordens e Corporações do Estado. Seus antigos serviços e a veneração dos povos, com outras razões atendíveis, podem fazer toleráveis, ao menos temporariamente, certos regulamentos, que aliás obstruem o progresso da indústria e opulência: o sossego e harmonia nacional às vezes contrapesa e compensa os maus efeitos de consideráveis irregularidades econômicas. Nisto consiste a ciência e talento do legislador, a quem toca, nem se deixar imóvel em reformar os abusos, nem ser precipitado ou tardio em pôr os conducentes meios e aproveitar as ocasiões próprias, para prestar beneficência a seus povos, favor à humanidade e honra à sua memória.

Tendo a consciência da minha inferioridade, persuado-me todavia que, ao menos, não será frustrâneo este rude ensaio, se excitar com ele e fizer subir mais alto os talentos portugueses; para que, mostrando-se prole de heróis, que em outros tempos, rompendo novas estradas e arrostando incompreensíveis perigos, enriqueceram a Elísia (38) apotentaram aliados, com incógnitas preciosidades e maravilhas, também acrescentem, com mais justos meios e melhores motivos, superiores capitais às *Riquezas das Nações*; evitando a reprimenda do Poeta de Augusto, (39) que não dá louvor aos que só desfrutam o alheio e não engrandecem com a própria indústria o patrimônio achado:

(38) Ver nota à pág. 99. N. C.

(39) VIRGILIUS. N. C.

*Qui divitiis solis incubuere repertis,
Nec partem posuere sui. (39-A)*

Se deste meu trabalho não resultarem, com a destinada brevidade e extensão, todos os bens que agouro e desejo, servir-me-á de consolo a observação de SÊNECA:

Nunquam expectare nos certissimam rerum comprehensionem; quoniam in arduo est veri exploratio, sed ea ire qua ducit verisimilitudo. Omne hac via procedit officium; sic serimus, sic navigamus, sic militamus, sic uxores ducimus, sic liberos tollimus; cum omnium horum incertus sit eventus. Ad ea accedimus, de quibus bene sperandum esse credimus... Laudandaque velle sit satis. (40)

* A Lusitânia possui no Tejo um dos mais interessantes empórios da Europa; e ergue sua frente ocidental altiva, para servir de farol aos que navegam de todos os rumos, em qualquer estação do ano; dando seguro abrigo e fácil mercado, às riquezas das quatro partes do Orbe. As suas Colônias fornecem o alimento da civilização do Mundo. Portanto a Monarquia Portuguesa não precisa de virtude e mercê alheia, para alçar-se à consideração e Poder, que a Providência lhe destinou. Basta que abra as suas fontes de riquezas, para reintegrar-se na preponderância que lhe compete na Balança Política. Não convém que indevidamente se lhe avantejem as Potências, que hoje brilham com diademas, ceptros e tridentes, ornados à nossa custa, por fatal indiferença dos meios que levantam os Estados.

A Europa assaz deve o restabelecimento das letras, a intrepidez da navegação e os arrojos das especulações mercantis aos ínclitos Monarcas Portugueses,

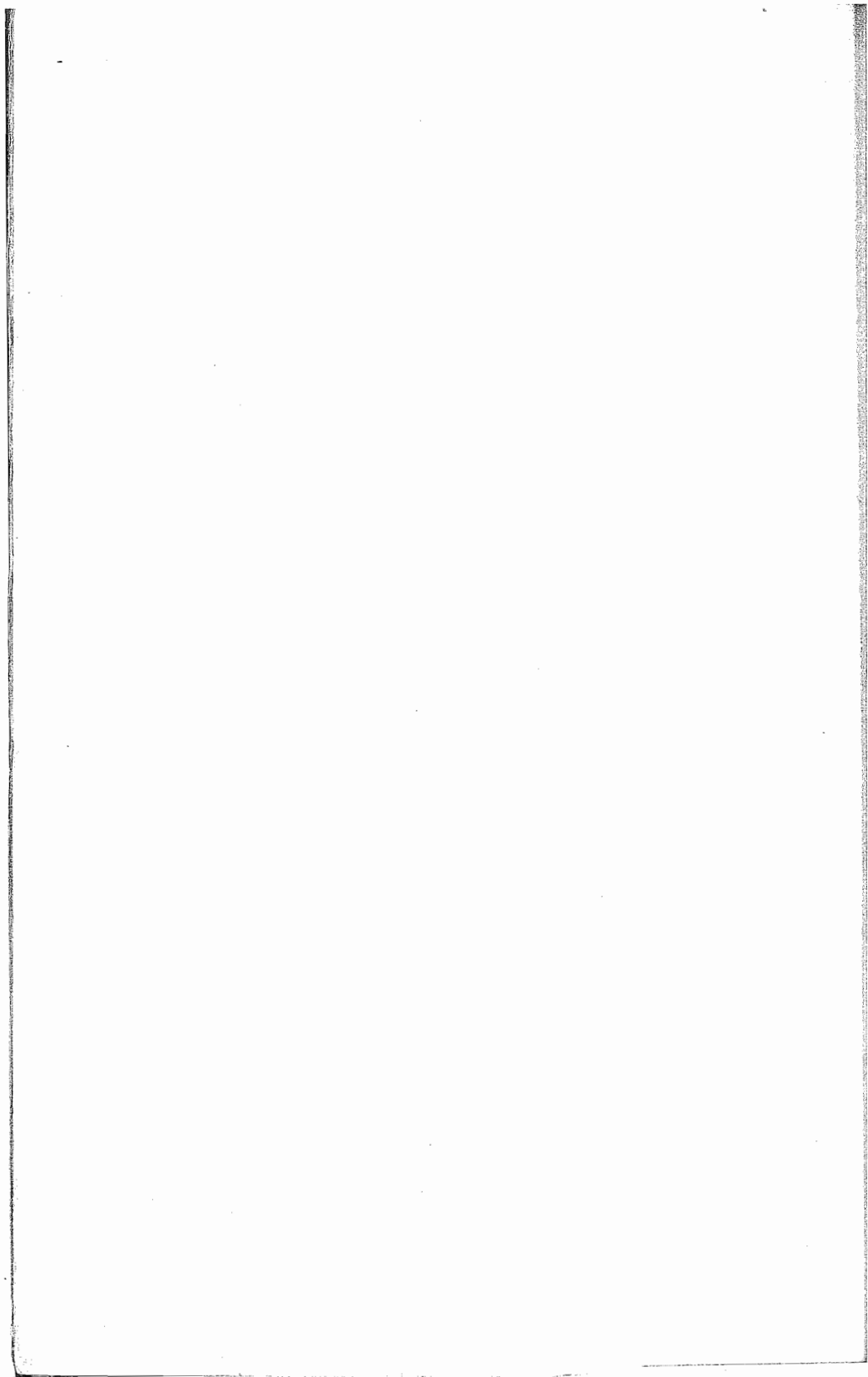
(39-A) VIRGILIUS. N. C.

(40) SENECA — *De Beneficiis* — Livro IV — Cap. XXXIII.

que lhe franquearam o campo das descobertas, em mares, continentes e ilhas, que antes se ignoravam. Será de eterna glória ao Augusto D. João VI dar *primeiro* o exemplo de um Império, em que a Razão e a Justiça triunfem dos prejuizos e atentados, com que até o presente se acha manietada a indústria e o comércio do gênero humano. E se eu, que mal sou um átomo do Universo, entrar para a imensidade desse benefício, juntando algum grão à seara social, não almejo a mais fortuna que o ser útil e poder juntar minha voz à dos bons compatriotas, sendo o eco do nosso judicioso economista senhor Duarte de Sousa Ribeiro de MACEDO, embaixador que foi em Paris no ano de 1675.

“Sua Alteza Real, que Deus guarde, é obrigado a procurar a abundância e felicidade dos povos que governa e segurá-los para que a logrem em repouso; e sem comércio e sem riquezas, nada disto pode fazer. Tudo fará se o Brasil der os meios; e deixará felicíssimo o Reino a seus sucessores; por cuja conta correrá usar das riquezas no exercício das virtudes, em que unicamente consiste a conservação dos Reinos”. (41)

(41) *Discurso sobre a Transplantação dos Frutos da Índia ao Brasil.*



CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS GERAIS DE ECONOMIA

SUMÁRIO: — 1. Economia Doméstica e Economia Política. —
2. Princípios gerais de Economia.

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — Cairu inicia este Capítulo, que é sem dúvida o mais importante e original de toda a obra, estabelecendo a noção de *lei física* e de *lei social*, para afirmar que a ciência e a prática da Economia consistem no conhecimento e no exercício destas últimas leis, admitindo assim, expressamente, um sentido providencialista na ordem econômica que é, modernamente, o do conceito determinista das leis físicas ou sociais.

Revela uma noção perfeita do conceito de Ciência, quando diz que ela deve necessariamente fundamentar-se em princípios intuitivos ou de tal evidência que admitam verificação experimental, mostrando assim a importância da sua base física e a mútua dependência geral dos fenômenos econômicos.

Estabelece, em seguida, dois tipos de economia pelo âmbito de sua actividade: o da sociedade familiar e o da sociedade civil. A primeira denomina Economia Doméstica e a segunda Economia Política, emprestando a ambas, judiciosamente, os mesmos fundamentos: hedonismo, dignidade e liberdade.

Economia Doméstica — é o regime de um chefe de família para prover às necessidades e comodidades das pessoas que a compõem.

Economia Política — é a ciência e arte de prover às necessidades de uma Nação, para o fim de maior opulência dos particulares e do Estado.

No curso da obra, Cairu distingue ainda os conceitos de Economia Pública ou do Estado, de Economia Social, do Criador, da Natureza e a da Formiga.

2. — Os sete princípios fundamentais da Economia Doméstica, que estabelece, são verdadeiras normas de Organização Racional do Trabalho que se poderiam enumerar:

- 1.º — justiça na direcção;
- 2.º — produtividade na execução;
- 3.º — equidade na remuneração;
- 4.º — segurança na operação;
- 5.º — poupança no capital;
- 6.º — selecção no pessoal;
- 7.º — suavidade na disciplina.

Declara que esses princípios, de si evidentes, são aplicáveis também à sociedade civil e formam as leis essenciais da Economia Política.

Passa, em seguida, ao objecto próprio do capítulo, que é o estudo dos princípios gerais da Economia Política e, então, expõe e enumera sete princípios fundamentais da Ciência Económica, a saber:

1.º — *A ordem económica deve ser estabelecida pelo Estado com fundamento na harmonia e segurança dos interesses públicos e privados.*

O chefe da Nação deve considerar-se como cabeça de uma vasta família e, consequentemente, amparar todos os seus membros como se fossem os próprios filhos e cooperadores da felicidade geral, jamais desunindo o interesse próprio do interesse de seus súbditos e assegurando a integridade individual e a da propriedade legitimamente adquirida.

2.º — *A ordem económica deve prover o mais livre e lucrativo emprego do trabalho e do capital, de forma a que jamais falte ocupação honesta a quem oferecer serviço.*

O trabalho particular e o público devem ser executados com o mais livre, extenso e lucrativo emprego das pessoas e capitais, a fim de que se obtenha, periodicamente, o maior e o mais valioso produto da actividade industrial da Nação.

Nesta judiciosa proposição estão os fundamentos racionais e experimentais da moderna política do pleno emprego, segundo a concepção keinesiana, que preconiza a ocupação integral de todos os factores da produção, mormente da mão de obra, sem ofensa à dignidade individual.

Este princípio é tão importante que na ordem econômica fundamenta o preceito de que deve haver proporcionalidade entre os factores da produção e, na ordem política e constitucional, a norma legal de que "a todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna". (Const. Federal de 1946 — Art. 145. Parágrafo único).

Cairu ainda estabelece as componentes do que hoje se entende por *salário mínimo*: *alimento, habitação, vestido, cura, instrução e defesa*.

Na lei actual, *alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte*. (Dec.-lei N. 2.162, de 1-3-1940).

Na realidade o transporte colectivo entre nós constitui verdadeira defesa.

Mostra, afinal, que a observância de tal princípio conduz a ordem econômica a um estado de equilíbrio natural entre o valor dos salários do trabalho e o dos juros do capital.

Esse conceito encerra, no fundo, as bases da teoria da produtividade relativa do capital e do trabalho, apresentada por François Divisa em sua notável *Econômica Racional*.

3.º — *A direcção do trabalho deve ser judiciosa sem perturbação de sua ordem natural, com liberdade de iniciativa individual e segura recompensa.*

E' de suma importância a prioridade estabelecida para que o trabalho seja judiciosamente dirigido, não se estabelecendo ramos de indústria prematuros com insuficientes capitais e à força de meios artificiais: primeiro o necessário à subsistência individual e à segurança do Estado, depois o cômodo e agradável à vida e, finalmente, o que é de mero ornamento e luxo.

4.º — *O produto do trabalho da Nação deve ser aplicado no suprimento de suas reais necessidades.*

A riqueza física de uma Nação pouco vale, se o Governo não adotar a política de investimentos que mais convenha aos interesses sociais.

Uma Nação não aumenta sua opulência nem consolida seu crédito se, em lugar de construir estradas, canais, pontes, celeiros, armazéns, portos, diques, ancoradouros, arsenais, estaleiros, faróis, etc., promover a execução de edificios e teatros sumptuosos, favorecer fábricas de artigos de luxo, apoiar especulações cerebrinas de pseudos Arquimedes Políticos ou se mantiver exército em desproporção à sua população e economia.

5.^o — *A acumulação de capitais deve ser empreendida para promover os meios de crescimento e progresso.*

A sã política é a que deve exercer, antes de tudo, um poder tutelar de benéfica influência, decretando leis justas e instituições úteis, e não a que estabelece uma autoridade absoluta e uma direcção que force os individuos e capitais a gêneros de vida e comércio, a que não se entregariam espontaneamente.

6.^o — *Os estabelecimentos religiosos e literários devem ser protegidos para manter a moralidade e propagar a instrução.*

E' a inegável interdependência entre a Economia e a Cultura no mais amplo sentido, compreendendo o processo educativo. "Sem princípios sólidos de religião e bons costumes, pouco ou nada valem as leis económicas e civis", afirma Cairu.

7.^o — *A ordem jurídica deve ser assegurada para a exclusão do arbitrio pessoal.*

Os direitos e deveres do cidadão devem ser estabelecidos com a maior clareza, de forma a excluir interpretações capciosas ou arbitrio de julgadores.

O Código Económico deveria ser o mais simples possível, abolidas as leis que entravam a circulação e impedem, em lugar de promover, a fartura individual e a prosperidade nacional.

Este princípio tem por fim integrar a ordem económica na ordem jurídica: *Juris sub auctoritatem oeconomicus ordo*, isto é, a ordem económica sob a autoridade do direito.

Os cinco primeiros princípios são de natureza exclusivamente económica; os dois últimos, de carácter político e jurídico.

Cairu já antevia, pois, a importância primacial dos fenómenos sociais e admitia, com razão, que a ordem econômica é componente da ordem social, isto é, que o processo social é o complexo dos processos político, jurídico, religioso, moral, econômico, etc.

O objecto da Economia Política, embora seja esta, no fundo, uma ciência social, não é *moral* nem *imoral*. É *amoral*, isto é, está *a latere* e da Moral.

A ordem econômica não interessa que a riqueza esteja em mãos deste ou daquele; interessa é que esteja em mãos do melhor empreendedor, de tal sorte que a colectividade desfrute o mais elevado padrão de vida.

“O dano que um ladrão de estradas causa à sociedade não é medido apenas pelo assalto que comete, sendo o maior mal a insegurança da circulação da riqueza que, certamente, entrava”, escreve Pareto.

Cairu, como a quase unanimidade dos escritores da época e de acordo com a sua própria formação jurídica, ética e religiosa, não divorciava, porém, a Economia Política, da Moral.

Eis a razão pela qual os princípios gerais que estabelece e apresenta são intencionalmente normativos e não experimentais, como, na actualidade, são instituídos e formulados e como, certamente, era de esperar que o fossem, uma vez que Cairu, repetidas vezes, acentua a importância do fundamento empírico da Ciência.

TEXTO ORIGINAL

1. — O *mundo físico* rege-se por leis simples e fecundas, que lhe dão ordem, harmonia, beleza e perpetuidade. Algumas daquelas leis são conhecidas pelos homens e segundo as mesmas eles regulam suas acções, previnem danos e adquirem muitos bens da vida. Reunidos em sociedade constituem um *mundo moral*, que parece também dever ser regido por leis de igual simplicidade e fecundidade, para viverem em paz e abundância. O conhecimento e o exercício destas leis é o que se chama ciência e prática de *Economia* que, segundo sua etimologia, significa a lei da casa. (1)

(1) Diriva-se dos termos gregos: *oikos* — casa e *nomos* — lei.

A sábia Economia do Criador se manifesta claramente na infinita variedade com que diversificou as terras, climas e habilidades, dando a cada país e indivíduo suas produções, vantagens e aptidões particulares; evitando-se assim uma uniformidade desagradável e estabelecendo-se não menos uma dependência e aliança recíproca dos homens e Estados, para mutuamente se ajudarem e desfrutarem os dons da Providência.

Mas, para ter o homem os bens e cômodos da vida, o Autor da Natureza nada lhe concedeu sem trabalho, nem ainda os poucos frutos espontâneos da terra, que logo se constituem insuficientes no progresso da população. Porém, por compensação, deu-lhe um espírito activo, empreendedor e insaciável; libertando-o assim dos grilhões da selvageria, dos vexames da miséria e da inércia bruta da matéria, que dá ao homem bravo e inculto grande estupor de espírito e preguiça de corpo, logo que satisfaz as mais grosseiras necessidades da existência animal.

A recta Economia da sociedade deve pois consistir:

- 1.º — em dar aos homens interesse para constância de trabalho útil;
- 2.º — ter neles sempre exaltada a energia intellectual e corpórea, para empreenderem cousas dignas;
- 3.º — procurar ligar a todos os indivíduos e as Nações em voluntária dependência, para recíproco gozo dos produtos do respectivo trabalho e indústria.

Aquela Economia se pode considerar, ou na *sociedade familiar* dos pais com seus filhos, fâmulos e dependentes, vivendo em habitação comum, subordinados à autoridade natural e directiva de quem os sustenta e educa; ou na *sociedade civil* composta de muitas famílias unidas em determinado território para ajuda

e segurança recíproca. A que tende ao bem da sociedade familiar, se diz *Economia Doméstica*; a que se dirige a benefício da sociedade civil, chama-se *Economia Política*.

2. — É porém de notar que, posto a Economia doméstica e política se fundem nos mesmos princípios substanciais e de senso comum, todavia esta se diversifica daquela nos meios de promover o respectivo interesse; pois, à proporção que a sociedade civil se amplifica em número de famílias, extensão de território e relação com os povos vizinhos e Estados independentes, assim os interesses das Nações se vão complicando e recebendo necessárias modificações, que se apartam da simplicidade primitiva e constituem, em muitas circunstâncias, difícil e intrincado o sistema do governo econômico; não nos seus elementos ou máximas fundamentais (que são firmes e fecundas), mas nas suas remotas consequências; maiormente havendo-se respeito aos inveterados prejuizos e abusos das Nações, os quais irresistivelmente influem no modo da administração respectiva e apenas admitem reforma por mudanças graduais e de extrema prudência dos Soberanos, posto que animados do espírito do bem público e amor da Humanidade. Pelo que a grande Arte da Economia Política consiste em se acomodarem as diferentes operações do Ministério às opiniões, costumes e hábitos do povo; em maneira que, insensível e dextramente, se preparem e se aproveitem as ocasiões favoráveis, para se introduzir um novo sistema de instituições mais úteis. (2)

A *Economia doméstica* se pode definir: *o regime do chefe de uma família para prover as necessidades e comodidades das pessoas que a compõe.*

Este regime só pode ser justo e prudente:

(2) STEWART — Livro I — Cap. I.

1.º — quando aquele chefe considera a todos que têm a seu cargo, como filhos e cooperadores da felicidade da casa, promove sem parcialidade os comuns interesses; e se faz amar e respeitar com o menor e mais suave exercício possível de sua autoridade;

2.º — quando faz e com seu exemplo e influência se executa regularmente o trabalho necessário ao suprimento das precisões e confortos da vida, provendo ao constante e útil emprego dos seus subordinados;

3.º — quando dirige este trabalho de modo o menos detrimtoso e ao mesmo tempo o mais livre e produtivo, seguindo, quanto for possível, a ordem natural das necessidades e comodidades da vida e as inclinações racionáveis dos que têm sob seu mando, na variedade dos serviços concernentes ao bem geral; assegurando a cada um os frutos da sua particular indústria, só com o encargo indispensável de proporcional contribuição das despesas necessárias à comum segurança e vantagem;

4.º — quando o produto do trabalho é aplicado unicamente ao destino que se conforma ao fim da sociedade;

5.º — quando se acumula o excedente do frugal consumo da família; a fim de se estabelecer um fundo permanente para o suprimento e reprodução das coisas necessárias à sua anual manutenção; e bem assim para reserva e recurso contra as urgências extraordinárias e acidentes imprevistos e igualmente para se adquirir, pela troca deste excedente, o produto preciso do trabalho de outras pessoas e famílias; a fim de se fazer incessantemente maior o proveito ou rédito da casa, com progressivo aumento das comodidades e riquezas domésticas, harmonia e consideração entre os vizinhos;

6.º — quando promove a instrução dos seus súbditos para o adiantamento das faculdades intellectuais

e corporais de cada indivíduo e expedição dos negócios úteis; tendo por constante objecto a *verdade e justiça*, sobre que se funda a recta moralidade, e o feliz êxito das instituições e acções humanas.

7.º — quando corrige, sem exasperação e só por amor da ordem e bom exemplo, os membros da sociedade doméstica, que se recusam ao trabalho e contribuição às despesas comuns ou turbam os outros no exercício dos seus direitos; fazendo-os com suaves meios, quanto for compatível com a geral segurança e subordinação, entrar nas exactas idéias do dever; e no caso de absoluta incorrigibilidade, expeli-los dos lares paternos, com exclusão de todas as vantagens da família.

Estes princípios capitais e de si evidentes são applicáveis à sociedade civil e formam as leis essenciais da *Economia Política*, que se pode definir: *a ciência e arte de prover às necessidades e comodidades de uma Nação, para o fim da maior opulência dos particulares e do Estado.*

Chama-se *ciência*, porque é estabelecida em princípios intuitivos ou de tal evidência, que admitem demonstração. (3) Chama-se *arte*, porque toda ela se reduz ao actual exercício para o bem da Nação; e os erros, assim teóricos como práticos do respectivo sistema de governo e usos do povo, são de fatais consequências, não só ao país em que se cometem, senão também à Humanidade e Civilização.

Aqueles princípios são planos e acomodados à inteligência de todos os indivíduos; e jamais os pode perder de vista o Soberano ou os que influem nos seus conselhos, sem estragar a fortuna particular e pública e reduzir à decadência ou ruína as Nações, ainda as mais populosas e abastadas. Tais princípios não se

(3) Quer dizer que admitem verificação experimental. N. C.

devem confundir com as chamadas *Máximas de Governos, Razões de Estado, Segredos de Gabinete, Arcanos do Império* e outros mistérios do regime das Nações, que os amadores da dependência, enigma e poder arbitrário, tem artificialmente inculcado, em prejuízo do verdadeiro interesse do Soberano, que é inseparável da felicidade do povo, doçura do governo e simplicidade da Administração.

* O 1.º princípio de Economia Política é que o Soberano de cada Nação deve considerar-se como o chefe ou cabeça de uma vasta família e, consequentemente, amparar a todos que nela entram, como seus filhos e cooperadores da geral felicidade; jamais desunindo o interesse próprio do interesse de seus súbditos; para se obter o primitivo e constante fim da sociedade civil, que vem a ser: *a segurança das pessoas e propriedades legitimamente adquiridas com a menor restrição possível da liberdade de cada indivíduo, regulada pelo bem comum da espécie humana e circunstâncias específicas do território e estado de cada Nação.*

É evidente a majestade da soberania para o cabeça do Estado sentir a própria grandeza na preeminência de sua representação e no exacto cumprimento dos deveres correspondentes à limitada confiança que se põe em tão elevada autoridade, na esperança e certeza do legítimo uso do poder, que lhe é inerente.

Daqui nasce a necessidade que tem o Soberano de proteger a todos os seus súbditos sem excepção de pessoas, não obstando a qualquer honesto trabalho e emprego de fundo; honrando todavia com especialidade a alguns, em proporção aos serviços, regulada pela quantidade e transcendência do proveito público que daí se derive; estabelecendo uma legislação praticável e compatível com o gênio dos cidadãos e cir-

cunståncias do país; não se dirigindo pela indecente administração de parcialidades e privilégios de algumas ordens e particulares, em desamor e ofensa dos verdadeiros servidores do Estado e do grande corpo do povo; jamais tolerando actos de autoridade desnecessários ou perigosos; pois, se não produzem immediata desordem, todavia diminuem a confiança (que jamais convém afrouxar) na santidade da soberania, antes, ao contrário, fazendo a todos respeitar e estimar o seu governo, pela convicção da sabedoria e virtude política, que dirige o respectivo sistema; o que, mais que alguma outra causa, influi no espírito e crédito público, para formar e exaltar o carácter de qualquer Nação.

Por este modo a lei vem a ser igual para todos; as virtudes, os talentos e os serviços úteis à Humanidade e ao Estado são as verdadeiras e perenais fontes da distinção e nobreza civil, que jamais se confunde ou eclipsa com os fantasmas da vaidade. Então quando o Soberano castiga ou premia a Justiça tem regras e as graças não são de vago arbítrio ou de estéril tarifa: só o merecimento superior reclama excepção; pois às vezes um só homem ilustra o país e vale a Nação; salva a idolatria do entusiasmo público, origem ou uma das mais poderosas causas das desgraças políticas, que se perpetuam por séculos. (4) Nesta ordem de cousas todos têm os olhos e corações no Supremo Poder Tutelar; e o nome de pátria nos

(4) A *Lei do Ostracismo*, entre os Gregos, que separava do Estado os homens supereminentemente distintos pelo seu mérito, confiança pública e influência nas operações políticas, posto fôsse censurável pelo excesso e abuso, tinha contudo alguma escusa à vista das insolências dos Alcebiades e Pesistratos que, sendo grandes homens a muitos respeitos, depois perturbaram e tiranizaram sua pátria. O entusiasmo dos louvores e agradecimentos patrióticos tem sido muitas vezes ainda mais fatal que a inveja e ingratição dos povos. Se Cipião Africano tivesse aceitado as desmedidas honras, que Roma lhe decretou nos momentos de êxtase de alegria e reconhecimento dos seus serviços, que consideravam exceder todo o preço no arrasamento de Cartago, talvez se acelerasse a época dos

significa somente o torrão e domicílio em que alguém nasce e habita; nem o Estado e a Nação se deforma e encurta na miniatura de alguns pigmêus monstruosos, isto é, os monopolistas de todas as denominações e pretextos.

O bem conhecido paradoxista de Genebra, no seu *Discurso de Economia Política*, cansa-se em mostrar as muitas diferenças, que vão do governo de um pai de família ao governo de um Estado; e ataca o sistema do regime patriarcal, como incompatível com as circunstâncias actuais da sociedade. Contudo, ele, que reprova o símile e acha afectado e impraticável o reger-se uma Nação como uma casa, é o próprio que, em todo o teor do dito *Discurso* e mais obras políticas, representa a Pátria como uma terna mãe e os cidadãos como filhos, que a devem bem servir e sacrificarem-se pelo bem geral. Mal acaba de impugnar aquela primeira comparação, logo, pelo seu costumado espírito erístico, versátil e contraditório, compara, com muita exemplificação e miudeza, a Sociedade a um corpo vivo e orgânico, sendo, diz ele, o governo a cabeça, as leis os braços, o dinheiro o sangue, etc. Ora, se nestes últimos paralelos há certamente um fundo de verdade e de não incôgrua aplicação, porque se contestará no primeiro, havendo ali talvez alguma coisa ainda mais real, plausível, honorífica e de fausto agouro.

Silas e Octavios. A verdadeira grandeza consiste em servir cada qual com pureza à humanidade e a seu país, merecendo as honras, mas não embriagando-se com os vapores da ambição. Raríssimo é o que não abuse do poder, quando é desmarcado. Leia-se o espírito da genuína virtude de Cipião na seguinte passagem de VALÉRIO MÁXIMO: *Voluerunt illi Scipioni Africano Statuas in comitio, in foro, in curia, in ipsa denique Jovis Optimi Maximi Cella ponere: voluerunt imaginem ejus triumphali ornatu indutam pulvinaribus capitolinis applicare: voluerunt continuum consulatum, quorum nullum sibi, nec plebiscita, neque senatus consulto decerni patiendi, pone tantum in honoribus recusandis se gessit, quantum in emerendis.* Livro IV — Cap. I.

Quando (segundo diz o provérbio) o amigo é outro eu, ninguém entendeu isso como significando identidade ou semelhança onímoda, nem os cordatos deixam de reconhecer que são raros os Pírames e Tisbéias (5) e os fiéis Acátes. (6) A frase unicamente exprime o modelo da amizade. Assim correm de plano os paralelos de um Estado a respeito de uma Casa.

É incontestável que a primeira imagem da sociedade civil legítima necessariamente derivou-se da economia e regime de algum pai ou chefe de numerosa família, que se engrandeceu em ramificações de consanguíneos e parentela, a formar tribos e Nações, mais ou menos populosas. O Governo introduzido por força dos Cains, (7) Nenrods (8) e homens violentos que, segundo atesta o *Livro dos Gênesis*, estabeleceram cidades, sem dúvida não exclui os estabelecimentos daquela primeira origem natural das justas associações civis e é evidente pela razão e experiência, que até aquelas mesmas estabelecidas por força e conquista, para se constituírem legais e duráveis, devem-se assemelhar e conformarem-se (quanto mais for possível) na sua economia, ao benigno regime de um pai e benfeitor a seus filhos e beneficiados. Quanto mais o governo civil se aproxima a este carácter paternal e forceja por realizar essa ficção generosa e filantrópica, tanto ele é mais justo e realmente poderoso, sendo então a obediência a mais voluntária e cordial, e a satisfação dos povos a mais sincera e indefinida.

Tem-se na verdade por adulação dado o nome de *Pai da Pátria* a príncipes, que não mereciam esse título e galardão; assim como se tem chamado *Repú-*

(5) Pírames, personagem mitológico de Babilónia, célebre por seus trágicos amores com a fiel Tisbéia. N. C.

(6) Personagem da *Eneida*, fiel companheiro de Enéas. N. C.

(7) Filho primogênito de Adão e Eva. N. C.

(8) Rei da Caldéia, fundador do império babilónio, tirano violento, caçador infatigável.

blicas, a cabalas anárquicas e adulado a democratas e oligarcas com louvores de mera prostituição e mentira. Segue-se por ventura daí que o Governo de qualquer País, qualquer que seja a sua forma, não deva comportar-se como um País a respeito de toda a comunidade? Não é este o senso comum das Nações cultas e o emblema de todas as corporações morais, religiosas e políticas? Quando, entre os romanos, nos melhores dias do seu Governo, a adopção de um filho estranho produzia os mesmos efeitos naturais e jurídicos de piedade e gratidão, podia-se, sem injúria da humanidade, menosprezar esse estabelecimento, por isso que não tinha por base a paternidade real? Não tem havido Soberanos, que levantaram povos do barbarismo para a civilização e que se têm mostrado mais affectuosos e benéficos com eles do que muitos pais com seus filhos legítimos.

Devemos pois sustentar o paralelo da Economia Familiar ou Doméstica com a Civil ou Política e esperar que, aumentando-se as luzes e com elas a sã moralidade e recta intelligência, se arraigue a geral opinião, de que o bem entendido interesse e verdadeira glória de qualquer Governo e Nação consistem na mútua justiça, harmonia e beneficência; sem que sejam necessários outros estímulos para a subordinação, amor e lealdade dos governados, que os mesmos genuínos motivos da piedade filial. Quanto a civilização mais avançar, tanto mais a figura se identificará com o figurado, e o retrato com o seu protótipo. Então verificar-se-á a sentença de XENOFONTE nos seus *Econômicos*:

Magnum equidem argumentum esse virtutis in imperatore statu, si homines ei lubenter pareant, ac manere apud ipsum in periculis velint.

Na Monarquia Portuguesa tem havido épocas em que esta sentença tem tido a mais exacta applicação. Na célebre batalha de Aljubarrota aos que se admira-

vam do destroço que fizeram poucos portugueses ao exército espanhol, incomparavelmente superior, respondeu o Rei de Castela: *Nó se admirem, pues es imposible ser vencido hum padre de diez mil hijos; que tal es El-Rey de Portugal y de los portugueses, y ellos de su Rey.*

A Rainha Católica D. Isabel com semelhante motivo respondeu: *Que haremos, pues ellos son hijos, y los mios son vassallos.* (9)

✧ O 2.º princípio de Economia Política é que o Soberano deve prover que se faça o devido trabalho, particular e público, com o mais livre, extenso e lucrativo emprego possível das pessoas e capitais, em maneira que jamais falte ocupação honesta a quem oferecer serviço; a fim de que se obtenha periodicamente em cada ano no Estado o maior e mais valioso produto da geral indústria e haja constante e fácil subsistência e manutenção em todas as classes de habitantes, actividade da circulação e incessante progresso da opulência.

O objecto deste trabalho e geral indústria deve ser, com especialidade, o suprimento das principais faltas ou precisões do gênero humano, a saber: *alimento, habitação, vestido, cura, instrução, defesa, etc.*

Haverá o trabalho útil e o mais valioso e acumulado suprimento destes objectos, se for favorecida a sua produção, facilitando-se os meios que despertam a indústria e removendo-se os obstáculos que a descorçoam; de sorte que o produtor, em toda a classe de pessoas, divisão e sub-divisão de trabalho útil, ache constante e recrescente interesse em produzir, no objecto do seu trabalho, proporcionalmente à sua habilidade e fundos. Ora este interesse é essencialmente anexo:

(9) Veja-se o Preâmbulo da Sentença do Levantamento do Porto do ano de 1757. Colecção das Leis Josefinas.

1.º — ao sistema puro e uniforme de administração da justiça, que assegure a cada indivíduo a *bem regulada liberdade civil e o direito de propriedade*;

2.º — à indefinida extensão do mercado;

3.º — à irrestrita propagação das luzes;

4.º — à moderação e boa ordem dos impostos;

5.º — à confiança do nacional e estrangeiro na sabedoria do Governo; que faz e promove os regulamentos, estabelecimentos e obras de favor público da agricultura, artes, comércio, navegação e ciências.

Faltando estes requisitos de necessidades, retrocede e gradualmente cessa o trabalho útil, com proporcional diminuição do seu produto e infalível atraso e ruína da opulência e civilização do país. De que serve produzir e trabalhar em pura perda, ou por inconsiderável lucro, lutando-se com a injúria dos monopólios, peso dos tributos, opressão das taxas e obstáculos da indústria e mercado?

✱ É também da sabedoria do Governo zelar, que a indústria dos cidadãos seja empregada no trabalho que tende a suprir as referidas necessidades gerais do povo, com a menor dependência possível das outras Nações, quanto permitirem as vantagens naturais do próprio território e circunstâncias do país; excluir todavia a franqueza do comércio com as mesmas, ainda nos gêneros de idêntico suprimento; do contrário além de se tolher a emulação dos Nacionais (que convém sempre terem actividade) também subministra às Potências motivos de ciumes e desconfianças, que alteram a harmonia política, dá-lhes pretexto a represálias, interditos e rompimentos, sem alguma utilidade nacional, *bem entendida*; visto que a concorrência estrangeira não pode deixar de produzir o benéfico efeito de virem ao público os efeitos a mais barato preço; o que é favorável à generalidade do povo, ao

aumento dos capitais da Nação e ao constante estímulo para a dita emulação dos habitantes do país, que produzem ou traficam em igual gênero de indústria; a fim de aperfeiçoarem a sua obra e suprirem aos nacionais em tal quantidade e preço, que, sem alguma odiosa restrição do comércio contra os estrangeiros, não achem estes conta em vir sobrecarregar o mercado doméstico com a sua aí inútil mercadoria.

Assim se estabeleceu o geral espírito de trabalho, polimento e boa inteligência das Nações; de que resulta a geral abundância e, conseqüentemente, a bondade e maior elevação possível e recíproca dos preços naturais e reais das obras, em todo o gênero de indústria e ramos de comércio, interior e exterior, só limitados pela (única justa) imperiosa e irresistível *lei da concorrência dos compradores e vendedores*, a qual indica necessariamente em todas as circunstâncias, sem moléstia do legislador e da polícia e sem injúria do direito de pessoa alguma, o legítimo e geralmente favorável preço do mercado; pelo natural equilíbrio dos valores de todo o gênero de trabalho e emprego de capitais; conciliando-se, assim, e promovendo-se, com imparcialidade e franqueza, o geral e verdadeiro interesse de todas as classes de pessoas, quer se considerem *produtores* quer *consumidores*, quer *agentes de comércio*, que se interpõem, com seus fundos ou individual diligência, entre o que produz e o que consome, a fim de se facilitar a produção e partilha de tudo que entra na circulação.

Deste modo se previne a animosidade das Nações, a extrema desigualdade das fortunas, a ociosidade dos vadios, o descorçoamento dos industriais, a inércia dos artistas, o orgulho dos opulentos, as pretensões dos vaidosos, os privilégios dos presumidos, a insaciabilidade dos monopolistas, as intrigas dos cortesãos e o despotismo dos poderosos; que, sendo as constantes causas dos crimes, opressão e miséria dos povos,

extinguem o espírito da Nação e o amor da Pátria; produzindo em todas as pessoas e ordens do Estado terrível egoísmo e supina indiferença pelo bem público.

Do exposto princípio também se deduz a regra que, em um território, ainda mediocrementemente fértil, jamais se deve favorecer o trabalho tendente a fazer prosperar as artes do *refinado luxo* ou fábricas destinadas para distante venda, em detrimento da agricultura, manufatura e gêneros de indústria de constante emprego e geral acomodação e consumo do povo; maiormente não havendo no país natural e abundante produção de *matérias primeiras* (10) daquelas artes; pois, do contrário, resulta perversão da indústria e desordem nas despesas econômicas, com diminuição da soma anual do trabalho produtivo, que fornece os principais objectos, de que depende a subsistência, segurança e felicidade da Nação. Se muito particulares circunstâncias não justificam o sistema oposto, (o que só acontecerá em pequenos Estados) tal Nação fica à mercê das mais poderosas e expõe-se aos horrores da fome e à geral falta do necessário, em tempo de guerra, e não pode adquirir firmeza e real poder em tempo de paz.

Todavia o amor da independência nacional e o desejo do extenso e geral emprego dos cidadãos não devem precipitar a um Governo iluminado ao absurdo e impossível projecto de concentrar no próprio território todos os ramos de indústria e comércio e menos os daqueles países, que têm decisivas vantagens naturais ou adquiridas nesses ramos; e muito menos obstinar-se em conseguí-lo à força de proibições importunas, ou excessivos direitos de entrada e saída de uns gêneros e extraordinários favores de outros; esforçando-se, com violências e perigos, por afastar de si as que se apelidam *Nações Rivaes*: porque, além de

(10) Matérias primas N. C.

repugnar esta ambiciosa política à Economia da Natureza e à experiência de todos os séculos (tendo cada país suas produções congeniais e mais oportunos meios para certas espécies de indústria, que lhe dão um monopólio justo e inauferível e contra que é baldado lutar e consequentemente só se deve comunicar por troca recíproca do respectivo supérfluo, cuidando cada Nação em tirar o melhor partido possível no aumento da quantidade e perfeição das cousas, em cuja produção ou fabrico tem natural primazia ou ganhado superioridade, por discreta emulação, economia e destreza, no emprego de seus fundos); mostra-se, assim, a teoria como em prática, que a divisão do trabalho é igualmente benéfica aos particulares e às Nações; e que a liberdade do comércio amplifica tanto a sólida grandeza e opulência dos Estados (promovendo a perfectibilidade da espécie humana e o universal suprimimento das necessidades e comodidades sociais), como a contrária polícia arruina os Impérios e obsta ao progresso da civilização e filantropia.

Todavia a vigilância do Soberano, em promover a agricultura e artes da geral manutenção e acomodação do povo, não deve ser tão ciosa e austera, que se empenhe, por meio de leis sumptuárias ou violentas qualificações de contrabandos, em excluir do país a introdução e manufacturas de gêneros de mero luxo; porque, além de não ser exactamente definível a idéia de luxo, sendo essencialmente reactiva ao gênio da Nação, natural progresso da civilização dos fundos e polimento das artes e ciências em algum país, a experiência também faz ver a inutilidade e ainda o prejuizo de semelhantes regulamentos, que mais pervertem do que fomentam a moralidade pública, pela tentação e péssimo exemplo da constante resistência dos povos nesta parte, a autoridade do Governo, que debalde presume poder assim forçar os cidadãos à

frugalidade e boa economia na direcção da sua indústria e capitais.

Tanto mais que é impossível sair um povo do barbarismo e grosseria de costumes e maneiras, enquanto não contrai o hábito de gozar das comodidades e decências da vida social e não faz pelo seu trabalho esforços por adquirí-las, a fim de melhorar a sua condição, emulando por honesta indústria, as classes superiores, que se têm elevado a maior fortuna. Pelo que é impolítico e contra a perfectibilidade do espírito humano e progresso da civilização, obstar à introdução e estabelecimento das cousas de puro luxo, maiormente quando provém da gradual e espontânea elevação da opulência, refinamento e descobertas dos artífices e sábios, que a bondade do país e a sabedoria do Governo produz ou atrai.

O 3.º *princípio* de Economia Política é a judiciosa direcção do trabalho: a qual consiste em que não se turbe a ordem natural do mesmo trabalho e haja a mais livre e oportuna distribuição dos empregos, com proporcional alívio e segura recompensa, em todas as classes, quanto for conciliável com a ordem pública, interesses bem entendidos do Estado e circunstâncias dos indivíduos e do país.

É de suma importância que o trabalho seja judiciosamente dirigido, isto é, feito *segundo a sua ordem natural, proporções e circunstâncias oportunas do país*; não se estabelecendo ramos de indústria prematuros, com insuficientes capitais e à força de meios artificiais guindados e sem base, em que aliás o emprego do povo é precário e as despesas absorvem os benefícios.

Aquela ordem natural tem por objecto, primeiro que tudo, o necessário à subsistência, manutenção e segurança dos particulares e do Estado; depois o cômodo e agradável à vida; e em último lugar o que é de mero

ornamento e luxo, quando ele vem, segundo fica dito, em consequência da exuberância dos fundos e progressivo adiantamento da geral indústria.

Convém não menos que o trabalho seja da espontânea escolha dos indivíduos, apenas dirigido (salvo o abuso do pátrio poder) pela racionável influência da autoridade paterna e opinião pública; que é mais própria para esclarecer e fomentar a indústria dos cidadãos, que a imediata ingerência e força do Governo; convencendo a experiência, que todo o indivíduo, pela sua pessoal e local capacidade, é mais apto para dar à sua actividade e fundos a aplicação mais acertada e vantajosa, do que sendo dirigido ou forçado por artificiais ou violentas operações do Ministério e dos Tribunais, que aliás não podem ter um interesse tão imediato e tão ardente e menos o tedioso e miudo conhecimento dos meios econômicos subalternos, momentâneos e variados, de que resulta a prosperidade das especulações e tráficos dos indivíduos.

Cumpre, igualmente, que o trabalho da sociedade seja facilitado e suavizado pela geral e discreta distribuição dos empregos, profissões, ofícios e modos de vida; tendo todas as classes de trabalhadores a certeza e segurança do prêmio ou produto da sua indústria, debaixo somente da lei primária e fundamental do bem público e honestas convenções das partes; com o indispensável encargo porém de concorrer cada um, segundo as suas faculdades, para a dívida sagrada das despesas da Soberania, a fim da constante protecção, prosperidade e glória do país. Assim é necessário: pois o iníquo sobrecarrego de trabalho em umas classes; o impróprio alívio e o escandaloso privilégio da ociosidade e isenção de tributos em outras; a exclusiva ou extrema dificuldade de certas occupações em muitas; a violência directa ou indirecta, com que os depositários do poder doméstico ou político, frequentemente constangem, desvariam ou removem os destinos dos indi-

víduos, pondo obstáculos à livre circulação do trabalho e fundos, com violação da justa liberdade civil; a incerteza, finalmente, ou a insignificância do prêmio da indústria e merecimento, com a falta de protecção firme do direito da propriedade, que daí se deriva; desanima ao corpo do povo, encadeia, desaproveita ou inutiliza os talentos, impede a possível e indefinida acumulação da opulência particular e pública, faz penosa a vida, obsta ao progresso da população, multiplica e aguça as causas da mortalidade, produz desesperação e excita distúrbios, maiormente nas dificuldades e perigos da Nação e nas classes inferiores; que aliás merecem toda a atenção e equidade do Governo, pois são as que alimentam, vertem, ornem e defendem o Estado.

Convém, portanto, que se protejam e se facilitem as Ciências e Artes que versam sobre os objectos do interesse comum da vida social; premiem-se com especialidade as invenções das máquinas, que, abreviando e aperfeiçoando o trabalho, não só aliviam todos os operários das manobras mais rudes e molestas, com necessária conservação ou prolongação de sua existência; também favorecem o mercado público e o aumento dos réditos e capitais da Nação, pela barateza dos preços e multiplicação de outros ramos de indústria, que o progresso dos fundos produz; amplificando-se por este modo artificial a população do país e a esfera dos empregos do povo, dando-se lugar e oportunidade a novas espécies de indústrias e direcções dos fundos, que se acumulam, poupadas, com as máquinas, as demóras e despesas do fabrico, sem ficarem contudo inertes os braços, que sobejam dos trabalhadores.

Sobre o mesmo princípio se firma a necessidade de obras e edifícios públicos para o progresso da agricultura e comércio, como estradas, canais, pontes, cáis, alfândegas, celeiros, etc. que os particulares

difficilmente poderão fazer, por falta de fundos e interesses, não tendo esperança de provável reembolso e benefício do despendido em tais obras e que portanto só ao Governo pertence ordená-las e fazê-las, por geral ou local contribuição do povo, província ou cidade, que daí percebe imediata comodidade.

Pela mesma razão importa que se instituem as festas religiosas e civis e divertimentos públicos, sobre modelos e objectos próprios a exaltar o carácter da humanidade e a energia da Nação; e onde igualmente o povo adquira sólidos conhecimentos dos seus deveres, com agradável distracção do espírito e descanso corporal, que a natureza exige para alegria e restabelecimento de forças de todo vivente.

O 4.º *princípio* de Economia Política é a aplicação do produto do trabalho da Nação ao seu verdadeiro destino, isto é, ao suprimento dos seus objectos acima indicados na exposição do segundo princípio.

A extensão, fertilidade e naturais vantagens de um país pouco valem, se a Administração pública ou o barbarismo, ignorância e vaidade nacional não fazem a mais conveniente aplicação do produto do seu trabalho. Ainda que, de ordinário, os particulares são atentos a seus verdadeiros interesses e, consequentemente, dirijam a sua indústria e fundos do modo mais conveniente ao interesse da sociedade, quando se deixa aos indivíduos a escolha do respectivo trabalho e emprego dos capitais; contudo, a boa ordem da economia social se transforma, se o Governo não favorece eficazmente o trabalho produtivo, antes protege com parcialidade classes estéreis de cidadãos, que, ou absolutamente não cooperam para a reprodução anual das cousas necessárias à subsistência, segurança e bem da Nação, ou se empregam em gêneros de obras que inutilizam a despesa, sem algum sólido proveito público; servindo unicamente de fomentar a arrogân-

cia dos poderosos, o monopólio dos ricos e a extravagância de projectistas; perpetuando a frivolidade de carácter e a corrupção da moral pública; desorientando os braços, talentos e capitais do país, das direcções mais oportunas ao aumento do rédito dos indivíduos e fôrça real do Estado.

Assim, quando em uma Nação, em lugar de se mandar fazer estradas, abrir canais, desentupir rios, alargar pontes, dessecar pântanos, levantar pontes para facilidades da agricultura e circulação interior; estabelecer celeiros, armazens e alfândegas para recolhimento de mercadorias; formar cais, diques, ancoradouros, arsenais, estaleiros, faróis e o mais necessário para desembarque, amarração, construção, direcção dos navios e embarcações, socorro e segurança das pessoas e bens naufragados e boa polícia dos portos; se erigem, com muita sumptuosidade, edifícios, teatros e outras obras de menor pompa e decoração ou se favorecem, com parcialidade e contra os meios naturais do país, fábricas de luxo, deixando-se em abandono os campos, as artes e manufacturas da geral acomodação e consumo do povo; e bem assim, se apóiam especulações cerebrinas de pseudos-Arquimedes políticos, que prometem riquezas ideais, com planos de futuros e desconhecidos ramos de comércio, particularmente em partes remotas, desaproveitando-se os meios óbvios, experimentados e decisivamente úteis, de emprego da indústria e fundos do país; se finalmente se mantém tropa e marinha desproporcional à população, comércio e réditos do Estado ou se movem e sustentam guerras desnecessárias, pelas quais se dissipa a subsistência e riqueza do povo; tal Nação não só não pode avançar em sólida opulência, mas também não adquire crédito entre os vizinhos (os quais não se iludem com esqueletos de poder e fantasmas de grandeza) e até se precipita à ruína, se em tempo não corrige a sua informe economia.

O 5.º *princípio* de Economia Política é a acumulação dos fundos, poupados do anual consumo, pelo geral espírito de indústria e parcimónia difundido na Nação e pela prudência do Governo em promover e não embaraçar (como frequentemente acontece pelas restrições da indústria e comércio) os meios do seu natural crescimento.

Sem acumulação de fundos não pode haver população e progresso de opulência nem, por consequência, rédito público, que é uma parte alíquota do rédito dos particulares e que necessariamente cresce, conserva-se ou se diminui, com o aumento, consistência ou desfalque deste; o qual igualmente se eleva e se perpetua ou retrocede, à proporção que aquela acumulação é progressiva, estacionária ou retrógrada.

Os meios de se promover a acumulação dos fundos são todos os que facilitam a livre circulação das luzes, indústria e capitais da Nação, reprimem a ociosidade e asseguram a recta administração da justiça, segundo os princípios fundamentais da civilização, que se indicam no Capítulo V. Quando o Governo protege todo gênero de indústria e talentos úteis; não apóia vadios; remove obstáculos do giro; assegura a liberdade e propriedade dos concidadãos; inspecta todos os depositários da autoridade soberana para não abusarem do poder e desagrava aos oprimidos; a acumulação assim dos fundos, como de conhecimentos, (que ainda mais aceleram essa acumulação, dirigindo-se o trabalho mecânico e as artes pela mão das ciências), é um resultado necessário e progressivo de operações lentas, graduais e constantes de todos os indivíduos, pelo natural e nunca interrompido esforço que cada um faz de melhorar a sua condição e reservar-se para a velhice (11) alguma fonte de rédito sem moléstia própria, a fim de ter certeza de sua subsistência

(11) *Ut senes in otia lita recedant.* HORATIUS.

e socorro na enfermidade. Todos se lisonjeiam deste prospecto feliz, ainda que poucos o consigam. A Economia da Natureza deu para isso à espécie humana várias admiráveis molas de acção, a saber: *a insaciabilidade de bens terrestres; a esperança na sua boa fortuna; o desprezo dos perigos para vencer os obstáculos da felicidade projectada e não descorçoar ainda com a reiteração de maus sucessos.* (12)

Basta pois que o Governo conspire com a sabedoria da Providência e deixe a estas molas obrar com toda a expansão da sua elasticidade, tolhendo somente os estorvos dos seus efeitos, para se obter a maior acumulação possível de opulência, que as circunstâncias do país admitem.

Pelo que a regra a esse respeito mais conforme à sã Política é que o Soberano deve, na Economia do Estado, exercer *antes um poder puramente tutelar e de benéfica influência*, fazendo leis justas e estabelecimentos de comum utilidade a toda classe de cidadãos (são os que facilitam a agricultura, instrução e comércio do povo, coibindo a violência e fraude dos indivíduos, entre si, e removendo os obstáculos à circulação de conhecimentos, indústria e fundos, deixando a cada um procurar seu modo de profissão e negócio e variar a arbítrio, só com as restrições absolutamente necessárias ao bem entendido interesse do Estado) do que *autoridade compulsória e de direcção immediata*, forçando, directa ou indirectamente, as pessoas e fundos a gêneros de vida e tráficos, a que aliás não tenderiam de seu próprio acordo.

Onde esta Polícia liberal predomina, não só é escusada, mas até nociva a acumulação de moeda em Erário ou Tesouro público, para se prover a extraordinárias urgências do Estado; nenhum, podendo ser mais amplo e inexaurível, que as reais possibilidades

(12) Veja-se o Capítulo onde se desenvolvem estes princípios.

dos contribuintes e a confiança do povo na sabedoria e justiça do Governo. Existindo grandes fundos acumulados geralmente em mão dos particulares, estes devem necessariamente gozar de grandes réditos; e suas bolsas são fontes perenes de suprimento às indispensáveis despesas da Soberania, segurança e esplendor do Império. Nos tempos ordinários, sendo os impostos moderados e gerais, sobre objectos próprios; cobrados em tempo e modo oportuno e unicamente applicados a seu destino, a Administração Civil e Militar pode ser provida do que precisa e os fundos nacionais se reproduzem e aumentam com geral acomodação do povo, glória do Soberano e crédito da Nação.

O sistema contrário só favorece à presunção, prodigalidade, extravagância e projectos ambiciosos, dos que às vezes infelizmente influem no destino dos Impérios e dissipam o produto anual e acumulado da indústria da Nação, impedindo o progresso da opulência por aqueles meios com que intentam promovê-la. Do que resulta universal caquexia da actividade pública, com necessário descaimento da real força e consideração política do Estado.

O 6.º *princípio* de Economia Política é a protecção dos estabelecimentos religiosos e literários, para se manter e propagar a moralidade e instrução pública, sobre as sãs idéias do puro culto do Ente Eterno, Providente e Remunerador, inseparáveis da universal filantropia e justiça e generosos meios de difusão da verdade; que são os eficazes antídotos contra a barbaridade, erro, superstição, hipocrisia, fanatismo, falso saber e poder arbitrário.

O grande Apóstolo das Gentes (12-A) simplificou a mais substancial e católica doutrina religiosa na seguinte regra:

(12-A) São Paulo. N. C.

Accidentibus ad salutem oportet credere, et quod Deus est et quod inquirentibus se remunerator est.

Sem princípios sólidos de religião e bons costumes, pouco ou nada valem as leis econômicas e civis. Quando em um país se vê rir dos triunfos da mentira, violência, fraude e usurpação do alheio e não se olham com universal horror os vícios que atacam os elementos da sociedade e justiça, é impossível esperar aí verdade, boa fé, virtude e opulência. O judicioso TÁCITO assim qualificou a pureza dos antigos alemães:

Nemo illic vitia ridet; nec corrumpere et corrumpi sæculum vocatur: plus ibi valent boni mores quam alibi optimæ leges.

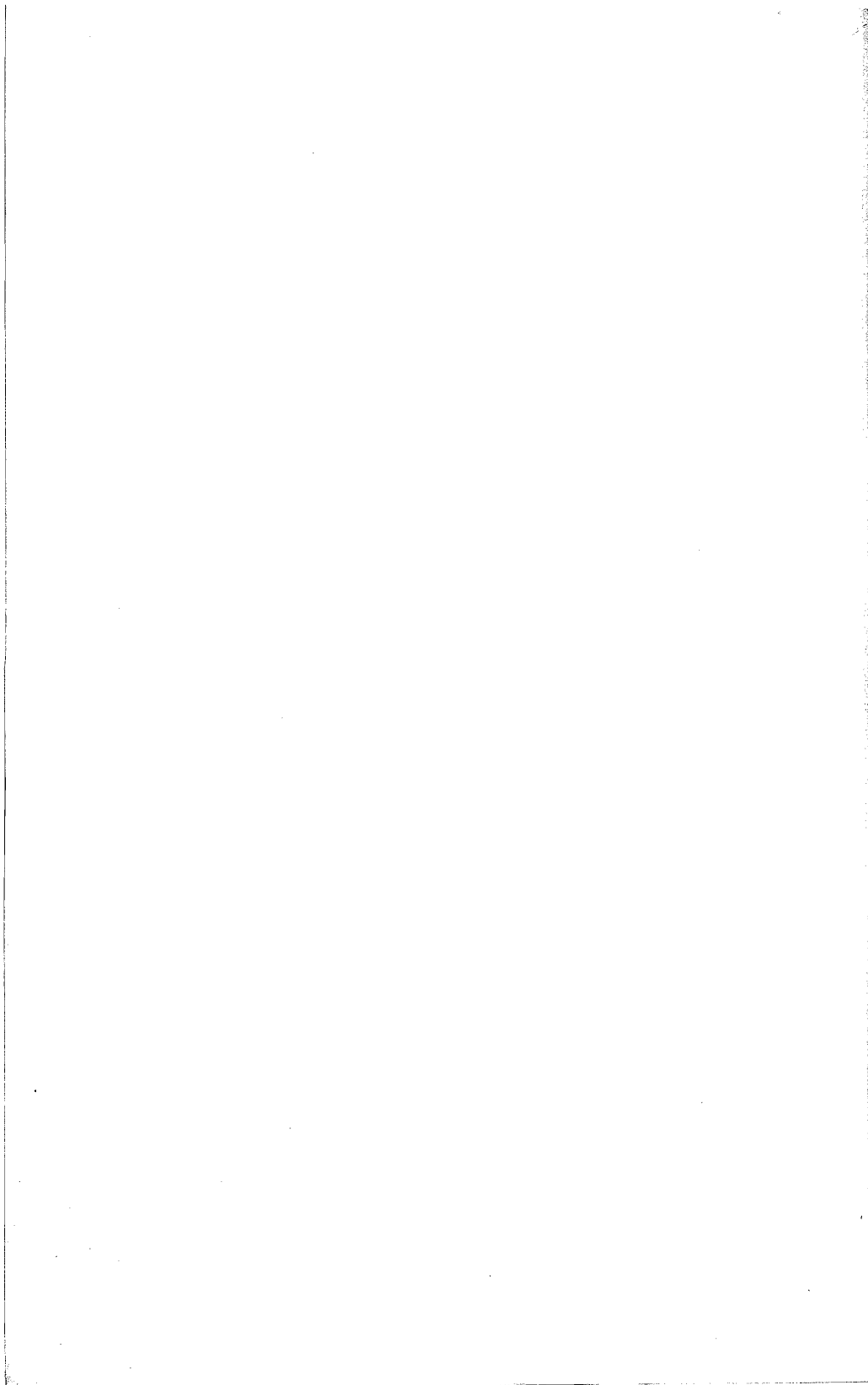
✱ O 7.º princípio de Economia Política tem por objecto o sistema de leis escritas sobre a Polícia Civil e Militar, necessária a ter em ordem todas as partes do serviço da sociedade, segundo o espírito dos princípios antecedentes, a fim de que sejam conhecidos facilmente os direitos e deveres dos cidadãos; sendo expostos, não de um modo vago, obscuro e circunlocutório, (vício tão comum na legislação), mas com a maior clareza possível, que exclua inteligências capciosas e o arbítrio dos julgadores, tão prejudicial na Administração pública

Particularmente o *Código Económico* poderia ser muito simples, uma vez que se abolissem inumeráveis leis, que obstruem a circulação do trabalho, indústria, mercadorias e propriedades e que empecem, em lugar de promover, a fartura, prosperidade e opulência nacional, como largamente se mostrará na *Tentativa Económica*. (13)

Este é o grande *desideratum* que, sendo talvez impossível pela fraqueza do entendimento humano e

(13) Esta obra, prometida por CAIRÚ, reiteradas vezes, nunca foi publicada. N. C.

sua facilidade de desviar da justiça, deve contudo ser o incessante objecto do Soberano justo, que, por circunspectas reformas e com protecção das letras, aspire à immortalidade de seu nome e governo.



CAPÍTULO III

DOS GERAIS ERROS E PARCIALIDADES DOS SISTEMAS DE ECONOMIA POLÍTICA DAS DIVERSAS NAÇÕES E ESCRITORES

SUMARIO: — 1. Sistemas de Economia Política. — 2. Erros e parcialidades dos sistemas.

RESUMO E COMENTARIO

1. — Cairu passa revista, neste capítulo, aos diversos sistemas de Economia Política, então vigentes, instituídos para a realização do bem-estar dos povos, expondo em resumo o seguinte:

I — *Sistema fisiocrático*: — uns só viram no arado a bem-aventurança da terra, aformoseando com as ilusões da poesia só quadros da vida pastoril, como se unicamente de pão vivesse o homem.

A prodigalidade da Natureza dá a cada país dons privativos para a diversidade de indústrias. Não é possível a grande e produtiva cultura sem a judiciosa e intensa cooperação das demais actividades, na mútua dependência dos fenômenos econômicos.

II — *Sistema mineiro*: — outros vêem sobretudo nas minas de ouro e prata as riquezas essenciais da sociedade e no dinheiro a alavanca que põe em movimento todas as cabeças e braços.

Mas não viram que bastaria a porção daqueles metais encontrada na superfície do Globo ou nas areias dos rios para os usos essenciais da vida e que a acumulação de moeda, em excesso às necessidades econômicas, desaprecia o seu valor pela própria quantidade, enunciando, assim, a teoria quantitativa da moeda.

III — *Sistema mercantil*: — muitos atribuem ao comércio os prodígios da opulência.

Desprezam e oprimem a agricultura que fornece as matérias primas alimentares essenciais à humanidade.

IV — *Sistema colonial*: — vários olham para as colônias ultramarinas como os meios mais eficazes de obter o Estado grande poder e ascendência.

Mas o escasso lucro do comércio monopolista em países ou regiões distantes não pode jamais contrabalançar outras reais desvantagens.

V — *Sistema industrial*: — a maior parte dos dirigentes do Estado promove indústrias com desproporções odiosas contra a natureza essencial do comércio que só se interessa pela demanda, pelo gosto e pelo poder aquisitivo.

O monopólio da indústria e as restrições legais ao comércio livre, com o fechamento de portos que a Providência abriu, impedem o incremento da opulência social e, conseqüentemente, o do progresso da civilização.

VI — *Sistema militar conquistador*: — finalmente, há os que só vêem no ceptro do ferro, nos horrores do despotismo, na insaciabilidade das conquistas ou no saque das Nações, a glória e a riqueza do Estado, esquecendo-se de que a ciência e a virtude de reger o Estado residem na concórdia e na paz, como observa Tácito: a potência de mal-fazer é atributo dos máus e a capacidade de promover a felicidade dos Impérios é ciência e virtude dos verdadeiros homens de Estado.

Os Solons e Numas passam à posteridade sem manchas, enquanto os Cilas e Césares, que só sabem destruir, devem tremer de sua memória. Felizes os chefes de Estado que não passam à história.

Eis a estrutura da ordem econômica vigente na época de Cairu. Só modernamente o estudo comparado dos sistemas econômicos voltou a preocupar a atenção dos economistas, absorvidos com a análise das subtilezas e minúcias das escolas e doutrinas econômicas e a constituir uma cátedra especializada nos currículos universitários.

2. — Depois de expor e criticar os sistemas então vigentes de Economia Política e de examinar os seus erros e parcialidades Cairu, invocando Smith, adverte que o

sistema fisiocrático dos economistas franceses, com todas as suas imperfeições, é o que mais se aproxima da verdade científica, sendo, portanto, justo que se distinga a parte original da doutrina pura daquilo que acrescentaram depois absurdamente alguns economistas de França.

TEXTO ORIGINAL

1. — Os estadistas e sábios dos diversos Impérios antigos e modernos, tendo sem dúvida em vista a riqueza, poder, esplendor dos respectivos países, seguiram diversos planos, que influíram na felicidade dos povos. Mas parece que, ainda os que se reputavam mais línices, foram míopes no objecto da sua predilecção.

Uns só viram no arado (1) a bem-aventurança da terra, aformoseando com as ilusões da poesia os quadros da vida pastoril; recomendando com especialidade a cultura dos gêneros de primeira necessidade; como se o homem vivesse só do pão e vestido e a Providência não tivesse variado a sua inefável munificência e profusa liberalidade, dando a cada país dons privativos e peculiares vantagens para diversidade de indústrias, a que só a liberdade da indústria e comércio é que pode assinar a prudente preferênciã. De ordinário o que está mais perto da fonte não é o que bebe mais pura água, nem o que sacia melhor a sede. Com bons princípios e consequências exageradas, os elogiadores do *sistema agrário* exaltam as Nações agrícolas sobre as demais Nações da terra, como se fosse possível grande e produtiva cultura sem a judiciosa e intensa cooperação das demais indústrias da sociedade; ou fossem exactamente assináveis os grãos de eficácia e benefício, que os cultivadores do campo prestam aos mais industriosos do Estado, em compa-

(1) Sistema fisiocrático ou sistema agrário. N. C.

ração dos que aqueles recebem destes para obterem mais réditos e comodidades.

Outros, (2) com os olhos fixos em pavorosas grutas e horríveis penhascos, como MILTON pinta a Mamona espreitando imóvel as entranhas do bátrio para arrancar-lhe os metais destrutores, vêm sobretudo nas minas de ouro e prata as essenciais riquezas da Sociedade e no dinheiro o apoio dos Estados e a universal solidíssima alavanca, que põem em movimento todas as cabeças, corações e braços, e que, mais real que a de ARQUIMEDES, posta em centro e fulcros competentes, é capaz de abalar o Céu e a Terra. Não advertiram que bastaria alguma porção daqueles metais, encontrada na superfície do Globo e arêias dos rios, para os inocentes usos da vida e que a acumulação de moeda, que excede as necessidades do giro e os cômodos do câmbio, se desaprecia pela própria quantidade.

Muitos, (3) extasiados com os vertiginosos movimentos da circulação mercantil e sedutores prestígios da Marinha, que abrange os hemisférios e submete o Atlântico às especulações dos mercadores e as fantasias dos Arquimedes Políticos, atribuem ao comércio os prodígios da opulência, menosprezando e oprimindo a agricultura, dos seus mais importantes ramos que aliás fornece a principal matéria de todos os tráficos, salários e proveitos.

Vários, (4) tendo por inexaurível fonte de tesouros as pescarias em mares altos e procelosos bancos e o monopólio das Colônias em remotos países, escasso e indiferente lucro de comprar e vender em primeira mão, (que muitas vezes não se realiza e que jamais contrabalançam imensas outras reais desvantagens), olham para tais estabelecimentos como os mais efica-

(2) Sistema mineiro. N. C.

(3) Sistema mercantil. N. C.

(4) Sistema colonial. N. C.

zes meios de obter o Estado grande poder e ascendência; e entendem ser necessário sustentá-los contra a concorrência de competidores, ainda com guerra internecina. (5)

A maior parte dos directores dos Estados, (6) pela impossibilidade de abrangerem, como desejavam, todos os empregos e proveitos, especializam certos ramos de cultura, fábricas e tráficos, entumecendo-os com desproporções odiosas; e no desígnio de abarcar o ouro estrangeiro, promovem indústrias e freguezias avessas e constrangidas, contra a natureza essencial do comércio, que não procura senão a demanda, o gosto e a faculdade de pagar do consumidor e foge de onde encontra má fé, compulsão, minúcias e embaraços. Muitos, na perspectiva de illusória popularidade e fútil magnificência, erigem estabelecimentos de luxo absurdo, sem base e em ordem prepóstera ao gradual progresso da riqueza do país, fascinando o público com espectáculos de uma grandeza empinada e volátil; sem advertirem os lisonjeiros na censura de TÁCITO:

idque apud imperitos humanitas vocatur, cum pars servitutis sit.

Qualquer que seja o sistema predominante nas Nações mais célebres, talvez ainda não haja uma, em que a maior ou grande parte dos ramos de indústria não esteja sob as garras do monopólio, e não seja reprimida pelas leis a geral emulação dos habitantes. O comércio em todas as partes é sempre mais ou menos vedado. Fecham-se, ainda nos mais cultos Estados, os portos, que a Providência abriu. Em alguns vê-se pouco menos da monstruosa antipatia de estrangeiros que, nas praias da antiga Líbia, ordenava as hórridas

(5) Anglicismo — *internecine* — de morte, de extermínio. Não existe nos Dicionários da língua portuguesa.

(6) Sistema industrial. N. C.

hecatombes e diabólicos sacrifícios de Moloc (7) e Saturno. (8) Do que resulta ser impossível a intensidade de energia e o cúmulo de opulência social e, consequentemente, a geral civilização e prosperidade, que era natural e necessária, em polícia mais liberal e filantrópica.

Pior que todos, (9) o ímpio Maquiavelista, com o alfange da ignorância, a facha da intriga e a hipocrisia da superstição, só vê o símbolo do Império no ceptro de ferro, horrores do despotismo, insaciabilidade de conquistas e roubos das Nações, ricas ou pobres, civilizadas ou bárbaras, como descreveu o citado TÁCITO:

Non oriens, non occidens satiaverit: opes et inopiam pari affectu concupiscunt: auferre, trucidare, rapiere, falsis nominibus imperium; et postquam solitudinem fecere, pacem adpellant. (10)

Tais são os títulos do sistema e glória militar. Porém, bem observa o mesmo político que a potência de mal fazer é comum aos mais vís dos homens: bem reger e felicitar os impérios é ciência e virtude dos verdadeiros pais da pátria: *pessimo cuique in turbas et discordias plurima vis: pax et quies bonis artibus indigent.*

Assim, quando os Solons (11) e Numas (12) passam à posteridade sem mancha, os Cilas e Césares, que só sabem destruir e não civilizar, devem tremer da sua memória.

(7) Deus dos Anonitas ao qual se sacrificavam crianças, pelo fogo. N. C.

(8) Divindade olímpica, à qual se sacrificavam crianças recém-nascidas. N. C.

(9) Sistema militar conquistador. N. C.

(10) TÁCITO.

(11) Plural de Solon, um dos sete sábios da Grécia. N. C.

(12) Plural de Numa, segundo Rei de Roma. N. C.

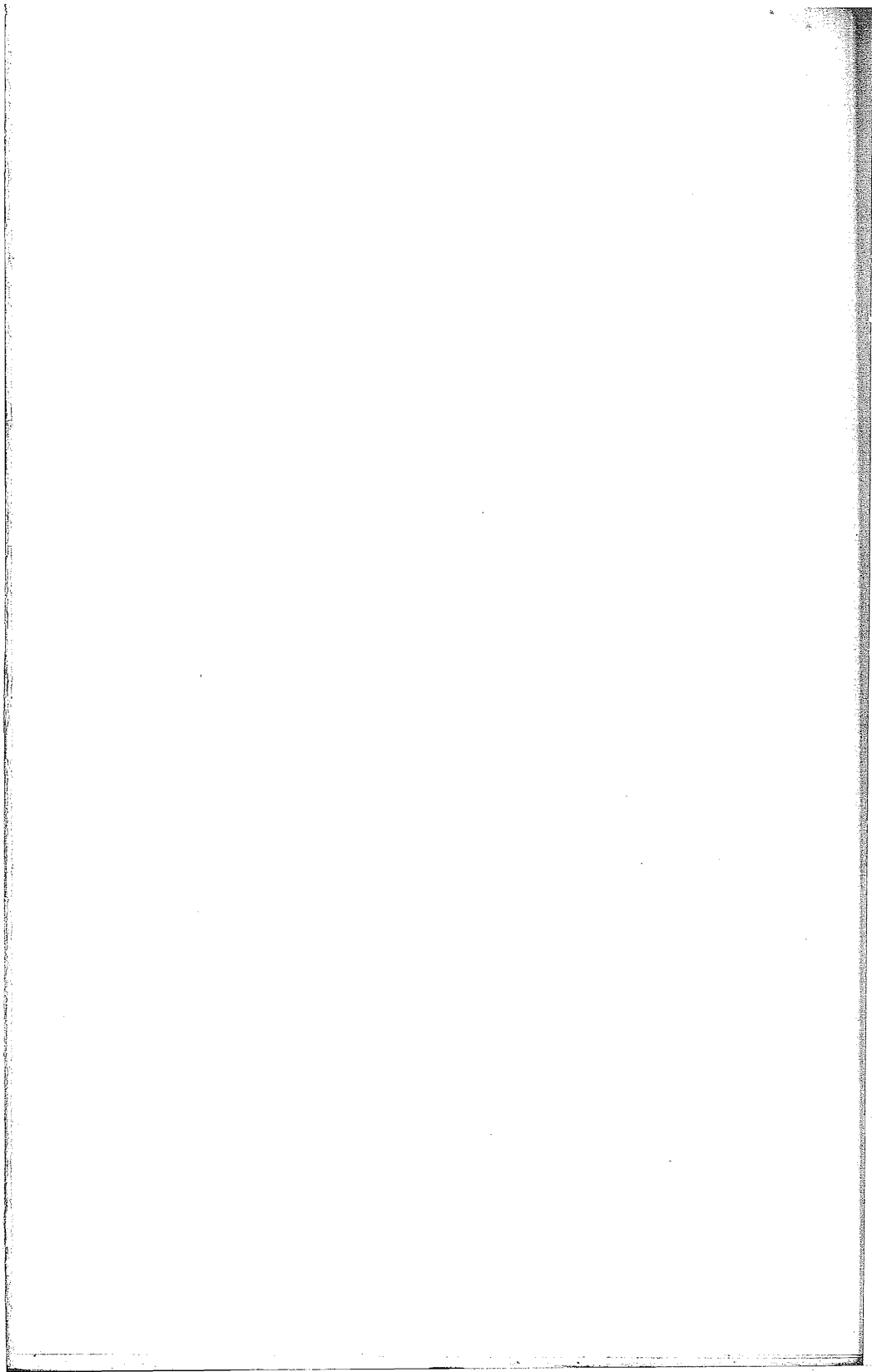
Ille qui multa ambitiose concupiit, superbe contempsit, impudenter evicit, insidiosae decepit, avarè rapuit, prodigè effudit, necesse est memoriam suam timeat. (13)

2. — SMITH em Economia, qual VERULÂMIO (14) em Física, consultando e seguindo a Mãe comum de todo vivente, dissipa sem baqueta divinatória e só com a regra *do trabalho intelectual e corpóreo*, esses espectros das Nações abusadas e quase geralmente reduzidas a pestíferos, podendo aliás assemelharem-se aos Campos Elísios, com as principais belezas da fábula.

Como SMITH, no Livro IV — Cap. IX, depois de indicar os erros dos sistemas de Economia Política das diversas Nações antigas e modernas, abona o dos primeiros economistas da França, dizendo que, com todas as suas imperfeições, é todavia o que se avizinha mais à verdade de quanto se tem escrito sobre o assunto; justo é que o leitor faça dele conceito, para distinguir a parte original da doutrina sã, ou não desordenada daqueles escritores, da que depois acessória e absurdamente acrescentaram os novos economistas daquele país.

(13) SENECA — *De Brevitate Vitæ* — Capítulo X.

(14) Francis Bacon, barão de Verulâmio. N. C.



CAPÍTULO IV

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA DOS ECONOMISTAS FRANCESES

SUMARIO: — 1. Princípios fundamentais do sistema econômico da escola francesa. — 2. Máximas ou proposições de Quesnay. — 3. Comentário sobre as máximas. — 4. Conclusões.

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — Neste capítulo, Cairu começa acentuando que Quesnay, embora médico de profissão, tornou-se o chefe de uma escola econômica, em França, que se celebrou mais pela singularidade da nomenclatura empregada e pelo engenhoso aparato com que tratou as matérias da Economia Política, do que mesmo pelos progressos trazidos à Ciência Econômica.

Tal doutrina está compreendida em um certo número de *proposições* ou *máximas* que os sectários e discípulos de Quesnay deram curso e divulgação; mas para Cairu o que elas contêm de verdadeiro e útil já se encontrava nos escritores gregos e latinos que deram primazia à agricultura. Acrescenta, com razão, que várias dessas máximas contêm erros de consequência ou teorias abstractas, sem fundamento na experiência ou apoio na razão, revelando, assim, intuitamente a exacta noção do conhecimento científico, quando invoca a experiência e a razão como as bases física e lógica da estrutura essencial de qualquer Ciência, tal como só veio formular Augusto Comte muito mais tarde.

2. — Em seguida, passa a enunciar as trinta máximas ou proposições de Quesnay, conforme expôs o economista Guillaume Grivel no verbete agricultura da *Enciclopédia Metódica*.

Cairu que dominava, na própria língua, o conjunto dos melhores clássicos latinos e gregos, dos mais ilustres historiadores, juristas e filósofos e o dos principais economistas e precursores do Século XVIII, sentiu, com razão, dificuldades para expor as idéias de Quesnay na própria fonte original, e isso porque Quesnay não deixou um trabalho completo sobre Economia Política.

Seus notáveis estudos de fisiologia do corpo social originaram-se dos escritos empreendidos contra o Dr. Silva que, em 1727, detinha o ceptro da medicina francesa e talvez, quem sabe, desde o dia em que começou a meditar sobre a importância da liberdade de trabalho, quando foi recusado pelas corporações de ofício como cirurgião em Mantes.

Suas idéias, no entanto, foram desde então divulgadas por numerosos economistas e entre eles por Grivel, cuja obra serviu de orientação para Cairu.

Em seguida o nosso Autor transcreve as trinta máximas ou proposições de Quesnay, já vertidas por ele para a língua portuguesa.

3. — Comentando essas máximas, diz Cairu que o teor das doutrinas nelas contidas é saudavel quando recomenda a agricultura, mas que é defeituoso quando apresenta a terra como a fonte única da riqueza social, esquecendo-se da extraordinária importância que desempenham as águas na vida dos povos, principalmente no fornecimento de peixes que são o alimento primordial do homem. O futuro alimentar da humanidade tem de ser buscado nos produtos do mar, com os recursos da ciência moderna, já previa Cairu há 150 anos.

Essa teoria, explica, rompe o necessário equilíbrio que deve existir entre os trabalhos do campo e os da cidade, na mais perfeita e completa interdependência, isto é, entre a indústria agrícola e extrativa e a indústria manufactora e comercial, ou melhor, entre a economia rural e a economia industrial, pois a deficiência desta última prejudica logo a agricultura, reduzindo-a a trabalho braçal de pouca extensão e rendimento.

Esse necessário equilíbrio a que se refere Cairu, essa reciprocidade incontestável entre todas as actividades que se coadjuvam e reagem umas sobre as outras, de sorte que retirado um elo da cooperação geral vêm ressentir todos os demais é, sem dúvida, uma antevisão da moderna teoria da análise intersectorial, que estuda e examina as

relações industriais e a influência recíproca entre os diversos sectores da economia nacional, como ensina Wassily Leon Tief em sua *Estrutura da Economia Americana*.

O incremento da agricultura, em detrimento dos demais trabalhos produtivos, conduz o Governo ao despotismo político e o Povo à guerra de conquista, exemplificando com a Lacedemônia, que sempre trouxe a Grécia em revolta e os seus escravos tratados abaixo das bestas.

Dá-nos também uma idéia perfeita do conceito de luxo, no consumo econômico, dizendo que os danos morais, econômicos e políticos do luxo, quando este provém do aperfeiçoamento social, isto é, quando se passa do necessário ao útil, do útil ao agradável e do agradável ao delicioso ou de mera decoração e vaidade, não tem a mesma importância nem comparação com os males que decorrem da grosseria, rusticidade e violência dos hábitos de um povo agrícola.

Se a religião e o bom senso não coarctam o luxo aos limites da razão de nada valem as leis sumptuárias e de repressão que acarretam o desprezo da autoridade e a ineficácia de tais leis. Eis como princípios e causas benéficas na origem e na finalidade se podem converter em malefícios públicos e sociais, se das mesmas não se tirarem consequências com discernimento e razão.

4. — Se a actividade econômica de preferência e exclusividade da agricultura fosse universalmente adoptada, tenderia a barbarizar e empobrecer as Nações, impedindo a cooperação voluntária e recíproca entre os povos e impossibilitando a maior produção de frutos da natureza e produtos manufacturados, o que não permite a cada indivíduo aplicar-se à actividade econômica de maior rendimento pessoal e local a fim de trocar o que fabrica, com maior produtividade, pelo que necessita mas que só conseguiria com suor e sacrificio.

A generalização deste conceito de suma importância, do plano individual para o nacional, nada mais é do que o teorema do custos comparados de David Ricardo enunciado em 1817, que o nosso genial Octacilio Novais da Silva generalizou, em 1932, levando em consideração também as perdas provenientes dos respectivos desvios de capitais em ambos os mercados. Tal conceito não escapou igualmente a Cairu, quando anteviu esse fenómeno decla-

rando que “todo o industrial e capitalista se afina ao objecto para que têm mais proporções e utilidades pessoais e locais”.

TEXTO ORIGINAL

1. — Mr. QUESNAY, posto fosse médico de profissão, se constituiu, nos meados do Século XVIII, o mestre de uma escola econômica da França, que se fez célebre, mais pela singularidade da nomenclatura e engenhoso aparato com que tratou as matérias de Economia pública, do que por algum radical adiantamento dos essenciais princípios econômicos. Aquela doutrina é compreendida nas *Proposições* ou *Máximas* fundamentais seguintes, de que as obras dos discípulos e sectários daquela escola não são mais do que comentários e deduções. O que elas contêm de verdadeiro e útil acha-se substancialmente ensinado pelos autores clássicos, tanto gregos como latinos, que deram primazia à agricultura, como o fundo da subsistência e defesa das Nações, a nutriz das artes e a matéria de todo o comércio, hospitalidade, gratificação e delícias da vida. Porém várias das mesmas contêm erros de consequência ou teorias incertas, sem o necessário apoio da experiência ou demonstração irrefragável da razão.

2. — Porei ante o leitor as ditas 30 *Proposições* ou *Máximas*, que Mr. GRIVEL, um dos mais acreditados economistas franceses, transcreve e comenta na *Enciclopédia Metódica* — artigo *agricultura*.

MÁXIMAS FUNDAMENTAIS DE QUESNAY

I — A autoridade Soberana seja única e superior a todos os indivíduos da Nação e a todas as empresas injustas dos interesses particulares.

II — A Nação seja instruída nas leis gerais da ordem natural, que constituem o governo evidentemente mais perfeito.

III — O Soberano e a Nação não percam jamais de vista que a *terra é a única fonte das riquezas e que é a agricultura que as multiplica*.

IV — A propriedade dos bens territoriais e das riquezas mobiliárias, ou circulantes, deve ser segura aos que são os seus legítimos possuidores; porque a segurança da propriedade é o fundamento essencial da ordem econômica da sociedade.

V — O imposto não seja destrutivo ou desproporcionado à massa do rédito da Nação; a sua augmentação siga a augmentação do rédito; seja estabelecido sobre o rédito líquido dos bens territoriais, isto é, sem jamais tocarem os fundos necessários à anual reprodução dos frutos da terra, que subministra o tributo ao Governo, o rédito aos proprietários e a subsistência a todas as classes de trabalhadores.

VI — Os fundos dos avanços, ou *despesas produtivas*, necessárias às empresas, sejam suficientes para fazer renascer anualmente o maior produto possível.

VII — A soma do rédito anual das terras deve entrar na circulação anual e corrê-la em toda a sua extensão; não devendo os capitais ser ociosos, mas estar sempre em giro.

VIII — O governo econômico não se ocupe senão em favorecer as despesas produtivas e o comércio das produções em cru ou em bruto e deixe ir de si mesmo as despesas estéreis.

IX — A Nação que tiver um grande e fértil território, com facilidade de exercer um grande

comércio de tais produções, não estenda muito o emprego de dinheiro e de homens nas manufacturas e comércio de luxo, em prejuízo dos trabalhos e despesas da agricultura: porque, *com preferênciã a tudo*, a Nação deve ser povoada de cultivadores ricos.

X — Evite-se a deserção dos habitantes, que levam consigo as suas riquezas para fora do país.

XI — Nenhuma parte da soma dos réditos passe aos estrangeiros sem retorno ou equivalente, seja em dinheiro, seja em mercadorias.

XII — Os filhos dos lavradores ricos estabeleçam-se no campo, para perpetuarem nele os cultivadores e atraírem as riquezas da Cidade; a fim de haver a grande e se evitar a pequena cultura.

XIII — Seja livre a cada um cultivar na sua terra as produções, que seu interesse, seus capitais e a natureza do terreno lhe insinuem; a fim de poder tirar dela o maior rédito possível.

XIV — Favoreça-se a multiplicação dos gados.

XV — As terras empregadas na cultura dos grãos sejam reunidas, quanto for possível, em vastas granjas ou herdades, e cultivadas por lavradores ricos.

XVI — Não se impeça o comércio das produções em cru ou em bruto: pois, quanto maior for o consumo, tanto mais ampla será a reprodução.

XVII — Facilite-se a extracção e o transporte das produções rudes e manufacturadas, por boas estradas, canais navegáveis, rios e mar; a fim de que, poupadas as despesas do comércio, mais cresça o rédito das terras.

XVIII — Não se faça baixar o preço das produções e mercadorias dentro da Nação; pois o comércio

recíproco com os estrangeiros viria então a ser desvantajoso à mesma Nação. Quanto maior for o valor venal, tanto mais amplo será o rédito; abundância e *não valor* ou *pouco valor* não é riqueza; falta e carestia, é miséria; a abundância e alto preço é opulência.

XIX — Não se imagine que o bom mercado ou a barateza dos gêneros seja proveitoso ao corpo do povo; porque o seu baixo preço faz baixar o salário das ordens inferiores, diminui-lhes os cômodos da vida, procura-lhes menos trabalhos e ocupações lucrativas e aniquila o rédito da Nação.

XX — Não se diminuam as comodidades das classes inferiores dos cidadãos; porque nesse caso não poderiam estas contribuir ao maior consumo possível das mercadorias; o que faria diminuir nele a respectiva reprodução e o rédito da Nação.

XXI — Os proprietários e os que exercem profissões lucrativas não se entreguem a parcimônias estéreis; pois assim tirariam da circulação e da distribuição uma porção de seus réditos e de seus ganhos.

XXII — Não se promova o luxo de mero ornato ou decoração em prejuízo das despesas de roteamentos de terras maninhas ou de superiores benfeitorias das terras cultivadas e das despesas em consumo de gêneros de subsistência, que sustentam o bom preço e extracção das produções territoriais e a reprodução dos réditos da Nação.

XXIII — A Nação não sofra perda no seu comércio com o estrangeiro, ainda que este comércio fosse lucrativo aos comerciantes nacionais, os quais ganhassem sobre os concidadãos na venda das mercadorias de retorno: pois então o aumento da fortuna destes comerciantes faria na circulação dos réditos um desfalque prejudicial à distribuição e reprodução.

XXIV — Não se deixe a Nação iludir por uma vantagem aparente do comércio recíproco com o estrangeiro, julgando somente pela balança das somas de dinheiro recebidas em retorno das mercadorias nacionais, sem examinar qual seja o maior ou menor proveito resultante da venda, assim das mesmas mercadorias vendidas, como das estrangeiras compradas. Porque muitas vezes tem real perda a Nação que recebe um saldo superior em dinheiro a seu favôr; e esta perda vem a ser em prejuízo da distribuição e reprodução dos réditos territoriais.

XXV — Mantenha-se uma inteira liberdade de comércio; pois que a polícia do comércio interior e exterior, mais segura, mais exacta e mais proveitosa à Nação e ao Estado, consiste na *plena liberdade de concorrência*.

XXVI — Atenda-se menos ao aumento da população que ao aumento dos réditos: porque, quanto maiores forem estes réditos, tanto necessariamente se poderá manter maior população e com mais fartura e comodidades.

XXVII — O Governo ocupe-se menos em poupar despesas do que em fazer aquelas que são necessárias à prosperidade do país, dentro todavia das forças reais do Estado; aliás tais despesas devorarão as rendas da Nação e do Soberano.

XXVIII — A Administração dos Réditos Públicos, seja na percepção dos impostos, seja nas despesas do Governo, não ocasione grandes fortunas pecuniárias; pois que estas retiram da circulação uma porção dos réditos do país e, consequentemente, a respectiva distribuição e reprodução.

XXIX — Não se esperem recursos para as necessidades extraordinárias do Estado senão da geral

prosperidade da Nação e não do crédito dos financeiros: pois que as fortunas pecuniárias são riquezas clandestinas, que não conhecem Rei nem Pátria.

XXX — O Estado evite empréstimos, que formam rendas financeiras e ocasionam um comércio de papel de crédito do Governo, cujo desconto aumenta sem cessar as fortunas pecuniárias estéreis, que privam a agricultura dos fundos necessários.

3. — Muito havia que reflectir sobre algumas destas proposições e seus comentários, mas isso nos levaria muito longe do instituto. Na verdade todo o teor desta doutrina é saudável, enquanto tende a recomendar a agricultura, que não tem sido competente e suficientemente protegida em vários Estados da Europa e principalmente na França. Porém é defeituoso e exagerado o sistema da agricultura, *no modo com que o inculcam os economistas sobreditos*, enquanto representam a terra como a única fonte de riquezas da sociedade, sendo aliás só a original e principal; pois as águas fornecem também muitos produtos úteis; e presentemente, como diz SMITH, é também com o peixe do mar que se sustenta ao lavrador.

Além disto dão ao seu trabalho uma preferência desmedida, desapreciando os demais trabalhos da sociedade; pois não só assim se rompe o necessário equilíbrio que deve haver entre os trabalhos do campo e os da cidade, isto é, entre os trabalhos de extrair da terra as produções brutas e o trabalho de as preparar, modificar e transportar para os competentes mercados e usos sociais; sendo incontestável que tais trabalhos reciprocamente se coadjuvam e reagem de uns para os outros, de sorte que, tirada ou diminuída a sua cooperação e aliança, os trabalhos do campo são os que ainda mais se ressentem da falta de instrumentos, consumos, quantidades e benfeitorias; e logo se reduz a agricultura a mero trabalho braçal,

de pouco fruto, extensão e rendimento, como se vê nos países bárbaros.

Acresce que um povo total ou principalmente agrícola é necessariamente feroz, perigoso a seus vizinhos e constituído quase sempre na necessidade de fazer incessantemente guerra e obstar aos trabalhos produtivos das demais Nações e ao progresso da sociedade em civilização e riqueza: pois que, onde a maior parte dos homens é ocupada no campo, há de infalivelmente sobejar muito mantimento para manter grande população; e não havendo as classes dos manufactureiros, dos comerciantes e de outras ocupações sedentárias, em número de indivíduos proporcionais, logo grande parte do anual produto da terra faz-se inútil e muita gente fica sem emprego que ocupe e aproveite o tempo com tranquilidade e lucro; e para evitarem-se as desordens intestinas, cumpre dar saída ao excedente da população, que fica sem obra assídua; e então a guerra e o espírito e virtude militar são o projecto óbvio, costumado e forçoso. Em tais circunstâncias é fácil estabelecer-se o despotismo. O furor de conquista caracterizou sempre os governos em que prevalece o sistema da preferência da agricultura, o qual traz logo consigo menos apreço das artes e comércio. Este sistema faz irresistivelmente atrair capitais para o campo e perder o indispensável concurso e nível dos demais trabalhos úteis, desestimando-se as pessoas aplicadas a outras indústrias.

Por essa razão a Lacedemônia não passou de um Estado semibárbaro e guerreiro e trouxe sempre a Grécia revolta: a chamada liberdade civil dos seus cidadãos era pouco menos do que duro cativeiro; e os respectivos escravos *ilotas* (1) eram tratados a par ou ainda abaixo das bestas. Esta observação de HUME.

(1) Servos do Estado, entre os espartanos. N. C.

confirmada e amplificada por SMITH, parece de uma verdade irrefragável.

Os danos morais, econômicos e políticos do luxo, quando este vem em consequência do refinamento das artes e comércio, isto é, quando ele se introduz gradualmente, pela necessária, invedável e indefinida divisão do trabalho, com que se passa do necessário ao útil, do útil ao cômodo, do cômodo ao agradável, delicioso e de mera decoração e vaidade, não tem proporção com os males que nascem da grosseria, rusticidade e violência dos hábitos de um povo agrícola, quando não são estes amansados, melhorados e feitos profícuos com a irrestrita admissão das artes, comércio e ciências.

Tanto mais que, segundo bem nota SMITH, é terror pânico, sem fundamento na experiência, e antes contra a mesma experiência, pensar qualquer Governo que:

1.º a maior parte dos homens se arruinará pelo luxo; quando, ao contrário, a parcimônia, sobriedade e ainda a avareza, formam o carácter da generalidade de todos os indivíduos; ou

2.º que está dentro da esfera do poder humano reprimir a polimorfa, fantástica e incompreensível vaidade dos homens no abuso dos objectos do luxo, cousa aliás também em si indefinível, sendo (como já ficou notado no Capítulo II) essencialmente relativo ao estado progressivo, estacionário e retrógado da sociedade e de qualquer país e dependente não menos da opinião pública e maneiras do tempo e Nação em que se vive.

Se a Religião, as luzes e o bom senso não coarc-tam o luxo nos limites racionáveis, todo mundo sabe o que valem e o quanto se iludem as leis sumptuárias e de contrabando: o resultado é o desprezo da autoridade

e da força pública, a qual logo se afrouxa; e lança-se a semente da geral desobediência pela reconhecida ineficácia de tais regulamentos.

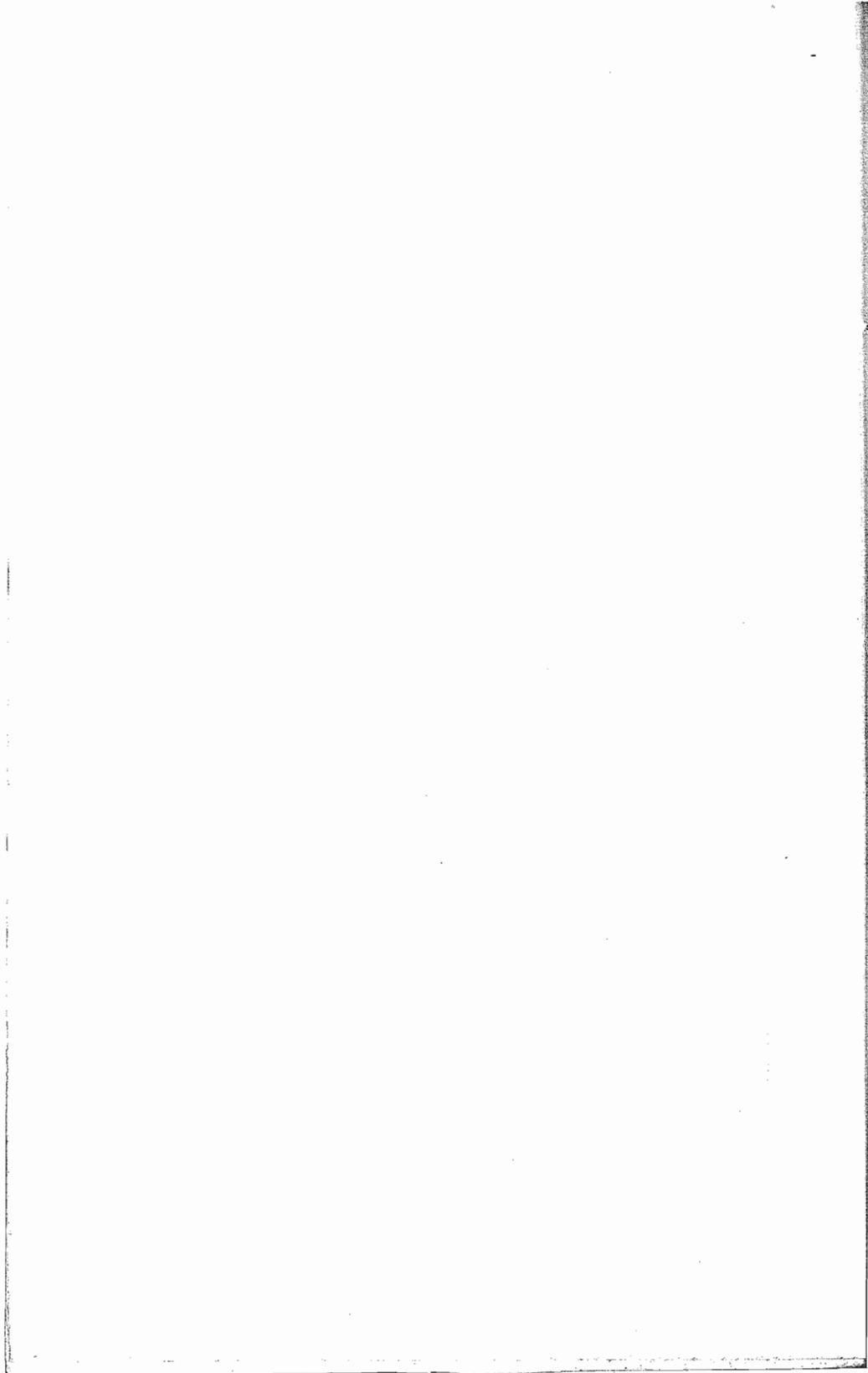
Eis aí como ainda os princípios e causas mais inocentes e benéficas na origem e destino se podem converter em malefícios públicos e sociais, se não se lhe tiram as induções com discernimento, como bem observa TÁCITO:

Sæpe honestas rerum causas, ni judicium adhibeas, perniciosi effectus consequuntur.

4. — Por conclusões precipitadas do sistema dos economistas que preferem a agricultura a toda outra indústria, tem-se visto em vários Estados usar-se de coacção da autoridade pública, fazendo-se uma forçada divisão ou reunião de trabalhos ou ramos de emprego do povo, contra o real interesse do país e dos indivíduos; permitindo-se só a uns ter fábricas, só a outros ter tais culturas e assinando-se a cada distrito e pessoa sua dimensão e tarefa, para que talvez não tenha os competentes capitais e mercados; obrigando-se aos que cultivam gêneros de luxo a plantarem também (ao menos para si) os gêneros de primeira necessidade.

Se tal polícia e economia fossem universalmente praticáveis e executadas, tenderiam a barbarizar e empobrecer as Nações, tolhendo os saudáveis, naturais e eficazes meios de voluntária e recíproca ajuda, cooperação e dependência; pois impossibilitariam a extensão do comércio e que, em cada ramo de indústria, do campo e cidade, se reproduzisse anualmente a maior possível quantidade de frutos da natureza e obras de arte; efeito aliás necessário, quando todo o industrial e capitalista se afinsa ao objecto para que têm mais proporções e oportunidades pessoais e locais: o que se diz dos indivíduos, verifica-se não menos

das Nações, que são o agregado de todas as capacidades naturais e industriais do respectivo território e população.



CAPÍTULO V

PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA DE SMITH

SUMÁRIO: — 1. Princípios fundamentais do sistema smitiano. — 2. Consequências morais, econômicas e políticas do princípio. — 3. Princípios da sociedade civil e meios de sua riqueza e prosperidade. — 4. Vantagens da divisão do trabalho. — 5. Consequências econômicas e sociais. — 6. Elogio do liberalismo.

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — Cairu dá início a este capítulo transcrevendo um longo trecho da *Introdução* da obra de Adão Smith, no qual se mostra que o trabalho anual é o fundo que supre cada Nação de todas as cousas e cômodos necessários à vida, comparando as Nações selvagens de caçadores e pescadores, que vivem na miséria, com as Nações civilizadas que são abundantemente supridas. Afirma ainda que desde a queda do Império Romano a política econômica da Europa tem sido mais favorável à indústria manufactora das cidades do que à indústria agrícola dos campos.

Quando Cairu, citando Smith, diz que o *trabalho anual* de cada Nação é o *fundo* que a supre de todas as cousas necessárias que ela, anualmente, consome directamente ou em produtos adquiridos de outras Nações, por troca com o excedente desses mesmos produtos, quer evidentemente referir-se à *renda nacional*, que é o mais moderno índice de avaliação e medida da potencialidade econômica do Estado, isto é, de sua necessidade de consumo e de sua capacidade de poupança para formação de capitais.

Pois a renda nacional nada mais é do que a soma dos valores dos bens e serviços produzidos em uma Nação em determinado período de tempo, geralmente em um ano.

2. — Antes de Ricardo e Carlos Marx, Smith já afirmava que o trabalho era a origem e o fundamento de toda propriedade e valor. Mas Cairu não deixa de perceber e considerar também a utilidade como elemento condicionante do valor, quando afirma em seguida: “Pela quantidade e utilidade dos produtos é que se demandam, reproduzem e se aperfeiçoam os mesmos trabalhos, ramos de indústria e tráfico dos cidadãos”. Dá, assim, o conceito moderno de valor que se define como sendo o atributo de uma grandeza econômica, dependente da utilidade e da raridade dessa mesma grandeza.

Analisa depois as consequências morais, econômicas e políticas de ser o trabalho, e não a terra, o fundamento da riqueza social, esclarecendo que a teoria smitiana:

a) — condena os latifúndios, que não permitem grandes rendas sem boa direcção e muita quantidade de trabalho com proporcionados *capitais circulantes*, tais como salários, adiantamentos, matérias primas, e também com suficientes *capitais fixos*, tais como benfeitorias e instrumentos e ainda a *habilidade humana*, que ele considera o mais importante de todos os capitais;

b) — estirpa a preguiça, que julga o maior flagelo da humanidade;

c) — reprova a expansão territorial dos Estados e o furor das conquistas, que arruinam e enfraquecem as Nações;

d) — afirma que o trabalho é o elemento e a base da justiça civil;

e) — diz que a riqueza de qualquer Nação não se deve avaliar só pela massa do seu trabalho anual, mas pela sabedoria com que é organizado, dividido e suavizado pelo emprego de máquinas;

f) — assegura que não é a população do país, mas o sábio e útil emprego de seus habitantes que constituem a sua força, opulência e felicidade, exemplificando com o território africano;

g) — mostra que a liberdade de comércio é o meio de se aproveitar melhor o fruto do trabalho anual pela troca do supérfluo pelo necessário;

h) — declara que a protecção a toda espécie de trabalho e indústria útil é a melhor política económica do Estado.

Depois de caracterizar as noções de *capital fixo* e de *capital circulante*, Cairu amplia o conceito de capital quando diz “e sobretudo o mais importante de todos os capitais que são *as acumuladas habilidades dos habitantes do país*”.

A *habilidade humana* é, sem dúvida, um elemento da produção económica, isto é, a *técnica do trabalho*, que ele, não sem determinada razão, considerava capital de natureza especial.

3. — Passando em seguida a analisar o *Capítulo I* da obra de Smith, diz que a divisão do trabalho é o elemento propulsor da marcha para a civilização, opulência e prosperidade do Estado; afirma que o Criador estabeleceu esta divisão na distinção dos sexos, suas necessidades diversas e características próprias dos seres humanos e acrescenta: “A mulher é visivelmente destinada para amamentar e criar os filhos e fazer o manejo doméstico; o homem é naturalmente incitado e o mais próprio para os rudes trabalhos do campo e as mais laboriosas tarefas da vida”.

Mostra que a primeira imagem da sociedade civil acha-se na família ou na tribo e na divisão do trabalho, o qual acarreta a troca do desnecessário pelo indispensável.

4. — Exemplifica a exposição com o célebre caso da fábrica de alfinetes e pregos, mostrando que a divisão do trabalho permite que, por dia, cada operário realize a produção de milhares daqueles objectos, ao passo que cada operário, executando todas as partes da tarefa, talvez não fizesse, no mesmo tempo, cem alfinetes ou pregos.

Generaliza esse raciocínio para concluir com Smith que, quanto maior for a divisão do trabalho e mais extensa e francamente trocados os respectivos produtos tanto maior será a opulência e prosperidade das Nações e indivíduos.

5. — Dos princípios expostos Cairu conclui o seguinte:

1.^o — que a divisão do trabalho espontânea e irrestrita é a que ocasiona o desenvolvimento da indústria e talento;

2.^o — que é contra a formação e o desenvolvimento da riqueza forçar ou proibir a divisão do trabalho;

3.^o — que é absurdo o projecto de ter cada Estado todos os ramos de indústria, tornando-se uma verdadeira autarcia económica;

4.^o — que a produção e a perfeição dos produtos naturais e industriais é condicionada pela facilidade da troca.

Depois afirma que esta teoria só não serve aos aproveitadores e madraços: aos *primeiros* porque querem apoderar-se do alheio sem darem o equivalente; e aos *segundos* porque desejam extorquir preços exorbitantes por produtos grosseiros e depois insultar a Nação com o seu fausto e soberba.

6. — Finalmente, transcreve de novo um longo trecho de Smith dizendo que o mesmo seria digno de ser gravado em letras de ouro e constituir a lei fundamental das Nações civilizadas, pois estabelece os deveres essenciais do chefe de Estado a saber:

1.^o — proteger o Estado contra a agressão externa;

2.^o — proteger o individuo contra a opressão interna;

3.^o — manter as instituições sociais de interesse colectivo.

E conclui dizendo que, depois dos impostos necessários à despesa pública, o verdadeiro Código de Comércio compatível com a ordem natural da Economia seria: *Deixar fazer, deixar passar, deixar comprar, deixar vender.*

TEXTO ORIGINAL

1. — SMITH, logo na *Introdução* da obra, firma as bases capitais de sua doutrina e dá idéia do plano que se propõe. Ele assim se explica:

“O *trabalho anual* de cada Nação é o fundo que originalmente a supre com todas as cousas necessárias e cômodas à vida, que ela anualmente consome e que consistem sempre ou no imediato produto deste trabalho ou no que é comprado das outras Nações com este produto.

Conforme pois tal produto, ou o que é comprado com ele, estiver em maior ou menor proporção ao número dos habitantes do país que o hão de consumir, assim a Nação será mais ou menos bem suprida do necessário e cômodo à vida.

Porém esta proporção em qualquer Nação é regulada por duas circunstâncias: *primeira* pela sabedoria, destreza e discernimento com que o seu trabalho é em geral aplicado; *segunda* pela proporção entre o número dos que são empregados em *trabalho útil* e o dos que não são empregados em tal trabalho. Qualquer que seja o terreno, clima e extensão de território de alguma Nação, a abundância ou escassez do seu suprimento anual depende destas duas circunstâncias e ainda mais da primeira que da segunda.

Pois entre as Nações selvagens de caçadores e pescadores, todo indivíduo capaz de trabalhar sempre se emprega mais ou menos, em trabalho útil, esforçando-se em fornecer-se do necessário e cômodo à vida para si e demais pessoas de sua família e tribo, que não podem trabalhar por velhice, menoridade ou doença; e contudo tais Nações são tão miseravelmente pobres que muitas vezes, pela absoluta falta do preciso, se reduzem ou se consideram reduzidas à necessidade de destruir ou abandonar seus velhos, meninos e doentes, deixando-os expostos a morrerem de fome ou a serem devorados pelas feras. Ao contrário, nas Nações civilizadas e que avançam em sabedoria e opulência, posto grande número de pessoas absolutamente não trabalhem, antes consumam dez e cem vezes mais o produto, fruto e obra dos que trabalham em cousa

útil; todavia, o total produto do trabalho é ali tão grande, que todos são abundantemente supridos, de sorte, que um jornaleiro, ainda das ordens mais inferiores e pobres, sendo frugal e industrioso, pode gozar de uma porção de cousas necessárias e cômodas à vida, que nenhum selvagem jamais pode adquirir.

As Nações adiantadas em sabedoria, destreza e discernimento, na aplicação do trabalho, têm seguido muitos diferentes planos na geral conduta e direcção do mesmo trabalho, e estes planos não têm sido igualmente favoráveis à grandeza do seu produto. A economia de algumas Nações tem dado extraordinários incitamentos à *indústria do campo* e a de outras à *indústria das cidades*. Talvez *nenhuma Nação tem tratado com igualdade e imparcialidade a toda sorte de indústria*. Desde a queda do Império Romano a Polónia da Europa tem sido mais favorável às artes, manufacturas, e comércio (*que é a indústria das cidades*) do que à agricultura (*que é a indústria do campo*)."

2. — Destas observações se deduzem as seguintes capitais verdades de Economia Política, das quais algumas SMITH especificou e outras se deduzem de todo o contexto e curso da sua obra:

O trabalho e não a terra (quaisquer que sejam as vantagens da sua extensão, posição e fecundidade) é que sustenta e opulenta a sociedade. Os mesmos frutos espontâneos e extractos óbvios na superfície não são úteis ao homem, sem que ele trabalhe para os colher.

É o trabalho a origem e o fundamento de toda a propriedade e valor. Com trabalho é que se adquiriu, comprou e transmitiu toda a riqueza do universo. Com ele também se há de perpetuar a ordem e opulência social. Pela quantidade e utilidade dos produtos do trabalho é que se demandam, reproduzem e aperfeiçoam os mesmos trabalhos e ramos de indústria e

tráfico dos cidadãos. A riqueza, que consiste só em terras e sua fertilidade, vem a ser pobreza e inutilidade sem o trabalho competente.

Qualquer terra, não sendo absolutamente estéril, pode, com o trabalho do homem assíduo e bem dirigido, constituir-se periódica e recrescentemente frutífera e dar um produto superior ao das terras mais férteis, negligente ou ignorantemente agriculturadas. A mão e inteligência do homem é que fazem os prodígios que se vêem nas Nações cultas: o industrioso planta vinhas nos escarpados e alcantilados rochedos dos Alpes e até lavra nos paúis e areais com proveito. Diz-se vulgarmente *esta terra não está trabalhada* para exprimir a inércia do seu possuidor.

Muitas são as consequências morais, econômicas e políticas, que se derivam do princípio de ser — *o trabalho e não a terra*, o fundo ou fonte da riqueza social.

Ele extirpa a preguiça, como o maior flagelo das Nações; lança o fundamento da discreta divisão e franca circulação de quaisquer possessões e domínios, como o mais oportuno meio para o seu mais bem dirigido e produtivo trabalho possível, livrando-se o Estado de coutadas, (1) vínculos e mãos mortas que estagnam em mãos avaras e pouco industriosas, os armazens da subsistência e riqueza da sociedade e obstem que se experimente em todas as partes e tempos a exaltada energia e idôneo emprego de capitais dos indivíduos mais capazes de dar à agricultura a maior extensão e perfeição. Também convence o erro dos grandes proprietários e Nações, que tanto se empenham em abarcar, alargar e monopolizar territórios; sem atenderem que, não obstante essas vantagens, não pode haver grandes réditos sem pôr em movimento e boa direcção muita quantidade de traba-

(1) Terras reservadas a determinados fins, pelo Estado. N. C.

lhos, em virtude de proporcionados capitais, tanto os *circulantes*, para se pagarem os salários dos trabalhadores, avanços da cultura e os materiais das obras de qualquer gênero, como os *fixos* nas melhores benfeitorias rústicas e urbanas, instrumentos e vasos de terra e água e sobretudo o mais importante de todos os capitais, que são *as acumuladas habilidades dos habitantes do país*.

Dá nisso também grande lição aos Soberanos atormentados com o furor de conquistas, que aliás não enriquecem, nem apotentam, antes enfraquecem e arruinam os Estados; o que não acontece nos países de suficiente dimensão e governo moderado, cuja população e geral trabalho estão mais dentro da esfera e faculdades do poder e saber humano.

É também o trabalho o elemento e base de toda a justiça civil. A maior parte das injustiças cometidas ainda nas mais civilizadas Nações consiste em quererem uns desfrutar por força ou fraude os frutos do trabalho e suor alheio, sem darem o justo equivalente. Cada artigo de riqueza é um armazem de trabalho; o que dele se apodera sem título legítimo é injusto e espoliador.

As injustiças dos Conquistadores e máus Governos, em última análise, se reduzem a roubar o fruto do trabalho alheio ou a impedir a expansão e possível exercício e utilidade do trabalho. A mesma injustiça de tirar alguém actualmente a vida a outro, além da sua enormidade pelo atentado que se faz ao Criador, que dá e tira a existência, tem a radical malícia de destruir e frustrar a acumulação de imenso trabalho, que se reúne em cada indivíduo, desde a sua concepção e puerpério até o último momento em que respira.

A riqueza de qualquer Nação não se deve avaliar pela massa do seu anual trabalho, mas pela sabedoria com que é dirigido, ajudado e suavizado por via de máquinas e discretamente aproveitados e economizados

os respectivos produtos, no consumo, fabrico e mercado. A franqueza e extensão das luzes e a liberdade da indústria e comércio são as que podem dar aquela sabedoria e discernimento na escolha do trabalho e aplicação dos seus resultados.

Não é a população do país, mas o útil e sábio emprego dos habitantes, que constitui a sua força, opulência e felicidade. Bem terra e gente tem a África e todo mundo vê em tão vasto território todos os opróbrios da humanidade. Portanto toda a tropa desmarcada, ou desnecessária ao sossego e segurança do país, todas as classes que só consomem e nada produzem vêm a agravar e arruinar, em vez de aliviar e enriquecer as Nações. A indefinida liberdade do comércio é o meio absolutamente necessário para cada Nação e indivíduo poder aproveitar todo e o maior possível valor dos frutos do anual trabalho, trocando-se reciprocamente o correspectivo produto supérfluo, ou excedente do seu anual consumo, gozando e poupando o mais e pagando e despendendo o menos possível dos respectivos réditos.

A igual protecção do Soberano a toda a espécie de trabalho e indústria útil parece ser a melhor possível Economia Política de todo bom Governo e o mais eficaz meio de dar protecção aos povos; pois, como qualquer indivíduo, está fazendo contínuos esforços por melhorar a sua sorte e fazer, consequentemente, o mais lucrativo emprego possível do seu anual trabalho, nesta ou naquela direcção, que prevê e calcula que lhe poderá dar o maior possível rédito; e cada ramo de indústria seja manejado por muitos cooperários e competidores, que se emulam, porfiam e rivalizam para conseguirem o objecto de seus desejos e adquirirem superioridade; não pode de sua concorrência e mútua contenda deixar de resultar a mais acertada escolha e direcção dos empregos e, consequentemente, o maior e mais perfeito e valioso produto possível da geral

indústria; e só deste modo é que parece poder qualquer Nação chegar ao cume, ou *maximum* da opulência, em quantidade e qualidade de produção e suprimento, com a oportunidade de progressiva acumulação e equitativa distribuição a todos os membros do Estado.

3. — SMITH, depois da exposta *Introdução e Plano da Obra*, passa, no Capítulo I, a indicar e analisar os princípios da sociedade civil e os meios de sua indefinida riqueza e prosperidade. É na divisão do trabalho que ele justamente vê o elemento das primitivas associações, e a sua gradual, majestosa e interminável marcha para o sumo da civilização, opulência e prosperidade. O Criador estabeleceu essa divisão de trabalho na distinção dos sexos, suas diversas necessidades e distintivos característicos. A mulher é visivelmente destinada para amamentar e criar os filhos e fazer o manejo doméstico; o homem é naturalmente incitado e o mais próprio para os rudes trabalhos do campo e as mais laboriosas tarefas da vida.

A primeira imagem da sociedade civil acha-se em qualquer família ou tribo e na divisão do trabalho, a que dá motivo a diversidade de inclinações dos indivíduos para diversos objectos e empregos de indústria; espontaneamente applicando-se uns à caça ou pesca, outros a fazer armas e cabanas; diversos a preparar peles e fazer vasos e instrumentos de cultura e artes para as comodidades da vida. E como, em tais circunstâncias, a cada trabalhador sobeja mais produto do próprio trabalho de que aliás necessite, ou que possa consumir e usar, o óbvio expediente de se desembaraçar, quanto antes, da dificuldade, é reciprocamente trocar com outro aquela quantidade que excede o seu uso e consumo, que lhe seria um superfluo oneroso e inútil e que, em consequência a não haver a oportunidade da troca, deixaria logo de ser reproduzido, ou o seria somente em quantidade pro-

porcional ao preciso e exclusivo suprimento de cada um dos trabalhadores e, quando muito, do número dos que pudessem dar algum serviço, ou produto equivalente à coisa dada em troca; e, por esse motivo, seria forçoso a cada pessoa trabalhar, ainda contra a sua propensão e facilidades, em muitos empregos, para ter variado suprimento do necessário e cômodo à vida, devendo todavia por esse mesmo motivo ser o respectivo suprimento imperfeito, de poucos artigos e mesquinho, como acontece quando algum trabalha em muitas ocupações, não podendo adquirir eminência e facilidade de manobra em qualquer deles, nem por consequência a grandeza e perfeição do respectivo resultado, que aliás seria possível e o mostra a experiência, quando alguém se afina com inclinação e gosto a um ou poucos objectos, com certeza de tirar daí o mais extenso mercado e lucro.

4. — SMITH exemplifica a teoria com o prodigioso exemplo da fábrica de alfinetes e pregos; mostrando que, em uma oficina, onde a manufactura é distinta em muitos ofícios diferentes, cabem por dia muitos milhares de alfinetes e pregos a cada trabalhador, pela divisão do trabalho e discreta distribuição da obra e cooperação dos serviçais; quando aliás a bom trabalhar, cada um em separado e fazendo todas as partes da tarefa, talvez o mais diligente e habilitado não faria no mesmo tempo cem alfinetes e pregos. O mesmo proporcionalmente se verifica nas demais manufacturas, cujo progresso se deve à divisão do trabalho e à variedade de engenhosas máquinas, que abreviam e aperfeiçoam a obra e cuja invenção se deve em grande parte à mesma divisão. E como esta se multiplica no paralelo e progresso da facilidade da troca dos superiores e variados produtos do trabalho, que assim é distribuido e ajudado, por isso também SMITH daí deduz a importantíssima conclusão

que, quanto o trabalho for mais espontâneo e mais bem dividido e subdividido e os respectivos produtos mais certa, extensa e francamente trocados, dentro e fora do país, isto é, no comércio interior e exterior, tanto o produto anual de cada Nação será maior, mais acumulado e oportunamente distribuído, difundindo-se (o mais gradual e exactamente que ser possa) por todas as classes e indivíduos a geral opulência e prosperidade.

5. — Destes princípios capitais se inferem:

1.º que a espontânea e irrestrita divisão do trabalho é a que ocasiona o desenvolvimento de toda a espécie de talento e indústria e estabelece os suaves e gerais vínculos da natural e mútua cooperação, ajuda e dependência dos homens, sem todavia destruir a dignidade de sua natureza e independência civil, ninguém sendo obrigado a outro senão por livre contrato e troca de equivalentes; estabelecendo-se e amplificando-se assim o espírito de sociedade, comunicação e filantropia;

2.º que é contra o nascimento e progresso da riqueza forçar ou proibir a divisão do trabalho, reunindo-se empregos naturalmente separáveis, e separando-se outros naturalmente compatíveis e necessários nas circunstâncias das pessoas, tempos e lugares;

3.º que é absurdo impossível, contra os claros desígnios da Providência e tendente a empobrecer e barbarizar as Nações, o projecto de ter cada Estado todos os principais ramos de indústria das demais Nações, que aliás têm suas vantagens naturais e adquiridas para certas culturas, tráficos e fábricas;

4.º que a produção e perfeição dos produtos naturais e industriais se limitam pela facilidade da troca, isto é, pela *extensão do mercado*; e portanto se

confirma também por isso a irrefragável verdade, de que a liberdade da indústria e comércio deve dar às Nações o maior possível grau de energia, riqueza, polimento, virtude e felicidade, deixando a cada qual, pela mais ilimitada concorrência, o poder perceber todo o fruto e justo possível valor de seu trabalho, comprando qualquer indivíduo o que precisa e da melhor qualidade e ao mais cômodo preço (que é o assinado por essa concorrência); podendo assim também poupar o mais possível dos seus réditos sobre o seu consumo e despesa anual, para o contínuo progresso de seus capitais e perenes fundos do geral emprego e subsistência do povo.

Esta teoria só não pode fazer contar aos ladrões, monopolistas e madraços. Os *primeiros* querem apoderar-se do alheio sem darem o equivalente; os *segundos* coarctam os empregos do povo e querem extorquir (com seus tráficos estancados) exorbitantes e desmerecidos preços, dando o mais mesquinho e grosseiro suprimento ao resto dos concidadãos, sacrificando por seus ganhos a Nação e a sociedade inteira, para depois insultá-la com seu fausto, soberba e extravagâncias; os *terceiros* querem prêmios dos seus desmazêlos, e importunam aos Soberanos para impetrarem privilégios, que excluem as maiores habilidades dos habitantes, os quais aliás estão prontos a servir o público melhor e a mais favoráveis termos.

6. — Finalmente, depois de SMITH desenvolver e discutir luminosamente estes princípios e mostrar os inconvenientes das restrições da indústria e comércio, ao menos as sistemáticas e permanentes, remata a sua teoria econômica com o seguinte epílogo, digno de gravar-se em letras de ouro e de ser a *lei fundamental das Nações civilizadas*:

“Todo sistema, que se esforça por extraordinários incitamentos a atraír para alguma particular

espécie de indústria maior porção de capital da sociedade do que naturalmente iria para ela, ou por extraordinárias restrições força a retirar de alguma particular espécie de indústria alguma porção de capital que aliás seria empregada nela, é na realidade subversivo do grande fim que se intenta promover.

Tal polícia retarda, em lugar de acelerar, o progresso da sociedade para a real riqueza e grandeza; e diminui, em lugar de aumentar, o real valor do anual produto da terra e trabalho.

Removidos todos os sistemas de preferência e de restrição, espontaneamente se estabelece o óbvio e simples *sistema da liberdade natural*. Em virtude dele, toda a pessoa, uma vez que não viole as leis da justiça, é deixada perfeitamente livre a pôr a sua indústria e o seu capital em competência com outra pessoa e ordens de pessoas. O Soberano é completamente aliviado de um encargo (que antes impropriamente se lhe atribuía) de superintender a indústria dos particulares e dirigí-la para os empregos mais conformes ao interesse da sociedade; cargo e considerado dever, que se o tentasse executar, seriam sempre expostos a inumeráveis ilusões e para cujo desempenho nenhuma sabedoria e conhecimento de qualquer homem poderia ser suficiente.

Conforme a este sistema da liberdade natural, o Soberano tem somente três deveres, que são de grande importância na verdade, mas planos e inteligíveis aos entendimentos ordinários:

1.º — o dever de proteger o Estado de violência e invasão de outros Estados independentes;

2.º — o dever de proteger, quanto fôr possível, a cada membro do Estado da injustiça ou opressão de qualquer outro membro, estabelecendo a mais exacta administração da justiça;

3.º — o dever de erigir e manter certas obras e instituições públicas, que não podem ser do interesse de qualquer indivíduo, e nem ainda de certo número de indivíduos, o erigir e manter, visto que o proveito não poderia reembolsar o custo, como aliás frequentemente se reembolsa a benefício de toda a Nação.”

Adotado este sistema de absoluta franqueza de indústria e comércio, necessariamente, deve haver na sociedade a mais recta distribuição dos trabalhos de qualquer Nação e indivíduo, seguindo-se as respectivas vantagens naturais e adquiridas. Todos os trabalhos bem dirigidos hão de se auxiliar, subdividir e contrabalançar nas mais exactas, espontâneas e imperceptíveis derivações, alianças e medidas; e portanto devem formar uma imensidade, variedade e perfeição de produtos, para a maior acumulação e distribuição possível em todas as classes. Cada país e indivíduo tomará então seu posto apropriado e inconfuso; todo emprego será o seu mercado; toda indústria o seu nível; todo trabalhador, proprietário e capitalista o seu competente salário e proveito, que na balança de Astréia (2) lhe assinará a concorrência e a geral actividade, desembargada de todo gênero de estorvos, estancos e monopólios.

Então as questões de luxo, taxas, abarcamentos, companhias exclusivas, etc. disputar-se-ão somente nos tugúrios de Almotacéis (3) de aldeias. O espírito público tomará a sua digna atmosfera, aluminação e largueza. Olhar-se-á em grande, com geral complacência e de eminente atalaia, para a felicidade geral.

Depois de segura a arrecadação dos necessários impostos para a despesa pública, o único Código racionável de comércio será: *Deixai fazer, deixai passar, deixai comprar, deixai vender.*

(2) Deusa da Justiça. N. C.

(3) Antigos inspectores de pesos e medidas. N. C.

A moralidade e sabedoria com que se dirigirá o trabalho e a disposição dos seus produtos farão que os dons celestes circulem, as fortunas se aproximem, os incentivos da inveja cessem, as causas das misérias e das tentações para os crimes se removam, a facilidade de mútuos socorros se aumentem; e os estímulos para fraudes, rapacidades e desatinos não existam. Nessa hipótese, será a preguiça impossível, a emulação renumerada, o favor impertinente, a má fé rara, os privilégios odiosos, a sinceridade necessária, a justiça infalível, a coacção deslocada, os delitos poucos, as sanções brandas, as censuras úteis, o rigor supérfluo, as penas corretórias, a filantropia comum, a verdade o geral carácter, o polimento trivial, e a opulência a mais universal e acumuladamente esparzida.

Nessa ordem social, a persuasão e o ajuste terão mais eficácia nas Nações cultas que a fôrça e autoridade nas bárbaras. Quase todos obedecerão pelos motivos de consciência, obséquio e bons exemplos, e não pelas torturas do poder, temor e servilidade. Quanto seriam felizes os povos que se denominam civilizados, se tivessem os mesmos puros motivos de subordinação, que descreve TÁCITO dos antigos germanos:

Mox rex, vel princeps, prout ætas cuique, prout nobilitas, prout deus bellorum, prout facundia est, audiuntur; auctoritate suadendi magis, quam iubendi potestate. (4)

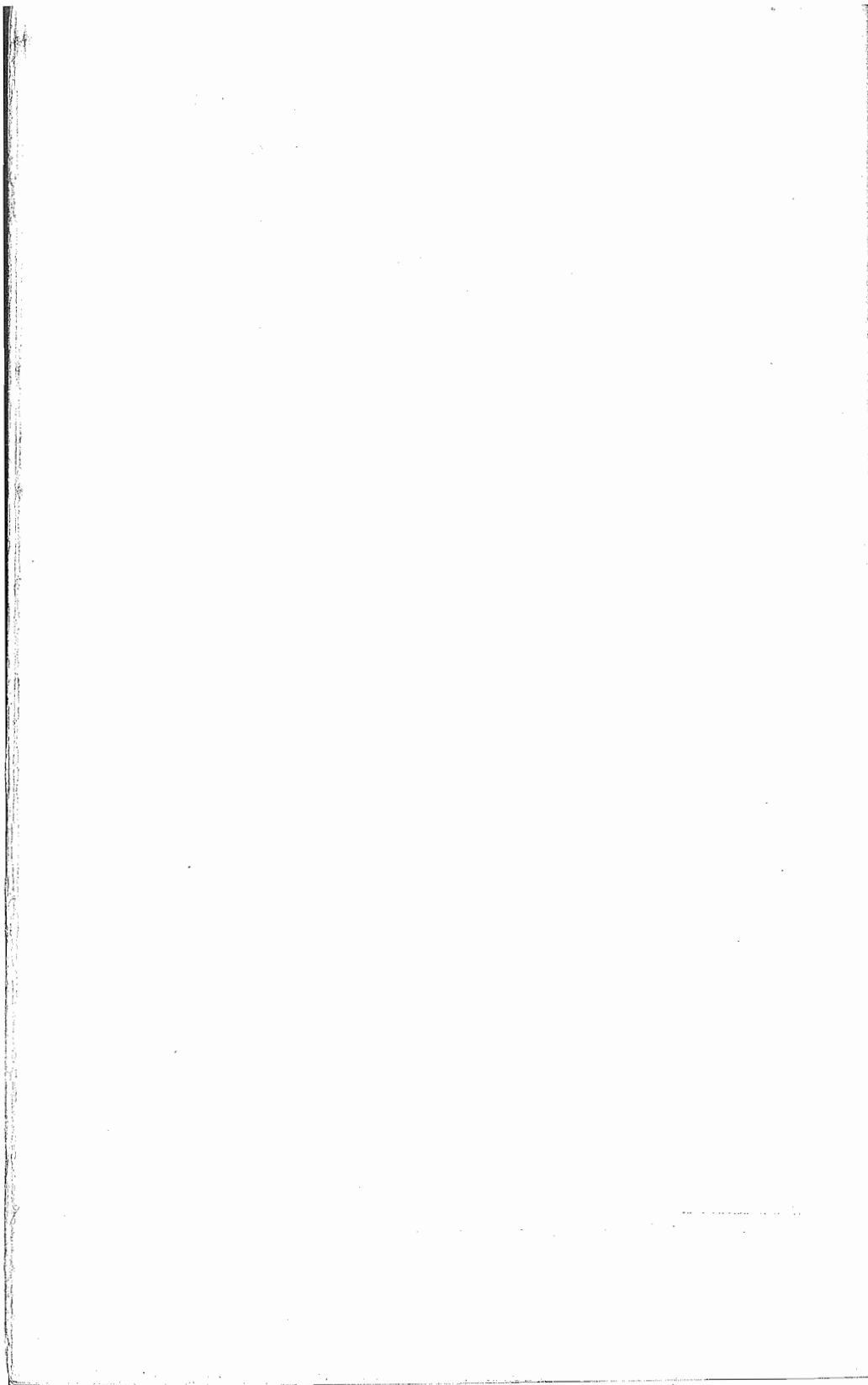
Por fim permita-se dizer que a simplicidade e dignidade do sistema de SMITH, entronizando o trabalho e a liberdade de cada indivíduo no manejo de seus negócios, sem intervenção dos que exercem poder no Estado, assegura a riqueza, extirpa a preguiça e tem por base e abono a doutrina das *Divinas Letras*,

(4) TACITUS — *De Moribus Germanæ*. N. C.

que manda a cada indivíduo seguir a *economia da formiga*, a qual trabalha e acumula pelo próprio interesse e previdência, sem algum externo director público:

Vade ad formicam, o piger, et considera vias ejus, et disce sapientiam: quæ, cum non habeat ducem, nec præceptorem, nec principem, parat in æstate cibum sibi et congregat in mense quod comedat. (5)

(5) *Provérbios* — Cap. VI — V. 6.



CAPÍTULO VI

DA DIFERENÇA DA TEORIA DOS ECONOMISTAS FRANCESES E DO DOUTOR SMITH SOBRE O ORIGINAL FUNDO OU FONTE DA PRODUÇÃO FÍSICA

SUMÁRIO: — 1. Teoria dos economistas franceses. — 2. Teoria de Adam Smith. — 3. Diferença entre os dois sistemas. — 4. O sistema smitiano e as questões econômicas.

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — Assim resume Cairu a teoria econômica dos economistas franceses da época de Quesnay: — a terra é a fonte única de toda a produção física ou riqueza da Sociedade; toda obra do esforço muscular ou mental do homem realiza-se sobre os produtos daquela fonte, qualquer que seja a variedade de suas combinações e movimentos.

O valor de tais obras é a soma do valor das matérias primas empregadas, dos salários pagos e o das despesas gerais, compreendendo rendas e juros.

Exemplificando com a produção de linho, lã e seda, mostra que no valor do produto estão compreendidos os seguintes elementos:

- 1.º — o lucro do empreendedor;
- 2.º — o salário dos obreiros;
- 3.º — o juro dos capitais invertidos;
- 4.º — os impostos para manutenção dos serviços públicos.

Do interessante exemplo da produção industrial acima exposta, conclui que:

- a) — só o trabalho da terra é produtivo;
- b) — os proprietários territoriais são os verdadeiros distribuidores da riqueza social;
- c) — todas as demais classes são salariadas;
- d) — as Nações de vasto e fértil território devem ser consideradas como independentes;
- e) — convém, por esses motivos, fomentar o seu comércio interior e prescindir, no que for possível, do seu comércio exterior.

2. — Resumindo a teoria smitiana, diz que ela seguiu outro rumo, afirmando que o trabalho é a fonte da riqueza social.

Com fundamento nesta teoria, Smith, como se fosse um novo Arquimedes, erige a arquitectura de sua Economia Política, firmando os seguintes princípios:

- 1.^o — o trabalho anual dos habitantes de qualquer país é a verdadeira fonte de todo o suprimento do Estado;
- 2.^o — o trabalho deve ter objecto útil;
- 3.^o — a divisão do trabalho e a sua discreta direcção são as condições que lhe podem fornecer a maior produção ou a melhor renda;
- 4.^o — a relação entre os que exercem actividade útil e os que apenas consomem é o melhor índice de progresso ou estacionamento da riqueza colectiva;
- 5.^o — a liberdade de comércio interno e externo é o meio mais eficaz para cada indivíduo ou Nação promover a acumulação de capitais;
- 6.^o — só um sistema de justiça, que proteja com imparcialidade o trabalho útil e assegure a cada indivíduo os frutos da respectiva indústria, pode fazer existir e crescer a prosperidade do Estado.

3. — A diferença entre os dois sistemas consiste no seguinte: para os economistas franceses a riqueza social provem da matéria física oriunda dos agentes naturais, enquanto para o economista inglês o trabalho (intelectual e muscular), operando sobre a referida matéria e pondo em acção as forças produtivas da Natureza, é a fonte da riqueza das Nações.

À primeira vista parece insignificante essa diferença ou até parece que ambos os sistemas são coincidentes, porém eles são distintos e opostos nos efeitos.

Embora seja a Natureza que proporcione as cousas necessárias à vida humana, é claro que só ao trabalho e, sobretudo, à inteligência se devem a quantidade e a qualidade da produção destinada aos usos sociais. Ainda que todos os bens econômicos provenham da Natureza, só do trabalho e de sua conveniente direcção resultam a utilidade desse bem, ou melhor, a riqueza social. Poucas produções naturais se acham em estado de aproveitamento imediato. Até o trigo e a respectiva farinha são alimentos insípidos e até maléficos, sem que sejam manufacturados em bom pão.

Isso nos mostra o conceito sociológico da riqueza que se caracteriza não apenas pela sua natureza física ou tecnológica, mas sobretudo pelo seu estado de utilização colectiva.

E' nesta passagem da obra, ao pôr em evidência o papel preponderante da inteligência humana e da conveniente direcção, ou melhor, da organização racional do trabalho na criação da riqueza social, que Cairu considera a inteligência como factor de produção, tese essa a que deu maior relevo ainda em seus *Estudos do Bem Comum e Economia Política*, publicados na Imprensa Régia do Rio de Janeiro quinze anos depois, isto é, em 1819.

4. — Várias questões econômicas, sociológicas, morais e políticas são resolvidas pelos princípios e doutrinas de Adam Smith:

a) — uma Nação pode adquirir ou despendar além de sua produção física, dependendo de sua produtividade geral ou melhor da sua renda nacional, uma vez que troque, através do comércio internacional, o excedente de sua produção pelo que julgue necessário à sua segurança ou bem-estar;

b) — a felicidade social e o poderio de uma Nação são funções de sua renda anual: é mais feliz aquela que, pelo valor de sua renda nacional, puder oferecer melhor padrão de vida ao seu povo. Uma Nação, que possuir maiores e melhores terras e produzir os gêneros de absoluta necessidade e as matérias primas indispensáveis, poderá ser mais rica, feliz e poderosa do que outra que

só possuir indústria e comércio; o resultado final, porém, penderá para aquela que produzir maior produto anual e obtiver, pelo comércio internacional, o que lhe faltar, de modo a desfrutar melhor padrão de vida;

c) — não é somente a terra ou a agricultura que geram a riqueza; esta é função de todas as actividades económicas da Nação que, atendendo às necessidades da civilização, criam utilidades novas; a plenitude económica se deve às energias da tarefa social, que vem a ser o complexo e agregado de todas as divisões e direcções do trabalho e indústria humana;

d) — o trabalho é factor preponderante do sistema de Smith e pela sua divisão todas as actividades económicas se interdependem; para Smith o que se torna mais importante é o trabalho e sua técnica, isto é, o exercício das forças intelectuais e corpóreas do homem; daí conclui acertadamente que todas as actividades humanas dependem umas das outras, inclusive a dos capitalistas;

e) — a todos que participam da produção, sejam trabalhadores ou capitalistas, cabem os frutos da renda nacional em partes proporcionais à participação respectiva;

f) — a inobservância do princípio da repartição natural da renda, produz fenómenos económicos e sociais negativos, tais como a emigração e o êxodo rural ou conduz a Nação a um Estado totalitário; negar aos trabalhadores a participação proporcional ocasiona o abandono da agricultura, porquanto o trabalho bem dirigido é o motor do mundo moral e onipotente autocrator dos impérios; só a tirania ou a escravidão podem manter em salário de fome o trabalhador;

g) — o importante para uma Nação não é possuir terras extensas e grandes populações, mas o melhor aproveitamento dos factores produtivos, com mercadorias e objectos de maior valor;

h) — é superior o povo que acolhe a instrução e desenvolve, na indústria e no comércio, o interesse da humanidade e o progresso da civilização; esta é a sã política de Smith;

i) — a experiência do passado nos faz crêr que bons governos e sólida riqueza só se estabelecem em Nações

orgulhosas pelo facto de possuírem muitas e boas terras; ao contrário, a indústria, a ciência, a recta política exaltam-se nos países pouco extensos e mais favorecidos pela Natureza; a agressividade do meio físico força a invenção, o estudo e a indústria;

j) — os grandes países supõem de ordinário grandes invasões e conquistas; a grande extensão não favorece o estabelecimento de um governo ou política de forma orgânica e estável, sendo difícil assim prosperarem neles a indústria, as artes e as ciências;

k) — os países de extensão razoável, comunidade operária culta, grande densidade de população, apresentam política mais equilibrada e dinâmica e, por isso, são superiores aos demais;

l) — o trabalho dirigido com inteligência e patriotismo sadio superam as diferenças de climas e terras; o ideal da Nação está no conjunto ordenado do trabalho livre e bem dirigido, na cultura do povo, na variedade de suas actividades económicas, no progresso social, na sã política e na moralidade dos costumes; é a supremacia dos factores humanos sobre os geográficos, diz Cairu invocando Smith.

TEXTO ORIGINAL

1. — Os economistas franceses dizem que a terra *é o único fundo ou fonte de toda a produção física ou riquezas da Sociedade*. (1) Tudo que é obra do braço e engenho do homem se exerce e realiza sobre os produtos daquele fundo ou fonte, qualquer que seja a variedade de seus preparos, combinações e movimentos. O valor de tais obras consiste na soma do valor da matéria respectiva e dos salários e proveitos a que têm direito todos os que concorreram para a factura da obra com seus serviços e capitais. Por exemplo: vinte arráteis (2) de linho, lã, seda, não aumentam

(1) É a III das trinta célebres proposições ou máximas fundamentais do sistema de Mr. QUESNAY, o grande mestre da famosa Escola de Economia na França.

(2) Arrátel — peso antigo correspondente a 459 gramas. N. C.

de peso, por serem manufacturados; nem a sociedade por isso adquire um só átomo de mais substância, para acrescentar à sua riqueza antecedente já colhida da terra. Destruída a obra facturada daquelas matérias, destróem-se unicamente os vinte arráteis que cada uma pesava. Se o seu preço cresceu pela manufactura às vezes dez e vinte vezes mais do que era o originário valor da matéria, é porque esta englobou em si os valores dos salários e proveitos de todos os respectivos cooperadores, a saber:

1.º — do projectista empreendedor e director da obra;

2.º — dos obreiros ou jornaleiros dela;

3.º — dos que adiantaram o fundo da matéria, instrumentos, oficinas, dinheiro, etc. a fim de se fazer transportar e distribuir a obra manufacturada nos oportunos mercados;

4.º — dos empregados no serviço público, ou cousas a ele relativas e que são satisfeitos pelo valor ou preço de certa parte da reprodução anual, correspondente ao imposto estabelecido sobre a mesma obra: cujos salários e proveitos se resolvem, em última análise, em uma porção de artigos de subsistência e manutenção, que as classes dos trabalhadores e capitalistas têm direito de adquirir proporcionalmente à quantidade e qualidade do respectivo trabalho e fundo, segundo a quota que a concorrência e comum estimação assina.

Daí concluem que só o trabalho da terra é produtivo; que os proprietários territoriais são os verdadeiros distribuidores das riquezas sociais; que todas as demais classes são assalariadas e dependentes dos mesmos proprietários, recebendo destes a subsistência e manutenção pelo salário de seus trabalhos e proveitos

de seus fundos; que o preço das obras de indústria de qualquer gênero, representando os salários e proventos destas classes, vem a ser objecto da despesa e não de receita ou riqueza de quem os paga; que por isso as Nações de vasto e fértil território devem ser havidas como Nações proprietárias, superiores e independentes, podendo ter em si tudo o que precisam, convindo consequentemente aos próprios interesses cuidar no seu comércio interior e prescindir, quanto for possível, do comércio estrangeiro; (tal é o caso da China); que, ao contrário, as Nações que se enriquecem principalmente de suas manufacturas e comércio exterior, tirando, em troca, das grandes Nações agrícolas a matéria de subsistência e obra, são Nações salariadas e mantidas por aquelas outras; e que portanto a sua existência política é artificial e precária.

2. — O Doutor SMITH seguiu outro rumo dizendo que o *trabalho* é o original fundo ou fonte da riqueza de cada Nação. Por isso na *Introdução* de sua obra dá logo na primeira palavra a idéia protótipa de todo o sistema que pretende estabelecer; cuja idéia, sendo em aparência trivial, sabendo todo o mundo que nada se faz sem trabalho, todavia é fecunda das mais importantes consequências à civilização e opulência.

“O *trabalho anual* de cada Nação (diz ele) é o fundo que originalmente a supre com todas as cousas necessárias e cômodas à vida que ela anualmente consome; e que consistem sempre, ou no immediato produto deste trabalho, ou no que adquire ou compra das outras Nações com o preço ou valor de tal produto.”

Sobre esta base aquele novo ARQUIMEDES (3) erige a Architectura da sua Economia Política firmando as seguintes verdades capitais:

(3) Quer referir-se a Adam Smith. N. C.

1.º — O trabalho anual dos habitantes de qualquer país é a verdadeira fonte ou causa de todo o seu suprimento; e portanto, conforme for o respectivo resultado em quantidade e qualidade desfrutado imediatamente ou por troca de equivalentes com as demais Nações, assim a sua população será maior ou menor e mais bem ou mal suprida do necessário e cômodo à vida, qualquer que seja a extensão e fertilidade de suas terras;

2.º — que o trabalho deve ter objecto útil;

3.º — que a sua divisão e discreta direcção é a que lhe pode fornecer o mais amplo produto ou rédito;

4.º — que a superioridade do número dos empregados em trabalho útil a respeito dos que absolutamente não trabalham, ou não o fazem em objecto digno, não reproduzindo o valor do próprio consumo, antes empecendo a franqueza, emulação, giro e actividade do trabalho, ou estragando o produto dos que ultimamente trabalham, é o que faz adiantar qualquer Nação em riqueza; e do contrário, ficar estacionária ou cair em atraso e ruína;

5.º — que a liberdade do comércio nacional e estrangeiro é o mais eficaz expediente para cada indivíduo e Nação aproveitando por via da troca todo o possível valor de seu trabalho, dando saída ao superfluo do próprio consumo, reembolsando-o por equivalentes; tendo assim variado suprimento de suas precisões, reais ou fantásticas e maior oportunidade e meios de progressiva acumulação de capitais, de que depende a perfeição do trabalho e a facilidade de se pagarem salários, empreenderem-se estabelecimentos úteis e distribuirem-se com a maior abundância e equidade os bens da vida a toda a comunidade;

6.º — que todas estas vantagens só podem existir e crescer havendo um sistema constante de justiça

do Governo, protegendo este com imparcialidade todo trabalho útil, dando livre curso às luzes e assegurando a cada indivíduo os frutos da respectiva indústria, unicamente com o encargo de contribuir, proporcionalmente a seus meios, para as despesas indispensáveis da soberania e serviço público. (4)

3. — A diferença dos dois sistemas consiste em que os economistas franceses atribuem o suprimento e riqueza da sociedade à *matéria* ou armazém físico de todas as produções naturais. O economista inglês porém o atribui à *potência* ou *agente* que opera sobre aquela matéria, para dela se colher, extrair e preparar o que mais convém ao homem e a cada país. *Esta potência é o trabalho* (corporal e intelectual) que põe em acção e oportuna direcção as forças produtivas da Natureza a fim de bem se aproveitar o que ela brota ou encerra.

Parece, à primeira vista, que a diferença dos dois sistemas é insignificante ou que ambos coincidem substancialmente na mesma cousa. Porém, examinados com maior atenção são distintíssimos e de alguma sorte opostos nos efeitos. Ainda que na verdade a terra (compreendendo as águas que a cobrem) ou, para melhor dizer, a *Natureza* seja a que realmente produza as cousas necessárias e cômodas à vida; contudo, como ela, pela geral economia da criação, que mantém e beneficia a todas as espécies de substâncias animadas e inanimadas, indistintamente subministra o que é útil ou nocivo ao homem; é claro que só ao trabalho e inteligência deste é que se devem a quantidade e qualidade da produção e colheita do que se precisa para os usos sociais.

Demais, ainda que toda a produção venha da terra, contudo nenhuma produção tem o carácter de

(4) Eis os princípios básicos da racionalização econômica no plano Estatal. N. C

riqueza senão depois de reduzida a estado de dar utilidade aos homens; ora essa utilidade resulta quase toda do trabalho e sua conveniente direcção.

Sendo pois incontestável a energia e preeminência de tal agente, quanto ao efeito da produção e colheita dos bens da natureza necessários ou proveitosos à sociedade, dando-lhe as modificações competentes, exterminando as plantas e animais que lhe são inúteis ou prejudiciais e forçando a terra a produzir e fornecer as cousas indispensáveis e cômodas à vida em maior cópia e perfeição, em modo que possa manter, com incomparavelmente maior abundância e decência, superior população, do que deixada ela à própria e espontânea força vegetativa e criadora, como se patenteia comparando-se o número e riqueza dos habitantes selvagens, bárbaros ou incultos, a respeito das Nações trabalhadoras, polidas e sábias; parece que, só por este motivo, o sistema de SMITH é de mais sublime metafísica e compreensivas vistas que a dos economistas franceses.

Até o senso comum confirma a nova teoria; pois quando não se quiser atribuir ao trabalho a primazia da produção, contudo, trazendo ele naturalmente a imagem de uma sociedade em que um companheiro entra com o fundo e o outro com a indústria (que muitas vezes mais vale) não se podia racionalmente contestar a sua transcendente eficácia na civilização e riqueza: pois o engenho e braço humano, cooperando com a terra e modificando habilmente os seus produtos, descobrem e aproveitam virtudes, préstimos e benefícios, que antes estas tinham ou não se conheciam sendo separados e informes. Quase todos os bens da sociedade se devem ao manejo e combinações que o homem faz das produções brutas da Natureza. As artes e ciências as configuram em tais fases, que parecem cousas novas. Poucas produções naturais se acham e conhecem logo em estado de se desfrutar.

Até o trigo e a sua farinha vêm a ser alimento insípido e ainda maléfico, se não é manufacturado em bom pão. (5)

Demais, tal sistema é liberal e filantrópico: pois tem por destino exaltar a actividade e emulação do trabalho social e estabelecer a livre correspondência, troca e aliança mercantil das Nações. O sistema dos economistas franceses, ao contrário, posto se derivasse do louvável desígnio de fomentar a agricultura, dirigindo para ela os braços e capitais que, ainda nos mais cultos Estados da Europa, se acham desvariados por uma abusiva preferência das manufacturas e comércio; todavia, pelas consequências exageradas que se têm deduzido de tal sistema e pela sua perniciosa influência nas operações económicas e políticas, tende a perpetuar, não só o espírito de abarcamento de terras dos grandes proprietários, que assim cuidam em assegurar sua riqueza, consideração e poder; mas também (o que ainda é pior) as infatuações, animosidades e desarmonias dos Estados, maiormente os de vastos territórios contra os de inferior recinto, e dados principalmente às manufacturas e comércio. Estabelece uma perigosa parcialidade em favor do trabalho das terras, em prejuizo das outras indústrias da Sociedade, que aliás conspiram a fazer a agricultura em todos os seus ramos infinitamente mais produtiva do que não tendo o socorro das mesmas indústrias. Sugere enfim uma arrogante independência e illusória superioridade, que em vão se pretende onde a par dos cuidados do campo não vai também a franqueza e honra das artes, ciências e comércio, quaisquer que sejam as vantagens do clima, situação e terreno.

(5) O paradoxo do célebre LINGUET, que fez um livro para provar que o trigo dava o pior dos alimentos, tem alguma face verdadeira: pois, não sendo a farinha levedada, são notórios os seus danos.

Todo o ponto é que haja em qualquer Nação *trabalho discreto*, para ter periodicamente a maior cópia de réditos, de modo que possa fazer crescer e sustentar a sua população com abundância e decência. Se esse trabalho deva ser nesta ou naquela direcção, o interesse e o bom senso dos habitantes é o que deve decidir da escolha segundo as circunstâncias do país. E sendo cada ramo de indústria e negócio manejado por grande número de indivíduos, não sendo a emulação, instrução e mudança de empregos obstruída por monopólios, aliciações e violências da autoridade pública, é natural que a massa do geral trabalho seja do maior cúmulo, acerto e primor.

Ainda que, sendo a ordem natural do trabalho, a agricultura ou o *trabalho imediato* sobre as terras, maiormente o que tem por objecto a colheita das cousas indispensáveis à vida e civilização, seja e deva ser a primeira ocupação dos homens, sem todavia excluir as outras *imediatas* e necessárias *divisões dos trabalhos* da sociedade, quais são os das artes, manufacturas, comércio, navegação, ciências, etc. indo estes trabalhos de mãos dadas e, quanto fôr possível, na mais exacta balança com aquele primitivo supridor da subsistência dos homens e matéria de toda a tarefa social; contudo, tal pode ser a situação geográfica e relações políticas de uma Nação, que mais conta lhe faça dirigir o seu trabalho de modo que prepondera o que versa sobre estes outros ramos de indústria, ou ainda sobre a agricultura dos gêneros de comodidade e luxo, como sedas, especiarias, tabaco e açúcar; podendo com o respectivo produto adquirir de outras Nações os artigos de subsistência e materiais das suas obras e tráficos.

Vastos e bem concertados estabelecimentos dos ditos ramos de indústria podem habilitar a uma Nação entendida e activa a sustentar maior população com mais fartura e dignidade, dando à grande ou à maior

parte do seu trabalho anual, uma constante direcção para esses objectos, do que agriculturando e mineralizando o próprio território. Então, ainda que não se distinga pela extensão e qualidade de suas terras, pode todavia pôr em efectiva contribuição as outras Nações; forçando-as de certo modo aos rudes trabalhos do campo, para benefício de quem lhe presta importantes serviços nos objectos de indústria, que elas apreciam, carecem e não podendo prestar, ou não tão oportunamente, a si próprias. Tal é, *verbi gratia*, a Holanda e a Inglaterra a respeito da Polónia, Rússia, etc.

4. — Pelo sistema do Doutor SMITH se resolvem várias questões económicas.

Pode cada Nação adquirir e despender além da anual reprodução do próprio território? Sem dúvida o pode e com a satisfação de ter grande variedade nos artigos de seu suprimento, procurando em todos os países os mais vantajosos mercados dos frutos de sua terra e indústria; pois, tendo *verbi gratia* muito trigo, vinho, linho, lã e manufacturas em quantidade superior ao seu consumo, adquire faculdade para com o excedente dos próprios gêneros comprar do estrangeiro cem e mais gêneros diversos, que não poderia, ou não tão utilmente produzir e fabricar no próprio território. Não pode porém adquirir e despender além do que lhe pode dar o produto do seu trabalho anual.

Será mais rica, feliz, acreditada e poderosa a Nação que tiver mais extensas e melhores terras e nela os gêneros de primeira necessidade e materiais das artes, comparada com outra que é destituída destas vantagens, mas que exerce o seu anual trabalho em grandes estabelecimentos de manufacturas, comércio, navegação, pescarias, etc.? O final resultado das aquisições das cousas necessárias e cômodas à vida que puder desfrutar uma e outra Nação, em virtude do

final produto daquele trabalho e troca com as demais Nações, é o que porá o peso na balança política e decidirá a questão.

Os economistas franceses, em consequência do seu princípio, considerando unicamente os senhores de terras e lavradores como os verdadeiros proprietários e os primitivos possuidores e distribuidores das riquezas e todas as demais classes de cidadãos como salarizados e dependentes, mostram não ter assaz atendido à verdadeira origem e essência da propriedade e riqueza nem à indissolúvel conexão e dependência de todas as sortes de indústria; e à irresistível influência que os produtos dos trabalhos de uns homens e países têm sobre o dos outros, maiormente, quando são de natureza de satisfazerem os gostos e fantasias das Nações civilizadas. Por esta falta de exacção de idéias dos genuínos elementos da civilização e opulência e do sempre activo princípio que põem os Estados fora do barbarismo, desenvolvendo a indefinida perfectibilidade e inteligência dos homens (qual é o perene trabalho do corpo e espírito), aqueles economistas têm estabelecido um sistema incompleto e avesso, ou attribuindo só à terra o que aliás se deve às energias da tarefa social, que vem a ser o complexo e agregado de todas as divisões e direcções do trabalho e indústria humana.

A primeira e a mais justa propriedade do homem é o seu engenho e braços ou o trabalho exercido pelas suas forças intelectuais e corporais. Toda a propriedade territorial e mobiliária se adquiriu e formou em virtude do primitivo cansaço e cuidado de quem ocupou, cultivou e guardou a terra e colheu e acumulou os seus produtos. Depois de introduzida a *apropriação de terras e acumulação de fundos*, não cessou nos respectivos possuidores e capitalistas a dependência do trabalho dos que não têm terras e capitais; antes talvez a dependência destes se consti-

tuiu maior e seus serviços mais indispensáveis e importantes; porque, sendo os ditos menos activos, não querem viver do trabalho immediato das terras, mas sim desfrutar os produtos do suor alheio; de necessidade dependem tanto do engenho e braço dos que agriculturam, mineralizam, pescam, preparam, transportam e distribuem os produtos rudes ou manufacturados do geral consumo, como estes dependem daqueles para que lhes dêem terras a lavrar e lhes assistam com os fundos que têm acumulado em seu poder de artigos de subsistência, instrumentos, oficinas e materiais de obra, ou dinheiro para se comprarem estes artigos.

É falso em certo sentido o dizer-se que os que não têm terras são assalariados dos que as têm: pois cada indivíduo reclama de *pleno direito* sua parte proporcional nos frutos da terra. O proprietário territorial, sem os trabalhadores do campo e das oficinas e sem fundo circulante com que sustente a estes até o tempo da colheita, não poderá cultivar a sua terra; e não só não tirará renda dela, mas nem ainda obterá subsistência, vestido e agasalho. Talvez mais racionavelmente se poderia dizer que os trabalhadores do campo e cidade e os que têm fundos acumulados, fixos ou circulantes, são os que verdadeiramente mantêm e assalariam possuidores de terras, deixando-lhe certa porção da colheita e guardando para si as outras que incontestavelmente pertencem, como fruto e proveito da sua propriedade, isto é, de seu trabalho e da assistência ou avanço de capitais.

Se estivesse no arbítrio dos senhores de terras empolgarem forçosamente na colheita e não darem coisa alguma aos respectivos cooperadores ou fazerem da mesma uma partilha absolutamente leonina, logo a agricultura seria abandonada; e depois tais invasores injustos viriam a ser as vítimas do próprio roubo e insolência. Isto se vê nos países anárquicos ou des-

póticos; sendo as terras mais ou menos povoadas ou desertas em proporção ao grau de igualdade ou injustiça com que se efectua aquela partilha. O célebre BURKE elegantemente observa que todas as classes de proprietários de terras e gentes ricas são verdadeiramente os pensionários dos pobres, visto que são mantidos pela superfluidade dos mesmos pobres que lhes trabalham em suas terras, empregos e oficinas para poderem ter réditos. Aquelas classes estão debaixo da absoluta, hereditária e indissolúvel dependência daqueles que trabalham. (6)

Se pois é recíproca a dependência das três essencialmente constituintes ordens da sociedade, de que se ensoberbecem os indivíduos e Nações, confiando somente na extensão e bondade de suas terras, sem remontarem ao sólido princípio e universal eficácia deste incessante motor do mundo moral e Onipotente Autocrator dos Impérios, o *Trabalho bem dirigido*?

Não nos desabusamos desta ilusão, quando se vêem em todos os países, maiormente, de más leis e, consequentemente, de pouca indústria, os grandes possuidores de herdades suplicarem *flexo jenu* o pão e vestido aos sobranceiros capitalistas e fazerem partidos aos jornaleiros do campo para não abandonarem o país e lhes lavrarem suas terras; e bem assim as Nações de vastos e férteis territórios servilmente mendigando subsistência e socorro às Nações mais dexteras, industriosas e comerciantes, posto que de muito menos extensas possessões e destituídas das grandes vantagens naturais de que aliás aquelas abundavam, mas que deixam desaproveitadas por falta de trabalho competente. De que servem aos bárbaros da África e aos selvagens da América, tantas e tão boas terras, sendo inimigos do trabalho e desconhecendo as ciên-

(6) BURKE — *Pensamentos sobre a Carestia*. Tomo VII. — pág. 226.

cias, indústria e comércio leal? Comparem-se os réditos da Polónia e Itália, com os da Prússia e Grã-Bretanha. Que enorme desproporção não se achará de distrito por distrito?

Dizem os economistas franceses que a superioridade das grandes Nações territoriais será decisiva, ao menos quando tiverem bom governo. Assim a França se lisonjeia de renovar na Grã-Bretanha as ruínas de Cartago. *Et omen quidem dii prohibeant*. Que horríveis auspícios e presságios, que maus fados impendem sobre um país, que não pode sofrer emulação, competência e rivalidade de um povo, que acolhe a instrução e estabelece no Comércio, simultânea e indivulsamente, o seu interesse com o bem da humanidade e o progresso da civilização? A filantropia abomina o agouro. Não convém que se apague qualquer dos luminares da Europa. Sã política foi a do bárbaro Rei da Pérsia que, sendo requerido para acabar com Atenas ou Esparta, disse que não tiraria nenhum dos olhos da Grécia. (7)

A experiência do passado não tem sido favorável para se crer possível o estabelecimento de bom governo e sólida riqueza em Nações que se empolam e vagueiam com projectos excêntricos, só porque têm muitas e boas terras. Os desmarcados territórios nunca foram o asilo e trono da justiça e sabedoria. Em todas as idades se tem visto a indústria, ciência, recta polícia, real consideração e poder político, exaltar-se nos países pouco extensos e menos favorecidos pela Natureza. Por ora ainda se não desmentiu a tese de MONTESQUIEU, que os vastos Estados se regem necessariamente sob o jugo despótico.

Grandes países supõem de ordinário grandes invasões e conquistas. Por via de regra *nemo imperium*

(7) *Negat se eruturum alterutrum ex oculis Græciæ*. JUSTINIANUS.

improbe adquisitum bonis artibus exercuit, como observa TÁCITO. Em tais países o Governo ou o centro do movimento nacional, como o Sol a respeito dos astros no seu periélio e afélio, (8) estendendo sua acção em imensa longitude e superfície, ou abrasa aos que o tocam de perto ou os deixa mais ou menos sem luz e calor em proporção à distância. Ora é impossível que prosperem a agricultura, artes, ciências e qualquer gênero de indústria honesta, onde a força do governo é violenta em uns pontos e relaxada em outros. Ao contrário, aí deve infinito diminuir o estímulo e inteligência do trabalho; e predominando a insolência e o orgulho, prevalecerá sempre mais ou menos a injustiça, a guerra, ou anarquia; e nas convulsões políticas o vínculo social é mais factível de dissolver-se pelo conflito dos interesses, dificuldade da reunião e pela acessibilidade dos inimigos, que podem invadir e arruinar por mil partes.

Nos países de uma extensão compreensiva e de habitantes industriosos, a ação do governo está mais dentro da esfera da inteligência e poder humano e, portanto, a autoridade protectriz é naturalmente mais regular, concentrada e vivificante; a população mais trabalhadora, compacta e civil e os meios de segurança interior e de defesa contra estrangeiros mais fáceis e eficazes. Têm-se visto Nações imensas sucumbir sob o ceptro de conquistadores, saídos com um punhado de homens de um canto do Mundo. (9) Têm-se, ao contrário, testemunhado prodígios de resistência em Estados espirituosos de, comparativamente, insignificantes territórios.

O trabalho, inteligência, patriotismo e bom regime, ordinariamente compensam e superam diferenças dos

(8) Pontos da órbita de um planeta, respectivamente, o mais próximo e o mais afastado do Sol. N. C.

(9) Conquista do Perú por Francisco Pizarro e a do México por Fernando Cortez. N. C.

climas e terrenos. Onde o trabalho livre, geral e honesto é a divindade tutelar do Estado e nele, conseqüentemente, se prezam as artes, comércio e ciências, também o país é mais bem agriculturado e de mais constante produção e rédito territorial; pois, como aquelas espécies de indústria são mais susceptíveis de divisão do trabalho e têm o espírito dos habitantes afiado e exercido em mil objectos diferentes, elas não só facilitam a geral instrução, descobertas e máquinas de se abreviar e aperfeiçoar o trabalho braçal das terras; senão também habituam os industriais à honesta porfia e emulação para especulações novas; e concentrando além disto a sua população e meios de abundante suprimento, dão-lhe superior moralidade, carácter, crédito e espírito público; vantagens estas que não se podem realizar nos países de alongadas províncias e que desdenham as luzes e a correspondência dos estrangeiros.

Acresce que as Nações manufactureiras, commerciantes e marítimas são, por assim dizer, comarcas e limítrofes a todas as outras, que bem podem suprir a estas e ser bem supridas e, quanto antes, pelas mesmas nos objectos de suas mútuas carências; e por isso necessariamente as suas alianças são mais fáceis de se contraírem e quase indiferentes de se dissolverem. Esta verdade é reconhecida por MABLY, não obstante a rivalidade nacional, considerando a potência relativa de Inglaterra e França, como se vê no seu Tratado de Direito Público. (10)

(10) Outre les avantages généraux que l'Angleterre, en qualité de puissance rivale, a sur la France, sa supériorité sur la mer doit encore contribuer à lui attacher un plus grand nombre d'alliés. Une nation qui n'est puissante que sur terre, n'est en effet voisine que des états qui touchent en quelque à ses frontières; et souvent elle est embarrassée pour faire une diversion en faveur de quelqu'un de ses alliés. Une puissance maritime est voisine par ses vaisseaux de tous les pays; et pouvant faire par conséquent plus de bien et plus de mal à un plus grand nombre d'états, elle jouit d'une considération plus étendue. MABLY — *Principes de Négociation* — Cap. VI.

A necessidade de comprar mantimentos e materiais das manufacturas é tão urgente em quem precisa comprar, como em quem deseja vender: aliás a perda é recíproca. O que se verifica nos indivíduos, tem lugar nos Estados. É engano pensar-se que, sobrevindo a guerra, todas as Nações agrícolas se coluem para não suprirem a Nação manufactureira e comerciante. Se uma for obstinada em não vender, as outras se apresentarão a tirar partido da falta da concorrência daquela, em vista de maiores ganhos; tendo certeza da paga de ricos compradores que, pelo mágico de suas obras, singularidade de serviços na navegação, comércio e acumulação de fundos, têm irresistível ascendência sobre os ânimos de todos que lhe podem dar em troca os frutos da respectiva terra. Os ricos, que têm em sua mão multiplicados equivalentes em dinheiro ou efeitos, jamais receiam não gozar os gêneros de primeira e secundária necessidade, se eles existem em algum país.

É desvario pensar uma Nação de muitas terras que fará dano à que lhe é rival e inimiga, não lhe vendendo as suas produções de subsistências e materiais de manufacturas. Pois, além de que o contrabando dos próprios naturais ou dos especuladores estrangeiros, destruiria em muita parte os efeitos dessa política ciosa e cega, também atrairia sobre si mesma a miséria destinada à outra; pois, os que antes faziam extraír da terra aquelas produções, vendo-as sem saca e consequentemente sem valor, se não achassem logo outros iguais mercados, restringiriam a cultura; e seria consequentemente menor a soma de suas riquezas.

Todo o mal só consiste em não haverem os gêneros: mas havendo-os, a demanda efetiva deles em algum país, isto é, *a sua precisão e faculdade de pagar*, romperá todas as barreiras e iludirá todas as proibições, patrulhas e malsins.

E que bom Governo pode haver no país que enca-deia a indústria, afrouxa os trabalhos e inutiliza as produções, atacando a liberdade, propriedade e comércio franco e leal dos povos? Se nas grandes Nações agrícolas se adopta semelhante regime, é infalível a sua inferioridade, em civilização, opulência e poder, a respeito das Nações manufactureiras e comerciantes.

Estas, ao contrário, terão uma duração mais brilhante e permanente, porque o seu natural sistema de Governo é benéfico a todas as Nações e tende a exaltar a respectiva indústria, para multiplicarem os objectos de recíproco troca. A sua política não é a conquista do terreno alheio (como é a costumada ambição dos grandes Estados territoriais) mas a extensão de suas relações mercantis e pacíficas com todos os povos. Por isso, enquanto se enriquecem as Nações commerciantes, que cedem e repartem o que possuem a justos termos, empobrecem-se as outras, que só cuidam em alargar seus limites, sem que os sacie o Oriente, o Ocidente e os confins do Mundo.

Sobre ambos se verifica a Sentença das Sagradas Letras:

Alii dividunt propria, et ditiores fiunt. Alii rapiunt non sua, et semper in egestate sunt. (11)

Acresce que as Nações industriosas, ainda que de poucas terras e sem meios fáceis de riqueza, sendo habituadas a especular incessantemente em imensa variedade de objectos, para avantajarem-se em fortuna e vencerem as dificuldades de suas circunstâncias, têm o espírito mais exercido a combinações sistemáticas, subtis e acertadas; e portanto devem suplantar a política versátil, atrabiliária e estouvada das grandes Nações, como, de ordinário, os commerciantes e industriosos das Cidades excedem em esperteza e tiram

(11) *Provérbios* — Cap. II — V. 24.

todo o partido da rusticidade e imbecil orgulho dos camponeses e morgados. (11-A)

* Por fim, a inferioridade, dissolução e ruína das Nações nascem antes de causas morais do que da estreiteza e inconvenientes físicos dos respectivos territórios. O fim de cada império está marcado pela Providência. Os Ciro, Átilas, Maomé e Gengiscão rebentam e fazem estragos no mundo moral, como os vulcões e terremotos no mundo físico. Então emudece a terra e nada valem as teorias dos economistas, que deixam embora aos Alexandres estuarem (12), por já não descobrirem mais lugares onde levem a devastação e tirania e, horrorizados das extravagâncias dos exterminadores da humanidade, só esperam pela dismantelação desses monstruosos colossos de violência e desatino, podendo dizer como o Profeta-Rei:

Vidi impium superexaltatum, super terram, tamquam cedrus Libani: transivi, ecce non fuit, nec inventus est locus ejus.

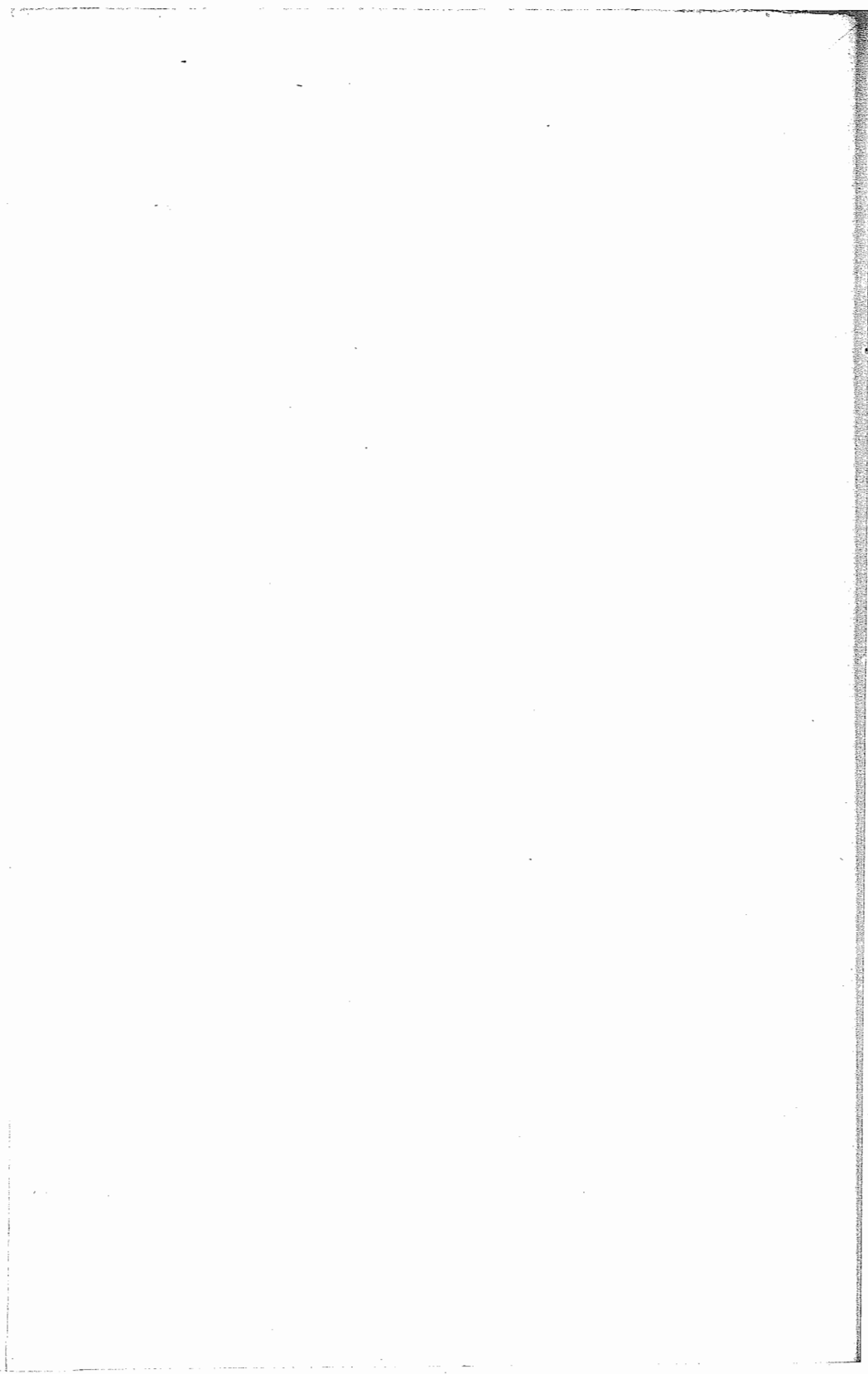
Se, enquanto algum cometa com sua terrível excentricidade não vier esbarrar-se sobre algum astro, é de esperar que continue em ordem o sistema planetário; assim enquanto a força dos Briareus (13) abarcadores de terras, convencidos de ódio ao gênero humano, não aniquilarem as Ciências, indústria e emulação a sociedade será civil e opulenta; e cada país será mais ou menos rico e poderoso em proporção à soma e perfeição de seu trabalho e acumulação de fundos (e por consequência de homens que essa mesma acumulação puder manter), mostrando-se, em todas as épocas e estados, a verdade e preeminência do sistema do Doutor SMITH e seu fundamental axioma, que *o trabalho é o original fundo das riquezas sociais*.

(11-A) Propriedade indivisível e inalienável.

(12) *Estuat infelix angusto in limine mundi.*

(13) Gigantes mitológicos com cinquenta cabeças e cem braços. N. C.

Um Estado considerável exige vasto e fértil território e proporcionada agricultura. Porém é de experiência que, quanto as Nações mais se civilizam, tanto podem ter mais réditos, população e poder em mais limitado circuito avançando a actividade, indústria, luzes e o amor do trabalho segundo os graus de civilização. Assim para viverem poucos selvagens precisa-se de imenso terreno. Já os povos pastores precisam de menor recinto; os povos agrícolas carecem de muito menos; as Nações que reúnem artes, comércio, navegação e ciências, podem concentrar-se e fazerem-se respeitar, tirando a subsistência de quaisquer partes do Mundo. Tudo se compensa e mede pela regra do trabalho e sua discreta direcção.



CAPÍTULO VII

CONFIRMAÇÃO DO SINGULAR MERECIMENTO DE SMITH POR AUTORIDADES RESPEITAVEIS AS MAIS MODERNAS

SUMÁRIO: — 1. Excelência e originalidade de Adam Smith no conceito de Dugald Stewart. — 2. Quadro sistemático da Economia Política.

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — Embora Cairu, ao início deste capítulo, declare que vai analisar os elogios atribuídos a Adam Smith por Dugald Stewart, Germain Garnier e Frederico Gentz, ele, no entanto, só tratou dos conceitos favoráveis de Dugald Stewart sobre a obra mestra do notável economista escocês, reservando o capítulo seguinte para o exame dos juízos formulados por Germain Garnier e Frederico Gentz.

Eis um resumo dos argumentos usados na exposição de Dugald Stewart, a respeito do merecimento e da originalidade da obra de Adam Smith:

a) — o grande fim a que Smith se propôs foi dirigir a política das Nações, relativamente à classe de leis que formam o sistema de sua Economia Política, acelerando os progressos da Ciência, que Bacon já havia descrito anteriormente;

b) — sobre a necessidade e prudência das reformas para coibir os abusos que gravam os Estados europeus pelo sistema feudal, monopólios e ambição dos poderosos, preconiza, com doçura, que a solução desses problemas, que podem acarretar males piores, deve ser deixada à sabedoria dos futuros legisladores e homens de Estado;

c) — o homem social é eminentemente respeitador das instituições fundamentais da Humanidade; se descobrir abusos contentar-se-á em corrigi-los; se não puder vencer pela razão não empregará a força, mas sim agirá de acordo com a máxima de Platão que manda não usar jamais a violência contra a Pátria;

d) — a aplicação prática dos princípios tem por fim estabelecer uma legislação perfeita ou, tanto quanto possível, aproximada da melhor ordem de cousas, introduzindo-se gradualmente as instituições novas, sem perturbar a organização social existente;

e) — fora do campo das ciências físicas e matemáticas, é duvidoso existir obra mais conforme às regras da lógica, com uma exposição tão metódica, tão completa, tão judiciosa e de filosofia tão sábia e profunda;

f) — as teorias de Smith são o resultado de suas próprias reflexões, embora haja publicações anteriores; em suas *Lições de Política*, ministradas em 1754 e 1755, ou em manuscritos da época, já se encontravam os princípios fundamentais de sua obra mestra, ainda que alguns inspirados nos *Discursos Políticos* de David Hume;

g) — o merecimento da obra de Smith deve ser atribuído também aos raciocínios formulados e ao modo sábio e filosófico com que são desenvolvidos e concatenados; o valor de um conceito científico e as consequências, que do mesmo possam advir, pertencem de facto ao autor que, em primeiro lugar, os estabeleceu e não àquele que, por um feliz acaso, o descobriu sem o buscar.

2. — A obra de Smith oferece também um quadro sistemático das matérias mais importantes da Economia Política como se cogitasse de um tratado desta Ciência tão complexa e difícil.

“Os filósofos, diz Bacon, são os servos da posteridade e muitas vezes são forçados a legarem sua fama às gerações futuras ou a se consolarem com o pensamento de que semearam para os vindouros”. Nesse ponto Smith foi de uma felicidade completa, afirma Cairu e acrescenta ainda: “No curto período de quinze anos em que ele sobreviveu à publicação de sua obra, teve a satisfação não somente de ver apaziguar-se gradualmente a

oposição que havia suscitado, mas ainda de ser testemunha da influência de seus escritos sobre a política comercial de sua pátria”.

TEXTO ORIGINAL

1. — Para dar justa idéia da excelência e originalidade de SMITH recorrerei a graves autoridades de vários modernos escritores, cujo juízo vale mais que o dos censores e copistas, que o têm maltratado. Um seja Dugald STEWART, outros Mr. GARNIER e o conselheiro prussiano Frederico GENTZ.

Assim se explica aquele inglês (1) na vida de SMITH e na colecção de suas obras póstumas, Tomo I.

Dirigir a política das Nações relativamente à classe importante de leis, que formam o sistema de sua Economia pública, é o grande fim que SMITH se propôs. Não se lhe pode contestar o merecimento de ter produzido uma obra mais egrégia e mais acabada, que jamais appareceu antes dele sobre os princípios gerais de algum ramo de legislação. O exemplo que ele deu será sem dúvida seguido por outros escritores, quando for tempo; porque a política interior dos Estados lhe abre uma nova carreira e eles aí acharão outros objectos de discussão não menos curiosos que interessantes. Ele acelerou os progressos da Ciência que BACON tem também descrito nos seguintes termos: “O fim, diz ele, e o destino que as leis devem ter em vista e para o qual elas devem dirigir suas ordens e sanções não é outro senão a *felicidade dos cidadãos*; este fim será alcançado se eles forem criados segundo convém, na religião e piedade; se os seus costumes forem puros; se souberem conter pelas armas seus inimigos exteriores; se as leis os conduzirem a abrigo das sedições e injustiças; se eles obedecerem à auto-

(1) Dugald STEWART — *Vida e Obra de Adam Smith*. N. C.

ridade Soberana e à dos Magistrados; se forem cercados dos meios de abundância e de riqueza, que lhes assegurem uma prosperidade florescente. Certamente esta Ciência é a dos homens de Estado; a eles é que pertence saber o que sustenta a vida social, a saúde ou salvação do povo, a equidade natural, os usos das Nações, as diversas formas de governo; e a eles também é que pertence a providência sobre as leis, na conformidade dos princípios da equidade natural e da política. Assim ocupemo-nos agora deste objecto; indaguemos quais sejam as fontes da justiça e da civilidade pública; esforcemo-nos em cada parte do Direito para bem compreender o carácter e idéia do justo, a fim de que todo homem possa ensaiar neste cadilho as leis dos diversos países e trabalhar por corrigir os vícios de suas instituições.”

Esta enumeração dos diferentes objectos de leis coincide quase exactamente com a que SMITH faz na conclusão de sua *Teoria dos Sentimentos Morais* e o fim das especulações políticas, que ele depois publicou na mais preciosa parte da sua obra *Riqueza das Nações*, foi o determinar os princípios gerais de justiça e de congruência, que deveriam guiar as instituições dos legisladores relativamente a estes importantes objectos.

Sobre a necessidade e prudência das reformas dos abusos com que o Estado social se acha gravado na Europa pelas antigas deformidades do governo feudal, pelo maléfico espírito monopolizador dos manufactureiros e comerciantes e pela caprichosa ambição dos poderosos da terra, ele ensina com a doçura seguinte, prevendo o perigo de aplicações temerárias das teorias políticas e princípios gerais aos casos particulares. “Tais são, diz ele, os infelizes efeitos de todos os regulamentos de restrições; eles introduzem doenças gerais no corpo político, que muitas vezes não se podem curar sem ocasionar, ao menos por algum tempo, males ainda piores. A que expediente pois con-

vém recorrer para restabelecer gradualmente o sistema natural da justiça e liberdade absoluta? Deve-se deixar isso à decisão e sabedoria dos futuros homens de Estado e legisladores.”

Na última edição da sua *Teoria dos Sentimentos* *Morais* também inseriu algumas observações importantes e alusivas a esta saudável doutrina. O homem social, diz ele, cujo espírito público não é animado senão pela humanidade e benevolência, respeitará os poderes estabelecidos e até os privilégios dos indivíduos e ainda mais os das ordens da sociedade que formam as grandes divisões do Estado. Se aí descobrir abusos, contentar-se-á com restringi-los, advertindo, que não se podem aniquilar sem violência. Se não puder vencer pela razão e doçura os prejuizos arraigados, não empreenderá subjugá-los por força; mas observará a regra, que CÍCERO chama a *divina máxima* de PLATÃO, de não usar jamais de violência para com a sua pátria, bem como se não deve usar com o pai de quem se recebeu a vida. Ele se conformará nas suas reformas, quanto for possível, aos hábitos e às preocupações do povo, que tiver a governar e remediará pelos melhores meios os males que poderiam arrastar consigo o destino de certas leis, quando este povo se achasse com aversão à mudança. Se não puder restabelecer a regra inflexível do justo, seja ao menos atento em diminuir os danos da injustiça; e, como SOLON, não podendo estabelecer o melhor sistema de leis, esforçar-se-á por estabelecer o melhor que o povo possa tolerar.

Estas precauções relativas à aplicação prática dos princípios gerais são tanto melhor postas na boca de SMITH, que a ilimitada liberdade do Comércio, que é o objecto principal que ele teve em vista, pode sugerir aos homens revestidos do poder absoluto o projecto de realizar este sistema sem as preparações convenientes, pondo-o imediatamente em prática. São contudo sem-

pre de grande apreço as teorias, cujo objecto é traçar os princípios de uma legislação perfeita; a fim de, como observa HUME, aproximar-se a sociedade, quanto é possível, à melhor ordem de cousas, fazendo algumas mudanças leves e introduzindo gradualmente algumas instituições novas, que não sejam de natureza de lançarem perturbação na sociedade.

Não se poderia, continua o citado Dugald STEWART, negar que a doutrina de SMITH sobre a liberdade de indústria e comércio não coincida de maneira notável com a que se acha exposta nos escritos dos economistas franceses. Mas seguramente os mais apaixonados partidistas destes escritores não poderiam pretender, que algum dos numerosos economistas da França se aproxime à precisão e clareza, com que SMITH estabeleceu aquele sistema e à maneira sábia e luminosa com que a deduziu de alguns princípios elementares. A extravagância de linguagem técnica e a forma paradoxal, que os ditos economistas deram às suas opiniões, são defeitos confessados por aqueles mesmos, que mais cordialmente desejariam fazer justiça aos seus trabalhos. A obra de SMITH, ao contrário, é tal que se pode duvidar se existe alguma outra, fora do círculo das Ciências Físicas e Matemáticas, que seja ao mesmo tempo mais conforme na sua distribuição às regras de uma sã lógica, e de um tão fácil acesso aos leitores de todas as classes. Independente das idéias particulares e originais do Autor, pode-se dizer que não há obra produzida nos nossos dias, em que se ache uma disposição tão metódica, tão completa, tão judiciosa e de filosofia tão sábia e tão profunda.

Deve-se ainda acrescentar, para julgar SMITH com justiça, que se alguns economistas o têm precedido na publicação de sua doutrina, ela todavia não deixou de ser, quanto a ele, original e o resultado das suas próprias reflexões. Disto não duvidará quem ler a sua obra com a atenção que ela requer e que tomar

o trabalho de seguir o progresso gradual e brilhante das idéias do Autor. Mas, se ainda podem restar algumas dúvidas a este respeito, elas se dissiparão lembrando-se que as *Lições de Política* de SMITH continham todos os princípios fundamentais daquela obra; e estas já foram dadas em 1754 e 1755, época em que seguramente não existia alguma produção francesa sobre esta matéria que o pudesse ajudar a dirigir as suas indagações. Os *Discursos Políticos* de HUME são manifestamente o livro que foi o mais útil a SMITH de todos os que se publicaram antes do tempo das lições sobreditas.

Muitas das opiniões mais importantes desta sua eminente obra se achavam expostas com miudeza em um manuscrito autógrafo, que SMITH escreveu, em 1755, e que foi por ele apresentado a uma sociedade de que era membro. Assim se manifesta na seguinte passagem: "O homem é, em geral, considerado pelos estadistas e projectistas como oferecendo-lhes os materiais de uma sorte de Mecânica Política. Estes turbam a natureza no curso de suas operações nos negócios humanos e todavia nada é preciso senão o deixá-la obrar por si, não obstando-lhe seguir seu fim livremente, para ela completar os seus desígnios." E em outra passagem: "Para elevar um Estado do último grau de barbarismo ao mais alto cume de opulência não é necessária outra coisa mais do que a paz, tributos leves e uma administração tolerável de justiça: todo o resto é feito pelo curso natural das cousas. Os Governos que forçam este curso natural, que precipitam a outros canais as cousas destinadas a seguí-lo, ou que se esforçam em reter os progressos da sociedade a certos pontos notáveis da sua existência, obram contra o voto da natureza; e para se sustentarem, eles se reduzem a serem opressivos e tirânicos."

Sobretudo o merecimento da obra de SMITH deve ser avaliado não tanto pela novidade dos princípios.

que encerram, como pelos raciocínios empregados para sustentá-los e pela maneira sábia e filosófica com que são desenvolvidos na ordem e segundo a ligação que lhe são próprios. Podem-se achar em diversos escritores muito antes dele asserções gerais sobre as vantagens de um comércio livre. Mas em questões de natureza tão complicada, como são as que interessam a harmonia política, o peso que adquirem estas opiniões e a glória que elas podem produzir pertencem de direito ao autor que primeiro as estabeleceu solidamente e que as seguiu nas suas consequências mais remotas e não àquele que, por um feliz acaso, encontrou estas verdades sem as buscar e sem fazer conhecer todo o seu preço

2. — Além dos princípios que SMITH considerava como pertencendo-lhe de maneira mais particular, esta sua obra oferece um *quadro sistemático* dos artigos mais importantes da Economia Política e pode servir de Tratado Elementar desta vasta e difícil ciência. Não se pode bem julgar da habilidade e capacidade, que presidiu à distribuição desta obra senão comparando-a com as dos seus predecessores imediatos. Acresce em seu elogio o tom de dignidade, com que ele enunciou as suas opiniões, superior às paixões que excitavam as facções do tempo em que escreveu.

Não é ordinário ver o zelo desinteressado pela verdade achar logo a sua recompensa. Os filósofos, diz BACON, são os servos da posteridade; e a maior parte dos que têm consagrado seus talentos aos interesses da humanidade se têm visto forçados a legar sua fama às gerações futuras e consolarem-se com o pensamento, que eles *semeavam para os vindouros*:

Insere, Daphny, puros: carperint tua poma nepotes.

SMITH foi mais feliz, ou antes, a este respeito a sua felicidade tem sido única. No curto período de

15 anos em que ele sobreviveu à publicação de sua obra, teve a satisfação não somente de ver apaziguar-se gradualmente a oposição que havia excitado, mas ainda de ser testemunha da influência de seus escritos sobre a política comercial da sua pátria.

CAPÍTULO VIII

ELOGIOS DE ADAM SMITH POR MR. GARNIER SEU TRADUTOR

SUMÁRIO: — 1. Elogio de Germain Garnier. — 2. Opinião de Frederico Gentz.

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — A obra mestra de Adam Smith alcançou tal repercussão em França que obteve, sucessivamente, três versões para o francês: a de Blavet, em 6 volumes, publicada em Paris no ano de 1788; a de Roucher, em 4 volumes, publicada na mesma cidade em 1790; e a do conde Germain Garnier, cuja 1.^a edição apareceu, em 1800, em 2 alentados volumes. Esta última está precedida de um longo *Prefácio* em que o tradutor expõe as idéias de Smith da forma que lhe parece mais lógica e didáctica.

Cairu, na primeira parte deste capítulo, resalta os elogios que Germain Garnier faz da obra de Smith e mostra que o trabalho é o agente universal da criação das riquezas. Evidencia que a diferença entre a doutrina de Smith e a dos economistas franceses é o ponto de onde ambos partem para deduzirem as suas consequências: os economistas franceses remontam à terra como a fonte de todas as riquezas; Smith apoia-se sobre o trabalho como o agente natural que as produz. O homem é uma máquina cuja potência é o trabalho e o aumento desta potência só encontra limites na inteligência e na indústria. A terra está inteiramente fora da acção humana quanto à sua grandeza, situação e propriedades físicas. Do trabalho, ele passa ao estudo de divisão do trabalho e daí ao exame das circunstâncias que ocasionam e limi-

tam essa divisão, sendo levado à definição do valor, das leis que o regem e dos elementos que o compõem.

2. — Na segunda parte, estuda e analisa a opinião do autor alemão Frederico Gentz, quando afirma que a teoria de Smith, guardando o meio termo entre os dois extremos dos sistemas fisiocrático e mercantil, decompõe, até os últimos elementos, o mecanismo tão complicado da existência civil e econômica do homem.

TEXTO ORIGINAL

1. — Havendo já indicado o juízo que escritores de merecimento da França destes últimos tempos, mostrando-se superiores aos mesquinhos e baixos sentimentos do ciúme literário e rivalidades políticas, têm feito da eminente obra de SMITH, não posso deixar de transcrever o que faz Mr. GARNIER na sua ótima *Tradução* do Autor, publicada no princípio deste Século. Assim se explica:

De todas as verdades percebidas pelos escritores franceses, umas são de fraca utilidade na prática, outras acham-se contraditas na sua aplicação por circunstâncias accessórias que a teoria não tinha feito entrar nos seus cálculos.

Enquanto a seita destes filósofos ocupava a Europa com as suas especulações, um observador mais profundo e mais hábil levava os seus estudos sobre a mesma matéria e trabalhava a pôr os fundamentos da verdadeira doutrina da Economia Política.

Uma grande verdade, a mais fecunda em consequências, a mais útil na prática e donde dimanam todos os princípios desta ciência, foi percebida por SMITH e lhe revelou todos os mistérios da formação e distribuição das riquezas. Este grande homem reconheceu que o agente universal da criação das riquezas era o *trabalho* e esforçou-se em analisar a potência

deste agente e a buscar as causas que a produzem e que a fazem crescer.

O que estabelece a diferença entre a doutrina de SMITH e a dos economistas franceses é o ponto donde partem a deduzirem as suas consequências. Os economistas franceses remontaram á *terra*, como a primitiva fonte das riquezas. SMITH apoia-se sobre o *trabalho*, como o agente universal que as produz. Logo à primeira vista se reconhece quanto a escola do professor de Edimburgo deve supraexceder à dos filósofos franceses, quanto à utilidade prática e aplicação dos seus preceitos. Sendo o trabalho a potência de que o homem é a máquina, o crescimento desta potência não deve achar outros limites, que os quase infinitos da inteligência e indústria humana. A terra, ao contrário, fazendo-se abstração da influência que o trabalho tem sobre a Natureza e, consequentemente, sobre a quantidade de suas produções, é inteiramente fora do poder do homem debaixo de todas as outras relações que poderiam fazê-la mais ou menos vantajosa, a saber, a sua grandeza, situação e propriedades físicas.

Tal é o resultado da doutrina de SMITH e o fruto que se deve colher de sua imortal obra. A evidência do princípio e o encadeamento natural das consequências dão a esta doutrina um carácter de verdade e simplicidade, que não a faz menos durável do que conveniente. Mas esta simplicidade não se percebe logo à primeira vista; e, para reconhecê-la, é preciso muito estudo e meditação.

Ele principia por assoalhar aos olhos do leitor as inumeráveis maravilhas operadas pela divisão do trabalho e é por este magnífico e importante painel que ele abre o curso das suas lições. Daí subindo ao exame das circunstâncias que ocasionam e limitam essa divisão, é conduzido pela sua matéria à definição dos valores, às leis que o regem e à análise dos diver-

os elementos que a compõem. Ele finalmente mostra o absurdo e a tirania do *sistema mercantil* com tal força de argumentos, que parece excluir para sempre mais questão em tal matéria.

2. — Frederico GENTZ, que se tem distinguido neste Século pelo seu *Ensaio sobre a Actual Riqueza Nacional da Grã-Bretanha* e pela vigorosa réplica contra o fátuo projecto econômico de Mr. HAUTERIVE, em que este provoca as potências da Europa contra a Inglaterra para se conspirarem a impedir o progresso da indústria e comércio deste país, excluindo as respectivas mercadorias de seus portos, assim se explica naquela primeira obra: “Nós devemos a Jacques STEWART reflexões engenhosas sobre muitos ramos da Economia Pública e principalmente sobre as moedas. Porém SMITH foi o criador de uma nova teoria que, guardando o meio entre os dois extremos do *sistema fisiocrático* e do *sistema mercantil*, decom pôs, até nos seus últimos elementos, o mecanismo tão complicado da existência civil e econômica do homem, uma das matérias mais difíceis, de que o espírito humano se possa ocupar. Ele, só, tem feito fazer a parte científica da Economia Política mais progressos, que todos os que lhe têm precedido ou seguido, tomados juntamente. Quando acontece a este grande escritor cair em algum erro, ele o compensa amplamente por preceitos, que parecem dever para sempre servir de texto a tudo que se poderá dizer de verdadeiramente útil sobre as matérias que tratou. O tempo dissipará os poucos erros que lhe escaparam; as verdades com que enriqueceu o mundo serão eternas.”

CAPÍTULO IX

EXAME DE VÁRIAS CRÍTICAS CONTRA SMITH

SUMÁRIO: — 1. Paradoxo e abstracção. — 2. Clareza e logicidade da obra. — 3. O método de Smith. — 4. Asserções de Dugald Stewart. — 5. Conclusões sobre os princípios de Smith.

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — Insurge-se Cairu, neste capítulo, contra os autores que criticaram Smith atribuindo-lhe paradoxos, abstracções, falta de clareza e de método em sua minuciosa e erudita exposição. Chega até a declarar que, da mesma forma, poderia enfurecer-se alguém contra a luz do Sol que lhe ofuscasse a vista ao encará-lo de frente.

A crítica principal consiste em ter Smith atribuído ao trabalho a origem, a essência e o valor de todas as riquezas sociais, afirmando que a estrutura econômica de cada Nação provém ou do produto do seu trabalho ou daquilo que é adquirido com esse produto.

Declara que o senso comum e a experiência provam esta asserção, na qual se fundamenta a sua elegante teoria de formação do capital, chegando a afirmar que o trabalho retira o homem dos antros do barbarismo para elevá-lo aos teatros da civilização.

Mostra, com muita razão, que das três versões francesas da obra de Adam Smith a de Germain Garnier é, sem dúvida, a mais perfeita e a que melhor interpretou o trabalho do mestre, dizendo que muitas críticas provêm da má compreensão da obra.

2. — Tem toda razão Cairu quando afirma que, muitas vezes, os princípios fundamentais de qualquer ciência apresentam-se ao leigo de forma obscura e intrincada,

enquanto a base lógica da Ciência deve compreender idéias gerais e abstractas de onde se infiram as mais remotas consequências.

Cairu, sem dúvida, era um espírito humanista extraordinariamente culto e erudito e notou, desde logo, a vocação científica de Smith, que faz com que quase todas as suas teses se reduzam a proposições simples e gerais, nada tendo a haver com as complicações decorrentes dos absurdos do antigo regime feudal e dos que, interessados em monopólios, aturdem os Governos e confundem o senso comum do gênero humano.

3. — Respondendo às objecções formuladas quanto à falta de método, que parece notar-se em Smith, diz Cairu que cada autor tem seu modo próprio de ver e prefere este ou aquele processo para atingir o mesmo fim, exemplificando: "O rústico, que olha para as mais brilhantes constelações e planetas, fica estupefacto e só acha confusão e desordem. Os Hiparcos e Herschels descobrem distintos astros e forcejam por numerá-los e reduzir a cálculo suas posições e movimentos". E, logo em seguida, acrescenta que da mesma forma pela qual os grandes corpos celestes têm excentricidades, também é absurdo pôr grilhões aos gênios raros.

Assim, tendo Smith fundado no trabalho e na sua discreta divisão a riqueza nacional de qualquer país e observado que a troca e o comércio constituíam um instinto característico e singular da espécie humana, era natural e lógico demonstrar os limites da mesma divisão pela extensão do mercado de cada produto. O estudo do mercado, do trabalho, dos salários, das rendas e dos juros era uma decorrência da própria metodologia do autor que ora emprega a dedução, ora a indução com a necessária e perfeita conjugação espiritual.

4. — Cairu não chega ao ponto de endossar as asserções de Dugald Stewart, biógrafo de Smith, que lhe reivindica a exclusividade dos princípios fundamentais do seu sistema de Economia Política, já expostos por ele antes até de tais princípios terem sido divulgados em França. O próprio Smith nunca reclamou prioridade para escritos muito mais profundos, tais como a teoria do sublime que serviu de fundamento a monumental obra de Blair, que tanta repercussão obteve na Europa naquela época. Mas estranha que Dugald Stewart, logo em

seguida, seja franco panegirista dos autores franceses, que cita com reverência e affecto, terminando o seu irônico comentário com esta magistral sentença: "Os verdadeiros homens de letras não se despedaçam com a sanha de abutres; vivem em comunhão de bens, trabalham na mesma causa, avançam ao idêntico horizonte, porfiam em igual vitória".

Conclui afirmando: dizer que Smith nada aprendera dos outros ou que não tivera lapsos de raciocínio seria ofender sua virtude e a perspicácia do Século; mas negar o valor de sua obra em conjunto só pode fazê-lo quem o leu perfunctoriamente ou não o entendeu por insuficiência da própria cultura.

Os grandes homens, pondera Cairu, têm um defeito que os honra — é o de julgarem o entendimento alheio ao nível de seu próprio talento, achando que até os iniciados vêm com a mesma evidência os mais remotos corolários de seus teoremas.

5. — Finalmente, justifica certas omissões de análise econômica de Smith pela desnecessidade de empreender discussões prolixas de assuntos ao alcance dedutivo de qualquer inteligência, concluindo: a beneficência divina sempre deixa aos desvalidos meios de se imporem aos ricos, forçando-os a dar alguma partilha de sua enorme carga de superfluidade.

A lei da oferta e a da procura não escaparam também à sagacidade de Cairu quando afirma: "em quaisquer transacções da vida o indivíduo se conforma por livre ajuste às circunstâncias da demanda e concorrência".

TEXTO ORIGINAL

1. — Não têm faltado desdenhosos e invejosos, que não contentes em deprimirem a SMITH com imputação de paradoxos, escuridade, abstrações e falta de método, até lhe atacam o carácter literário e moral, increpando-o de compilador de Jacques STEWART e de plagiário dos economistas franceses, com a affectação de desviar-se deles ainda nos mais inevitáveis pontos de contacto.

É a comum desgraça dos engenhos extraordinários serem esmagados de calúnias sem outra culpa mais do que o eclipsarem as reputações subalternas. Com igual razão se poderia alguém enfurecer contra o luminar do dia, quando nos mais vivos resplendores deslumbra os olhos dos que se afoitam a encará-lo de frente.

O principal arguido paradoxo e abstracção de SMITH consiste em ter estabelecido no *trabalho* a origem, a essência e valor de todas as riquezas da sociedade; decidindo que o fundo do suprimento de cada Nação deriva-se ou do produto imediato do seu trabalho ou do que é comprado das outras Nações com este produto. O senso comum e a experiência subministram a prova desta asserção, que vem a ser o princípio capital de todo o sistema e donde igualmente dimana toda a sua elegante teoria da formação e acumulação dos capitais e liberdade do comércio, que o Autor mostra ser o meio constante de poder haver o mais exaltado interesse e frutificação do geral trabalho da sociedade. O trabalho corpóreo e intelectual é o que saca e resgata o homem dos antros do barbarismo para os teatros da civilização.

Por isso, logo no começo da *Introdução*, principia com as palavras: *O trabalho anual de cada Nação...* e nisto guardou a regra do mestre de Eloquência QUINTILIANO, muito recomendada por BLAIR no seu *Tratado do Sublime*, que manda, em qualquer composição literária, por logo em face a primeira idéia protótipa, que o Autor pretende inspirar a seus leitores:

Est enim aliquid in omni materia naturaliter primum.

Das traduções francesas de SMITH, só a de Mr. GARNIER é que bem compreendeu o pensamento e exacção do Autor. Aqueles principiam: *Cada Nação tem no seu trabalho...* Este modo de traduzir é lãn-

guido e impróprio, pois SMITH não trata dos interesses particulares de cada Nação, mas da causa primitiva, motriz e universal, que produz as riquezas em toda a sociedade. Mr. GARNIER entra logo como quer e escreveu SMITH: *O trabalho annual de cada Nação é o fundo que a supre...* e até imprimiu em *itálico* aquele termo, para fixar nele a atenção do leitor e dar firme noção de todo o sistema.

2. — Sobre a clareza de SMITH é de observar, que os princípios de qualquer ciência, maiormente sendo pouco vulgares, são aparentemente escabrosos e repulsivos. Os noviços e analfabetos acham tudo abstruso, intrincado e escuro, porque são tábuas rasas. Sem idéias gerais e abstractas não há sistema e vistas compreensivas e tudo se reduz à informe casuística, a qual não tem pontos centrais e focos irradiantes, que iluminem a periferia do entendimento, para ver e encaixar as mais remotas consequências. Bem reflectida e analisada a obra de SMITH, quase todas as suas teses se reduzem a proposições simples e adaptadas a todas as capacidades. Ele lastima-se que as complicações e dificuldades, que hoje se notam no regime econômico de todos os países, nascem dos absurdos do antigo governo feudal e da vil manha, embuste e rapacidade dos monopolistas, que têm aturdido os Gabinetes e confundido o senso comum do gênero humano.

3. — A respeito do *método*, a objeção é insignificante. Cada Autor na idêntica matéria tem seu diferente modo de ver e prefere a síntese ou análise, esta ou aquela ordem e estrada, para ir ao mesmo fim. O rústico, que olha para as mais brilhantes constelações e planetas, fica estupefacto e só acha confusão e desordem. Os Hiparcos e Herschels descobrem distintos astros e forcejam por numerá-los e reduzir a cálculo suas posições e movimentos. Além de que

é absurdo por grilhões aos gênios raros. Também os grandes corpos celestes têm excentricidades.

Depois de ter SMITH firmado o sistema das riquezas das Nações no trabalho e sua discreta divisão e notado (o que nunca ninguém reflectiu) que o instinto dos homens para a troca ou comércio era um característico singular da espécie humana e o que indefinidamente promovia e fazia produtiva aquela divisão, era natural e propositado demonstrar os limites da mesma divisão (e consequentemente da produção e opulência) pelo mercado de cada espécie de cousa, propriedade, mercadoria e indústria. Seguiu-se, pois, obviamente exporem-se as regras essenciais do mercado e trabalho e respectivos salários, rendas e proveitos. Todas as demais doutrinas econômicas vão daí desenvolvendo-se sem esforço e por induções espontâneas e quase necessárias e imediatas.

4. — Não afianço as asserções do Doutor Dugald STEWART, biógrafo de SMITH (1), que vindica a memória deste seu amigo, assegurando-lhe a propriedade exclusiva (que ele mesmo categoricamente reclamou em 1755) da invenção dos princípios fundamentais de seu sistema, que diz, já expunha na famigerada Atenas da Escócia, antes que se divulgassem na Europa as opiniões econômicas da França e o célebre ministro TURGOT fizesse inserir na *Enciclopédia* as suas noções sobre a ilimitada liberdade do Comércio, depois que se despreocupou dos prejuízos da política regulamentária. O modesto professor de Edimburgo, que nunca reclamou os filhos das próprias entranhas, quais são os profundos escritos sobre a *teoria do sublime*, que depois o Doutor BLAIR nas suas egrégias *Lições de Retórica*, tão acreditadas em toda a Europa, ingenuamente confessou dever na

(1) Veja-se este AUTOR na edição dos *Ensaíos Filosóficos Póstumos de Smith*, em 1797. Tomo I — pág. 110 e segs.

principal parte àquele generoso colega, é franco panegirista dos distintos autores franceses, que nomeia e cita com reverência e affecto. Os verdadeiros homens de letras não se despedaçam com a sanha de abutres, vivem em comunhão de bens, trabalham na mesma causa, avançam ao idêntico horizonte, porfiam em igual vitória. Seu amor da estima não os avilta a lisonjas, nem os prostitui à vileza de roubar aos outros o merecido louvor. Tal era a sinceridade e ainda do vaidoso, mas bom, Cônsul de Roma:

Neque enim laudis ita sum cupidus, ut aliis eam præreptam velim.

Contudo é necessário dar o seu a seu dono. Um dos mais pios escritores agiôgrafos autorizou a máxima de não abandonar cada um a própria honra: *gloriam meam alteri non dabo*. (1) Dizer que SMITH nada aprendera dos outros, ou que não tivera lapsos de entendimento, seria ofender a sua virtude e a perspicácia do Século. Mas não reconhecer que ele desembaraçara a estrada da Economia Política, abrindo novo atalho para se chegar mais depressa à civilização, opulência e prosperidade, sem injúria recíproca dos povos e Governos, só pode teimar quem o leu perfunctoriamente ou o não entendeu, ou se acha aferrado a preocupações grosseiras e com ignorância ou desafeição da literatura inglesa, só achando encantos em lenocínios de palavras, indigestas rapsódias e sublimados corrosivos que caracterizam a inflamatória garrulidade e miscelânea erudição de certos tempos atrabiliários, em que fusilaram carrancudos meteoros, menos brilhantes que malignos, que incendiaram ou assustaram países ferventes ou incautos. Frases e epigramas não são provas e demonstrações. SMITH separou a cizânia do trigo, substituiu análises, obser-

(1) *Isaias* — Cap. XLVIII — V. XI.

vações e evidências, a subtilezas, galimatias (e quando muito) bons desejos dos que se lhe anteciparam no prélo.

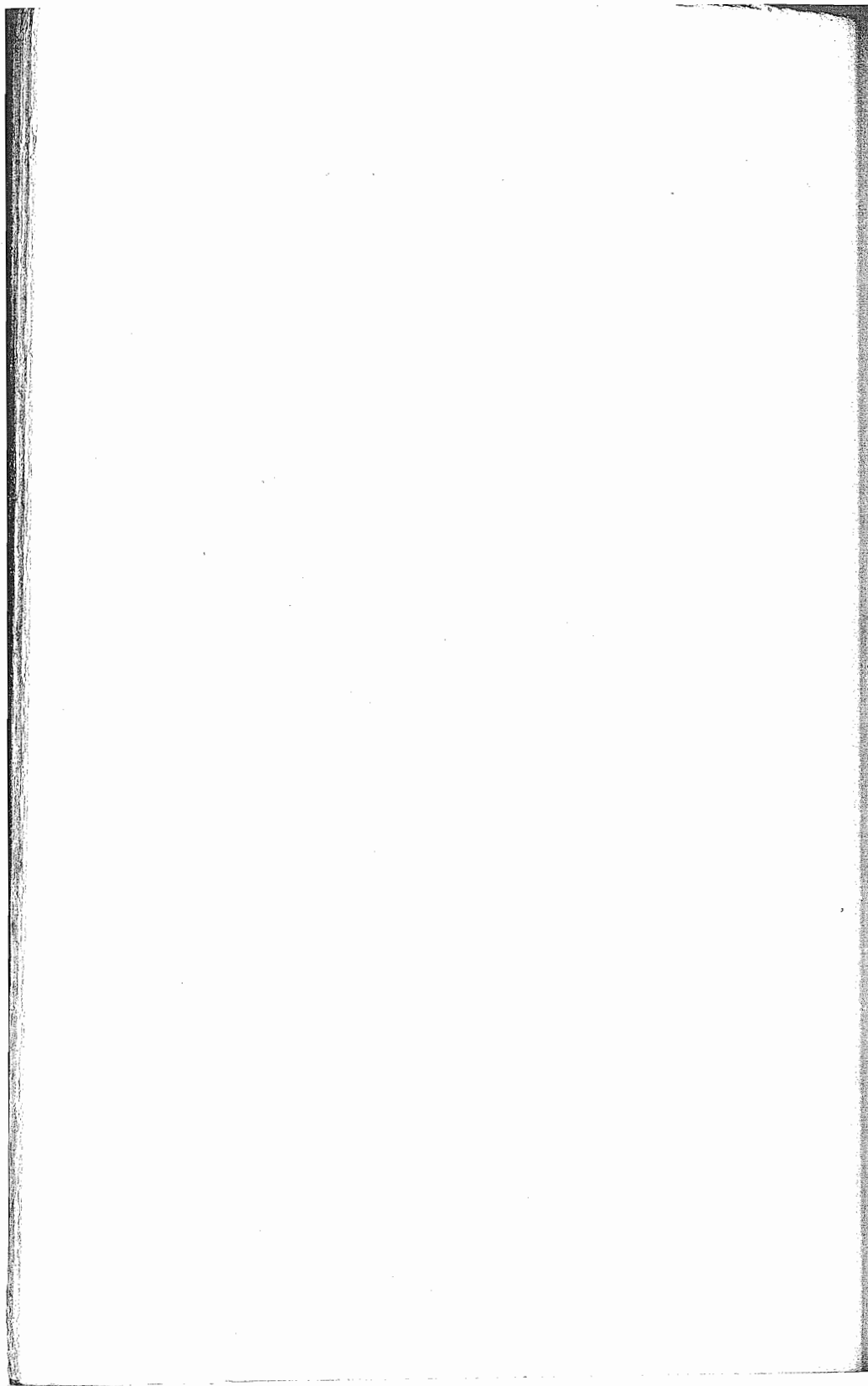
É certo que ele, como Autor profundo e conciso, não é fácil de ser entendido pelos insofridos e passarinhos. Talvez, se fosse mais difuso, a sua lição seria mais acomodada a todas as capacidades. Mas os grandes homens, elevados em altas teorias, têm um defeito que os honra: é o de pensarem a todos os entendimentos ao nível da sua perspicácia, considerando que até os principiantes vêm com igual evidência ainda os mais remotos corolários dos seus teoremas. Além disto, julgam prudente deixar também aos leitores matéria para mostrarem talento e exercerem a própria penetração e agudeza.

5. — Os princípios de SMITH são tão simples e compreensivos, que era da sua discrição não entrar em prolixas discussões de artigos em que outros economistas se têm muito afadigado. Deixou essa tarefa a engenhos ordinários. Por exemplo, SMITH não gastou seu tempo em mostrar a inutilidade e injustiça das taxas dos preços, a impertinência das leis sumptuárias, a inépcia das indistintas declamações contra o luxo, etc.

Depois de estabelecer no trabalho a mais sagrada de todas as propriedades e os limites da sua divisão e produtos pelo mercado, pareceu-lhe que era evidente e óbvio a todos os espíritos a iniquidade e insolência de pôr taxa no alheio, quando todo o mundo justamente reclama isenção ao que lhe é próprio e em quaisquer transacções da vida se conforma por livre ajuste às circunstâncias da demanda e concorrência.

Também depois de estabelecer as bases da maior possível civilização, opulência e felicidade dos povos na sabedoria do trabalho e sua interminável e espontânea divisão e bem assim na universal justiça e liberdade de comércio, era escusado afadigar-se em

mostrar a impossibilidade de reter a dita divisão, quando a sociedade avança em artes e ciências, passando-se do necessário ao útil, e do útil ao agradável e ornamental. A moralidade e luzes das Nações são os únicos antídotos contra a vaidade, fatuidade e injúria, com que se perverte a ordem natural do trabalho e se priva ao pobre dos meios de decente subsistência e manutenção, enquanto, por monopólios e violências, se encanam todas as fontes das riquezas para poucos, removendo-se de infinitos. Porém tal é a beneficência do Criador que, ainda das desordens da ignorância, futilidade e malícia dos homens, que mais se agravam pela insolência das riquezas mal distribuídas, ela sempre deixa aos miseráveis e desvalidos alguns meios de imporem contribuição aos ricos e soberbos, forçando-os a dar alguma partilha de sua enorme carga de superfluidade.



CAPÍTULO X

COMPARAÇÃO DE JACQUES STEWART COM SMITH

SUMÁRIO: — 1. Idéias fundamentais de Jacques Stewart. — 2. Idéias fundamentais de Adam Smith. — 3. Comparação entre Stewart e Smith. — 4. Opinião de Frederico Gentz sobre Stewart e Smith.

RESUMO E COMENTARIO

1. — Neste Capítulo, Cairu expõe primeiramente as idéias fundamentais de Jacques Stewart, depois as de Adam Smith para, finalmente, estabelecer a comparação entre os conceitos de ambos, citando a opinião de Frederico Gentz a respeito do merecimento intelectual de cada um.

Inicia sua análise indagando que comparação se pode fazer com quantidades heterogêneas e que afinidade pode ter dois espíritos que apoiam os respectivos sistemas econômicos em polos diametralmente opostos, tal como o Ártico e o Antártico?

Resume o pensamento fundamental de Jacques Stewart afirmando que este aprova a escravidão, aplaude as instituições de Licurgo, advoga monopólios e privilégios, justifica as restrições à indústria e ao comércio, deprime a autoridade pública comparando-a com a figura de um arlequim e acena com o talismã da balança comercial e a idolatria do dinheiro, como divindades tutelares do Estado.

2. — Sobre Adam Smith declara que este, ao contrário, funda a ordem social sobre o trabalho humano e a liberdade de indústria e comércio; não humilha a actividade dos honestos; não atalha os passos do progresso;

não usurpa o direito ao produto do suor e da fadiga; põe o Governo e o povo em seus respectivos lugares, cabendo àquele a estruturação do Estado e a este a organização da actividade privada.

3. — Acrescenta que para Stewart o objecto da Economia Política é arrancar o homem do seu estado natural de preguiça e indolência, dando-lhe motivos constantes para incitá-lo ao trabalho produtivo e útil; que faz apologia da divisão econômica do trabalho, a qual dá ao operário mais dextreza, mais habilidade, mais rapidez de execução e mais perfeição no produto; que nenhuma monção seria mais favorável para impelir a náu do Estado ao porto de destino na competição internacional; que a perfeição da Ciência Econômica consistia na instituição de um sistema que desse aos indivíduos uma mútua dependência geral; que, finalmente, toda ofensa à liberdade de indústria era um atentado contra o espírito da Sociedade humana. Mas que, infelizmente, o autor perdeu de vista todos esses judiciosos e luminosos princípios, não os desenvolvendo e até mesmo tornando-se, muitas vezes, contraditório, quando põe em regra, a limitação da indústria e em excepção a sua liberdade e acarreta a desarmonia política dos Estados pelas restrições ao comércio entre as Nações.

Quanto a Adam Smith diz que, contrariamente, foi ele quem, em primeiro lugar, reconheceu a fecundidade dessas idéias simples, embora vulgares, delas deduzindo uma série de proposições úteis no domínio da Economia Política e que, reunindo às mesmas a observação original do instinto humano para a troca (que estimula e facilita a divisão do trabalho), viu aí e na liberdade de permuta a natureza do fenómeno da produção e o móvel activo do progresso social, enunciando o seguinte e notável teorema: "E' condição necessária para maior produção e melhor distribuição da riqueza que cada individuo trabalhe, em corpo e espírito, em actividade que mais souber e puder e que livremente possa trocar o supérfluo segundo os gostos legítimos e carências efectivas".

Este magistral teorema, que Cairu ressaltava, pressupõe evidentemente o sistema liberalista com o mínimo de intervenção estatal. Está perfeitamente de acôrdo com o espírito e a cultura da época e nada mais é do que a antevisão do famoso teorema de Jevons-Walras, funda-

mento da teoria paretiana do equilíbrio econômico, demonstrado embora com os poucos recursos da lógica formal.

4. — Conclui Cairu este capítulo transcrevendo a opinião de Frederico Gentz, ilustre publicista germânico, quando afirma que a justa diferença entre Jacques Stewart e Adam Smith “é pouco mais ou menos a que se encontra entre um calculista prático e um matemático profundo”.

TEXTO ORIGINAL

1. — Seria injúria das ciências fazer apologia deste novo Prometeu (1) sobre o plágio de Jacques STEWART; o nome de SMITH o defende; e basta responder com o Autor da *Henriada* (2) aos detratores de VIRGÍLIO, que capitulavam tão divino poema por mera cópia de HOMERO.

STEWART, ainda que assentado e, às vezes, profundo economista, parece que hoje só pode servir de monumento à História das Ciências, para se reparar nos tardios passos do espírito humano, até nos conhecimentos do que parece estar dentro da raia do senso comum e que mais interessa aos negócios da vida. É desgracia que ele engrossasse a lista dos Richelieus, Colberts e Walpoles e que a sua tortuosa e complicada política ainda infeste, quase geralmente, os mais iluminados Gabinetes e as Nações assaz desenredadas de preocupações caducas.

Que paralelo e amálgama se pode fazer de quantidades heterogêneas e contraditórias? Que afinidade pode ter Jacques STEWART com Adam SMITH, girando em diversas órbitas e estribando-se os respectivos sistemas em fulcros mais diametralmente opostos, se é possível, que o polo ártico e o antártico? STEWART

(1) Gênio ou deus do fogo. N. C.

(2) Poema épico de Voltaire consagrando Henrique IV, rei de França. N. C.

aprova a escravidão; extasia-se com as instituições de LICURGO; é o advogado das corporações, companhias exclusivas, taxas de preços, monopólios e privilégios; justifica as restrições da indústria e tráfico; envilece a majestade da Soberania, contemplando-a iliberal e impossível dos tratos dos indivíduos, assinando à administração ministerial o indecente posto e burlesca figura de um arlequim, que forceja por equilibrar, com a enorme e imaneável alavanca política, os interesses efêmeros e irregulares dos empregos e empregados em cada ramo de indústria, no evidente e contínuo risco de passos falsos, que ocasionem a ruína de estúpidos espectadores; desorienta enfim o leitor com o talismã e vibração da *balança mercantil*, fazendo idolatrar o dinheiro como a divindade tutelar do Estado.

2. — SMITH, ao contrário, funda o edifício social nas *Sagradas Quinas* (3): *trabalho, sabedoria, justiça, capital e livre indústria e correspondência*. Ele não atropela os empregos e negócios com vexames e incivildades; não atalha os passos do industrioso; não atravessa os vãos do gênio; não proíbe a ninguém usar com direito do fruto do seu suor e fadiga; põe os chefes das Nações e os povos nos respectivos predicamentos; reservando àqueles o cuidar na organização de sua força civil e militar e mais obras, para assegurar a moralidade, produção, franqueza do mercado e ajuda dos homens de todos os países; e entregando a estes o cuidado das suas particulares conveniências; arrasando-lhes até nos confins da terra todas as muralhas e redutos da avareza e desumanidade. Que obsta pois votar *erigantur altaria*? Não foi para tais méritos que se destinaram as apoteoses?

(3) Cada um dos cinco escudos que fazem parte das armas de Portugal. N. C.

*Quique pii vates, et Phæbo digna loquuti
Inventas aut qui vitam excoluere per artes
Quique sui memores alios fecere merendo
Omnibus his nivea cinguntur tempora vitta. (4)*

.3 — STEWART tinha dito (5) que o objecto da Economia Política era arrancar os homens do seu estado natural de preguiça, dando-lhes perenes motivos para os incitar e sustentar na indústria útil; também disse e todo o mundo observava que, applicando-se qualquer pessoa a um só exercício, tornava-se mais dextro nele e ficava habilitado a fazer obra em maior quantidade, menos tempo e superior perfeição. Ele notou que o interesse de todas as Nações e indivíduos era comprar o que precisassem onde achassem mais barato; acrescentando que nenhuma monção (6) era mais favorável que esta para avançar em cada país a embarcação do Estado e tirar o maior ganho possível, na geral contenda e navegação para feliz porto. Disse igualmente que a perfeição da Economia Política consistia no sistema, que constituisse todos os indivíduos na maior e recíproca dependência; e que toda a restrição da liberdade na escolha da indústria era abuso e contra o espírito da sociedade, a não ser compensada com o bem geral. Sendo porém estes princípios tão judiciosos e luminosos, aquele Autor não só os não desenvolveu, mas até os perdeu de vista em todo o curso de suas discussões econômicas, mostrando-se quase sempre inconsequente, pondo a restrição da indústria em regra e a liberdade em excepção; e encurtando a concorrência de cada ramo de trabalho e tráfico, no desígnio de um equilíbrio

(4) VIRGILIUS.

(5) Jacques STEWART — *Princípios de Economia Política* — Livro I — Cap. XIV.

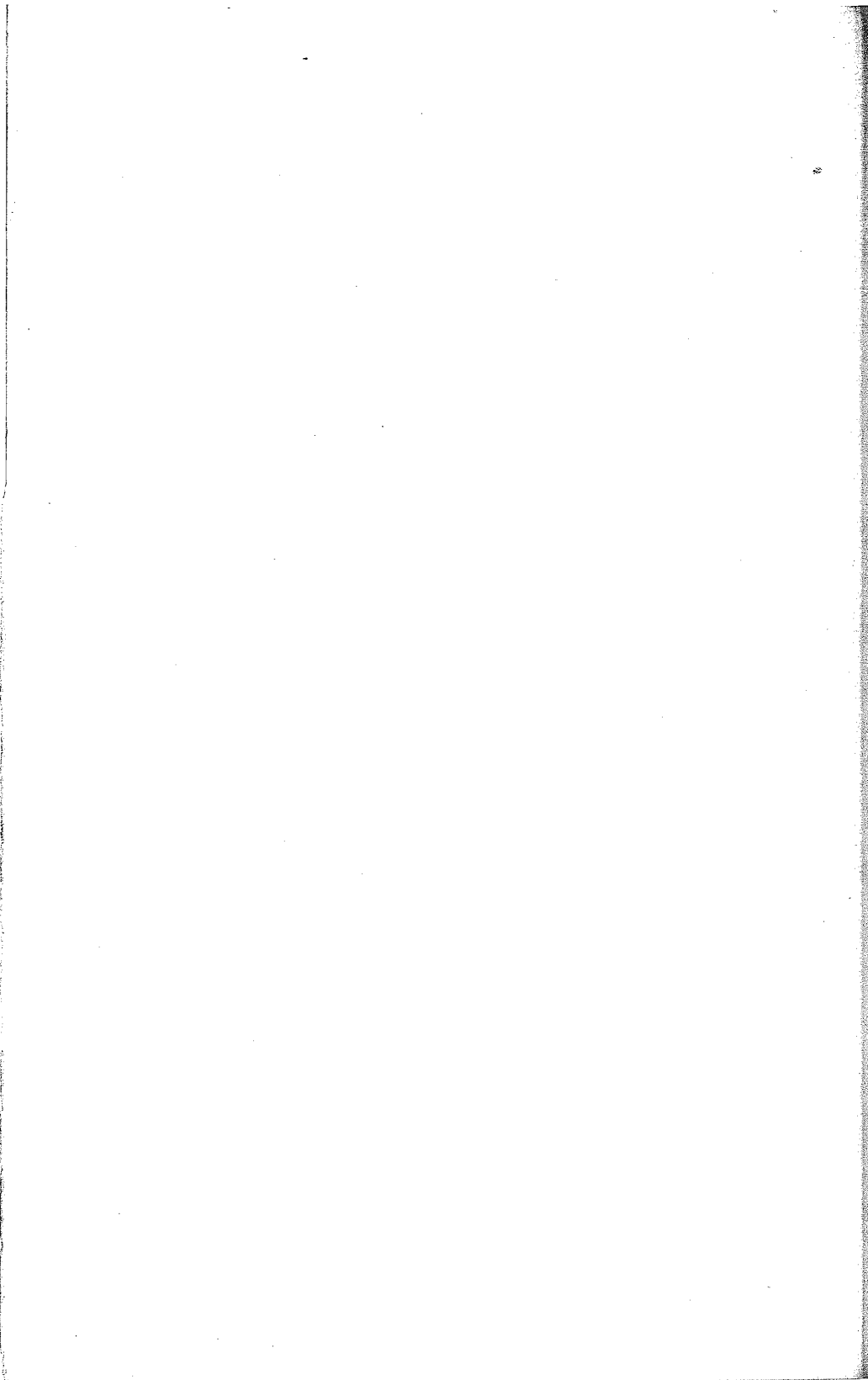
(6) Vento periódico do Mar das Índias, cuja direção muda de seis em seis meses. N. C.

forçado, estanca as fontes e obstrui os meios da indefinida acumulação de energia e capitais da Nação; implicando além disto os Estados em desarmonias políticas, pelos carregos e interrupções das franquezas de comércio, que deixa ao arbítrio dos Ministros.

SMITH, ao contrário, apoderou-se com a maior discrição e providência das sobreditas idéias simples, posto que aparentemente vulgares e estéreis. Ele foi o primeiro que as reconheceu fecundas em filiações mais prolíficas e de séries de utilidades infinitas e reunindo a elas a observação original (que só ele fez) do instinto que os homens têm para a troca (que instiga e facilita intermináveis divisões de trabalho) viu, aí e na liberdade do câmbio, *a imagem da criação* e o primordial elemento e incessante sempre activo móvel de todo o progresso da sociedade. A experiência de todos os séculos e países confirmou a análise e o *maximum* da civilização e opulência de (ao que parece) ser o infalível resultado do seguinte epiquirema, o mais apodítico e decisivo à felicidade social.

Haverá a maior sabedoria e a mais ampla e perfeita cópia de bens da natureza e arte e, igualmente, a mais exacta distribuição deles a cada membro da comum parceria, se qualquer indivíduo trabalhar, em espírito e corpo, no emprego que melhor souber e puder, e mais livremente trocar o mútuo supérfluo segundo as respectivas carências e legítimos gostos. Ora, a espontânea e discreta divisão do trabalho e a liberdade do comércio são o meio mais eficaz para se obter aquela colheita e distribuição; logo a voluntária divisão do trabalho e a liberdade do comércio são as puras e perenes fontes da civilização e opulência. Quem contestará a SMITH tão digna descoberta e a inexpugnável dialéctica, com que acompanha os homens e Nações até nos mais escondidos recessos de suas empresas económicas?

4. — GENTZ assim se explica na sua obra sobre a *Riqueza da Grã Bretanha* — pág. 126: “Em geral a opinião que põe Jacques STEWART na mesma linha de SMITH ainda que assaz universalmente adotada, sobretudo na Alemanha, parece pouco fundada. Fazendo-se justiça ao seu merecimento, parece todavia que a diferença entre ele e SMITH é pouco mais ou menos a que se acha entre um calculista prático e um matemático profundo.”



CAPÍTULO XI

OBSERVAÇÃO SOBRE A CRÍTICA DE UM INGLÊS MODERNO CONTRA SMITH

SUMARIO: — 1. Críticas de um opúsculo anônimo. — 2. Os
designios de Smith.

RESUMO E COMENTÁRIO

1. — Cairu, neste capítulo, insurge-se contra as críticas contidas em um opúsculo anônimo, publicado em Londres, no ano de 1797, sob o título: *Princípios Essenciais das Riquezas das Nações, em Contraposição a Algumas Falsas Doutrinas do Doutor Smith*.

Começa ressaltando o contraste entre a extensão do título da obra e a modéstia do respectivo texto, declarando que o talento do autor anônimo está tão distante do de Smith, quanto o afastamento que separa qualquer planeta da estrela Sirius. Mostra ainda que o objectivo da censura é restaurar a tese do trabalho produtivo da terra, o qual Smith estendeu também justamente à indústria e ao comércio.

Aponta, muito justificadamente, a interdependência dos factores que integram a actividade económica e esclarece que a produtividade da agricultura se deve em grande parte aos elementos que lhe fornecem os outros ramos da indústria e do comércio, criticando Brissot por ter aconselhado aos norte americanos a não estabelecerem fábricas em seu País para não se arruinarem e enfraquecerem. Ora, a opulência económica dos Estados Unidos se deve certamente à sua grande estrutura industrial, já prevista por Cairu com uma antecedência de quase meio século.

Evidencia conhecer o relevante papel da agricultura, quando declara: "Em nenhum país culto se duvidou jamais do princípio de que a agricultura era a base da existência social. Sem dúvida, ao que primeiro demarcou um campo, lançou-lhe a enxada e a semente, levantou a casa e plantou uma árvore se pode dizer que foi o arquicivilizador do Mundo, estabelecendo o sagrado direito da propriedade territorial, sem cuja inviolável guarda a sociedade não avança uma linha. Toda questão, pois, vem a ser sobre o mais acertado modo de promover a agricultura e ramos dela e suas proporções com as outras tarefas de cada Nação".

2. — Ora, Smith não condena os homens e Estados a serem servos da gleba, nem tão pouco a se ligarem definitivamente a esta ou aquela actividade industrial manufactora, preconizou, sim, a extinção da odiosa e retrógrada instituição jurídica do foro e a abstenção da intervenção do Estado na vida económica, deixando livre a iniciativa privada, condicionada apenas às circunstâncias de cada país, território e população.

O seu designio foi subordinar a indústria à racionalização do trabalho para melhor produtividade, a fim de obter-se a maior e mais perfeita reprodução e distribuição dos bens da Natureza e Arte, chegando assim a vislumbrar, com certa nitidez, o conceito de racionalização económica que se define: *Racionalização de um conjunto económico*, constituído de vários elementos, é a aplicação sistemática de todos os progressos da Ciência a cada elemento do conjunto de modo a provocar acréscimo de bem-estar coletivo, traduzido por um abaixamento de preço e uma melhoria na qualidade do produto.

Põe Cairu, desta forma, em relevo o conceito de *produtividade*, a que denominava de *productibilidadade*, como elemento técnico primordial da produção moderna e que, em termos vulgares, significa maior rendimento, mostrando, assim, conhecer a grande importância da Técnica e sua repercussão no domínio social e económico.

TEXTO ORIGINAL

1. — Em 1797, publicou-se em Londres um opúsculo anónimo: *Os Princípios Essenciais da Riqueza das Nações em Contraposição a Algumas Falsas Dou-*

trinas do Doutor Smith. A arrogância deste título faz notável contraste com a modéstia do que se vê na obra, que o crítico empreendeu refutar com tão imensa distância de elocução e talento, quanto em brilho o diâmetro vai de qualquer planeta a Sírius. O principal objecto do altissonante censor, com ressaltos de galomania, é instaurar a tese dos economistas franceses da decantada fraseologia *do trabalho produtivo*, com que os entusiastas da cabala fisiocrática exageram com pesada verbosidade as vantagens da Agricultura; invectivando contra SMITH, por ter cometido o sacrilégio de comunicar também às manufacturas e ao comércio essa honra, aliás puramente nominal e que, a ser desmerecida, seria sem consequência aos fundamentais pilares da sociedade; pois este Autor dá o devido apreço à lavoura em todos os seus ramos de *plantar, criar, mineirar e pescar*; e a notada falsidade de suas doutrinas se reduz ao bom senso de não perder tempo em proclamar trivialidades, nem atribuir ao brando trabalho do campo uma absurda preferência, que abala e desorganiza a estrutura do edifício social, quando se desmembra de suas partes integrantes, menosprezando-se os essenciais ramos coadjutores, que se sustêm e florescem pelo vigoroso tronco e espírito vital da actividade e sabedoria humana.

Os demagogos da *filosofia rural* querem os fins sem os meios. Reclamam o primeiro favor à agricultura com defraude das outras indústrias, com que aliás deve a mesma agricultura ir em paralelo e equilíbrio e que, fornecendo-lhe luzes e instrumentos e amplificando seus frutos e mercado, a fazem mais produtiva, do que se carregasse o campo dos mais desmarcados privilégios e a terra se apinhoasse de agrícolas. Empolam-se com grande ufanía, porque entendem ter achado um potosí revelando aos gabinetes o segredo de que é necessário lavrar a terra para

haver alimento e matéria de obras? Tão mesquinhas têm sido as idéias econômicas ainda dos mais famigerados escritores da França que até um dos que mais sobressaíram entre eles nos últimos tempos teve a singeleza de aconselhar aos Anglo-americanos, que não estabelecessem fábricas no seu país, para não se arruinarem e enfraquecerem. (1)

Em nenhum país culto se duvidou jamais do princípio de que a agricultura era a base da existência social. Sem dúvida o que primeiro demarcou um campo, lançou-lhe a enxada e semente, levantou a casa e plantou uma árvore, se pode dizer que foi o arqui-civilizador do Mundo, estabelecendo o sagrado direito da propriedade territorial, sem cuja inviolável guarda a sociedade não avança uma linha.

Toda a questão, pois, vem a ser sobre o mais acertado modo de promover a agricultura e ramos dela e suas proporções com as outras tarefas de cada Nação. As naturais e adquiridas vantagens do país, a divisão e boa direcção de seu trabalho, a franqueza de ciências e artes e a extensão de mercado, parecem resolver o problema, que os arrogantes fisiocratas em vão procuraram com suas vozerias contra o luxo e a indústria manufactureira e mercantil.

Eis aí o novo crime e até o dia de hoje nunca ouvido! SMITH não condena os homens e Estados a serem servos da gleba, para produzirem um superfluo oneroso e inútil; nem tão pouco a se afincarem a este ou àquele especial emprego de indústria, não lhes permitindo desertá-lo, quando cumpra a cada pessoa, família e Nação, como doutrinavam antes dele os presumidos mestres de arte.

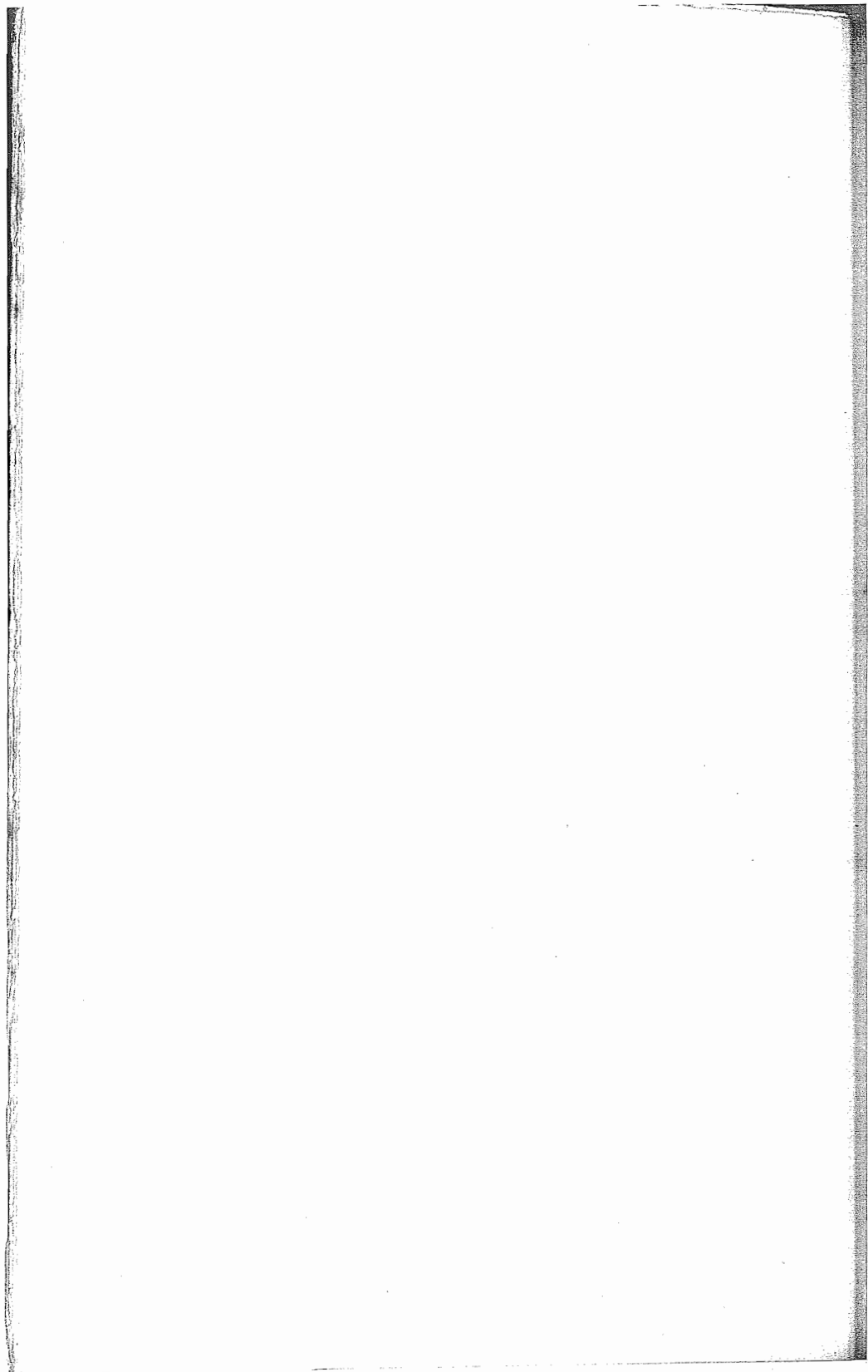
Projectou, sim, exterminar da Economia Social a enigmática esfinge do foro, que graduou preferências de dívidas, dividindo em fracções tediosas a pura e indi-

(1) BRISSOT — *Viagens à América*.

visível boa fé das convenções civis, dando motivo a perfídias, trapças, ódios, subornos, dificuldades de crédito e paralisia do tráfico público. É matéria de censura recomendar a protecção imparcial do Soberano a todo o trabalho útil, fiando da sagacidade do interesse particular e luzes correntes, encaminhar-se a geral agência para as direcções mais oportunas às circunstâncias de cada país, território e indivíduo?

2. — O seu desígnio foi elevar a indústria ao sumo possível grau de intelligência e productibilidade, pela conspirante e acertada cooperação de todos os membros da confraria do gênero humano em qualquer porção do Globo, a fim de obter-se a maior e mais perfeita reprodução e distribuição dos bens da Natureza e Arte. Nenhum dos que lhe antecederam fitou para a sociedade neste magnífico e incomensurável ponto de vista, nem com tão vasto e comprehensivo telescópio. Aos que têm censurado a SMITH pode-se com razão aplicar a epigrafe um quadro de Zeuxis (2), em que pintou um atleta: *É mais fácil criticá-lo do que imitá-lo.*

(2) Célebre pintor grego da antiguidade (464-398 A. C.) N. C.



CAPÍTULO XII

OBSERVAÇÕES APOLOGÉTICAS ACERCA DA CRÍTICA QUE FAZ CONTRA SMITH O AUTOR DAS MEMÓRIAS POLÍTICAS SOBRE AS VERDADEIRAS BASES DA GRANDEZA DAS NAÇÕES

SUMÁRIO: — 1. Críticas de Rodrigues de Brito. — 2. Resposta às críticas. — 3. Opinião do Abade Baudeau. — 4. Censuras sobre o princípio do trabalho. — 5. Considerações sobre a livre concorrência e a abolição dos monopólios. — 6. Influência da Legislação na Economia.

RESUMO E COMENTARIO

1. — Cairu, neste capítulo, reage, com razão, contra as críticas que o notável economista português, doutor Joaquim José Rodrigues de Brito, professor da Universidade de Coimbra, faz, no livro intitulado *Memórias Políticas*, à obra de Adam Smith, acusando-o não só de se haver inspirado fortemente nas doutrinas dos economistas franceses, mas ainda de ter sacrificado a dialéctica ao espirito de originalidade e sistema.

Cairu justifica sua repulsa às asserções de Rodrigues Brito pelo facto de não pertencer a sua publicação à classe das que fenecem no mesmo dia, e também por não caber ao decoro português permitir que tal labéu fique sem apologia, em uma Nação que deu Henriques, Vascos, Camões e Macedos.

Para que o leitor possa ajuizar a respeito das críticas de Rodrigues de Brito, Cairu, com muita probidade científica, não só transcreve as principais passagens das *Memórias Políticas*, mas também pede ao leitor que suspenda seu juízo até a publicação da prometida *Tentativa Económica*.

Interessante, porém, é notar que Rodrigues de Brito respondeu a Cairu no mesmo ano de 1804, no Volume III das referidas *Memórias*, e Cairu, dando talvez por encerrada a polêmica, não mais voltou ao assunto.

Nas passagens transcritas, Rodrigues de Brito acusa Smith não somente de metafísico e de estar com receio dos negociantes ingleses, tão poderosos que fazem tremer o governo do próprio Império, quando se tenta abolir alguns de seus imensos privilégios, senão ainda de estar movido também pelo zelo do bem público e a força do trabalho na sociedade civil.

2. — Refutando essas críticas, Cairu diz que o próprio autor das *Memórias* não se encontra seguro das idéias que expende e entra logo por isso em correções, explicações, modificações e descrições do seu sistema agrário. A acusação de haver Smith aceitado como perfeito o sistema dos economistas franceses não procede, uma vez que tal concepção já se encontra até nos *Econômicos* de Xenofonte, quando trata da política econômica da Persia, cabendo portanto a prioridade da idéia a este autor e não a Smith.

Tece longas considerações sobre a agricultura, exemplificando com o caso da Holanda que não desfrutaria o conforto e o progresso se não se entregasse à pesca de alto mar, à navegação de cabotagem e de longo curso e à reexportação de produtos coloniais, principalmente, a do trigo para a Inglaterra, e se tal país estacionasse tão somente no cultivo de seus pantanosos territórios.

Há ainda uma passagem interessante em que Rodrigues de Brito acusa Caetano Filangieri de pretender a divisão de latifúndios, contra as opiniões de Artur Young, Jacques Stewart e Adam Smith e de todos os novos economistas franceses, dizendo Cairu com muita propriedade e ironia, que é o peso das razões e não o número dos assertores que deve decidir a justiça das opiniões literárias.

Sobre a pequena e a grande propriedade, ou melhor sobre a intensa e a extensa agricultura, mostra muito bem que este problema depende da fertilidade do sólo ou da natureza da espécie cultivada, exemplificando com o caso da cana de açúcar nas Colônias da América e em países asiáticos.

Citando Smith, dá uma noção aceitável da oferta e da procura na formação dos preços quando diz que “a

demanda e o mercado criam o produto” e acrescenta ainda que Smith nunca aplaudiu os vínculos e instituições gravosas do governo feudal, generalizando assim, num conceito mais amplo, a noção de produto e de serviço *gravoso*.

Concluindo suas considerações diz que, graças à Providência Divina, a Europa já se encontra em tal estado de progresso que o sistema agrário, que Rodrigues de Brito coloca entre as descobertas de Copérnico e a invenção da telegrafia, não será jamais adoptado. E finaliza acrescentando: “certo astrónomo mostrou ao rústico um astro e este não viu senão a torre de sua aldeia; Smith da riqueza social e os fisiocratas não vêem senão montes da riqueza social e os fisiocratas não vêem senão montes e vales, pântanos e alagadiços”.

3. — O abade Baudeau, animado de curiosidade científica, de paixão intelectual e de sinceridade de espírito, estudou o quadro económico de Quesnay. Sua candura, boa fé e admiração pelo chefe dão à atitude do prelado o aspecto de um apostolado monástico, explica René Gonnard. Por isso, com uma subtilidade que espanta, procura distinguir as artes primitivas das artes secundárias para resolver as dificuldades do problema, dizendo que as primeiras são anteriores e as segundas posteriores às colheitas.

Mas raciocina Cairu: é mais fácil argúcia e evasiva do que análise e cálculo. Seria ridículo dar-se primazia ou preferência ao madeireiro ou ao mineiro que fornecem a matéria prima do navio ou do relógio, em face do piloto ou do relojoeiro. O trapeiro e o curtidor reclamam primazia sobre o tipógrafo e o escritor, porque sem eles não haveria papel e encadernação.

E com esses argumentos, Cairu defende Smith da crítica de haver mostrado predilecção pelas manufacturas de sua Pátria, em detrimento da agricultura, quando na realidade Smith reprova o sistema mercantil e todo género de monopólio que atue em detrimento do povo, declarando que não era preciso refutar o sistema fisiocrático, porque este não faria mal em parte alguma.

Smith mostra que os produtos da agricultura não têm tão extenso mercado como as manufacturas, sem contudo afirmar que o Governo deveria mostrar predilecção pelas manufacturas, porque o sistema de preferências:

1.º — impossibilita a produção e a renda dos ramos desfalcados;

2.º — acarreta superprodução dos ramos favorecidos;

3.º — produz o desequilíbrio entre os diversos ramos da produção nacional;

4.º — faz perigar a segurança e a tranquilidade do Estado, em caso de guerra ou calamidade.

Nem só de pão vive o homem; ele necessita de instrução, ciência, arte e indústria, para que a riqueza de cada Nação seja proporcional às circunstâncias da vida humana, diz Cairu, revelando, assim, uma noção perfeita de mútua dependência geral dos fenômenos sociais e econômicos.

4. — Como vimos, refuta uma a uma todas as críticas referentes ao chamado princípio do trabalho, que nada mais é do que considerá-lo como o elementar formador do preço de venda ou do valor venal de qualquer produto.

Com efeito, Adam Smith, muito antes de Marx, estabeleceu o princípio de que o trabalho e o tempo nele empregado são os elementos essenciais do valor venal, desenvolvendo as idéias de Hesíodo que já dizia em seu poema que *obras e dias* são o fundamento de tudo que é estimável em preço.

E afirma Cairu, com muita razão para as mercadorias de produção ilimitada, que o preço venal ou da livre concorrência no mercado coincide ou tende sempre a coincidir com o preço de custo de produção; ou, como ele diz, com o preço natural ou com o preço do trabalho, enunciando um verdadeiro teorema de economia matemática.

5. — Em seguida tece numerosas considerações em defesa da livre concorrência e da abolição dos monopólios, como um direito natural, pois a liberdade de comércio é o árbitro supremo na compra e venda de todos os produtos. Faz ainda oportunas considerações sobre os conceitos de *valor, moeda e preço*.

6. — Finalizando este capítulo, Cairu analisa a forma pela qual Rodrigues de Brito louva Quesnay, admirando-se de que um médico de profissão venha dar tão lumi-

nosa lição de Economia aos homens da Lei, cujos cérebros Rodrigues de Brito julga embrutecidos pela enorme massa de autoridade de que se acham investidos. Cairu não acredita que essa hipótese possa ocorrer com Montesquieu, Blackstone, Wolfius Filangieri e Beccaria, quando todos sabem que a Europa foi salva do barbarismo pelo estudo do Digesto e do Código dos jurisconsultos romanos, povo esse que tanto sobressaiu pela glória das armas como pela sabedoria das leis.

Quanto às leis de natureza econômica, Cairu explica ser preferível não existirem do que serem desfavoráveis à actividade colectiva. O patriotismo e a sagacidade dos economistas ortodoxos devem consistir em indicar ao Governo as leis econômicas opressivas, inúteis, nocivas, antiquadas e inexecutáveis, ensina o grande mestre invocando Isaias. E termina afirmando: "Discutir não é doestar. Doeu-me ver tanto engenho empregado em acusar Smith sem razão, e de pouco úteis, as tão nobres doutrinas daquele grande homem. E' justo não resistir à evidência. E' honroso ceder em boa causa".

TEXTO ORIGINAL

1. — Ainda que sejam estimáveis estas *Memórias* pelas interessantes doutrinas que tocam e maiormente pelo principal destino de engrandecer a agricultura nacional, contudo não posso assentir em alguns pontos, enquanto indistintamente exaltam os economistas franceses, deprimindo a fama de SMITH, que aliás tanto se lhes avantajou nas lições que deu ao Universo. O seu AUTOR (1) não se contentou de criticar os lugares subalternos da obra *Riqueza das Nações*, nos quais teria cabimento diversidade de opinião, que aviventa a literatura e amplifica pela discussão a esfera dos conhecimentos humanos; mas adoptando as exagerações da *Fisiocracia* ataca a parte vital e o princípio mais sólido e prolífico do liberal e universalmente benéfico sistema, em que aquele grande homem

(1) Joaquim José Rodrigues de BRITO — *Memórias Políticas*. — Lisboa, 1803-1804 — 3 volumes. N. C.

põe, no trabalho, o fundo do suprimento das Nações e a recta economia, na igual protecção de toda a indústria útil, seja do campo, seja da cidade, mostrando o prejuízo de todos os sistemas de preferências e restrições.

Se tais *Memórias* pertencessem à classe dessas produções que fenecem no mesmo dia que viram a luz, seria indiferente seu curso efêmero; mas elas caracterizam os talentos e estudos do AUTOR em tão nobre carreira; e podendo com sua erudição brilhante deslumbrar os noviços em instrução econômica, quando insinua a suspeita de parecer SMITH plagiário dos economistas franceses e de ter sacrificado a exactidão dialéctica ao espírito de singularidade e sistema, não é decente condescender com estas sugestões, que inspiram tão desfavorável idéia de um dos mais beneméritos escritores da República das Letras e que tendem a apartar os compatriotas da leitura de uma obra, que só pode alçar a Nação ao nível de seus destinos. O público tem direito à sinceridade de cada indivíduo e à cândida exposição das teses, que podem empecer o bem do País em que a Providência nos fez nascer. (2)

Hanc veniam petimus damusque vicissem.

O AUTOR das *Memórias* estabelece o sistema agrário como o único verdadeiro, dizendo ter só ficado em campo depois de todos os outros sistemas; e recomenda que a legislação o siga, preferindo a agricultura às demais indústrias, por ser a *que produz todos os gêne-*

(2) Bem sei que é coisa desagradável contrariar opiniões de pessoas dotas. Mas a verdade não admite condescendências em matérias graves. Reverenciando eu ao AUTOR das *Memórias* e prezando pela amizade com que me honra suas luzes e carácter ao Desembargador João Rodrigues de Brito, irmão do mesmo AUTOR, a cuja censura, como de juiz competente, tenho submetido muitas partes principais da minha obra, é com repugnância que me extendo neste Capítulo devendo-me servir de escusa também a paixão que tenho por SMITH.

ros que servem a alimentar e vestir os homens. (3) Sei que tem por si a maior parte dos economistas que escreveram do meado do Século XVIII, em diante. Os mais exactos estendem a idéia de *agricultura* a todo o trabalho de extrair os produtos rudes da *terra*, entendendo a esta em sentido lato e na generalidade geográfica e compreensiva de todas as partes do Globo, incluindo também as aguas que o compõem, dos rios, lagos, mares; e, portanto, abrangendo igualmente as minas e salinas e até as pescarias do Oceano, que já supõem adiantamento das artes, navegação e ciências.

Agricultura! Agricultura é ainda presentemente o grito geral. As manufacturas e o comércio, (dizem) atraíndo braços e capitais para as cidades, fazem abandonar os campos, corromper os costumes, impossibilitar os casamentos e diminuir a população. Tendo pois contra mim sábios, o vulgo e a moda, não me abalançaria a contradizer a preferência do *sistema agrário* (quanto aos meios com que o sustenta seus elogiadores) senão estivesse convencido de que a verdade me patrocina. Valha-me por defesa a reflexão de um dos maiores oradores da antiguidade:

Neque me adeo insanum existimetis, ut instituerim a rebus tam abhorrentibus a sensu multitudinis verba facere, nisi in veritate orationis aliquid mihi præsidiū esse statuissem. (4)

Não é minha intenção fazer odiosa comparação de merecimento para eclipsar a glória dos bons economistas franceses. *Suum cuique decus posteritas rependit.* (5) Proponho-me unicamente mostrar que SMITH não é plagiário deles, pois os cita e louva na parte saudável de suas doutrinas; e que, posto se

(3) BRITO — *Memórias* — I — § 20.

(4) ISÓCRATES — *De Pace Sociale* — apud WOLFII.

(5) TÁCITUS.

aproveitasse das idéias dos que lhe precederam, contudo a sua honra é ilesa e a preeminência salva, pela solidez, extensão e sagacidade com que amplificou as teorias econômicas. *A mulher de Cesar* (dizia este domador das Gálias) *não deve nem ainda ser suspeitada*. Um poeta francês, compreendido em plágio de pensamento alheio, respondeu que *dos amigos os bens eram comuns*. Podem-se admitir jovialidades e licenças na poesia, porém nas Ciências exactas e maiormente na Economia Política, que firma o sagrado *direito da propriedade*, vai muito à honra da Literatura ainda o suspeitar plágio nos que esclareceram sua espécie, idade e Nação. A obra de SMITH é monumento de um dos mais ilustres gênios da Grã-Bretanha e por tal reconhecido pelos mais abalizados escritores. Não é pois do decoro português que tal labéu fique sem apologia em uma Nação, que também deu Henriques, Vascos, Camões e Macedos.

Com razão disse o acima citado orador que todas as artes avançariam, se fossem honrados e admirados, não tanto os inventores e os que primeiro traçaram algum assunto, como os que assomaram e se distinguiram por eminentes progressos e esquisita novidade no mesmo gênero. Entendo que SMITH está neste último caso.

Ego sic existimo omnes artes auctum iri, si honorati et in admiratione sint non ii, a quibus primis est initium profectum, neque illi qui de rebus a nemine prius tractatos dicere instituerint; sed qui sic verba facerint, et nemo alius eodem modo. (6)

Para se fazer cabal conceito dos fundamentos da crítica contra SMITH, porei ante o leitor as principais passagens do AUTOR das *Memórias*, em que todavia não pode escurecer a celebridade daquele escritor. Se

(6) ISÓCRATES — *Panegyris* — *Orationes*.

o que se acha dito nos Capítulos antecedentes e o que de mais se passa a dizer, não trouxe convicção aos espíritos preocupados ou difíceis (*æquam postulatio-nem adfero*) espace-se a execução da Sentença até a leitura da minha *Tentativa Econômica* (7), quando tratar do trabalho produtivo e da comparação dos sistemas principais da Economia.

“Adam SMITH, depois de ler o sábio e laborioso AUTOR (8) da *Filosofia Rural*, apesar dos poderosos obstáculos que achou na Inglaterra, escreveu logo a sua obra sobre a *Riqueza das Nações no espírito daquele sistema, adiantando e discutindo profundamente muitos objectos importantes dele*; mas mostrando sempre dilecção para as antigas opiniões do seu país; ainda que combateu muito o *sistema mercantil* adorado em Inglaterra e que faz um dos principais objectos da refutação daqueles filósofos.” E nas *Memórias* — I, pág. 25, §§ 19, 22, 23.

“O *sistema das manufacturas e indústria*, seguido em França por COLBERT, e o *mercantil*, seguido antigamente por Tiro e Cartago e hoje pela Holanda e Inglaterra, são bem refutados por Adam SMITH nas suas *Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* e melhor ainda pelo AUTOR dos dois *Diálogos sobre as Artes e sobre o Comércio*, publicados em 1768, e por todos os novos economistas que escreveram antes do doutor SMITH.

O sistema dos novos economistas, o mais célebre de todos, os que vêm a uniformar-se ao agrário, foi fundado por QUESNAY, seguido por MERCIER, DUPON, BAUDEAU, ROUBAUD, LE TROSNE, ABEILLE, MIRABEAU, GOURNAIL, MURATORI, WALPCLE e infinitos outros, que o publicaram e desenvolveram em muitos centos de volumes. O Marquês de MIRABEAU, talvez

(7) Ver Nota à pág. 134. N. C.

(8) MIRABEAU. N. C.

o mais profundo político do Século XVIII, na sua imortal obra *Filosofia Rural*, desenvolveu o grande princípio da natureza das despesas produtivas e escreveu outras obras, depois de fazer uma pública retratação de seus princípios adoptados no seu *Amigo dos Homens*, que tinha escrito antes.

Não sendo do nosso objecto a apologia de um ou de outro partido; pois ainda que todos quase concordam no princípio, discordam nas circunstâncias e consequências, somente em sacrifício da verdade vamos combater as invectivas, que alguns escritores têm injustamente avançado contra os novos economistas. Adam SMITH, um dos que os criticam, seguindo em toda a sua obra o espírito do *sistema agrário*, o combate em um *Capítulo* separado. Verdade é que este ataque directamente se encaminha contra os novos economistas; nem, segundo os princípios publicados na sua obra, se podia entender contra o *sistema agrário* tomado na acepção geral. Pela recopilação que ele faz da sua doutrina se observa que *não penetrou bem o sistema* destes filósofos; pois, seguindo na sua obra a maior parte dos seus princípios, ele os não atacaria, se possuísse todo o seu espírito. SMITH *parece mesmo plagiário*; porque, fazendo deduzir o Governo Político do trabalho, vem a seguir os novos economistas, que o fazem deduzir das despesas; visto que estas não se fazem sem aquele; e se não são muitas vezes verdadeiras e produtivas despesas, também o trabalho de SMITH é imensas vezes metafísico. Talvez SMITH, seguindo em quase toda a sua obra os novos economistas, não se quisesse declarar por eles expressamente por medo do Corpo dos Artistas e Negociantes Ingleses, que são tão poderosos, que o Governo Inglês, segundo o mesmo SMITH confessa, treme, quando pretende abolir algum dos seus imensos privilégios; e pode ser que por isso queira falsamente atribuir àqueles filósofos a supersticiosa e estúpida aversão,

que tinham para comércio a China, o Indostão, o Egito, a Grécia e a antiga Roma." E nas *Memórias* — III, Cap. II, §§ 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 28.

"Demonstra à evidência os princípios que temos avançado; mas parece dissentir e apartar-se deles a doutrina de Adam SMITH no seu tratado — *Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, quando diz: *que o trabalho é a medida real do valor de troca e parece ser a medida universal e exacta do valor das cousas em todos os séculos e lugares; que o preço real e nominal dos gêneros em o mesmo tempo e lugar estão entre si numa proporção exacta; que o preço real é o trabalho de o adquirir ou a pena que poupa; e que no princípio da sociedade o trabalho pagou tudo e foi a primeira moeda.*

Não se pode duvidar que o trabalho constitui em grande parte o valor das produções e é a segunda das três causas, que assinamos ao valor e preço das cousas; porque os homens, que se devem reputar em regra muito sabedores de seus interesses, não tomariam sobre si o peso do trabalho sem uma certeza ou probabilidade de que lhes havia ser pago. Contudo observamos mil vezes que o lavrador não vende os gêneros da sua cultura pelo que lhe custaram nos anos de tênue colheita e esterilidade; mas pelo preço que lhe prescreve a concorrência; mil vezes vemos que o artista, ou excitado pela necessidade, ou pela nova moda que se introduziu, ou pela abundância dos gêneros da sua indústria, que das outras cidades, províncias, ou reinos estrangeiros se importam, se vê obrigado a vender não em atenção ao trabalho, que lhes custaram, mas pela lei da concorrência. A abundância ou raridade de eclesiásticos, letrados, médicos, oficiais militares e da marinha faz todos os dias variar seus interesses sem alguma proporção com o que lhe custou a aquisição dessas artes, ciências e profissões. A classe mercantil tem já ganhos excessivos, já limi-

tadíssimos e perdas enormes, pela abundância ou mesquinhez dos fundos empregados, pela maior ou menor astúcia e previdência, pela liberdade e obstáculos do comércio, pela corruptibilidade dos gêneros e importações ou exportações repentinas, que sobrevêm; sem que em todas estas alternativas se siga muitas vezes a exacta proporção do trabalho. Sim, tiveram sempre os ofícios fáceis um limitado valor em proporção daqueles que custaram muitos anos e despesas; *mas não sei que seja muita e mui grande a utilidade, que se possa deduzir deste conhecimento e proporção para a direcção e manejo de uma Monarquia, ou de um Governo, qualquer que seja.*

Se se calculasse a soma das excepções, que têm as referidas regras de SMITH em todos os séculos, lugares e empregos, elas quase contrabalançariam com os casos da regra, que ele prescreve. Contudo, examinado o todo da obra deste sábio político, ver-se-á que ele reconhece em muitos lugares a soberana lei da concorrência; o poder que o uso tem no valor das cousas; e a necessidade da fácil venda ou permutação para ele ser constituído.

Este sábio doutor inglês, movido talvez pelo zelo do bem público e conhecendo toda a força e proveito do trabalho dos homens na sociedade civil, quis dar-lhe todo o apreço possível; e deduzir somente dele todas as riquezas das Nações; como antes muitos sábios escritores as tinham deduzido das despesas úteis, que constituem a parte mais essencial do trabalho e mais excessiva que ele desprezou algumas vezes a soberana lei da concorrência; talvez por costumar esta exercitar o seu despotismo nas Nações pobres e menos polidas; e desprezou enfim o uso (a primeira das três causas produtivas do valor) por julgar que esta causa devia supor-se subentendida.

É muito louvável este escritor no plano do seu sistema; mas os motivos de zelo, ou o espírito de sin-

gularidade, o não deviam fazer sacrificar o espírito dialéctico e de exactidão. Esta falta tem feito cair muitos autores de sistemas, principalmente os das Ciências Morais, em infinitos erros fatais à sociedade e o fez cair a ele mesmo em alguns, como teremos ocasião de mostrar no decurso destas *Memórias*.

O respeito e crédito, que tem este sábio escritor e que nós lhe tributamos, nos obrigam a justificar as proposições enunciadas no § 18. Elas são avançadas no *Livro I — Cap. V*, em que SMITH trata geralmente do preço real e nominal dos gêneros, isto é, do trabalho que os gêneros custaram e do dinheiro porque se vendem.

Para removermos toda dúvida, que pareça contrastar a evidência dos princípios que temos avançado, devemos dizer que alguns escritores, como o mesmo SMITH, afirmam com muita justiça que a renda, benefício e salário, constituem o preço das produções. Eles falam do preço natural dos gêneros, de que tratamos no § 13. Certo de que, em cada Nação, a renda que dá qualquer fundo de raiz, o benefício ou interesses, que se deduzem dos fundos móveis e os salários, são diferentes; e a razão natural sem maiores provas demonstra que estas diferenças devem necessariamente influir no preço de todas as produções da natureza e da indústria, porque os vendedores delas devem deduzir do produto da venda a soma que pagaram em renda, benefício e salários. Mas estas três causas são secundárias, porque todas incluídas na segunda das três constitutivas do valor, que lhe assinnamos no § 13, sem que possa variar ou pôr-se em dúvida a exactidão dos nossos princípios. Quando asseveramos que o trabalho era a segunda causa produtiva do valor, compreendemos nela as despesas feitas em salários, em pagamento de renda e benefícios e é, de facto, o pagamento destas três espécies de despesas um ónus real, que pesa sobre quem o paga

e de que deve esperar indenizar-se na venda dos seus gêneros; e é, assim, que o lavrador deve pretender deduzir do preço do trigo, que vender, e do dos outros gêneros, a renda da herdade, o benefício e riscos dos fundos que avançou e os salários que pagou. Ainda que pareça que o proprietário da herdade, que cobra a renda e o dos fundos móveis que cobra o benefício, não trabalhou nada recebendo todavia uma porção de valores; contudo aqueles proprietários, ou seus antecessores, tiveram o trabalho efectivo ou presumido de adquirirem aqueles fundos de raiz, ou móveis de que cobram renda ou benefício; ainda que este trabalho não corresponda exactamente aos réditos; por ser alterado pelo uso, concorrência e mil diversas causas secundárias, que nele influem, e que tocamos no § 13."

2. — Respondo. SMITH no *Livro IV — Cap. IX*, com muita clareza e devido elogio, expôs o sistema de Mr. QUESNAY, chamando-o *autor engenhoso e profundo* e a sua doutrina *liberal e generosa*, enquanto recomenda a perfeita justiça e a liberdade de comércio, como seguro meio de obterem as Nações o maior possível valor dos produtos da sua terra e indústria; dizendo porém com toda razão, que *ela inculca noções estreitas e mesquinhas*, enquanto representa como só produtivo o trabalho da agricultura e a terra como a única fonte da opulência social. Portanto SMITH, rectificando a teoria daquele mestre e de seus discípulos imediatos, seguiu outro rumo mais breve e seguro para se obter a maior possível riqueza e prosperidade.

O próprio crítico nos dispensa de refutação prolixa; pois ele mesmo entra logo a implicar-se em correcções, explicações, modificações e divisões do seu *sistema agrário*, não admitindo o *sistema agrário absoluto* por não achar conveniente a divisão dos grandes prédios; reconhecendo, todavia, que ela con-

tribui infinito para a população e riqueza; reprovando não menos o *sistema agrário relativo*, que atribui aos antigos Lacedemônios e, igualmente, o *relativo às manufacturas e ao comércio de transporte*, como diz ser o da China e Holanda.

Estabeleceu, porém, que o *sistema agrário*, (a que ele dá preferência) *é o relativo à riqueza e prosperidade nacional*, isto é, *o tendente a aumentar uma soma de supérfluos, que excedam o consumo*, para com ele se animar o comércio e todos os ramos de indústria no modo mais conforme ao maior valor político; advertindo que o Estado não se compõem só de agricultura, mas de infinitos ramos que se ligam e auxiliam para dar maior riqueza e prosperidade, e demais afirmando que o sistema de uma agricultura absoluta faria uma Nação pobre, estúpida e fácil de ser insultada e de ser a vítima da primeira Nação beligerante. Vejam-se as Notas aos §§ 21 e 22 das *Memórias* — I.

A que pois se reduz a descoberta que o crítico tanto exagera, para dizer que SMITH não penetrara bem o sistema dos economistas franceses? Era preciso algum Edipo (9) ou Tirésias (10), para decifrar o enigma e revelar o profundo mistério, que é preciso lavrar-se a terra para se ter pão e matéria de artes e que a agricultura de cada país deve-se reunir com as demais indústrias úteis, na direcção que possa dar ao mesmo país o maior possível rédito e emprego do povo? O senso comum não ditou sempre isso a todos os Estados, a não serem absolutamente bárbaros? Qual é o país que não cultivou, mais ou menos, o seu território? Não é da sabedoria de cada Nação e Governo dirigir a sua agricultura pelos canais mais produtivos, promovendo este ou aquele ramo dela e

(9) Antigo Rei de Tebas, decifrador da Esfinge. N. C.

(10) Oráculo de Tebas, adorado como deus. N. C.

proporcionando a sua extensão segundo a vantagem dos respectivos resultados no comércio interior e exterior, combinando-a também com as demais indústrias e divisões imediatas e necessárias dos trabalhos da sociedade, quais são as artes, tática, comércio e ciências?

Leiam-se os *Econômicos* de XENOFONTE e aí se acharão muitas regras sensatas da Economia Política do Império da Persia, que são uniformes às que o crítico dá por invenções novas.

Ne nos pudeat Persarum regem imitari. Nam illum aiunt, quod agriculturam et belicæ rei artem pulcherrimas et maxime necessarias existimet, utramque maximo studio colore... Præterea, quantum regionis suæ peragrans ipse inspicit, in eo etiam omnia ipse explorat, quantum vero ipse non inspicit, id, fidis hominiûs missis, inspicit. Et quos quidem pætores animadvertit egregie habitatam terram exhibere, solum cultum et arboribus (pro cujusque soli natura) fructibusque plenum; eis alium etiam agrum attribuit, et muneribus cohonestat, et locis in consessu honoratis ornat... Quoties rex numera largiatur, primum eos arcessit ad illum, qui præclare se in bello gesserint, quod multum arare nihil prosit, nisi sint qui arantes defendant. Præclare et ille dixit, qui agriculturam aliarum artium matrem et nutricem esse perhibuit. Nam, cum agricultura prospere succedit, etiam artes ceteræ omnes vigent: at, ubi regio necessitate aliqua inculta manet, etiam cætere artes fere terra marique extinguuntur. Qui agrum recte colere velit, primo soli naturam esse debere cognitam; non cum Deo bellum expedit gerere. Non enim id quo indiget, seminando et conserendo, maiorem victus copiam consequetur, quam quantum solum lubens proferet ac educabit.

Que mais ou melhor, quanto à substância, disseram os economistas franceses, à excepção da sua

teoria da liberdade do comércio, aliás não tem comparação com a energia e sublimidade das razões de SMITH e que vem a ser inconsequente e escassa, quando as leis favorecem com especialidade qualquer espécie de trabalho, como os ditos querem a respeito da agricultura.

Nada significa, nem utiliza a vaga recomendação dos bens da agricultura (de que ninguém jamais duvidou, geralmente falando da sociedade) se ao mesmo tempo não se mostra, quais serão os genuínos meios de a promover e fazer frutífera, nem se analisam os grãos de influência que tem sobre as demais indústrias e os da reacção destas sobre o progresso e lucros da mesma agricultura.

SMITH libertou a Economia de complicações, impertinências e lugares comuns. Reconhece que a agricultura é o trabalho primário mais natural e mais sólido do homem civilizado. Mas não menos reconhece que, avançando a civilização, todos os homens não podem nem devem ser agricultores. Portanto simplifica o seu sistema com o capital aforismo: *que o trabalho é a causa da riqueza das Nações e que esta riqueza se proporciona à sabedoria com que é dirigido o anual trabalho de cada país*. Havendo justiça, isto é, segurança das pessoas e propriedades, havendo franqueza de luzes, indústria e tráfico, cada Nação e indivíduo acha facilmente o nível do mais produtivo emprego dos seus braços e capitais; e conseqüentemente se habilita a obter afinal o mais amplo resultado, que lhe fornece o necessário, cômodo e delicioso à vida, preferindo estes ou aqueles ramos de emprego. Os Governos segundo SMITH devem deixar isso à sagacidade do corpo do povo, sem preferir ou especializar ramo algum.

Diga embora o crítico nas *Memórias*, pág. 43, que até a Holanda deve seguir o *sistema agrário*. Este povo conhece melhor os interesses nacionais para não pre-

ferir a cultura de seus territórios pantanosos, abandonando as suas pescarias de mar alto, a sua cabotagem e o comércio de fretamento, com que adquire imensa riqueza pecuniária e todos os artigos preciosos à sua subsistência e indústria que, pela respectiva superabundância, muitas vezes reexporta com ganho aos próprios países, de onde antes saíram, segundo frequentemente acontece até com o trigo de Inglaterra. Aquele povo sombrio e perspicaz não deixa de aproveitar no possível o seu terreno em pastagens e culturas mais apropriadas; porém seria insensato, se não preferisse as manufacturas, para que tem naturais ou adquiridas oportunidades e a extensão de seus estabelecimentos de navegação, comércio e colônias, que lhe tem dado um valor político, a que aliás não podia aspirar posto cultivasse o seu território com o maior afinco e predilecção a outros trabalhos.

Ninguém vai cultivar o campo por amor do bem público; mas unicamente em vista do próprio interesse, segundo elegantemente diz SÊNECA:

Nemo ad agrum Colendum ex bono et æquo venit.

VIRGÍLIO também observou as dificuldades da agricultura:

*...Pater ipse colendi,
Haud facilem viam esse voluit.*

Não basta pois missionar, que se entreguem os povos à agricultura, para que todos se resolvam aos seus penosos trabalhos; é preciso serem convidados com a esperança de lucro proporcional e relativo ao que produzem os outros ramos de indústria do lugar e vizinhança. Os vagos louvores da agricultura, maiormente dos gêneros de alimento e vestido, que o crítico unicamente compreende na definição dessa arte, que aliás se estende também às plantações de gêneros de prazer, construção e medicina e não menos aos traba-

lhos das minas, salinas e pescarias, têm feito degenerar a *agronomia* em *agromania*.

Nas Nações comerciantes não se faz a cultura só como um meio directo de subsistência, mas como um ramo de tráfico; e prefere-se este ou aquele gênero de plantação (se o terreno o sofre) conforme é maior ou menor a certeza do merecido e esperado proveito. Em tais Nações não é exacto o que diz o vulgo, *que primeiro é plantar e depois vender*; pois sucede positivamente o contrário; porque *primeiro é vender e depois plantar*. É necessário assegurar-se a venda com maior grau de probabilidade; e logo os braços e capitais se põem em movimento para suprirem-se os fregueses, segundo a demanda efectiva de cada espécie de produto da terra. De que serve cultivar muito, ainda os gêneros de primeira necessidade, quando isso se faz braçal e grosseiramente, sem o socorro das artes e ciências, que abreviam, facilitam e aperfeiçoam a tarefa, e maiormente se o mercado é estreito e o excedente ao consumo nacional se reduz a um supérfluo oneroso e inútil, ou apenas se vende a vil preço aos estrangeiros, que aliás reputam em troca por alto valor suas manufacturas e serviços?

Por isso SMITH ensinou que a demanda e o mercado criam o produto. Ninguém vai plantar sem calcular o consumo e a indenização do próprio trabalho, isto é, o reembolso dos seus avanços com, ao menos, o ordinário interesse do fundo; do contrário, vem a obter uma superabundância, a qual lhe é em pura perda e não riqueza; só excede as suas precisões e não acha quem, por via de regra, lhe pague o custo necessário. As artes, comércio e ciências, multiplicando as demandas dos produtos da terra, bem vestindo, agasalhando e instruindo ao lavrador e fornecendo-lhe os instrumentos, que lhe facilitam suas duras tarefas, e segurando-lhe enfim e amplificando a saca e proveito dos frutos respectivos, vêm a aumentar-lhe os capi-

tais e animá-lo para maiores empresas rurais e perfeição das culturas. Mas se o lavrador, pela ignorância do país, falta de mercado e sem o socorro, ao menos, das artes companheiras e com opressão das leis fiscais e da má economia pública, não acha, antes se lhe tira, o interesse de trabalhar as terras, é impossível que a agricultura se aumente e seja frutífera, quanto aliás poderia ser.

Posto o supérfluo dos lavradores fosse ao princípio a motriz e o apoio de todas essas indústrias, contudo, os bons efeitos da agricultura, no seu rude e original estudo, são muito inferiores e lentos, comparados como os que se manifestam progressivamente com uma velocidade acelerada, quando as artes, comércios, ciências e as demais indústrias úteis, reagem sobre a terra, pagando-lhe com usura os seus primeiros benefícios. Onde na Europa se vêem os prodígios da civilização e riqueza e a mais viva, elegante, bem entendida e produtiva agricultura, senão onde prevalecem os ornamentos da Sociedade? Não se vê nas Nações bárbaras ou destituídas das vantagens das manufacturas, comércio e ciências, o quanto a sua agricultura seja apoucada em soma, variedade e perfeição! Quão rústicos, ferozes e brutais sejam seus costumes! Quão despóticos ou irregulares seus governos! Quão pobre, inerte, faminto e mal agasalhado viva todo o povo, maiormente a gente do campo que dorme sob a mesma cabana com seu gado, segundo notou JUVENAL? (11)

SMITH observou que, a iguais ou a não mui desiguais lucros, todo indivíduo, em atenção ao próprio interesse e segurança de sua fortuna, procura empregar o seu capital antes em agricultura do que

(11) *cum frigida parvas*
Præberet spelunca domos, ignemque, Laremque
Et pecus, et dominos communi clauderet umbra.

JUVENALIS — *Satyræ* — VI.

em manufacturas; antes em manufacturas do que em comércio; antes em comércio interior do que comércio estrangeiro. Esta ordem natural do trabalho é sustentada pelas naturais inclinações dos homens. Basta que o Governo seja imparcial, para que todos sigam esta, calculando as suas circunstâncias e medindo o mercado e respectivos lucros. É escusado para isso fazer preferências e dar privilégios, isenções e especiais favores; e é importuno, contraditório e baldado provocar com tais meios o povo para os trabalhos do campo, quando aliás sobrecarregam-se de tributos os frutos da terra, taxam-se-lhes os preços, encurta-se-lhe o mercado, não se facilita a circulação por boas estradas e canais e se admitem vínculos, estancos (12) e bens de mão morta, estagnando-se as fontes da subsistência e riqueza em mãos de abarcadores e monopolistas. Em todas as cousas deve haver discernimento e mediania. Na agricultura também o deve haver para a recta escolha dos produtos, conforme forem mais próprios ao terreno e ao esperado proveito, segundo bem aconselhou VIRGÍLIO nas suas *Geórgicas*:

*Quare agite: o proprios generatim discite cultus
Agricolæ, fructusque feros mollite collendo.*

Não há pessoa sensata que não se compraza de ver os campos bem cultivados. Toda a questão (como já se indicou em outro lugar) consiste nos melhores meios de promover a agricultura nos ramos e proporções mais convenientes a cada país e em justo equilíbrio com as demais indústrias nacionais; sem ainda excluir notável preponderância em alguns trabalhos rurais, urbanos e marítimos, segundo as circunstâncias locais e bem entendidos interesses, regulados pelo respectivo mercado e considerações políticas.

(12) Lugar defeso, em cujas terras não entravam as justiças do Rei. N. C.

Tendo-se em vista o complexo desses interesses, o que deve decidir da escolha do povo e da protecção do Governo é o seu final resultado, que mais contribua para a opulência e poder do Estado. Em tal caso pode com benefício público a geral indústria dirigir-se, por espontâneo acordo dos proprietários e capitalistas, (que são os principais empregadores de fundos e os que dão a maior impulsão e constante movimento ao trabalho nacional) ora para agricultura dos gêneros que servem a alimentar e vestir os homens, ora para as plantações de prazer e luxo, ora para as manufacturas ou certas artes e fábricas, para que o país tenha maiores oportunidades naturais ou adquiridas, ora para o comércio e navegação exterior, etc.

Estas diferenças específicas não se encontram de modo claro e sólido nos economistas franceses, velhos e novos, segundo confessa o próprio AUTOR das *Memórias* (13) dizendo que, *suposto aqueles escritores dessem preferência à agricultura sobre os demais braços da administração, não têm distinguido a espécie de agricultura que deve proteger-se, têm confundido a absoluta com a relativa por falta de rigor de análise.*

O AUTOR das *Memórias* diz que se deve justamente condenar FILANGIERI e outros, em pretenderem a divisão dos grandes prédios contra a opinião de YOUNG, STEWART, SMITH e de todos os novos economistas franceses que cita. Sempre novos economistas!!! O peso das razões, e não o número dos assertores, é o que deve decidir da justiça com que se condenam as opiniões literárias. O mesmo crítico reconhece que a Itália, desde os princípios da República Romana, fora dividida em pequenas propriedades e que tinha sido muito cultivada e rica. Não vejo porém que ele possa apoiar o seu parecer com a autoridade de SMITH.

(13) BRITO — *Memórias* — I — § 21. Nota.

Este grande homem tudo bem viu, tudo bem ponderou. Ele, fundado na experiência de todos os séculos e países, afirma que tão prejudicial e impossível é aos Governos impedirem a anexação dos terrenos por livre e justa compra e venda das propriedades, segundo o exige a necessária e invedável desigualdade civil dos cidadãos, infinita variedade de suas conveniências, ocorrências e a contínua rotação e circulação de suas fortunas e condições; como é alheio da razão e contra a real opulência e fôrça política dos Estados obstar a divisão dos mesmos terrenos, quando assim cumpre ao direito das famílias e aos interesses dos proprietários e credores.

Eu não entro aqui na discussão circunstanciada da exacção desta doutrina, nem impugno e menos reprovo a contrária economia dos Soberanos, que têm direito de legislar e reger seus Estados, segundo entendem bem convir as respectivas circunstâncias locais, formas de governo, gênio do povo e relações políticas. Na minha *Tentativa Econômica* (14) essas questões serão tratadas mais satisfatoriamente. Aqui só observo que a acumulação de propriedades territoriais, maiormente se é facilitada por monopólios e oportunidades de abarcamento dados por lei e autoridade pública, tem contra si uma terrível cominação das divinas letras!

Vae qui conjungitis domum ad domum, et agrum agro copulatis: numquid habitabitis vos soli in medio terræ? (15)

A questão da grande sobre a pequena cultura, a respeito de que tanto debateram os economistas, vem a ser impertinente ou absurda, se pretendesse mover controvérsia sobre mais convir, cultivar um terreno

(14) Ver nota à pág. 134. N. C.

(15) ISAIAS — Cap. V — V. 8.

vasto ou limitado. Nunca pode entrar em dúvida racional, se era mais do interesse da Sociedade ou de qualquer Nação, o bem agricultar-se um grande ou um pequeno campo. A questão é de cálculo e toda relativa ao mercado, bom preço e número dos consumidores, que tenham a faculdade de pagar. Cultivar muito e mal um terreno, ou procurar um produto, que exceda as necessidades do consumo e que não possa ter competente saca e paga, é evidente desvario. Em tal caso mais vale cultivar menos, melhor e em proporção à demanda efectiva que haja do rude produto da terra dentro e fora do país, sejam quais forem os gêneros mais demandados.

Parece todavia incontestável que há culturas (16) que não se podem empreender senão em grande e com proporcionais fundos, para darem um interesse do capital razoado e, pelo menos, igual aos que ordinariamente rendem os outros empregos dos fundos nacionais. Tal, por exemplo, é a cultura do açúcar nas Colônias da América; posto que isto mesmo seja controvertido por alguns, alegando a cultura desse idêntico gênero na Ásia. As empresas de minas são outro exemplo.

Porém nas demais espécies de culturas em dois terrenos dados de igual fertilidade e vantagens para o amanho, transporte e consumo, o que decide da superioridade do rédito, não é tanto a extensão do campo, como a quantidade e boa direcção dos capitais nas benfeitorias, instrumentos, salário do trabalho e número de braços empregados na plantação e colheita; e, portanto, um menor espaço de terra com estas vantagens pode ser mais rendoso ao seu proprietário e ao público, que outro maior destituído de iguais meios e avanços.

(16) Trigo, café, etc. N. C.

SMITH jamais se declarou em favor das grandes propriedades territoriais, que todo o mundo sabe serem terrível flagelo da agricultura, população e felicidade. SMITH não admitiu a execrável lei agrária dos facciosos inovadores, antigos e modernos; certo de que nem todos podem, nem a todos convém ou faz conta, ter terras; e que é iniquíssimo, despótico, revolucionário e intolerável, o sistema de não respeitar o direito da propriedade e as posses imemoriais, para estarem os domínios em flutuação e incerteza. Contanto que não se dêem monopólios por autoridade pública (pois que facilitam os abarcamentos de terras) estas naturalmente tendem a se dividir e circular pelo maior número possível de proprietários e experimentar, consequentemente, os efeitos de todas as indústrias e capitais nelas empregados; o que não pode deixar de ser utilíssimo à sociedade e a qualquer Estado.

Também o mesmo AUTOR não aplaudiu indistintamente os vínculos e demais instituições absurdas e gravosas do antigo governo feudal; mas expressamente aprovou a agricultura dos pequenos prédios, sendo cultivados por lavradores de capitais proporcionados; pois então bem observa ele, que os senhorios respectivos cultivam por si próprios suas terras com affecto de pai e como honrados monumentos hereditários de família. Eles economizam e aproveitam o menor ervanço e gravato, criam com esquisito cuidado e alinhos os animais e aves úteis, que são, segundo dizem, o *salvamento*. Do que resulta o poder-se alimentar a mãe, filhos e virem ao mercado, em benefício da Nação e da Sociedade, muito consideráveis excedentes do consumo dos proprietários e de seus immediatos dependentes.

Ao contrário, os grandes proprietários de terras, ou não têm capitais proporcionados à sua extensão, ou comumente os empregam em abarcar quantas mais possam, deixando-as incultas ou mal cultivadas, ou

apenas se esmeram em embelezar alguma porção, para seu recreio em jardins e tapadas. Se se resolvem a dá-las em renda, como grande parte de tais vastas propriedades estão em poucas mãos, a falta de concorrência da parte dos que têm terras, faz levantar a exorbitante preço os ajustes dos arrendamentos; e os lavradores rendeiros, tendo pouca esperança de lucro e não podendo por isso aumentar seus capitais, também não podem fazer senão cultura de pobres; e consequentemente os prédios não podem dar muitos frutos por falta de copiosos avanços.

O AUTOR das *Memórias* diz que STEWART sabia-mente advertira que a *existência ou extinção dos agricultores absolutos seria indiferente e nada prejudicial ao todo da Nação*. A asserção deste economista não é exacta ou só provaria contra o sistema que o mesmo AUTOR das *Memórias* adoptou. Não é exacta, pois raríssimo é o lavrador que em país civilizado, isto é, com variedade de culturas e indústrias, lavre precisamente para si e sua família e não lhe sobeje sempre do próprio consumo algum supérfluo que exponha para venda e troca.

Se aquella livre asserção fosse verdadeira, provaria que o sistema de preferência de agricultura dos gêneros, que servem a alimentar e vestir os homens (que o AUTOR das *Memórias* inculca como objecto mais digno de superior protecção do Governo) faria os lavradores inúteis ao Estado; pois, na hipótese de mais se privilegiar essa cultura, segundo querem os fisiocratas, com extraordinários favores e isenções, a maior parte dos braços e capitais se arrancaria dos outros empregos para essa direcção; e a superabundância e concorrência diminuiria os preços e talvez impossibilitaria a venda dos frutos e logo a idêntica agricultura se restringiria à produção necessária para cada lavrador se manter com a sua família e seriam como entes solitários e independentes no universo

e consequentemente incomunicáveis, inúteis e anti-sociais.

Posto a cultura dos gêneros de primeira necessidade forneça a fundamental matéria da subsistência, obras, rédito e riqueza da Sociedade, contudo não se pode daí concluir que deva ser preferida às demais culturas e indústrias.

Não pode haver Estado considerável que não cultive estes gêneros. Porém há países e distritos mais próprios para a sua cultura e outros para outras. É preciso, pois, examinar-se o que faça antes conta comprar ao estrangeiro do que plantar na própria Nação. O senso comum, as luzes irrestritas e o interesse pessoal, que tem cem olhos e cem garras, se se deixa ao povo ver, escolher, cobrar, não desacertaria (por via de regra) na direcção da geral indústria e emprego de capitais.

Preferir a agricultura dos gêneros que servem para alimentar e vestir os homens por operações forçadas ou ainda aliciativas do Governo com extraordinários favores, isenções e privilégios (o que é verdadeira e real, ainda que paliada força), tão longe está de contribuir para a riqueza, felicidade e civilização que antes faria o povo pobre e feroz; pois a opulência e doçura de costumes não vêm senão com a variedade e amplitude da agricultura dos gêneros de prazer, artes e comércio.

Graças à Providência! Já a Europa está em tal ilustração e adiantamento, que o sistema agrário, que o AUTOR das *Memórias* pretende estabelecer e que parece considerá-lo a par da invenção de Copernico e da Telegrafia (17), não será jamais adoptado; a variedade das culturas, manufacturas e tráficos e as inumeráveis divisões do trabalho, em mil necessárias e úteis espécies de indústrias, têm estabelecido o amá-

(17) BRITO — *Memórias* — I § 21. Nota (b).

vel vínculo de aliança e dependência dos cidadãos e povos cultos. Do contrário, seria de receiar que se recaísse no barbarismo de certo povo da antiga Alemanha, que não cultivava senão a seara de pão, segundo descreve TÁCITO: (18)

Nec enim cum ubertate et amplitudine soli contendunt, ut pomaria conserant et prata separent, ut hortos rigent: sola terræ seges imperatur... nullus per Commercia cultos.

O AUTOR das *Memórias* supõe que o seu sistema tende a dar uma soma de supérfluos, com que se alimentem o comércio e demais indústrias. Mas, ou deve o Governo igualmente proteger esse comércio e toda a casta de indústria útil e então caduca o sistema de preferência de agricultura tanto recomendado; ou, não se dando ao comércio e às demais indústrias igual protecção, não haverá a existência e menos o equilíbrio necessário destes empregos do povo, para se aproveitar logo aquele supérfluo (pois de repente com ele não se levantam as habilidades, embarcações, manufacturas, instrumentos e mercados), e portanto o considerado supérfluo não seria logo reproduzido por inútil; e, consequentemente, a cultura se limitaria ao consumo dos próprios agricultores e seus imediatos dependentes, reduzindo-se a Nação a gente apenas útil a si e ao Estado, como diz o AUTOR das *Memórias* haver STEWART sabiamente advertido. Pode se replicar a este dilelo?

Ainda que os bens da agricultura em todos os seus ramos, principalmente dos gêneros necessários à vida, sejam de grande consideração em todos os Estados, contudo nunca se devem perder de vista as outras também indispensáveis divisões do trabalho da sociedade, para serem protegidas imparcialmente pelo Sobe-

(18) TACITUS — *De Moribus Germaniæ* — Cap. XXVI.

rano. *Quão sensata era a opinião de PLÍNIO, Livro XVIII — Cap. VI:*

Imo hercule! Judico modum rerum omnium utilissimum. Bene colere necessarium est: optime damnosum.

Diz o crítico que SMITH, combatendo o sistema dos economistas franceses, seguiu em toda a sua obra o espírito do *sistema agrário*. Na verdade o seguiu, porém com a discrição conveniente e combatendo as fantasias daqueles economistas com irrefragáveis fundamentos; bem notando, que eles se precipitaram ao extremo oposto da errônea política do grande Ministro COLBERT, que havia atrasado a agricultura da França com taxas de preço dos frutos da terra, restrições da saída dos grãos; persuadido de serem estes os oportunos meios de baratearem os gêneros no interior e, conseqüentemente, a mão de obra das manufacturas nacionais, para obterem certo e vantajoso mercado fora do país. Assim, pensava que devia favorecer às fábricas com desmedidas parcialidades, maiormente as de luxo e destinadas ao comércio exterior, no intuito de atrair o ouro estrangeiro e engrandecer a sua Nação com muita cópia de metais preciosos que, segundo a geral ilusão, eram (e ainda hoje são) havidos, por quase todos os estadistas, como as essenciais riquezas dos Impérios.

O sistema privativo de SMITH consiste em estabelecer-se na Economia dos Estados a *pura justiça e geral protecção; tratando o Soberano com igualdade e imparcialidade toda espécie de trabalho útil*, o que ele bem observa logo na *Introdução* da sua Obra não ter-se jamais praticado em Nação alguma, antiga ou moderna. Ele entende que só assim os Governos poderiam bem desempenhar seu augusto ministério, sem perigo de ilusão e erro, não pondo (como ora põem) obstáculos ao progresso das riquezas da socie-

dade e do próprio país, que aliás destinam promover. Então é que, ajudando-se, sustentando-se e influindo todas as indústrias, espontânea e reciprocamente, umas sobre as outras, dariam o maior possível resultado em quantidade, perfeição e valor. Todos os sistemas de parcialidades e preferências, favores e restrições, impedem estes efeitos e desarranjam, mais ou menos, a recta distribuição dos empregos, fundos e negócios da sociedade e de cada Nação, produzindo excrescências, tumores e protuberancias danosas.

SMITH foi quem primeiro mostrou serem tais sistemas que especializam ou a agricultura, ou as fábricas, ou o comércio, ou alguns particulares ramos de indústria, quer do campo, quer da cidade, inúteis ou ruinosos: *são inúteis*, se o corpo do povo espontaneamente dirigiria pelas próprias luzes, oportunidades e interesses, os seus braços e capitais para esses ramos favorecidos; *são ruinosos*, se é forçado ou atraído, por artificiais meios da autoridade pública, a levar o seu trabalho, indústria e fundos para direcções, a que aliás não tenderiam de próprio acordo.

O *sistema agrário*, maiormente, o adoptado pelo crítico, com vistas tão diminutas e só pela razão que ele dá para a sua preferêcia nas ditas *Memórias* — I — § 20, isto é, *por ser a agricultura a que produz todos os gêneros necessários a alimentar e vestir os homens*, tem sido a causa de grandes desacertos na legislação econômica. Os Governos, havendo considerado superior importância na cultura desses artigos, têm, com boa intenção, mas na realidade com violência e irreparáveis danos, proibido ou restrito as culturas de gêneros de prazer e luxo. Assim na França se publicaram *Éditos* para coarctar a cultura das vinhas. No nosso Reino viu-se também o fatal exemplo de se mandarem arrancar as vinhas de Santarem no Ministério do Marquez de Pombal, que provavelmente se deixou seduzir das declarações e galimatias dos eco-

nomistas franceses que, nessa época, tinham aparecido em grande pompa, apregoando vagamente a preferência da agricultura dos bens de primeira necessidade. (19)

Para esta cultura prosperar basta que se alivie dispensáveis encargos fiscais e econômicos com que se acha gravada; e que por boas estradas e canais se facilite a circulação interior e que pela segurança da justiça cada qual possa livremente comprar e vender. Então a certeza do mercado (estando os gêneros de subsistência em constante demanda) impeliria e animaria a dirigir os capitais para a terra; e a franqueza da exportação, unida com a dos enceleiramentos particulares e o tráfico dos agentes intermediários entre o produtor e o consumidor (que ainda presentemente se infamam de abarcadores, monopolistas e atravessadores) faria alargar a esfera das empresas dos lavradores, dos abonos dos capitalistas seus assistentes e das especulações de todos os comerciantes em produções territoriais. Se, além disto, por vantajosos tratados de comércio, o Governo procura uma saca fácil e mercado extenso e indefinido dos gêneros do país e admite as luzes, indústria e honestos tráficos do estrangeiro, é impossível que a agricultura nacional, em todos os seus possíveis ramos e, principalmente, a dos gêneros indispensáveis à vida, não suba ao mais alto grau de grandeza e prosperidade; sendo então escusada e prejudicial a preferência do *sistema agrário* e maléfica e odiosa a máxima de proteger menos o Soberano os sistemas de manufacturas, comércio, indústria e propriedade, como inculca o crítico nas ditas *Memórias* — I — § 20. A igual protecção de todo o trabalho honesto e útil é a que parece dever ser a

(19) Felizmente foi abolida essa e a outra lei das encravações dos prédios, que também provalvemente se originou das disputas dos economistas sobre a *grande e a pequena cultura*.

regra central dos Governos e a Lei Constitucional de qualquer Estado culto.

Toda a parcialidade no Soberano parece um erro político e de péssimas consequências. Que desordens não resultaria à Terra, se o Sol vivificasse com igualdade no seu curso todas as partes do Globo? A genuína e eficaz protecção do Governo consiste nos meios gerais de ter competente força militar; regular administração da Justiça; e todos os estabelecimentos religiosos, literários, fiscais e obras necessárias para a circulação e bom preço dos frutos de todas as indústrias do campo e cidade.

Se o sistema de SMITH tivesse sido adoptado, ao menos nas grandes Nações, não se observariam essas enormes desigualdades que se vêem nas indústrias dos diversos países; nem a Inglaterra se teria elevado à supereminência de manufacturas, comércio e poder naval, que é hoje o objecto de admiração e inveja. Então, a emulação recíproca exaltaria a actividade dos povos e se restabeleceria um saudável equilíbrio de indústria e força, que é o mais sólido fiador da Civilização, riqueza e segurança dos Estados.

Pensam os fisiocratas que, se a terra fosse mais cultivada e as artes e demais indústrias comparativamente menos protegidas, haveria maior produto do campo, maior população e real poder das Nações. Mas a teoria e a experiência estão em contrário: basta comparar os Estados em que as artes, comércio e ciência se acham na infâmia, com os que têm em em grande estima e protecção esses esteios e adornos da vida social.

Os entusiastas da agricultura têm este capital defeito e cega teima. Não querem ver o edifício da civilização senão de um só ponto de vista. Oferecem um todo manco e mutilado e cuidam terem feito uma descoberta sem par. Eles consideram a agricultura como já existe nas Nações cultas, com todos os adianta-

mentos e benefícios que lhe prestaram as artes, comércio, ciências, tática, navegação por tantos séculos, etc. Ainda, presentemente, em certos lugares as colheitas e transportes se fazem com ajuda das estradas romanas. Tomando pois o efeito pela causa, não dão o seu a seu dono; e o que é obra dos bons governos de muitas habilidades humanas e a acumulada série de invenções e experiências em todas as direcções da indústria, eles atribuem à energia da terra e ao braço do rotineiro lavrador. Vejam a agricultura nos povos bárbaros, e reconhecerão se o que deve o artífice, o comerciante, o militar e o sábio ao lavrador, tem proporção com as vantagens que este recebe daqueles.

Certo astrônomo, dizem, mostrava ao rústico um astro, e este não via senão a torre da sua aldeia. SMITH mostra o luminoso astro do trabalho (intelectual e corpóreo), como a causa motriz de toda a agência da sociedade para se conseguir a subsistência, riqueza e felicidade; e o Soberano de qualquer país, como a força central deste astro, protegendo com igualdade e imparcialidade todas as indústrias nos infinitos semidiâmetros ou linhas, que se terminam na periferia do respectivo território. Por mais que se mostre este astro, os fisiocratas não vêem senão montes e vales, paúis e lezírias; e bradam por toda a parte porque não se cultivam os campos? Dêem-nos bons instrumentos e compradores dos produtos da terra; não se vexa ao lavrador; não se lhe perturbem as assistências dos capitalistas; deixe-se a todos plantar, enceleirar, comprar e vender quando lhe fizer conta; e logo se verão os prodígios de réditos, que palavras e declamações não são capazes de fornecer.

Ainda no estado actual das Nações civilizadas, em que a agricultura é o agregado de mil trabalhos, que trouxeram sementes, instrumentos e experiências, de mui diversas partes do Globo; é não menos certo que, se os produtos da terra (que a natureza, à excepção

das frutas, não dá logo em modo conveniente para se usar e gozar) não forem competentemente manufacturados não serão riquezas, mas inutilidades; se não houverem pessoas que transportem os produtos rudes ou manufacturados aos oportunos mercados e consumidores, que tenham a faculdade de pagar o seu custo necessário, logo não serão reproduzidos e manufacturados. Se as ciências não vierem esclarecer os povos para abreviar, facilitar e aperfeiçoar os processos de todos os trabalhos úteis, as produções da terra e da arte serão muito minguadas e grosseiras. Se não houver uma força militar bem ordenada, que habitue os homens à coragem para resistirem à invasão, injúria e violência, ninguém é tranquilo e seguro no exercício e gozo de suas tarefas e produtos. A força e formosura social estão na reunião e aliança de todas essas indústrias e não só em uma parte delas, que não se pode nem deve separar do seu complexo, e menos fazer perder o respectivo equilíbrio. Tal era o emblema da faixa dos Lacedemônios, cuja potência no todo derivava-se da indestrutível coesão das partes.

Avaliaram por ventura os fisiocratas a incalculável cooperação de milhões de pessoas e indústrias, que concorrem para o lavrador ter arado, moinhos, carros, adegas, lagares, casas de vivenda e ainda os mais grosseiros vestidos e utensílios? Que importa que o plantar para subsistir-se e haverem matérias de obras, seja o trabalho primeiro na ordem, se, para se estenderem e aperfeiçoarem as culturas e darem muito superiores rendimentos, precisa-se de mil indústrias diferentes e conspirantes?

3. — O abade BAUDEAU, um dos fisiocratas mais razoados, sentindo a inépcia do paradoxo de seus companheiros, distingue as *artes primitivas das artes secundárias* e diz que existe uma linha manifesta de

demarcação entre umas e outras; diz que aquelas são anteriores e estas posteriores às colheitas. Como é mais fácil argúcia e evasiva do que análise e cálculo, aquele AUTOR contentou-se com esse epigrama e deu como resolvida a dificuldade. Mas não é menos certo que as colheitas grandes e variadas não se podem fazer, sem a associação simultânea de inumerável multidão de cooperadores não empregados no immediato trabalho de terras lavradas; e as observações acima feitas têm ainda aqui sua evidência e aplicação. Até as obras de luxo, que encantam os sentidos, estimulam mais o lavrador para maior trabalho da terra, a fim de ter dela mais frutos e poder gozar das delícias da vida.

Olhe-se para a complicada máquina de um navio ou relógio por exemplo. Não seria sobremaneira ridículo se o que cortou a madeira do mato, ou extraíu os metais das minas, pretendesse primazia e preferência à sua indústria, em face do piloto e relojoeiro e dos inventores e organizadores de todas as miudas e delicadas partes da maravilhosa obra? O trapeiro e esfolador, por serem os primeiros no trabalho, reclamarão antiguidade e honra de serviço ao descobridor da tipografia e do autor de uma obra literária, porque sem eles não haveria papel e encadernação. Olhe-se para a imensa obra da Criação. Quem sem demência destacará Terra e Céu de todas as partes do mundo, harmoniadas e de recíproca atração e influência? Assim é a sociedade e o mundo moral. Não está no poder dos fisiocratas desanexar a agricultura, como um ente abstracto e independente, de todas as outras indústrias auxiliaadoras, rompendo os liames e tirando os anéis sucessivos da adamantina cadeia da civilização, não vendo o todo nas suas partes integrantes, por invisível, insignificante e indiferente que pareça a sua mútua acção e reacção. Assim o pedem a razão e a ordem social.

*Continuo has leges, æternaque fœdera junctis
Imposui natura locis.*

Do exposto não se segue que, em alguns Estados, segundo as suas circunstâncias, não seja, ao menos temporariamente, útil preferir-se alguma particular indústria e promover-se com oportuna parcialidade do Governo. Porém, se o país tem reais e decisivas proporções para certas indústrias, a franqueza das luzes e o geral interesse dirigirão espontaneamente o corpo do povo e os empregadores de trabalhos e capitais para esses canais mais lucrativos, sem se precisar de força compulsória ou extraordinários favores da autoridade pública. A respeito da agricultura, quando se acha atrasada por guerras, calamidades ou infausta economia de se ter antes em seu dano promovido outras indústrias menos úteis, e destruído o equilíbrio dos trabalhos que suprem o povo no que lhes é mais importante, basta tirar os obstáculos e aliviar de tributos por alguns anos as novas culturas, para tudo entrar na ordem.

SMITH não mostra predilecção pelas manufacturas de sua pátria, segundo arbitrariamente assevera o crítico. Ele, ao contrário, muito energicamente e com justa indignação, reprovava o *sistema mercantil* e todo gênero de monopólios dos manufactureiros e comerciantes; lamentando-se que estes não só vêm a ser em detrimento do corpo do povo, mas também com especialidade em opressão dos artistas pobres e benefício dos ricos. Ele aconselha aos homens de Estado que, em deliberações do bem público, jamais atendam aos pareceres daquelas duas classes, cujo interesse é quase sempre contrário ao da Nação.

Ele disse que não era preciso refutar com muita extensão o *sistema de agricultura*, porque nunca faria mal em parte alguma; pois ninguém, por mais que se gabe a lavoura, vai lavrar terra sem capitais e proba-

bilidade de proveito competente; mas combateu os economistas franceses, que pretenderam promover a mesma agricultura com desmedida preferência, postpondo e restringindo as manufacturas e comércio, como indústria secundária e inferior e seu trabalho como improdutivo e estéril. Ele mostra, que os produtos rudes da agricultura não têm tão extenso mercado como as manufacturas; que estas são favoráveis à amplificação da mesma agricultura e maiormente ao comércio estrangeiro; mostra que as artes e este comércio foram os que introduziram liberdade, ordem e bom governo na Europa, extinguindo gradualmente as deformidades do feudalismo; mostra quais são as causas que naturalmente fazem estabelecer e prosperar as manufacturas; o modo como elas contribuem para acumulação dos fundos; o quanto sejam mais susceptíveis de divisão do trabalho do que a agricultura e, consequentemente, mais conspirem para a amplificação da esfera dos conhecimentos e gozos humanos. O adiantamento das artes é o termômetro dos gráus de civilização, doçura e elegância de costumes de qualquer povo.

... *Ingenuas dedicisse fideliter artes*
Emollit mores, nec sinit esse feros. (20)

Porém jamais disse que o Governo deveria mostrar predilecção pelas manufacturas ou por quaisquer outras indústrias; antes provou que todo o sistema de preferências e restrições empecia, em lugar de promover, a opulência de qualquer Nação; por atrair para o ramo de cultura, indústria e tráfico, mais pessoas e capitais do que era necessário e o mesmo ramo admitia; arrancando-os de outros ramos aliás também indispensáveis e lucrativos e de mútua cooperação

(20) OVIDIUS.

para a geral riqueza e prosperidade; causando-se daí os seguintes enormes danos:

1.º — de impossibilitar todos os produtos e réditos dos ramos desfalcados;

2.º — de acumular mais produtos dos ramos favorecidos, que vêm a ser em pura perda, por exceder ao respectivo mercado interior e exterior;

3.º — de se perder o devido equilíbrio dos diversos necessários ramos da indústria nacional, de que aliás depende a recíproca ajuda de todos eles e o mais copioso e perfeito anual resultado;

4.º — o fazer perigar a independência e tranquilidade do Estado, quando acontece algum repentino transtorno e perda nos grandes ramos favorecidos por guerra, falta de consumo, nociva concorrência de outras Nações ou outras imprevistas calamidades.

Isso se evita, quando nenhum ramo protubera nem se deforma com excrescências, em virtude da irresistível atracção que faz para ele de braços e capitais qualquer preferência, parcialidade e extraordinário favor do Governo.

Quando os produtos da terra não acham bom mercado dentro ou fora do país, o expediente necessário é restringir a cultura e manufacturar os mesmos produtos, em proporção à demanda exterior, que possa haver de obras manufacturadas. É pois, em todas as hipóteses, absurda, perniciosa e inútil a preferência do decantado *sistema agrário*. Não é só de pão e vestido que o homem vive; e ainda para se ter muito e bom pão e competente agasalho, é preciso que o Governo proteja com imparcialidade as artes, manufacturas, ciências e toda a espécie de indústria útil; a fim de que possa haver em cada Nação o maior acúmulo de riqueza em quantidade, perfeição e valor, proporcionalmente às suas circunstâncias.

4. — Consideremos agora as censuras do crítico sobre o princípio do *trabalho*. Diz que não sabe que seja muita e grande a utilidade que se possa deduzir deste conhecimento para a direcção e manejo de uma monarquia ou de um governo, qualquer que seja. O Aquiles do argumento é que, posto o trabalho entre nas partes constituintes do preço, contudo, o uso e a concorrência são as circunstâncias que decidem do valor venal de todas as cousas; sendo certo que, em quaisquer ofícios, profissões e negócios, mil vezes perdem os indivíduos, não reembolsando o valor de seus trabalhos; porque o preço de todas as obras, propriedades e mercadorias se regula pelo dito valor venal, que a soberana lei da concorrência assina.

Porém é a todas as luzes manifesta a sublimidade e compreensão daquela doutrina de SMITH em deduzir do *trabalho* todas as riquezas da sociedade. O crítico o increpa de espírito de singularidade por ter querido seguir o seu sistema, que aliás reconhece ser louvável. Quando os sistemas são arbitrários, por intentarem seus autores forçar a natureza para servir *oborto collo* aos vagos conceitos humanos, são inquestionavelmente errôneos. Mas, quando se apoiam em factos constantes e reconhecidos em todos os séculos e Nações, não se lhes pode contestar o carácter de verdade. Tal é o sistema de SMITH. Ele estabeleceu logo no princípio da sua Obra, que o *trabalho era o fundo do suprimimento das Nações*. O senso comum e experiência ditam e mostram que ele é o que produz tudo — *labor omnia vincit*. O Imperador Carlos VI (21) já dizia que o *trabalho valia mais que toda a riqueza*, vendo a Hespanha pobre e sem indústria e real poder, transbordando aliás dos tesouros da América.

Não preciso defender a SMITH com autoridades sagradas. A Lei do Criador e toda a Economia da

(21) Imperador da Alemanha, de 1711 a 1740. N. C.

Natureza nos obrigam a submeter-nos à sanção penal do trabalho:

In sudores vultus tui vesceris panem.

Ele mostra, e todo o mundo observa, que quaisquer valores venais, em última análise, se resolvem no trabalho que lhes deu nascimento e continuidade. *Obras e Dias*, já disse HESÍODO, são o fundamento de tudo que é estimável em preço. SMITH desenvolveu este fecundo princípio, dizendo que o trabalho e o tempo nele empregado são os essenciais constituintes dos valores venais. No progresso da sociedade, alguma atenção se dá ao engenho com que é feito o trabalho para a maioria de sua remuneração, preço ou salário; mas como as grandes habilidades, em todos os gêneros de exercícios, precisam muito tempo de ensino e aplicação para se aperfeiçoarem, não se pode duvidar de que toda a obra seja, como diz SMITH, *um armazém ou agregado de trabalho, identificado na pessoa que o faz e na matéria em que é empregado*. Todo comércio pois vem exactamente a ser *câmbio de trabalho por trabalho*; e a riqueza e poder *a faculdade de dispor do trabalho alheio ou de comprar os seus produtos*.

Estas noções, posto que abstractas, não são menos reais e úteis na prática. Todos os trabalhos e serviços que outros nos prestam, quer se realizem, quer não visível e duravelmente em algum objecto vendável, são sem dúvida uma comodidade que desfrutamos; e riqueza e poder não vêm a ser outra coisa mais do que um meio eficaz de ter-se grande número de cômodos da vida.

Quase todos os empregos públicos não são pagos com grande recompensa pecuniária e a honra entra principalmente em parte do salário. E que outra coisa ela é senão a oportunidade de poder dispor do trabalho alheio? O homem público tem facilidades de mui-

tos cômodos, obséquios e serviços, que equivalem e correspondem a valores e artigos mercantis muito reais; outro qualquer indivíduo os não teria, nem desfrutaria, sem pagar proporcional equivalente em outro trabalho, mercadoria ou dinheiro. Os empregados no serviço nacional, (se não têm fundos independentes), por via de regra calculam o salário de Estado e a importância do emprego, pela proporção dos preços ordinários dos artigos e valores venais precisos à sua decente manutenção. Os Governos sábios têm isso em vista, para prevenirem que os ditos por iníquos expedientes se indenizem do real ou presumido valor do seu trabalho.

Que importa que nem sempre se reembolse no tráfico da sociedade a importância dos trabalhos e fundos empregados nos diversos ramos de indústria e profissões? Não acontece isso igualmente às chamadas *despesas produtivas* dos economistas franceses, que o crítico chama (não sei porque) o *grande princípio do Autor* (22) da *Filosofia Rural*, a descoberta do *Século XVIII* e o objecto do plagiato que lhe parece ter SMITH feito dos ditos economistas? (23)

SMITH com razão estabeleceu o princípio do trabalho como o original fundamento do preço; pois todas as demais considerações do uso, mercado e concorrência, são subalternas, accessórias ou subentendidas. Aquele princípio é luminoso, genérico e compreensivo do *trabalho anual* da Nação, que foi o que SMITH teve em vista. Ele prescindiu do trabalho de cada indivíduo e classe de pessoas, que pode ser sem economia, mal dirigido e de infeliz êxito; o que

(22) MIRABEAU. N. C.

(23) As chamadas despesas produtivas destes economistas são os avanços da cultura em benfeitorias de terras, sementes, instrumento, vasos de transporte, mantimentos aos lavradores para fazerem a plantação e colheita, ou o dinheiro para se comprarem esses artigos; ora todos eles são os efeitos ou produtos do trabalho que SMITH põem pela causa das riquezas da Sociedade.

depende de infinitas circunstâncias accidentais das pessoas, tempos, lugares, etc. Era escusado recorrer ele explicitamente ao *uso* das cousas, porque já o supõem, visto que todo o mundo sabe que ninguém trabalha para o que não haja de ser de algum uso a si ou aos outros, no intuito de competente remuneração e reembolso. Também não há mercado e concorrência para o que não tem algum uso, isto é, utilidade real ou de fantasia. Rege a todos a regra de CATÃO — *Cui bono?* — isto é, a que propósito? Que utilidade tem? De que serve? Ninguém nos negócios econômicos dá um passo, nem levanta os olhos para onde não vê interesse.

Tanto mais que SMITH estabeleceu a riqueza da sociedade, não tanto na massa do trabalho, como na sabedoria com que é dirigido. Quanto as Nações e indivíduos têm maior dextreza na direcção do seu trabalho, tanto menos contingência sofrem nas flutuações do mercado; e tanto por mútua emulação e agudeza cada pessoa e país se esforça em contrabalançar o valor dos respectivos trabalhos, de sorte que os preços de seus gerais e anuais (24) resultados se equilibrem, em fim de conta, o mais exacta e aproximadamente que ser possa. Quanto as Nações e indivíduos crescem em sabedoria, tanto a vantagem nos câmbios prepondera da sua parte a respeito da que é menos hábil, em modo que, com menor soma de trabalho ou com produtos que custaram menor soma do mesmo trabalho mais fácil e dextro vem a adquirir em seu comércio maior soma e proporcionais mercadorias produzidas pelo trabalho alheio, aliás de mais aspereza e tempo. Assim o comércio das Nações civilizadas ou mais polidas é, por via de regra, mais vantajoso, comparativamente ao das Nações bárbaras ou menos

(24) Parece tratar-se de erro tipográfico, devendo a palavra correcta ser *anuais*. N. C.

cultas. Qualquer empregador de trabalho e fundos, se em umas vezes perde, em outras ganha e se indeniza; aliás deixa a respectiva indústria e busca outra direcção. Nem tudo vai ao saco, como diz o provérbio. Todos calculam seus negócios pelos lucros médios ou ordinários de cada ano.

Acresce que a soma anual dos valores venais do trabalho sempre se equilibra, ou tende a equilibrar-se, na totalidade dos câmbios, compensando-se o menor preço ou perda que tiveram certos indivíduos e classes de trabalhadores pouco económicos, indiscretos e infelizes, com os maiores lucros de outros mais diligentes, entendidos e afortunados, que alcançaram recompensas superiores ao natural valor de seus trabalhos.

Demais, o sistema de SMITH supõe a perfeita justiça e imparcialidade do Soberano a toda a sorte de indústria, franqueza do trabalho e emprego de capitais. Nesta ordem de cousas, as Nações e indivíduos livres de monopólios (de todos os títulos e pretextos) concedidos directa ou indirectamente pela autoridade pública, entenderão com a maior atilação possível os seus interesses; não se empregarão em ramos ruinosos e onde não podem vencer a concorrência de competidores de privativas vantagens; cada qual se entregará somente à indústria para que tem mais proporções naturais, adquirida ou de circunstância. Não haverá então inertes e obstinados, nem os infinitos supernumerários em cada classe, nem os sobrecarregos de empregos e tráficos com desfalque de outros, que a actual polícia da Europa ocasiona e necessita, pelo impróspero sistema de preferências e restrições, que atraem mais braços e capitais a uns ramos de que pode sofrer o respectivo mercado e os removem de outros em que aliás prosperariam os industriais que a eles se dessem. Quanto mais uma Nação avançar em sabedoria e energia na geral e anual direcção do trabalho particular e público, tanto a instrução e acti-

vidade dos indivíduos estarão sempre alertas, para se abandonar qualquer emprego desvantajoso de sua indústria e capital e seguir-se, quanto antes, o mais proveitoso rumo.

Adoptado o sistema de SMITH, o preço venal ou da concorrência e mercado coincidiria, ou tenderia sempre a coincidir com o natural ou do trabalho; nem poderia a desigualdade conservar-se por considerável tempo; pois se a quota do preço em uns ramos fosse notável e constantemente mais alta do que em outros, tanta gente e capital concorreria para aqueles e desertaria destes, que logo o equilíbrio infalivelmente se restabeleceria.

Além de que, SMITH não diz que a igualdade e equilíbrio dos trabalhos no geral câmbio da sociedade é sempre, em todos os casos, exactamente afilada em uma balança ouro fio; sendo isso impracticável nos negócios da vida civil e sobre objectos de mercadorias, muitas vezes tão desanálogas e heterogêneas. Ele se contenta com uma igualdade aproximada, de pouco mais ou menos ou como diz (*rough equality*), isto é, igualdade áspera ou escabrosa. Essa igualdade é absolutamente necessária; pois todo o mundo abandona um emprego em que o respectivo trabalho não é, nos casos ordinários, remunerado, indenizado ou pago, segundo a estimação que, no lugar e vizinhança, se faz dos trabalhos e empregos semelhantes, segundo os ordinários réditos e interesses da indústria e fundos do país, no seu estado progressivo, estacionário ou retrógrado.

Quanto a Sociedade mais avançar em civilização e sabedoria, tanto o preço do mercado mais e mais se aproximará ao preço real do trabalho. Sucessos extraordinários poderão alterar em casos singulares o destinado equilíbrio; porém a regra econômica não subsistirá menos, bem como não deixam subsistir as regras da agricultura, architectura e demais artes liberais e

científicas, ainda que sobrevenham calamidades às Nações e aos indivíduos, que destruam seus campos, frutos e propriedades.

É estranho dizer o crítico que o princípio do trabalho não tem grande utilidade na direcção e manejo da Sociedade! Onde há maior riqueza, poder e felicidade, senão nos países em que o anual trabalho, *bem dirigido*, dá o maior produto em quantidade, perfeição e valor? Compare-se uma Nação ilustrada, industriosa, trabalhadora, de menos dias feriados, com outra que não cultive as ciências e passe grande parte do ano em folia e desacertos? Seja um particular ou o Governo indiferente sobre os trabalhos de cada classe, aquele não reembolsando, periódica e razoadamente, o justo valor do seu trabalho e este carregando de pensões e alcavalas (25) certos empregos de braços e capitais; e verá logo diminuir e arruinar a respectiva indústria e cessarem proporcionalmente os seus réditos. Perca-se a proporção entre os que trabalham utilmente e os que só consomem e nada produzem; e logo a fome e miséria infestarão o país.

A sã filosofia, maiormente em objectos físicos, não dá crédito a sistemas meramente ideais e de especulação engenhosa, mas sim aos que têm por fiadores a experiência e o senso comum do gênero humano. O sistema de SMITH está nesta classe: ele, virtual, necessária e incessantemente, dirige a todos os indivíduos e profissões mecânicas, liberais e científicas. A prova está até nos provérbios vulgares de qualquer trabalhador, na mercancia e ajuste do emprego ou custo de seu trabalho e respectivos produtos: *isto não paga serviço, não vale a pena, custou tantos dias de trabalho*. Todos estipulam o que entendem ser o devido valor do trabalho e seus produtos, que fizeram ou compraram; o interesse do público é que o não seja

(25) Nome de um antigo tributo extorsivo. N. C.

menos, para não se impossibilitar a reprodução e o suprimento. Só injustos e néscios querem lesão, força, fraude e vantagens de momento, segundo a insolência dos poderosos contra os fracos.

5. — No sistema de SMITH a livre concorrência e a abolição de toda a sorte de monopólios dão a cada indivíduo o direito da defesa natural, para exigir o prêmio do seu trabalho, nos casos ordinários, sem excesso ou defeito; e a recíproca sagacidade e prudência fará todo o possível por se evitar a perda no mercado, a fim de não passarem os frutos do trabalho próprio à avareza e rapacidade de mãos alheias, segundo a admoestação das Divinas Letras:

Ne labores tui sint indomo aliena. (26)

Como SMITH considerou, nas suas teorias, o estado actual da sociedade, em que as restrições e favores de certas indústrias e comércios obstruem a franqueza e circulação do trabalho no tráfico econômico e mercantil das Nações e dificultam, se não impossibilitam, o natural equilíbrio dos valores reais, a que tentem todos os serviços do tráfico, como em gravitação para comum centro, e exacta ou aproximada coincidência do preço do mercado nominal, ou em moeda, com o preço ou custo necessário de todos os trabalhos para ser qualquer coisa feita e trazida ao lugar da venda, por isso aquele AUTOR tratou igualmente das causas que influem sobre a alta e baixa dos preços no estado da concorrência; aprofundando a matéria com admirável penetração, segundo bem observa o conselheiro prussiano GENTZ, no seu tratado da *Riqueza da Grã-Bretanha*, pág. 13, onde diz, que *o gérmen de tudo quanto se pode dizer de verdadeiro e útil sobre este objecto se acha na sua imortal obra.*

(26) *Provérbios* — Cap. V — V. 10.

SMITH analisa os efeitos da concorrência e a representa como a suprema árbitra na compra e venda, vindo ao mercado o trabalho ou os seus frutos; sendo o trabalho, como qualquer mercadoria e toda a propriedade, fixa ou circulante, (que não vem a ser mais do que os resultados dos trabalhos, que ocasionaram a sua posse, produção, preparo e transporte ao lugar do mercado). O arbítrio do valor no estado da concorrência não exclui, antes supõe, necessariamente, o trabalho e a sua justa remuneração (nos casos ordinários) como o elemento e a causa de todas as cousas estimáveis em preço, sem que, nem existiriam, nem se reproduziriam. As irregularidades e flutuações do mercado só fazem que, às vezes, por certo trabalho ou seus produtos, se dê, ou a favor do comprador ou a favor do vendedor, ora mais, ora menos soma e qualidade de serviço ou cousa, que custou mais tempo e engenho na obra. Ter qualquer cousa nenhum, menor, ou maior valor é poder ocasionar, para se conseguir, nenhum, menor, ou maior trabalho e produção das cousas, que proporcionalmente o custaram. A ânsia e porfia de todos na geral mercancia é o poderem obter no câmbio algum saldo diferencial em seu favor, dando menos por mais trabalho, ou menos cousas por mais importâncias, ou mercadorias em quantidade e qualidade, que necessariamente supõem mais trabalho, em natureza, objecto e tempo da obra.

Se o preço que regula o valor é pago em moeda, não se altera a regra; porque, sendo ela o universal instrumento, a medida e o penhor dos câmbios, a quantidade que se dá, em qualquer transação econômica e mercantil, é essencialmente relativa e proporcional ao ordinário valor dos artigos de subsistência e demais gêneros, que se acham em circulação. A mesma moeda e quaisquer metais preciosos têm por original base do seu valor intrínseco o trabalho de se ir buscar à mina, trazer ao mercado, ensaiar-se e imprimir-se com o

cunho Soberano, que consolida a fé pública, assegurando o peso, qualidade e título.

A concorrência, como juiz imparcial e inexorável, tem só o ótimo efeito de obrigar a todos que trazem ao mercado seus serviços e fundos, ou que têm empregado e pago trabalhos alheios e vêm a dispor dos respectivos produtos que, em suas especulações, reprimam a vaidade própria e a particular afeição e extravagância na estimação, que fazem de suas habilidades, obras e mercadorias, e procedam com a mais rígida economia, bom manejo e previdência do futuro; a fim de que sejam (nos casos ordinários) remunerados, quanto realmente valem as cousas e a Nação e Sociedade possam ser servidas e supridas aos melhores termos possíveis; e todo o trabalhador e empregador de fundo olhe para os rivais e acasos, seja econômico e moderado, para não desgostar fregueses e impossibilitar demanda e pagamento de suas obras e mercadorias, prevenindo os infortúnios, que estão na esfera da preciência humana prever e precaver.

6. — Resta só reflectir sobre o encarecimento com que o crítico louva a Mr. QUESNAY, dizendo em nota às *Memórias* — I, pág. 32, que “admira-se, que um médico, como ele era, fundasse um sistema político, que deu um novo tom e uma nova face ao Governo civil; o que prova, que os homens de lei, tendo os cérebros embrutecidos com o jugo da enorme massa de autoridade a que estão habituados, desconhecem muitas vezes a verdade mais simples.”

Eu tanto respeito a Mr. QUESNAY, como não inculco aos economistas que não rectificaram os seus princípios, ou abusaram deles para introduzirem absurdos e desvarios no Governo civil. Porém há de custar a persuadir, que os homens de lei, como os Montesquieus, Blakstons, Wolfius, Filangieris e Beccárias, tivessem os cérebros embrutecidos, não obstante a sua

massa imensa de erudição; e ainda é mais difícil de provar que, sem esse rico armazem de conhecimento dos juízos, práticas, arestos e erros dos nossos maiores, possa o entendimento ter grandes poderes de combinação.

A Europa tem sido resgatada do barbarismo pelo estudo do Digesto e do Código dos romanos, não menos famosos pela glória de suas armas do que pela relativa sabedoria de suas leis, as quais civilizaram a tantos países, enquanto durou o seu império e depois que se restabeleceram as letras e os Governos regulares do Ocidente. Não obstante a multidão de cousas menos rectas, que aí se encontram e que hoje nauseiam aos estômagos delicados, nele contudo se vêem as bases fundamentais da Sociedade, isto é, as regras racionáveis dos direitos do homem cidadão, que reclamam e asseguram a liberdade civil e propriedade titulada; não como fizeram os economistas inovadores espoliando tais direitos, como diz o célebre BURKE, das relações com todos os demais estabelecimentos úteis da Sociedade e só contemplando-os na nudez e solidão das abstracções metafísicas; mas em complexo, harmonia e coerência, com todas as demais operações, que fazem o sistema da administração civil compacto, firme, decoroso e capaz de se transmitir e perpetuar de gerações a gerações, tendo-se em honra e sob a imparcial protecção do Soberano, toda a classe de homens, proprietários, capitalistas, lavradores, comerciantes, artífices e quaisquer industriais úteis e honestos, em modo que bem se pode dizer:

*...multosque per annos
Stat fortuna domus, et avi numerantur avorum.*

Sou portanto do parecer do dito BURKE, o qual elegantemente disse, que "toda a ciência da jurisprudência, o timbre e altivez do entendimento humano, com todos os seus efeitos, redundâncias e erros, é

sempre a colegida razão dos séculos, a arte de combinar os princípios da justiça original com a infinita variedade dos interesses e negócios humanos. Não deve o seu tribunal ser usurpado pela filáucia e arrogância, que são os infalíveis satélites dos que não experimentaram sabedoria maior do que a sua própria." (27)

SMITH, no *Livro V — Cap. I*, também reconhece que o estudo das leis, que na Grécia nunca entrou na educação da mocidade, fez sempre em Roma profissão científica e deu considerável grau de ilustração aos cidadãos, que tinham a reputação de serem versados na Jurisprudência. Isto necessariamente formou a Lei Romana em sistema regular e ordenado e produziu excelentes efeitos nos países que estavam debaixo do seu império e influência. Ele atribui a superioridade do carácter dos romanos sobre os gregos à melhor constituição de seus Tribunais de Justiça, pelo infalível efeito dos distintos conhecimentos dos juizes em matérias de legislação.

O crítico observa em nota às *Memórias — I*, pág. 15, que todos os males da Sociedade vêm dos vícios das leis. Sem dúvida, boa parte deles daí nascem. É, logo, de suma importância e de não medíocre dificuldade e perspicácia, exercer o espírito no exame das leis, para se chegar à verdade e felicidade, distinguindo-se bem o que é justo e necessário, do que é iníquo e turbativo dos direitos e negócios humanos: *quid rectum, quid non; quo virtus, quo ferat error*.

Na verdade ele com muita elegância faz o elogio da Jurisprudência nas *Memórias — II*, § 35; porém, por não querer ser inconsequente, diz que, apesar da sua importância, *seu valor não entra em linha de conta*

(27) BURKE — Tomo V — pág. 232.

com o dos sistemas de agricultura, comércio, indústria e propriedade. O crítico acha bom adoptar-se na Economia Pública a mesma tarifa das graduações de créditos e dívidas nas preferências do foro em concurso de credores. Quer na Sociedade esse ainda mais escuro e inextricável que o labirinto de Créta, em que os caviladores são os melhores dédalos. (28) É possível que, em geral carestia e fome, repartindo-se pão ao povo, o Jurisconsulto e o Magistrado não entrem sequer em rateio, tendo trabalhado sempre para defender vidas, honras e fazendas e administrar justiça, assegurando os direitos de todos, e ficarão excluídos da demanda e subsistência, a vista do lavrador, comerciante, artista e proprietário, reclamando todos estes seu quinhão precípuo, como entes graduados no Universo?

O crítico, por temor da anarquia e desejar tudo em regra, quer que a lei mostre piedade; porém que a execução seja a espada de dois gumes. Assim o deve ser, quando a lei humana é a expressão da Justiça Divina. Não sejam impunidos o assassino, o salteador, o falsário, o bulcão. Porém, quanto às leis económicas, é melhor que não haja alguma, do que serem elas desfavoráveis à actividade pública. SMITH nos negócios económicos acha mais conveniente que todo particular siga seu juízo e maneje seu comércio, contanto que não viole a justiça: ele quer que se desembarace a indústria e circulação de inúmeras leis, que a comprimem e entorpecem e que, consequentemente, aniquilam ou diminuem a energia, franqueza e opulência social. O patriotismo e a sagacidade dos economistas ortodoxos e jurisconsultos deve consistir em bem ver e indicar quais sejam as leis económicas opressivas, inúteis, antiquadas e inexecutáveis; fazendo lembrar (com o devido decoro) aos Governos a res-

(28) Construtores de labirintos.

ponsabilidade das leis nocivas perante o legislador e Juiz Eterno:

Vae qui condunt leges iniquas! ISAIAS — Cap. X — V. 1.

Assaz e de sobejo, tenho feito apologia de SMITH. Discordar do AUTOR das *Memórias* não é desconhecer o seu merecimento, sendo eu o primeiro a respeitá-lo. Discutir não é doestar. Defender o discípulo ao mestre não é novo na República das Letras. Doeume de ver tanto engenho empregado em acusar sem razão a SMITH de plagiato de economistas franceses, e de pouco úteis as tão nobres doutrinas daquelle grande homem:

Da Sapienti occasionem, et addetur ei sapientia. (29)

É justo não resistir à evidência; é honorífico ceder em boa causa. Também MIRABEAU retractou-se. Se o público ganha o AUTOR das *Memórias* para o sistema de *pura justiça e imparcial protecção*, terá nele quem possa bem explanar e adiantar a SMITH, amplificando ao cêntuplo as *Riquezas das Nações*.

CAPÍTULO XIII

DA EXACÇÃO FILOSÓFICA E ORTODOXIA POLÍTICA DAS DOCTRINAS DE SMITH

SUMÁRIO: — 1. Considerações filosóficas. — 2. Doutrinas políticas ortodoxas de Adam Smith. — 3. Conclusões finais.

RESUMO E COMENTARIO

1. — Neste capítulo, Cairu expõe as idéias filosóficas e as doutrinas políticas de Adam Smith para, em seguida, estabelecer as conclusões finais do livro que escreveu.

Em forma enunciativa, assim, enumera as idéias filosóficas de Adam Smith:

a) — Ensina que a riqueza das Nações deriva:

1.º — do seu trabalho anual e do modo pelo qual é dirigido e dividido;

2.º — da proporção entre os que trabalham em actividades úteis e dos que não se empregam em tais actividades;

3.º — da emulação da indústria e da liberdade de comércio, dentro e fora do país;

b) — mostra a necessária distincção de pessoas, faculdades e influências em três ordens: proprietários, capitalistas e salarizados;

c) — evidencia que o espírito de distincção no homem não é apenas uma característica da própria espécie, mas também o estímulo a todas as acções humanas físicas, morais e políticas;

d) — esclarece que, no estado actual da civilização só a cultura pode minorar o sofrimento dos povos.

Empreendeu Smith longa viagem por grande parte do continente europeu. Ele viu a pobreza e a miséria cobrindo a face da Terra, investigou as causas de tão triste fenómeno e as aponta:

a) — falta de instrução e piedade, pouco trabalho e muita ociosidade;

b) — carência de circulação dos produtos industriais, ainda quando haja abundância dos mesmos;

c) — abandono dos recursos da agricultura, para embrenharem-se os homens nas entranhas da terra e nos abismos do mar em busca dos incentivos da vaidade;

d) — lutas estéreis e fratricidas, empenhadas em nome da pátria, da justiça e da religião;

e) — honra e razão pervertidas pela vaidade e poder, entregando-se os homens aos prazeres e ao mal;

f) — renúncia da fraternidade humana, para o estabelecimento de uma odiosa distinção de nacionalidade, raça e língua, esquecendo-se os indivíduos de que a diferença de clima, local e cor não retira aos homens a sua partícula de mente divina.

Na ordem pública e social, Cairu ainda enumera as idéias de Adam Smith, esclarecendo que ele:

a) — evidencia que a ordem social é um fenómeno natural, mostra a função do dinheiro, a situação do indivíduo perante a Pátria e o lugar do homem na hierarquia do Universo;

b) — explica, ao ignorante e ao mendigo, que o homem civilizado participa do incalculável benefício da cooperação social de milhões de indivíduos, ainda que o não pressinta;

c) — convence aos mais duros que, sem paz e trabalho, o homem deve necessariamente ser pobre, odioso e brutal e que a civilização é que estabelece a infinita distância que vai do hotentote ou do canibal a Montesquieu ou a Franklin;

d) — acentua a necessidade de subordinação, autoridade e justiça, para refrear a ambição dos ricos e o ódio dos pobres ao trabalho;

e) — mostra as causas que estabelecem a autoridade política, recaindo o supremo poder, por consenso dos povos, não nos que têm a presunção da Sabedoria, mas sim na reconhecida superioridade de estirpe e fortuna;

f) — justifica os princípios fundamentais das monarquias hereditárias, que dão perpetuidade às dinastias e sossego aos povos, obstando a ambição dos que desejam fazer perigar a segurança pública.

2. — Na ordem política, Cairu resume da seguinte forma as idéias de Adam Smith:

a) — qual outro legislador de Israel, desaconselha ao homem de Estado qualquer política de açambarcamento, de monopólio ou de restrição à indústria e ao comércio;

b) — mostra que a indústria e o poder de cada Nação resultam de seus capitais e mercados e das vantagens do seu respectivo território; sendo impraticáveis as empresas econômicas cujos capitais não sejam proporcionais a sua extensão e cujo trabalho não seja dirigido com sabedoria, justiça e emulação, de modo a proporcionar o maior rendimento;

c) — condena a política de auto-suficiência, como se o Estado pudesse praticar uma espécie de economia doméstica ou autárquica;

d) — reivindica, enfim, o imprescritível direito à liberdade de comércio e navegação, franqueando a todos, como bem comum, o Reino do Oceano.

Aliás, a moderna teoria do comércio internacional tende para o estabelecimento de uma cooperação que encerra o conjunto dos interesses econômicos de cada Nação.

Como vemos, todas essas idéias de Adam Smith são as que fundamentam o *abstractum* do pensamento liberal de Cairu, sendo, pois, grande injustiça dizer-se que o nosso maior economista do passado estava a serviço da

política exterior inglesa, quando aconselhou ao Príncipe Regente D. João a abertura de nossos portos ao comércio internacional, expondo idéias que já esposava publicamente há quatro anos antes da expedição do célebre e o histórico Acto de 28 de Janeiro de 1808, quando considerava bem comum da Humanidade o Reino do Oceano.

Tal acontecimento histórico e sua repercussão política e econômica na estrutura social do Brasil-Colônia foram magistralmente evidenciados pelo Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva em brilhante conferência, pronunciada no Salão Nobre da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, em 18 de Julho de 1939.

3. — Tais são os conceitos filosóficos e as doutrinas políticas que Adam Smith preconiza às Nações por meio de reformas acertadas e graduais, executadas por autoridades legítimas, sem ofensa aos cépticos que não crêem nos homens, aos acadêmicos que dogmatizam com arrogância e aos sábios de todos os séculos e países que se gabam de não ser possível passar além da justiça e da sabedoria.

E, em seguida, preocupado com o juízo e o conceito do público, tal como já se preocupava no *prólogo*, Cairu indaga se levou a sua parcialidade à demasia ou se merece indulgência pelo valor que atribui à obra de Adam Smith. Justifica-se dizendo que, embora não jure na sua palavra nem o incense como os sectários de Quesnay, contudo não vacila em afirmar que prefere errar com Smith a acertar com os sofistas.

Citando conceitos de Burke, declara que "aquele que se aproveita da inteligência superior exalta as suas potências ao nível dos sublimes engenhos com quem se une"; e conclui afirmando que a autoridade de Smith em matéria econômica é para ele, Cairu, tão grande como o é para os maiores pensadores da Europa.

Condenando o absurdo de vários autores, que têm difamado Nações e indivíduos pela diferença do hemisfério, altura do polo, desvantagem do território e influência do clima, diz: "Sábias leis e bons costumes são os que criam homens, ciências e riquezas".

E finaliza afirmando que só lhe resta dizer de Smith o mesmo que Tácito disse de Agrícola, o primeiro civili-

zador da Inglaterra: "Homenageemos-te antes com a admiração, com os louvores temporais e, se a natureza permitir, com a imitação".

TEXTO ORIGINAL

1. — SMITH, tendo a par a prudência e a filantropia, serve de heléboro (1) e antídoto contra a mania e peçonha de erudição exótica. Sendo modelo em estilo didáctico, ensina aos ingênuos amigos da humanidade que a riqueza das Nações deriva:

1.º — do seu anual trabalho e da sabedoria com que ele é dividido e dirigido;

2.º — da proporção entre o número dos que são empregados em trabalho produtivo ou útil e dos que não são empregados no mesmo;

3.º — da liberdade e emulação da indústria e da franca troca dos produtos de todos os braços e engenhos, dentro do país e fora dele; sendo, pela justiça da autoridade tutelar, protegidos e seguros a todos os frutos dos respectivos honestos trabalhos e bens legitimamente adquiridos.

Ele mostra a necessária e invedável distinção de pessoas, faculdades e influência no regime público que, nos diversos períodos da Civilização, se introduz das três que ele chama *constituíntes ordens da sociedade*, a saber, de *proprietários, capitalistas e salariables*. Mostra que o espírito de distinção no homem em todas as classes e indivíduos não só é um constitutivo da própria espécie, mas também o estímulo e apôio de todas as acções, inventos, melhoramentos, heroicidades e fama dos povos, em qualquer gênero de produções e bens físicos, morais e políticos, segundo o seu

(1) Planta medicinal que se supunha curar a loucura. N. C.

estado progressivo, estacionário ou retrógrado. Mostra que, depois de introduzidos grandes abusos, sobretudo, de monopólios e abarcamentos de terras e riquezas, em consequência de invasões, desordens e tristes efeitos da ignorância e vícios dos homens, só (depois da Providência) se pode esperar o remédio da cultura das artes, amor das letras, franqueza do comércio, difusão das luzes e geral boa educação do povo; tais tendo sido as causas que introduziram, nas partes mais civilizadas da Europa, ordem, polimento e bom governo, abrogando-se imperceptivelmente as mais ostensivas deformidades do feudalismo, estabelecido depois da invasão dos bárbaros, que destruíram o Império Romano.

Ele viu a miséria e pobreza cobrindo a face da Terra e os homens queixando-se de sua sorte, pretendendo uma felicidade excêntrica, que o sistema do mundo visível não admite. Investigou as causas de tão triste fenômeno e parece havê-las descoberto e indicado a cura.

Não atinaram os visionários cosmógonos (2) que as causas das desventuras da sociedade principalmente consistiam, ora porque, por falta de conhecimentos, morigeração e sólida piedade, trabalha-se pouco, a força, braçalmente, com desvarios e em cousas supérfluas ou maléficas, entretanto que se falta ao necessário e muita gente viver ociosa devorando os frutos do suor alheio; ora porque, no cúmulo da abundância, não se deixando livremente circular as luzes e os produtos da geral indústria, querem os homens de bom grado viver em ignorância, penúria e recíproca rivalidade e inveja; ora porque desaproveitam os presentes de Ceres (3) e Baco (4), que se reproduzem na

(2) Pessoa que se dedica aos estudos relativos à formação do Universo. N. C.

(3) Deusa da Agricultura. N. C.

(4) Deus do vinho. N. C.

pompa do teatro anual, para se entranharem em horrendos socavões da terra e abismos do mar; extraíndo com imensa fadiga, despesa e risco, os incentivos da vaidade e as tochas da discórdia; ora porque, tendo sempre na boca o nome de pátria, justiça e religião, se perseguem com mútua desconfiança e contrariedade; ainda nos objectos mais essenciais à vida; ora porque, prostituindo a razão e a honra aos simulacros da vaidade e ídolos do poder, requinta cada qual no absurdo voto de Midas (5), prostrando-se ante os sacrários de Pluto (6), obedecendo ao pregão de Belial (7), que aconselhou aos povos antepor o dinheiro à virtude.

*O cives, cives, quærenda pecunia primum,
Virtus post nummos.*

Ora finalmente porque, em lugar de se considerarem os homens como irmãos, próprios a auxiliarem-se e comprazerem reciprocamente, prestando-se mútuos bons ofícios e trocando entre si convinha-velmente os frutos do respectivo trabalho; ao contrário, se aborrecem, se desprezam e se abominam, porque nasceram neste ou naquele torrão, sob este ou aquele meridiano, com este ou aquele idioma; não advertindo que a diferença de clima, côr e terreno, não tira da face humana, ainda nos antípodas, a sua partícula de mente divina, segundo cantou LUCANO:

*... regit idem spiritus artus
Orbe alio.*

SMITH desabusa as Nações de crassos prejuizos, mostrando-lhes qual é a ordem estabelecida pelo eterno fundador da Sociedade e até onde é dado levar os nossos apetites e esperanças; que real préstimo tenha

(5) Rei da Frigia, transformava em ouro tudo em que tocava. N. C.

(6) Deus das riquezas. N. C.

(7) Gênio do mal, segundo o Antigo Testamento. N. C.

o dinheiro; quanto se deva à pátria e aos consanguíneos; que lugar compita ao homem na hierarquia do Universo. Explica ao mesmo ignorante e mendigo que, até nas classes e situações que se reputam as mais indigentes e deploráveis, o homem que vive no Estado civilizado participa (ainda que o não pressinta na sua cabana e mobília) de incalculável benefício da cooperação de milhões de seus semelhantes; sendo cada indivíduo dependente e obrigado dos outros, sem se alterar todavia a dignidade de sua natureza. A evidência da análise, que ele tão nova e engenhosamente fez dos primordiais elementos da organização social, abre por toda a parte o campo das descobertas e correspondências; e convence aos mais duros Mirmídões (8) e exterminadores do Mundo que, sem *paz e trabalho*, o homem deve ser necessariamente pobre, misantropo, miserável e brutal; que a civilização, que resulta das intermináveis divisões e sub-divisões do trabalho, é a que forma a infinita distância (que não se passa de salto) que vai do Hotentote (9) e Canibal a MONTESQUIEU ou FRANKLIN.

Quanto a Sociedade cresce em opulência, isto é, em acumulação de propriedade, invenções e experiências, tanto é mais a diversidade das condições e de influência dos indivíduos no geral trabalho e riqueza do país; e também na mesma proporção os seus direitos crescem e variam com essas inevitáveis desigualdades e diferenças de circunstâncias. Ele mostra a necessidade da subordinação, governo e justiça, para enfrear os riscos da ambição e avareza, e os pobres do ódio ao trabalho e rapina dos bens alheios. Ele mostra as causas que naturalmente estabelecem, consolidam a autoridade política e introduzem subordinação dos povos nos diversos gráus de civilização; sendo as mais

(8) Antigo povo grego de pequena estatura. N. C.

(9) Raça negra da Africa austral N. C.

gerais e duráveis as que se derivam da divisão do trabalho que dá a cada indivíduo seu distinto préstimo e valor político; recaíndo o supremo poder, por geral senso dos povos, não nos que têm simplesmente a presunção de sabedoria, *sempre disputada e disputável*, mas sim nos que tem por si algum carácter mais firme, conspícuo e incontroverso, isto é, a visível e reconhecida superioridade de nascimento e fortuna. Veja-se no *Livro V — Capítulo I* esse chefe de obra de sagacidade humana onde aprofunda tão importante e delicada matéria. Ele finalmente justifica os princípios fundamentais das monarquias hereditárias, que dão perpetuidade às dinastias e sossego aos povos, obstando à ambição e caprichos de extravagantes que façam perigar a segurança pública.

2. — Qual outro legislador de Israel, mostra os danos do estulto espírito de abarcamento de todo o gênero de indústria, tráfico e poder, desaconselhando ao homem de Estado o consumir a si e ao povo com trabalhos desarrazoados e em negócios superiores às forças do país, sustentados com affectação de independência.

Non bonam, inquit rem facis, stulto labore consumeris et tu et populus iste, qui tecum est; ultra vires tuas est negotium: solus illud non poteris sustinere. (10)

Mostra que a indústria e opulência de cada Nação necessariamente se limita pelos seus capitais, mercado, naturais ou adquiridas vantagens do respectivo território; e que até se fez impraticável prosperar ainda nas empresas econômicas, em que têm oportunidade, não havendo os fundos proporcionados à natureza e extensão das mesmas empresas; e sobretudo se o seu

(10) *Exodo* — Cap. XVIII — V. 18.

geral trabalho não é dirigido com sabedoria, justiça, emulação e acerto, em modo que possa dar o maior rédito possível. Patenteia o infalível efeito da decadência e pobreza dos Impérios, que pretendem monopolizar e concentrar no respectivo território todos os principais ramos de indústria dos vizinhos, e, pior ainda, a de remotos países, bem como seria insensato, pobre e miserável, quem tudo quisesse prover e fazer na própria casa, sem nada comprar ou depender do nacional ou estrangeiro. Reivindica enfim os imprescritíveis forais da liberdade do comércio e navegação *franqueando a todos, como bem comum, o reino do Oceano*, segundo lhe chamou um dos mais eloquentes moralistas da antiguidade:

Commune bonum est patere commercium maris, et regnum humani generis relaxari. (11)

E posto aquele seja um dos mais eficazes meios de trazer as Nações à maior possível opulência, esclarecimento e prosperidade, todavia ele indica as circunstâncias que podem fazer necessárias algumas restrições, para segurança, rédito e esplendor do Estado.

3. — Tais são os sólidos benefícios e doutrinas ortodoxas que SMITH procura às Nações, desejando reformas acertadas, graduais e por autoridade legítima; para não se subverterem os bons estabelecimentos nesses Euripos (12) de calamidades e misérias, que têm empobrecido e barbarizado países antes famosos em urbanidade e esplendor. Ensina com tão exemplar moderação que não dá pretexto de ofensa aos cépticos que desesperam de melhoria do homem corrupto; aos académicos que dogmatizam com arrogância até o que

(11) SENECA — *De Beneficiis* — Livro IV — Cap. 28.

(12) Pequeno canal entre a ilha de Eubéia e a Beócia. N. C.

eles mesmos não crêem; e aos Solons (13) de todos os séculos e países que se gabam, como os antigos Tírios e Fenícios, de haverem chegado até às Colunas de Hércules (14) em matéria de Legislação e não ser possível passar além em justiça e sabedoria. Parece pois ter desempenhado o comentário do pensamento de PÉRSIO:

*Discite o miseri, et causas cognoscite rerum:
Quid sumus, et quidnam victuri gignimur: ordo
Quis datus aut metæ qua mollis flexus et unde;
Quis modus argento: quid fas optare: quid asper
Utile nummus habet: Patriæ charisque propinquis
Quantum elargiri deceat: quem te Deus esse
Jussit, et humana qua parte locatus es in re...
Disce, nec invidias.*

O público pois ajuizará se levo a parcialidade à demasia ou mereço indulgência por considerar ao sábio inglês como homem que faltava à Terra, para pôr ordem aos negócios da sociedade e dar aos impérios sua firmeza e esplendor. Desde que o li, exclamei ao unísono dos amadores do bem social:

*O mea mens! nova mi facies indpinave surgit;
Maior rerum mihi nascitur ordo.
Sanctius hic animal, mentisque capacius altæ
Deerat adhuc, et quod dominari in cætera posset
Natus homo est. (15)*

Quanto pareça excessivo este conceito, que tenho de tão grande AUTOR, ainda que eu não jure na sua palavra, nem o incense com supersticioso culto como os sectários de Mr. QUESNAY, contudo não vacilo em dizer de SMITH, como um antigo amador das letras,

(13) Ver nota à pág. 142. N. C.

(14) Extremo limite a que se pode atingir numa ciência ou arte. N. C.

(15) OVIDIUS.

que antes quero errar com ZENÃO e CATÃO, do que acertar com epicureus e sofistas. O célebre BURKE também disse de certo eminente carácter e talento de um dos maiores homens de Estado da Grã-Bretanha, que a sua confiança nele era ampla e quase de fé implícita; que não se envergonhava de confessar este grau de docilidade; que quando a escolha era bem feita, ela dilata e não encurta o próprio entendimento; quem chama em ajuda as capacidades extraordinárias, dobra a sua; quem se aproveita de superior inteligência, exalta as suas potências ao nível da altura dos sublimes engenhos com que se une; acha-se benefício nessa junção e não convém com leveza apartar-se dela. A autoridade pois de SMITH em matérias económicas será para mim sempre tão grande, como por ora o é para os maiores pensadores da Europa.

... *Quæ maxima semper*
Censetur nobis, et erit quæ maxima semper.

Recorramos pois aos escritores ingleses, como à sagrada âncora, no regime económico dos Estados; e mostremos aos compatriotas o que podem as luzes ainda em Céu nebuloso e nas vizinhanças do Mar Glacial, olhando para tantos luminares da Grã-Bretanha e advertindo em que homens a Escócia resguardou para si. Sejam os eco do nunca assaz citado TÁCITO quando, descrevendo esta mãe de grandes varões, pôs sentimentos no peito e boca de seus filhos, ainda quando eram absolutamente rudes e incultos:

Ostendamus quos sibi Caledonia viros seposuerit. (16)

Convençamos o absurdo de vários autores que têm difamado Nações e indivíduos pela diferença do hemisfério, altura do polo, desvantagens do território

(16) TACITUS — *Vita Agricolaë* — Caps. XV e XXX.

e influência do clima. Sábias leis e bons costumes são os que criam homens, ciências e riquezas:

... *Prudentia monstrat
Summos posse viros et magna exempla daturos
Verecun in patria crassoque sub aere nasci.* (17)

Com SMITH, que abrangeu tudo quanto havia de bom e seguro na navegação do Atlântico Econômico, teremos sábio palinuro (18), prumo certo e exacta carta de marear, para se poder proejar em todos os rumos e direcções da indústria, para o maior cúmulo possível de opulência e prosperidade da Nação.

Os obstinados e atrasados, que não se quizerem desmamar do primeiro leite, ficarão raquíticos e em perpétua atrofia:

Sinam miseros esse libenter.

Bem mostra o ferrete do barbarismo quem prefere o inferior ao melhor, o alimento delicado, sadio e sucoso, ao grossiero, maléfico e vápido:

Stultum est, inventis frugibus, glande vesci.

Até a Providência não dar-nos mais valente águia política, seja lícito dizer o mesmo que proferiu um dos árbitros no conselho dos gregos confederados contra o sátrapa do continente inimigo: que *nenhum mortal se atrevesse a contender com Ulisses, quando este lançasse a voz do peito em deliberação do bem público.* (19)

Quanto a mim (*sit venia dicto*) só me resta dizer de SMITH o mesmo que TÁCITO disse de Agrícola, o primeiro civilizador de Inglaterra:

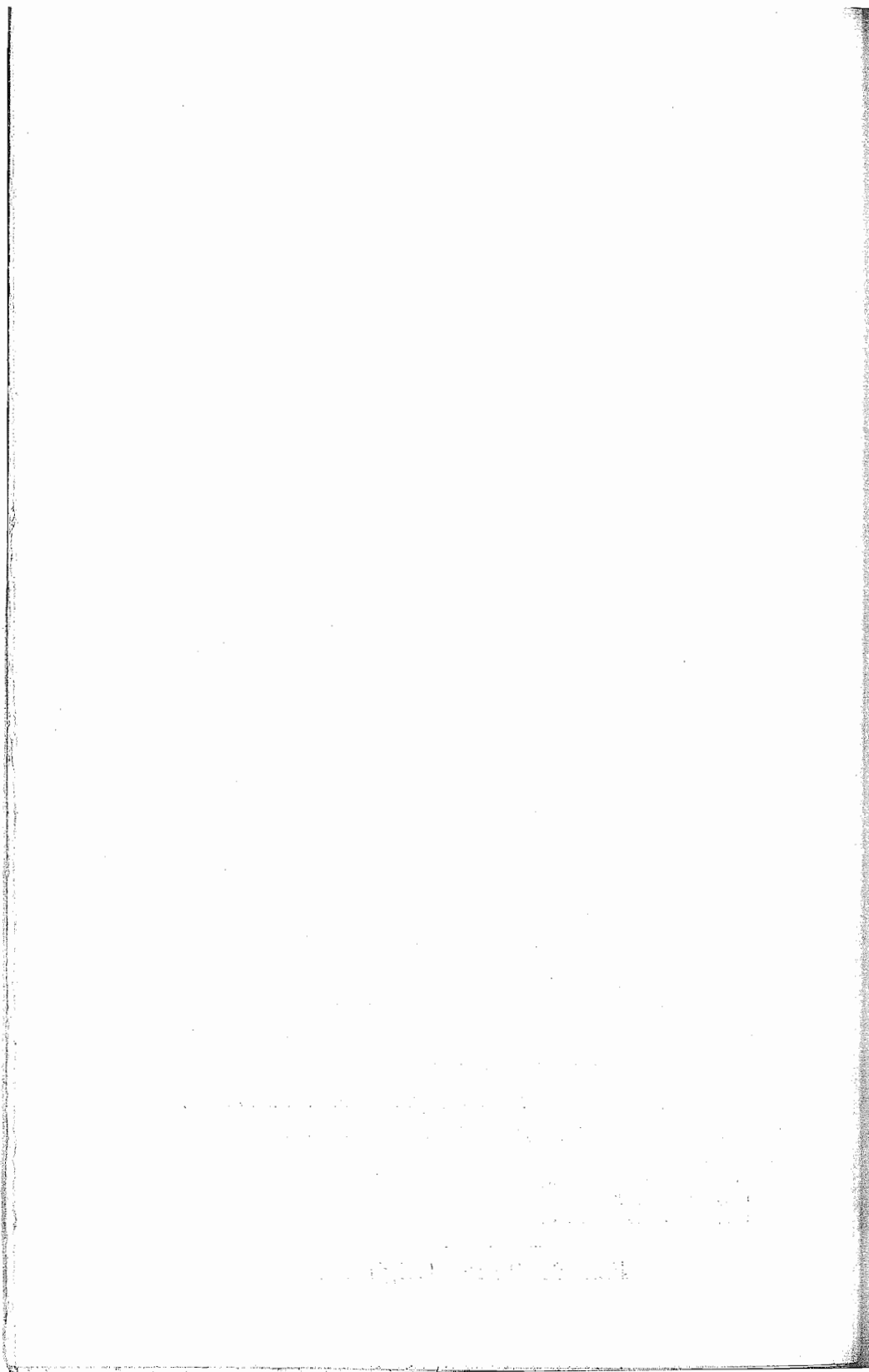
Admiratione te potius, temporalibus laudibus et, si natura suppeditet, similitudine decoremus.

(17) JUVENALIS — *Satyræ* — X — V. 50.

(18) Piloto. N. C.

(19) HOMERO — *Iliada*.

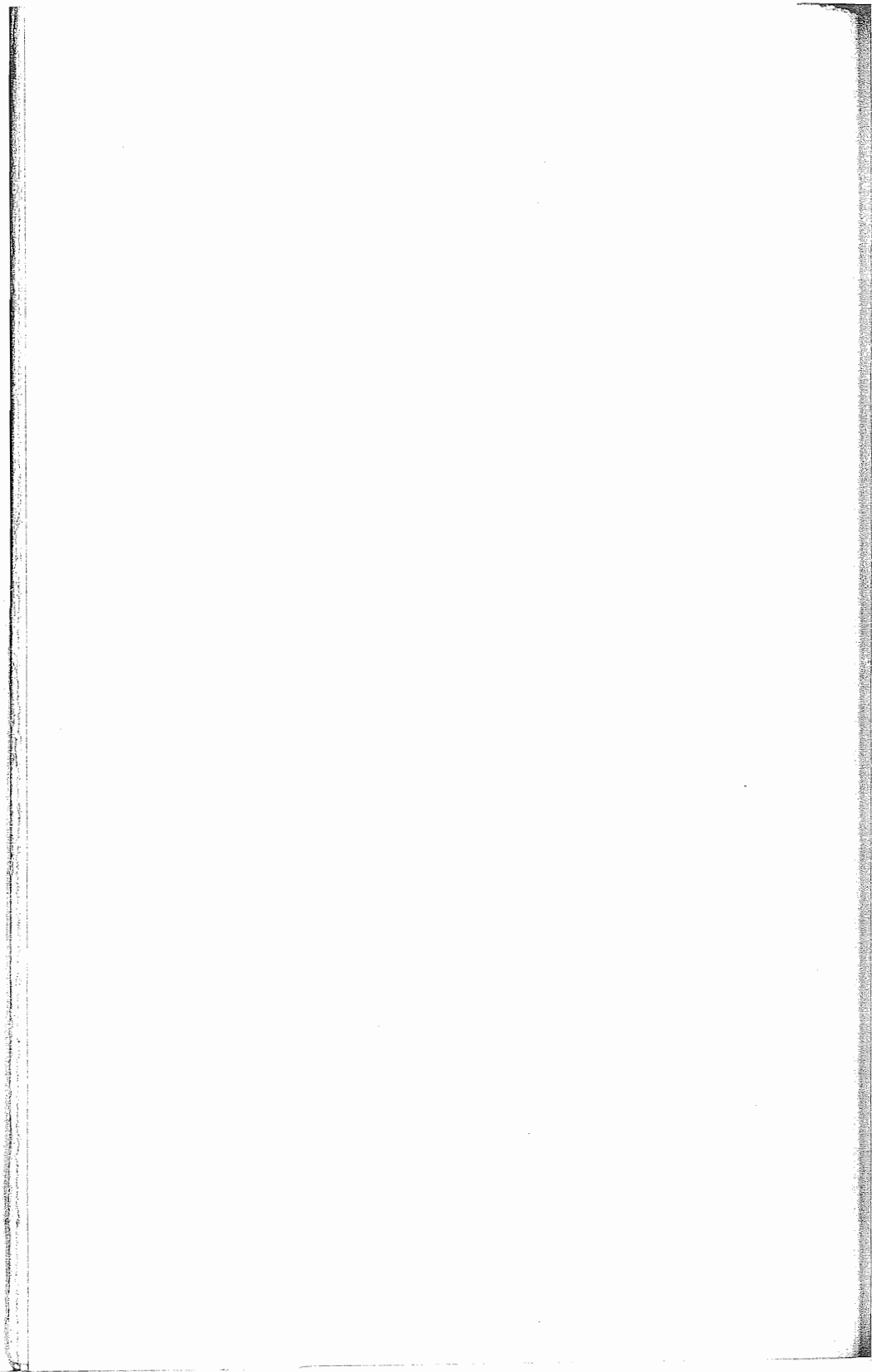
Fim do Texto Original



APÊNDICE

I — VOCABULÁRIO DE TERMOS USADOS
PELO AUTOR.

II — TRADUÇÃO DAS CITAÇÕES EM FRAN-
CÊS, CASTELHANO, INGLÊS E LATIM.



1 — VOCABULÁRIO DE TERMOS USADOS PELO AUTOR (1)

A

- Abarcador* — 156, 259, 269 — aquele que abarca.
Abarcamento — 173, 187, 261, 263, 299 — acto de abarcar, açambarcamento.
Abarcar — 141, 161, 263 — açambarcar, chamar exclusivamente a si alguma coisa privando os outros da respectiva vantagem.
Abstruso — 86, 219 — confuso, obscuro.
Acataléptico — 102, — impossível de compreender.
Actual — 115 — efectivo.
Afadigado — 122, 129 — fatigado, cansado.
Afadigar — 222 — fatigar, cansar.
Afélio — 194 — ponto da órbita de um planeta mais afastado do Sol.
Afilado — 282 — aferido.
Agiógrafo — 221 — autor que descreve a vida dos santos.
Agourar — 104, 118 — predizer, antever.
Agrícola — 235, 255 — agricultor.
Agriculturado — 195 — cultivado.
Agriculturar — 165, 189, 191, 262 — cultivar a terra.
Agromania — 257 — mania da agricultura.
Alcavala — 283 — tributo, sisa ou imposto que os vassallos pagavam ao patrimônio real das fazendas; imposto extorsivo.
Aleive — 80 — calúnia, acusação malévola.
Aliciação — 188 — acto de aliciar, seduzir.
Aliciativo — 265 — o mesmo que aliciação.
Alinhc — 263 — asseio, decência.
Aliquota — 131 — parte contida num todo um número exacto de vezes.
Almotacel — 173 — antigo inspector de pesos e medidas.
Aluminação — 84, 173 — iluminação, instrução.

(1) Este vocabulário foi revisto pelo filólogo Carlos Augusto Guimarães Domingues, catedrático da Universidade do Brasil.

Amanho — 262 — preparação, cultivo.
Apático — 102 — insensível, indolente, indiferente.
Apodítico — 230 — evidente, incontestável.
Apologético — 239 — defensivo, justificativo.
Arquétipo — 97 — modelo de seres criados; padrão; exemplar.
Arrátel — 181 — peso antigo equivalente a 459 gramas.
Assinável — 139 — assinalável.
Ataláia — 173 — sentinela, vigia.
Atilação — 281 — habilidade, esperteza.
Atravessador — 261 — intermediário que compra para vender com exploração.
Avanço — 262, 264 — melhoria, adiantamento.
Autocrator — 192 — soberano absoluto.

B

Balista — 80 — máquina antiga de arremessar flexas.
Baqueta — 143 — varinha mágica.
Barateza — 128 — modicidade de preço; barateza de preço — expressão redundante.
Báratro — 140 — precipício, abismo.
Benefício — 251, 252, 258 — lucro, vantagem, ganho.
Bizarria — 80 — galhardia, valentia.
Brotar — 185 — produzir, criar.
Bulrão — 80, 289 — burlão, enganoso.

C

Cabala — 120, 235 — interpretação secreta ou misteriosa; conluio, conspiração; propaganda.
Cachopo — 90 — baixio, escolho.
Cadilho — 204 — extremidade dos fios do urdume que formam a franja; emaranhado.
Câmbio — 140, 278 — troca.
Caquexia — 133 — decadência orgânica.
Carrego — 230 — carga ou fardo que se leva às costas.
Cavilador — 289 — enganador, sofista.
Centos — 247 — centenas.
Cerbérico — 81 — relativo a cérbero, cão mitológico; feroz, brutal.
Circunlocutório — 134 — que contem rodeio de palavras, perífrase.
Circunvalaçar — 84 — cercar.
Coimas — 89 — multa ou pena.
Coluir — 196 — conluir, combinar, tramar.
Comodidade — 113, 140 — bem-estar.
Cômodo — 79, 140, 151, 163, 152, 255, 279 — comodidade, conforto.

- Compulsão* — 141 — acto de compelir ou de forçar.
Concussionário — 80 — aquele que comete extorsão ou peculato.
Congenial — 125 — congênito, gerado simultaneamente.
Congruência — 204 — harmonia, coerência, conveniência.
Conspirante — 237, 272 — que conspira.
Convinhável — 77, 80 — conveniente.
Convinhavelmente — 297 — convenientemente.
Cooperários — 87 — cooperadores, coobreiros.
Corifeus — 88 — que ocupa o primeiro lugar em uma profissão.
Correctório — 174 — que corrige.
Cosmógono — 296 — aquele que se dedica aos estudos relativos à formação do Universo.
Coutada — 165 — terra reservada a determinados fins pelo Estado.

D

- Dédalo* — 289 — architecto grego que construiu o labirinto de Creta; labirinto, confusão.
Defraude — 235 — expoliação.
Demanda — 196, 262 — procura.
Demandado — 262 — procurado.
Desanálogo — 282 — que não é análogo.
Descorçoar — 67 — desanimar, desencorajar.
Desenredado — 227 — desembaraçado, esclarecido.
Desideratum — 134 — desiderato, aquilo que se deseja, aspiração.
Desvariado — 187 — desvairado, alucinado.
Desvariar — 127 — desvairar, alucinar.
Detrimento — 114 — danoso.
Dialelo — 266 — círculo vicioso.
Diatrise — 100 — crítica severa, violenta, injuriosa.
Dimanar — 212 — derivar-se, provir.
Dobreza — 80 — hipocrisia, duplicidade de carácter.

E

- Elocução* — 235 — expressão verbal de uma idéia.
Empecer — 84, 134, 184, 244, 275 — impedir.
Empolar — 193, 235 — tornar pomposo.
Enfatuado — 89 — presumido, vaidoso.
Epifonema — 78 — exclamação sentenciosa.
Epigrama — 221, 273 — poesia breve e satírica; sátira; dito mordaz e picante.
Epiquirema — 230 — silogismo cujas premissas são acompanhadas de provas.
Eristico — 118 — controverso, capcioso.
Ervanço — 263 — grão-de-bico; planta leguminosa.

- Escuridade* — 217 — escuridão.
Esfinge — 236 — monstro fabuloso; pessoa impenetrável.
Esfolador — 273 — tirador de peles.
Estanco — 80, 173, 259 — lugar defeso, em cujas terras não entravam as justiças do Rei.
Estrepe — 64 — espinho.

F

- Factivei* — 194 — que pode ser feito; fazível.
Fâmulo — 112 — criado.
Fátuo — 214 — néscio, presumido, oco.
Foliculário — 79 — escritor de folhetos; mau jornalista.
Forcejar — 68, 78, 219, 228 — esforçar-se.
Frustrâneo — 103 — frustrado, inútil.
Fulcro — 140, 227 — ponto de apoio, sustentáculo.
Fundo — 182, 252 — capital.

G

- Galimátia* — 222, 268 — discurso obscuro, embróglio.
Galomania — 235 — admiração pela França.
Garrulidade — 221 — loquacidade.
Gosto — 141 — sabor; prazer.
Gravato — 263 — graveto.
Gravoso — 82, 263 — oneroso.

H

- Heléboro* — 295 — planta medicinal que se supunha curar a loucura; remédio.
Hipocrática (face) — 82 — de Hipócrates; que se nota nos doentes vítimas de afecções abdominais graves.

I

- Ilíberal* — 228 — adversário da liberdade.
Iliçador — 80 — fraudador, enganador.
Imaneável — 228 — imanejável; que não se pode manejar.
Impender — 193 — pender, caâr.
Impróspero — 89, 281 — que não é próspero; nefasto.
Inanido — 81 — debilitado, extenuado por falta de alimentação.
Inconfuso — 173 — que não se confunde; inconfundível.
Incôngruo — 118 — inconveniente; impróprio; incompatível.
Indivulsamente — 92, 193 — inseparavelmente.
Industrioso — 165 — laborioso.
Inefável — 139 — que não se pode exprimir por palavras, indissível.

Inestriável — 289 — inextricável, que não se pode deslindar.
Infamar — 269 — tornar infame.
Infatuação — 187 — enfatuamento, presunção.
Iniquíssimo — 263 — muito iníquo, contrário a equidade.
Insofrido — 222 — impaciente, inquieto.
Inspector — inspeccionar.
Interesse — 251, 257, 262, 282 — juro.
Internecina — 141 — anglicismo: *internecine* — de morte, de extermínio.
Invedável — 155, 261, 295 — que não se pode vedar, impedir.

L

Lavradio — 273 — arável, próprio para ser lavrado.
Lazaroni — 79 — mendigo de Nápoles; mendigo, vadio.
Lezíria — 271 — terreno alagadiço.
Liame — 273 — ligame, ligação.
Lince — 139 — animal de olhar penetrante; pessoa dotada de grande intuição.

M

Madraço — 171 — preguiçoso, mandrião, indolente.
Malsim — 80, 196 — fiscal alfandegário; beleguim, delator.
Maninho — 151 — estéril.
Mão-morta — 165 — diz-se dos bens inalienáveis pertencentes a determinadas instituições.
Marasmado — 79 — em estado de marasmo, fraqueza.
Maximum — 168, 230 — máximo.
Mediania — 259 — meio termo, equilíbrio.
Mefítico — 79 — fétido.
Ministério — 267 — mister, poder, função.
Miriade — 78 — número de dez mil; quantidade indeterminada.
Missionar — 256 — pregar, catequizar, doutrinar.
Moléstia — 131 — incômodo físico ou moral; prejuízo ou dano.
Monção — 229 — vento periódico do mar das Índias, cuja direção muda de 6 em 6 meses; vento favorável.
Morgado — 198 — propriedade vinculada, que não pode ser dividida ou alienada e que por morte do proprietário passava para o filho mais velho; beneficiário dessa propriedade.
Munificência — 139 — generosidade.

O

Onímodo — 119 — que é de todos os modos.
Ouro-fio — 282 — em equilíbrio, em igual proporção, paralelamente.

P

- Faliado* — 265 — disfarçado, encoberto.
Palinuro — 303 — piloto.
Paradoxista — 118 — que faz paradoxos; discutidor.
Partidista — 206 — partidário.
Passarinheiro — 222 — inquieto, espantadiço.
Paúl — 165, 271 — pântano.
Perenal — 117 — perene.
Periélio — 194 — ponto da órbita de um planeta mais próximo do Sol.
Pestífero — 143 — pestilento, pernicioso.
Potosí — 235 — manancial de riquezas, fonte de riquezas.
Predecessor — 208 — antecessor.
Predicamento — 228 — categoria, graduação.
Prédio — 252, 260, 263, 264 — casa, edifício; propriedade rural, terreno de cultura.
Prepóster — 141 — invertido, às avessas, inverso.
Preversão — 124 — perversão.
Productibilidade — 237 — produtividade.
Projectista — 89, 130, 182, 207 — pessoa que faz muitos planos ou projectos.
Proejar — 303 — velejar, navegar.
Prol — 87 — vantagens, proveito.
Prolífico — 230, 243 — que gera ou procria.
Prospecto — 64, 132 — programa ou descrição de uma obra; perspectiva.
Protectriz — 194 — protectora.
Protótipo — 120, 183 — original, primeiro tipo.
Protuberar — 276 — expandir, entumecer.
Protuberosidade — 268 — protuberância.
Proveito — 140, 181, 182, 183, 220, 257, 259 — lucro.
Próvido — 101 — providente.

Q

- Quietista* — 102 — sectário de uma mística teológica que prescreve a contemplação inactiva.
Quina — 228 — cada um dos cinco escudos das armas de Portugal; cinco elementos de um conjunto.

R

- Racionável* — 102, 114, 127, 155, 173, 287 — razoável.
Racionavelmente — 186, 191 — razoavelmente.
Recopilação — 248 — resumo, recapitulação.

Rédito — 114, 128, 130, 131, 133, 140, 149, 150, 151, 152, 165, 167, 171, 184, 188, 192, 193, 195, 199, 252, 253, 262, 265, 271, 276, 282, 283, 300 — renda, rendimento, resultado econômico.

Refrigério — 81 — alívio.

Renovo — 79 — rebento, broto.

Rescrito — 87 — resolução dos imperadores romanos por escrito.

Roteamento — 151 — lavramento.

S

Salvatório — 263 — (pejorativo) — salvação, socorro.

Sátrapa — 303 — governador de província na antiga Pérsia.

Seita — 212 — doutrina ou sistema que se afasta da opinião geral.

Sobejar — 128, 154, 168, 264 — sobrar, exceder.

Sobejo — 290 — sobra, excesso.

Sobrecarrego — 127, 281 — sobrecarga.

Subministrar — 185, 218 — ministrar, fornecer.

Sucoso — 303 — succulento.

Supino — 124 — elevado, alto.

Suspicaç — 80 — desconfiado.

T

Talismã — 228 — imagem à qual se atribuem virtudes extraordinárias.

Tântalo — 76 — entidade mitológica condenada ao suplício da sede.

Tapada — 264 — cercado.

Título — 286 — relação de pesos dos metais que formam uma liga.

Tráfico — 132, 257 — comércio, actividade lucrativa.

Trapeiro — 273 — apanhador ou vendedor de trapos.

Tugúrio — 173 — habitação rústica, abrigo, refúgio.

U

Uniformar — 247 — uniformizar; fundir, identificar.

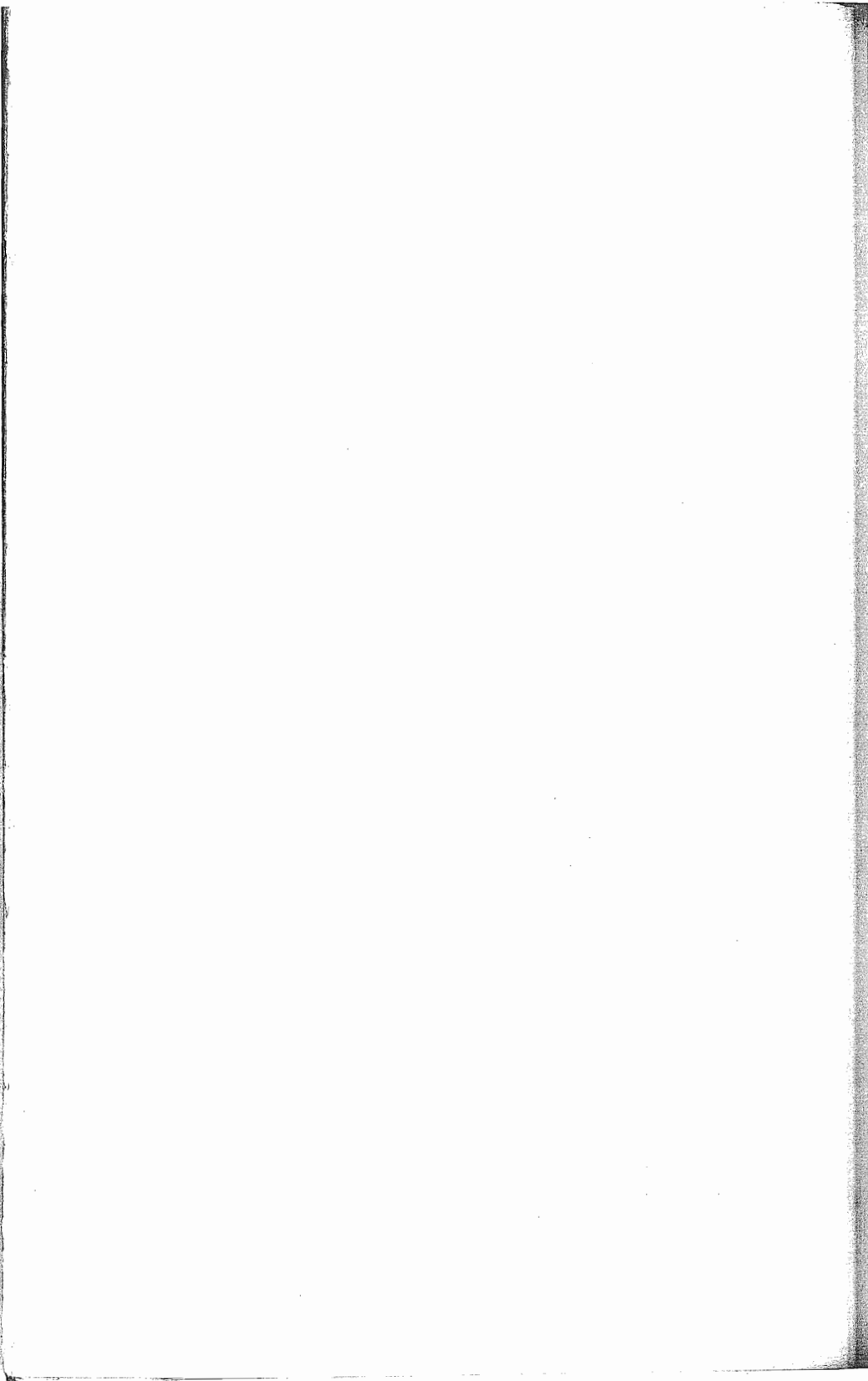
Usura — 258 — juro excessivo, elevado.

V

Vápido — 303 — fraco, insípido.

Vereda — 101 — caminho estreito.

Vindicar — 220 — reivindicar, exigir, reclamar.



II — TRADUÇÃO DAS CITAÇÕES EM FRANCÊS, CASTELHANO, INGLÊS E LATIM

1 — TRADUÇÃO DAS CITAÇÕES EM FRANCÊS.

Página 97

“Trata-se de fazer pensar e não de fazer ler”. — MONTESQUIEU

Página 195

“Além das vantagens gerais que a Inglaterra, na qualidade de potência rival, tem sobre a França, a sua superioridade no mar deve ainda contribuir para lhe atrair um maior número de aliados. Uma Nação que só é poderosa em terra, só é de facto vizinha dos Estados com que se limitam em alguma de suas fronteiras; e frequentemente está embaraçada para fazer uma diversão de forças em favor de algum de seus aliados. Uma potência marítima é vizinha por seus navios de todos esses países; e podendo causar, por consequência, maior bem e maior mal a um grande número de Estados, goza de consideração mais extensa”.
MABLY — *Direito Público da Europa*.

2 — TRADUÇÃO DAS CITAÇÕES EM CASTELHANO.

Página 121

“Não se admirem! pois é impossível ser vencido um pai de dez mil filhos, como o Rei de Portugal o é dos portugueses e estes o são de seu Rei”. REI DE CASTELA.

“Que faremos, pois eles são filhos e os meus são vassalos”.
RAINHA ISABEL — a Católica.

3 — TRADUÇÃO DA CITAÇÃO EM INGLÊS.

Página 282

“igualdade aproximada”.

4 — TRADUÇÃO DAS CITAÇÕES EM LATIM. (1)

Página 62

“Enquanto estamos entre os homens, sirva nossa pena à humanidade; não sejamos de temor nem de perigo a ninguém.

...Oxalá já se soubessem todas as coisas e fosse a Verdade descoberta e proclamada! Nada mudaríamos do que foi estabelecido. Agora, entretanto, procuramos a Verdade com aqueles mesmos que ensinam”. SÊNECA.

Página 66

“Nada há de perfeito, nem mesmo no maior orador, que plenamente satisfaça a meus ouvidos; os quais são tão insaciáveis e sensíveis, que desejam sempre algo de imenso e infinito; de tal forma, que nem o próprio Demóstenes me agrada”. CÍCERO.

.....“Como se condenasses ver-rugas espalhadas num corpo belíssimo... Desde que brilhem num poema muitas coisas, não me ofendo com poucas manchas, que a incúria deixou escapar ou a natureza humana não cuidou”. HORÁCIO.

Página 67

“Decaem depressa em sua natureza as coisas imaginárias; aquelas sob as quais está a verdade, e as que, (por assim dizer) surgem de coisas sólidas, caminham com o próprio tempo, tornando-se maiores e melhores”. SÊNECA — *Da Clemência* — Livro I.

Página 68

“Enquanto o reino de Enéias habitar na rocha inabalável do Capitólio e o Pai Romano mantiver o domínio”. VIRGÍLIO.

(1) — As versões dos 89 textos latinos para o português foram feitas pelo humanista Carlos Juliano Torres Pastorino, catedrático do Colégio Militar do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II.

Página 69

“Tu, que, primeiro, pudeste extrair luz tão clara de tão grandes trevas, esclarecendo os bens da vida, a ti eu sigo, ó honra do povo “inglês”, e agora ponho as plantas firmes de meus pés nas marcas de tuas pegadas; não tanto desejoso de rivalizar contigo, quando seguindo o amor, porque desejo imitar-te: que pretenderá, com efeito, a andorinha contra os cisnes? ou como, com suas pernas trêmulas, poderiam os bodes, numa corrida, fazer a mesma coisa que a robustez do forte cavalo? Tu és o Pai e inventor das coisas; tu nos dás as lições paternas, e, ó inclito, assim como as abelhas sugam tudo nos bosques floridos, assim nós, da mesma maneira, nos alimentamos das áureas palavras de teus livros, todas áureas e as mais dignas sempre da vida eterna. Pois, logo que tua Doutrina começa a falar, dissipam-se os terrores da alma; afastam-se os muros do mundo... e sorriem pela luz largamente difusa. De facto a Natureza provê a tudo; nem, coisa alguma tira a paz da alma, em nenhum tempo”. LUCRÉCIO — *Da Natureza das Cousas* — Livro III.

Página 76

“Estultos! não sabem quanto a metade vale mais que o todo”. HESÍODO — *Obras e Dias*.

Página 78

“Não começo trabalho algum sem os Deuses; pois no poder deles estão tanto as coisas que se fazem na paz, quanto as que se fazem na guerra”. SÓCRATES — *apud XENOFONTE — Econômicos*.

“Agindo, trabalhando, consultando com segurança, todas as coisas ocorrem prosperamente”. CATÃO — *apud SALÚSTIO — Da Conjuração de Catilina*.

Página 79

“Ninguém nos conduz”. SÃO MATEUS — *O Evangelho* — Cap. XX — V. 7.

Página 80

“em torno praias e litorais”.

Página 81

“Considera o que prescrevem as leis, o que a Cúria ordena: quantos prêmios sobram para os bons, quanto, com justo raio,

pela condenação do Senado, tenham caído não só Capitão como Numitor, piratas dos Cilícios. Mas, que adianta a condenação, se Pansa tira (tudo) o que Nata te deixou"? JUVENAL — *Sátira VIII*.

Página 82

"não damos a um homem, damos à humanidade".

"os ingleses, totalmente separados do mundo". VIRGÍLIO.

Página 83

"Melhor é a sabedoria, que todas as cousas mais preciosas: e tudo o que desejar se possa, não se lhe pode comparar. Estão comigo as riquezas e a glória, as melhores obras e a justiça. Sigo pelos caminhos da justiça, para que enriqueça os que amam, e encha os tesouros deles... A bênção do Senhor faz ricos nem se lhes associará a aflição". *Provérbios* — Cap. VIII — V. 18 e Cap. X — V. 22.

Página 86

"Entre vizinhos, uma velha e antiga antipatia (reina), um ódio imortal e uma ferida nunca sanável. O furor, no vulgo, (vem) daí, que cada um dos lugares odeia os deuses do vizinho, e acredita que só devem ser tidos os deuses que ele mesmo cultua". JUVENAL — *Sátira XV*.

Página 87

"A Lei Julia, a respeito da colheita; Do dever do Prefeito da cidade; Dos mercados; Do comércio e dos comerciantes; Do regulamento do trigo; Dos monopólios, etc."

Página 96

"com os ódios recentes, entre os hostis e os perigosos; o cuidado da posteridade (incumbe) aos neutros". TÁCITO.

Página 97

"Guardou (o que é muito difícil) a moderação da sabedoria". TÁCITO — *Vida de Agrícola*.

Página 98

"...Gosto de ir abeberar-me nas virgens". LUCRÉCIO — *Da Natureza das Cousas* — Canto IV — Vs. 2 e 3.

"timidamente, com desconfiança e respeito".

Página 99

“Não ignoro que ás coisas boas possam, com o estudo, tornar-se melhores; e as que não são óptimas, podem, todavia, ser melhoradas e corrigidas”. CÍCERO.

“Nós, descuidados das coisas presentes, louvamos muito as velhas! Nem tudo, porém, era melhor entre os antigos: pois também nossa época deixou muitas cousas louváveis e artísticas, para serem imitadas pelos pósteros”. TÁCITO.

“Neste Século, muitas coisas conhecemos, e o povo da era vindoura saberá muitas coisas que nós ignoramos”. SÊNECA.

Página 104

“Os que repousaram só nas riquezas achadas e não colocaram uma parte de si”. VIRGÍLIO.

“Nunca esperamos uma perfeita compreensão das cousas; porque é muito difícil a exploração da verdade, mas vamos por lá, por onde conduz a verossimilhança. Todo dever segue por esse caminho: assim semeamos, assim navegámos, assim combatemos, assim casamos, assim recebemos filhos, sendo incerto o resultado de tudo isso. Encaminhamo-nos para aquelas coisas das quais cremos poder esperar bom êxito. Seja bastante querer o que é louvável”. SÊNECA — *Do Benefício* — Livro IV — Cap. XXXIII.

Página 118

“Quizeram erigir estátuas a ele, Cipião Africano, no lugar dos comícios, no foro, na cúria, enfim na própria capela de Júpiter Ótimo Máximo; quizeram aplicar sua imagem revestida com o ornamento triunfal nos coxins do Capitólio; quizeram o consulado contínuo, de tudo isso ele nada quis para si, nem por plebiscitos, e nem concordou que o Senado concedesse por decreto, de tal modo se comportou ao recusar as honras, quanto o fizera ao merecê-las”. VALÉRIO MÁXIMO. Livro IV — Cap. I.

Página 120

"Sem dúvida, é um grande argumento de virtude, em quem está governando, se os homens lhe obedecem de boa vontade e querem permanecer junto dele nos perigos". XENOFONTE — *Econômicos*.

Página 131

"Para que os velhos se afastem para repousos limpos". HORÁCIO.

Página 134

"Aos que se aproximam da salvação, é mister creiam não só que Deus existe, como ainda que é recompensa aos que o buscam". *Epístola aos Hebreus* — Cap. II — V. 16.

"Lá ninguém ri dos vícios, e não se diz "que é de seu tempo" corromper e ser corrompido: mais valem aí os bons costumes do que alhures as boas leis". TÁCITO — *Dos Costumes Alemães*. XIX.

Página 141

"entre os ignorantes, chama-se a isto humanidade, quando é uma espécie de escravidão". TÁCITO.

Página 142

"Nem o Oriente nem o Ocidente terá saciado; ambicionam com o mesmo ardor as riquezas e a pobreza: com falso nome chamam império tirar, trucidar, rapinar; e depois que transformaram em solidão, chamam de paz". TÁCITO.

"para qualquer péssimo, a maior força está nas multidões e nas discórdias: a paz e a tranquilidade são necessárias às boas artes". TÁCITO.

Página 143

"Aquele que muitas coisas cobiçou ambiciosamente, desprezou com soberba, derrotou impudentemente, enganou insidiosamente, raptou com avareza, dissipou prodigamente, é mister que tema sua memória". SÊNECA — *Da Brevidade da Vida* — Cap. X.

Página 156

"Muitas vezes, se não usares discernimento, efeitos perniciosos ocorrerão de causas honestas das coisas". TÁCITO.

Página 174

“Logo são ouvidos o rei, ou o príncipe, conforme seja a idade de cada um, conforme a nobreza, conforme o deus das guerras, conforme a eloquência; mais pela autoridade de persuadir, do que pelo poder de mandar”. TÁCITO — *Dos Costumes Alemães*.

Página 175

“Vai à formiga, ó preguiçoso, e repara em seu agir e aprende a sabedoria: a qual, mesmo não tendo guia nem professor, nem chefe, prepara no verão alimento para si e reúne durante o mês o que comer”. *Provérbios* — Cap. VI — V. 6.

Página 189

“por exemplo”.

Página 192

“de joelhos dobrados”.

Página 193

“E na verdade os deuses afastem os agouros”.

“ninguém governou com boas artes um império conquistado ignobilmente”. TÁCITO.

“Nega que vá arrancar um dos olhos da Grécia”. JUSTINIANO — *História*.

Página 197

“Uns dividem o que é seu e se tornam mais ricos. Outros roubam o que não é seu e sempre estão na pobreza”. *Provérbios* — Cap. XI — V. 24.

Página 198

“Arde o infeliz no apertado limiar do mundo”.

“Vi o ímpio muito exaltado e elevado como os cedros do Líbano; e passei e eis que não mais estava; e procurei-o e não foi achado o lugar dêle”. *Salmo* — Cap. XXXVI — V. 35.

Página 208

“Planta pereiras ó Dafne: teus netos colherão teus frutos”.

Página 218

"Há sempre, em qualquer matéria, algo que naturalmente é o primeiro". QUINTILIANO — *apud* BLAIR — *Curso de Retórica*.

Página 221

"Com efeito não sou tão ávido de glória, que a queira roubar dos outros".

"não darei minha glória a outrem". ISAÍAS — Cap. XLVIII — V. 11.

Página 228

"sejam erigidos altares?"

Página 229

"E os que foram piedosos poetas, e falaram cousas dignas de Febo, ou que cultuaram a vida por meio de artes inventadas, e os que, lembrados de si, fizeram bem aos outros, adquirindo mérito, a todos estes, as tēmporas são cingidas por núvea fita". VIRGÍLIO.

Página 244

"Esta permissão nós a damos e pedimos recíprocamente".

Página 245

"Nem me julgueis tão louco, que tenha resolvido falar de coisas tão contrárias ao senso da multidão, a não ser que tivesse estabelecido que minha defesa estivesse na verdade das palavras". ISÓCRATES — *Sobre a Paz Social* — *apud* WOLFIUS.

"A posteridade confere a cada qual a sua honra". TÁCITO.

Página 246

"Eu julgo que todas as artes crescerão, se forem honrados e admirados não aqueles, dos quais partiu o primeiro princípio, nem aqueles que resolveram dizer acerca de coisas jamais tratadas antes por outrem; mas aqueles que falem de tal forma como ninguém mais, da mesma maneira". ISÓCRATES — *Panegírico*.

Página 247

"alego justo pedido".

Página 254

"Nem nos envergonhemos de imitar o rei dos Persas. Pois dizem que ele, porque julga a agricultura e a arte guerreira as mais belas e necessárias, cultiva ambas com o máximo esforço... Além disso, ele mesmo perambulando, olha o quanto pode de sua região, e nela ele mesmo explora tudo; o que porém não pode olhar, ele o faz por meio de homens fiéis. E na verdade advertiu os prepostos que exibissem uma terra egregiamente habitada, um solo cultivado e cheio de árvores e frutas (de acordo com a natureza do solo); dá-lhe também outro campo e coonesto com presentes, e homenageia na assembléia aos que foram honrados com os lugares... Todas as vezes que o rei distribui presentes, primeiro convida a estes os que agiram brilhantemente na guerra, porque nada aproveita arar muito, se não houver quem defenda os aradores. Muito bem também disse quem afirmou que a agricultura é a mãe e nutriz das outras artes. Pois, quando a agricultura caminha prosperamente, todas as demais artes têm vigor; mas quando a região, por qualquer necessidade, permanece inculta, também as outras artes quase se extinguem na terra e no mar. Quem quiser cultivar bem um campo, em primeiro lugar a natureza do solo deve ser conhecida; com efeito, não é vantajoso fazer guerra com Deus. De fato, não é semeando e cultivando o de que tem necessidade, que conseguirá abundância de alimento maior, do que quanto espontaneamente o solo produzirá e criará". XENOFONTE.

Página 256

"ninguém vai cultivar um campo só pelo bem e pela justiça". SÊNECA.

"O próprio Pai quis que o caminho do cultivo não fosse fácil". VIRGÍLIO — *Bucólicas*.

Página 258

"...porque o frio barracão fornece pequenos casebres, e fogo, e um lar, e o gado e acoberta os senhores com uma sombra comum". JUVENAL — *Sátira VI*.

Página 259

"Por isso, adiante, ó agricultores, aprendei por espécies as culturas próprias, e cultivando-as, amolecei os frutos selvagens". VIRGÍLIO — *Geórgicas* — Livro II — Vs. 35 e 36.

Página 261

"Ai de vós que unis uma casa à outra e colais um campo a outro: será que só vós habitais a terra?" Isaías — Cap. V — V. 8.

Página 266

"Assim, não se preocupam em rivalizar, por seu trabalho, com a fecundidade e amplidão do solo, a fim de plantar pomares, nem criam prados para regar jardins: só se pede à terra a colheita... nenhum culto pelo comércio". Tácito — *Dos Costumes Alemães* — Cap. XXVI.

Página 267

"E muito, por Deus! Julga a moderação utilíssima em todas as cousas. Cultivar bem é necessário: cultivar muito bem é danoso". Plínio — *História Natural* — Livro XVIII — Cap. VI.

Página 274

"Constantemente a natureza impôs estas leis e pactos eternos aos lugares unidos".

Página 275

"...Ter aprendido fielmente as artes livres amolece os costumes e não deixa ser ferozes". Ovídio,

Página 277

"com o pescoço torto".

"o trabalho vence tudo".

Página 278

"comerás o pão com o suor do teu rosto".

Página 280

"a que propósito".

Página 284

"E teus trabalhos não sejam em casa alheia". *Provérbios* — Cap. V — V. 10.

Página 287

"...e por muitos anos permanece a fortuna da casa, e os avós dos avós são contados".

Página 288

"o que esteja certo e o que não; aonde leve a virtude, aonde o erro".

Página 290

"Ai dos que impõem leis iníquas". ISAÍAS — Cap. X — V. 1.

"Dá uma oportunidade ao sábio e a sabedoria lhe será acrescentada". *Provérbios* — Cap. IX — V. 9.

Página 297

"Ó cidadãos, cidadãos, o dinheiro deve ser procurado primeiro, a virtude depois das riquezas".

"...O mesmo espírito dirige os membros no Mundo". — LUCANO.

Página 299

"Não fazes coisa boa, disse; em trabalho inútil és consumido, não só tu, como esse povo que está contigo; o negócio está além de tuas forças; sozinho não poderás aguentá-lo". *Êxodo* — Cap. XVIII — V. 18.

Página 300

"Bem comum é abrir o comércio do mar e afrouxar o governo do gênero humano". SÊNECA — *Dos Benefícios* — Livro IV — Cap. XXVIII.

Página 301

"Aprende, ó infelizes, e conheci as causas das coisas: o que somos, e porque para vencer somos gerados: que linhagem nos foi dada, e por onde e donde a vagarosa curva da meta (para voltar e refazer o caminho); qual a medida do dinheiro; que seja lícito desejar; que utilidade tem uma moeda em alto relevo; que liberalidades convêm sejam feitas à pátria e aos caros parentes: o que a divindade ordenou que tu fosses e em que parte da humanidade estás colocado. Aprende e não invejarás". PÉRSIO — *Sátira III* — Vs. 66 a 74.

"Ó minha mente! Surge-me inopinadamente nova face! Maior ordem das coisas me nasce. Um animal mais santo que aqueles e mais capaz de mente alta, ainda faltava e que pudesse dominar sobre os outros: Nasceu o homem". Ovídio — *Metamorfoses* — Livro I — Vs. 76 a 78.

Página 302

"...que sempre julgamos os maiores e que sempre serão os maiores".

"Mostremos quais defensores a Caledônia reservou para si". TÁCITO — *Vida de Agrícola* — Caps. XV e XXX.

"A prudência mostra poderem nascer homens que darão grandes exemplos, na pátria dos estúpidos e num ar pesado". JUVENAL — *Sátira X* — V. 50.

"Deixarei de boa vontade serem infelizes".

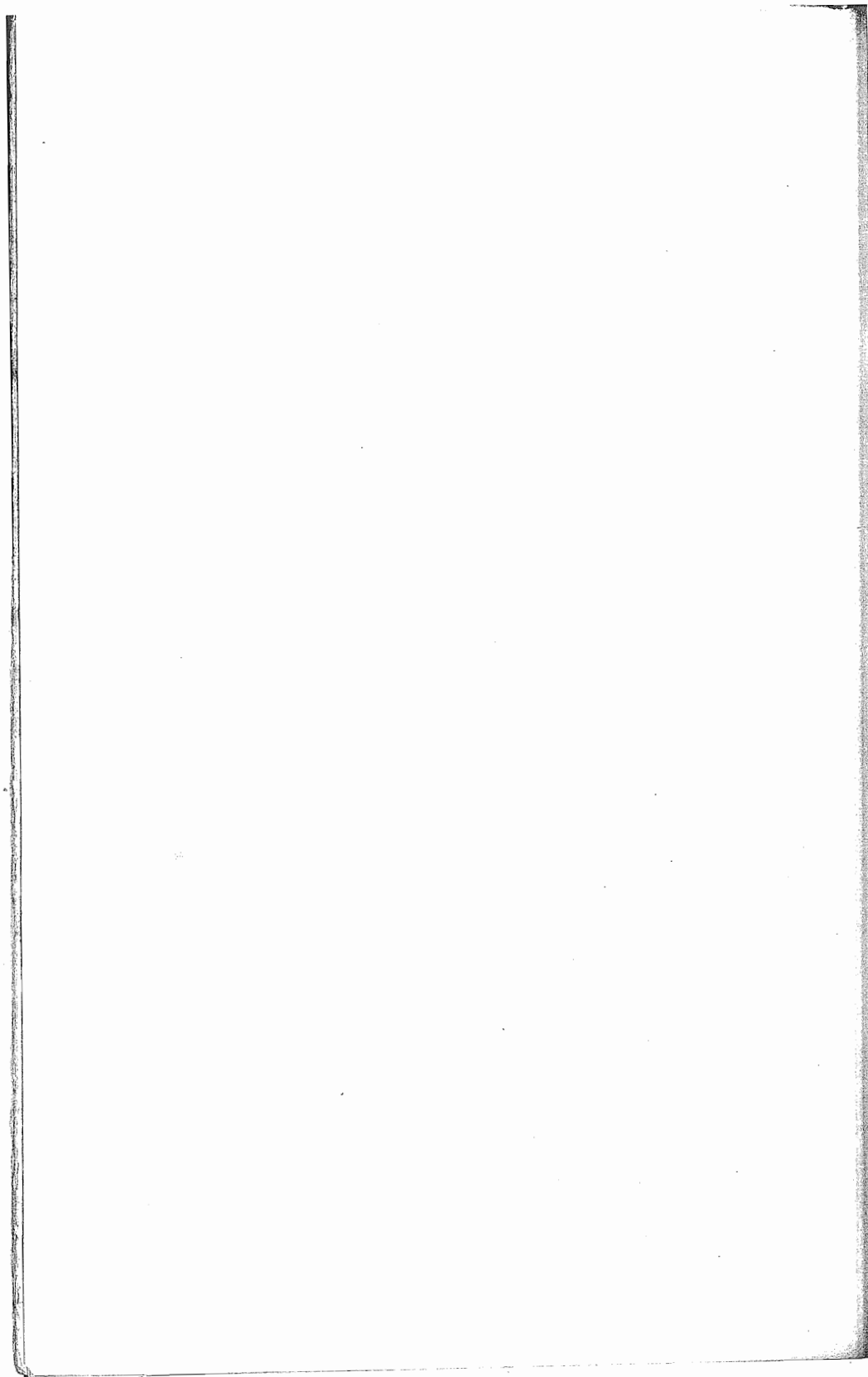
"E' estúpido comer bolotas, quando foram achadas frutas".

"seja dito com permissão".

"Homenageemos-te antes com a admiração, com os louvores temporais, e, se a natureza o permitir, com a imitação". TÁCITO — *Vida de Agrícola*.

BIBLIOGRAFIA

- I — BÍBLICOS, GREGOS E LATINOS
- II — FILÓSOFOS, HISTORIADORES E JURISTAS
- III — ECONOMISTAS E PRECURSORES



BIBLIOGRAFIA

Nesta bibliografia estão relacionadas apenas as obras cujos argumentos são transcritos ou citados por Cairu no texto do seu próprio livro.

I — BÍBLICOS, GREGOS E LATINOS.

1 — Bíblicos

I

ISAÍAS — *O Livro de Isaías.*

M

MOISÉS — *Êxodo — Gênesis.*

S

SALOMÃO — *Provérbios.*

SÃO MATEUS — *O Evangelho.*

2 — Gregos

H

HESÍODO — *Obras e Dias.*

HOMERO — *Iliada — Odisséia.*

I

ISÓCRATES — *Sobre a Paz Social — Panegíricos.*

S

SÓCRATES — *Apud Xenofonte.*

X

XENOFONTE — *Econômicos*.

3 — Latinos

C

CATO (Marcus Porcius) — *De Re Rustica*.

CICERO (Marcus Tullius) — *Catilinariæ* — *In Verrem* — *Philippicæ*.

COLUMELLA (Lucius Junius Moderatus) — *De Re Rustica*.

H

HORATIUS FLACCUS (Quintus) — *Odes* — *Satyriæ* — *De Arte Poetica*.

J

JUVENALIS (Decimus Junius) — *Decem et sex Satyriæ*.

L

LUCANUS (Marcus Annæus) — *Bellum Civile* — *Pharsala* — *Orpheus*.

LUCRETIUS CARUS (Titus) — *De Rerum Natura*.

O

OVIDIUS NASO (Publius) — *Metamorphoseon* — *Fasti* — *Amores*.

P

PERSIUS FLACCUS (Aulus) — *Sex Satyriæ*.

PLINIUS SECUNDUS (Caius) — *Naturæ Historiarum*.

S

SALLUSTIUS CRISPUS (Caius) — *De Bello Catilinæ*.

SENECA (Lucius Annæus) — *De Beneficiis* — *De Clementia* — *De Brevitate Vitæ*.

T

TACITUS (Publius Cornelius) — *Vita Agricolæ* — *De Moribus Germaniæ*.

V

VALERIUS MAXIMUS — *Factorum et Dictorum Memorabilium Libri Novem* — *De Dictis Factisque Memorabilibus*.

VIRGILIUS MARO (Publius) — *Æneida* — *Georgicæ* — *Bucolicæ*.

II — FILÓSOFOS, HISTORIADORES E JURISTAS.

A

ALEMBERT (Jean le Rond d') — *Mélanges de Litterature et de Philosophie* — Paris, 1755.

B

BACON (Francis) — *Essay Moral, Economical and Political* — Londres, 1597.

BECCARIA (Cesare Bonesana, marquês de) — *Dei Delitti e delle Pene* — Livorno, 1764.

BLACKSTON (Willian) — *Commentairies on the Laws of England* — Londres, 1787. 4 vols.

BLAIR (Hugh) — *Cours de Rhétorique et de Belles-Lettres* — Paris, 1783. (Tradução francesa).

BURKE (Edmund) — *Reflections on the Revolution in France* — Londres, 1790.

C

CARNEIRO (Diogo Gomes) — *História do Capuchinho Escocês* — Lisboa, 1628-1676.

COLBERT (Jean-Baptiste) — *Memoire au Roi Louis XIV* — Paris, 1666.

CONDORCET (Marie-Jean-Antoine-Nicolas) — *Réflexions sur le Commerce des Blés* — Londres, 1776.

F

FERGUSON (Adam) — *Essai sur l'Histoire de la Société Civile* — Paris, 1783. 2 vols. (Tradução francesa).

G

GIBBON (Edward) — *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* — Londres, 1776.

H

HUME (David) — *Essay Moral, Political and Litterary* — Londres, 1742-1752.

L

LOCKE (John) — *Some Considerations of the Consequences of the Lawing of Interest and Raising the Value of Money* — Londres, 1691.

M

MABLY (Gabriel Bonnot de) — *Droit Public de l'Europe Fondé sur les Traités* — Genebra, 1748. 2 vols.

MANOEL (Francisco) — *Carta* — Lisboa.

MILTON (John) — *Obras diversas* — Londres, 1634-1671.

MIRABEAU (Victor Riquetti) — *Philosophie Rurale* — Paris, 1754. 3 vols.

MONTESQUIEU (Charles Secondat) — *De l'Esprit des Lois* — Genebra, 1748. 2 vols.

MURATORI (Lodovico Antonio) — *Operi Italiani e Latini* — Arezzo, 1767-1780.

P

PODWING (Robert) — *Inquiry on Political Justice* — Londres, 1786.

R

RICHELIEU (Armand Jean de Plessis de) — *Maximes d'État* — Paris, 1764. 2 vols.

S

SMITH (Adam) — *Theory of Moral Sentiments* — Londres, 1759.

W

WALPOLE (Horace) — *Goldsmith's History of England* — Londres, 1768.

WOLFIIUS (Christianus) — *Jus Gentium* — Francfort, 1764.

III — ECONOMISTAS E PRECURSORES.

A

ABEILLE (Louis-Paul) — *Corps d'Observations de la Société d'Agriculture, de Commerce et des Arts, Établie par les États de Brétagne* — Rennes, 1761. 2 vols.

ARNOULD (Ambroise-Marie) — *De la Balance du Commerce et des Relations Commerciales Exterieures de la France dans toutes de Parties du Globe* — Paris, 1795. 2.^a edição. 2 vols.

B

BAUDEAU (Nicolas) — *Première Introduction à la Philosophie Économique ou Analyse des États Policés* — Paris, 1774.

BRISOT DE WARVILLE (Jacques-Pierre) — *Sur la Propriété et sur le Vol* — Paris, 1780.

BRITO (Joaquim José Rodrigues de) — *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações e Principalmente de Portugal* — Lisboa, 1803. 3 vols.

C

CAMPOMANES (Pedro Rodrigues, conde de) — *Memorial Ajustado sobre la Decadencia de la Agricultura y sobre el Establecimiento de una Lei Agraria* — Madrid, 1784.

D

DUPONT DE NEMOURS (Pierre Samuel) — *Physiocratie ou Constitution Naturelle du Gouvernement le plus Avantageux au Genre Humaine* — Leyde et Paris, 1768.

F

FILANGIERI (Gaetano) — *Delle Leggi Politiche ed Economiche* — Nápoles, 1783.

FRANKLIN (Benjamin) — *La Science du Bonhomme Richard* — Paris, 1794. (Tradução francesa).

G

GARNIER (Germain) — *Abrégé des Principes de l'Economie Politique* — Paris, 1796.

GENTZ (Frederic de) — *Essai sur l'État Actuel de l'Administration des Finances et de la Richesse Nationale de la Grande Bretagne* — Londres, 1800. (Tradução francesa).

GRIVEL (Guillaume) — *Principes de Politique, de Finances, d'Agriculture, de Legislation et Autres Branches d'Administration* — Paris, 1789. 2 vols.

H

HAUTERIVE (Alexandre Maurice Blanc de Lanautte, conde d') — *De l'État de la France à la Fin de l'An VIII* — Paris, 1800.

J

JOYCE (Jeremiah) — *A Complete Analysis of Dr. Adam Smith's Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* — Londres, 1797.

L

LINGUET (Simon-Nicolas-Henri) — *Du Pain et du Blé* — Londres, 1774.

M

MABLY (Gabriel Bonnot de) — *Doutes Proposés aux Philosophes Économistes sur l'Ordre Naturel et Essentiel des Sociétés Politiques* — Haya, 1768.

MERCIER — LARIVIÈRE — *Ordre Naturel et Essentiel des Sociétés Politiques* — Paris, 1767.

MACEDO (Duarte de Sousa Ribeiro de) — *Discurso sobre a Transplantação dos Frutos da Índia ao Brasil* — Lisboa, 1765.

N

NEWTON (Isaac) — *Report on the State of the Coinage* — Londres, 1747.

P

PINTO (Isaac) — *Traité de la Circulation et du Crédit* — Amsterdam, 1781.

Q

QUESNAY (François) — *Maximes in Physiocratie de Dupont de Nemours* — Paris, 1768.

R

ROUBAUD (Pierre-Joseph-André) — *La Politique Indien ou Considérations sur les Colonies des Indes Occidentales* — Amsterdam et Paris, 1768.

S

SMITH (Adam) — *An Inquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nations* — Londres, 1776.

STEWART (Dugald) — *Account of the Life and Writings of Adam Smith* — Edimburgo, 1793.

STEWART (Jacques) — *Recherches des Principes de l'Economie Politique ou Essai sur la Science de la Police Interieure des Nations Libres* — Paris, 1789. (Tradução francesa).

T

TROSNE (Guillaume-François Le) — *Essai Analytique sur la Richesse et sur l'Impôt* — Paris, 1767.

TURGOT (Anne-Robert-Jacques) — *Réflexions sur la Formation et la Distribution des Richesses* — Paris, 1778. 2.^a Ed.

Y

YOUNG (Arthur) — *Observations on the Present State of the Waste Lands of Great Britain* — Londres, 1773.

ÍNDICES

I — ÍNDICE ALFABÉTICO DOS NOMES GEOGRÁFICOS, MITOLÓGICOS E PERSONATIVOS.

II — ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES CITADOS.

III — ÍNDICE ALFABÉTICO DAS MATÉRIAS.

IV — ÍNDICE ANALÍTICO DAS MATÉRIAS.



I — ÍNDICE ALFABÉTICO DOS NOMES
GEOGRÁFICOS, MITOLÓGICOS E
PERSONATIVOS.

Os números referem-se às paginas do texto.

A

Acates — 149.
Afonsinho — 90.
África — 78, 167, 192.
Agrícola — 97, 303.
Agronomia — 85.
Albião — 94.
Alcebiades — 117.
Alemanha — 94, 266.
Alexandre — 198.
Aljubarrota — 120.
América — 79, 192, 277.
Anglo-americanos — 236.
Antonino — 100.
Aqueronte — 81.
Aquiles — 101, 277.
Aristarco — 66.
Arlequim — 228.
Arquimedes — 140, 183.
Arquimedes Político — 140.
Ásia — 78, 262.
Astréia — 173.
Atenas — 193.
Atenas da Escócia — 220.
Atila — 198.
Atlântico Económico — 303.
Augusto — 103.

B

Baco — 296.
Belial — 297.
Brasil — 105.
Briareu — 198.

C

Caim — 119.
Camões — 246.
Campos Elíseos — 143.
Canibal — 298.
Carlos VI — 277.
Caríades — 65.
Cartago — 117, 247.
Ceres — 296.
Cesar — 246.
Césares — 142.
China — 183, 249, 253.
Ciclopes — 79.
Cila — 65, 119, 142.
Cipião — 117, 118.
Ciro — 198.
Clio — 99.
Código dos Romanos — 287.
Colónias da América — 262.
Creta — 289.
Cúrcio — 90.

D

Digesto — 287.

E

Edimburgo — 213 220.
Edipo — 253.
Egito — 241.
Elísia — 99, 103.
Erato — 99.
Escócia — 67, 302.
Espanha — 94, 95, 277.
Esparta — 193.
Estados da Europa — 153.
Estrada Romana — 271.
Estrela Polar — 96.
Euripo — 300.
Europa — 79, 104, 164, 193,
212, 214, 220, 258, 265, 275,
281, 287, 296, 302.

F

Fenícios — 301.
Feudalismo — 296.
França — 94, 95, 148, 153,
181, 195, 206, 220, 236, 247,
267, 268.

G

Gália — 246.
Ganges — 82.
Genebra — 118.
Gengiscã — 198.
Grã-Bretanha — 82, 193, 246,
302.
Grécia — 69, 78, 193, 249, 288.
Gregos — 67, 117.

H

Henríada — 227.
Henriques — 246.
Herschel — 219.
Hércules (Colunas de) — 301.
Herodes — 82.
Hiparco — 219.

Holanda — 181, 247, 253, 255.
Hotentotes — 298.

I

Iloa — 154.
Império Romano — 87, 164,
296.
Índia — 105.
Indostão — 249.
Inglaterra — 97, 189, 195, 214,
247, 256, 270, 303.
Isabel — 121.
Israel — 299.
Itália — 94, 193, 260.

L

Lacedemônia — 90, 154.
Lacedemônios — 253, 272.
Lácio — 67, 78, 99.
Lei Romana — 288.
Líbia — 141.
Licurgo — 228.
Lingua grega — 99.
Livro do Gênesis — 119.
Longino — 67.
Lusitânia — 104.

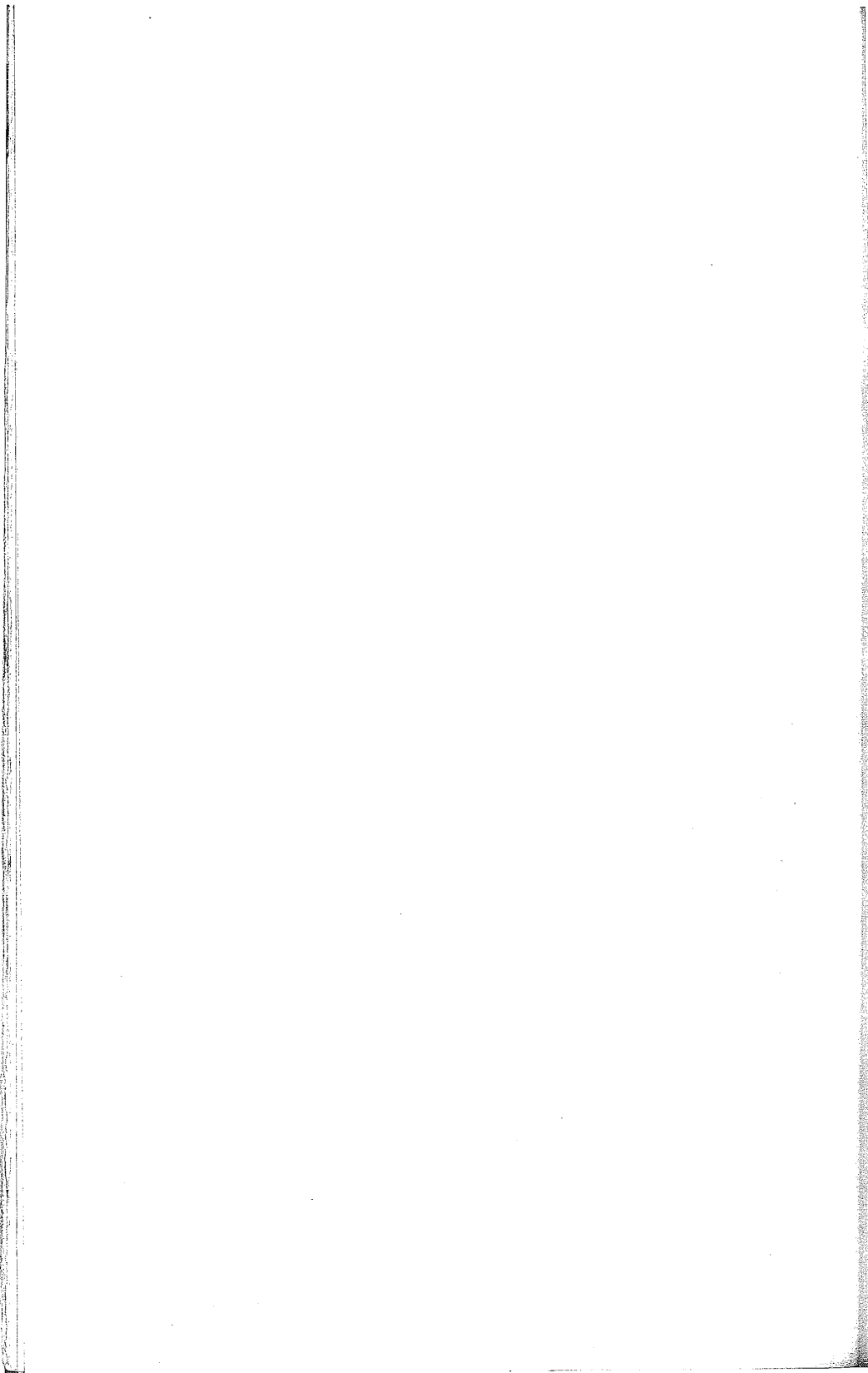
M

Macedos — 246.
Mamona — 140.
Maomé — 193.
Mar Glacial — 302.
Marquês de Pombal — 268.
Mediterrâneo — 78.
Messina — 65.
Midas — 297.
Mirmidões — 298.
Moloc — 142.
Monarquia Portuguesa — 120.

N

Nerões — 82.
Nenrods — 119.
Netuno — 101.
Nosso Reino — 268.
Numas — 142.

- | | |
|--|---|
| <p style="text-align: center;">O</p> <p>Ocidente — 87, 287.
Octávio — 118.</p> <p style="text-align: center;">P</p> <p>Paulo (São) — 133.
Pandóra Natureza — 83.
Paris — 105.
Pérsia — 193, 254.
Pisistratos — 117.
Píramis — 119.
Platões — 67.
Pluto — 297.
Poeta de Augusto — 103.
Polónia — 189, 193.
Pombal — 268.
Portugal (Nosso Reino) — 268.
Português — 94.
Prometeu — 227.
Promontório — 99.
Prússia — 193.</p> <p style="text-align: center;">R</p> <p>Rei de Castela — 121.
República das Letras — 244, 290.
República Romana — 260.
Roma — 117, 221, 249, 288.
Rússia — 189.</p> | <p style="text-align: center;">S</p> <p>Santarem — 268.
Saturno — 142.
Sejano — 81.
Sírius — 235.
Solons — 142, 197.</p> <p style="text-align: center;">T</p> <p>Tejo — 104.
Tirésias — 253.
Tírios — 301.
Tiro — 247.
Tisbéia — 119.
Tito — 100.</p> <p style="text-align: center;">U</p> <p>Ulísses — 303.
Urânia — 99.</p> <p style="text-align: center;">V</p> <p>Vascos — 246.
Venuzino Português — 96.
Verres — 81.</p> <p style="text-align: center;">Z</p> <p>Zaqueu — 81.
Zêuxis — 237.
Zoilos — 66.</p> |
|--|---|



II — ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES CITADOS

Os números referem-se às páginas do texto.

A

ABEILLE — 247.
ALEMBERT — 97.
ANÔNIMO — 95, 234.
ARNOULD — 95.
AUTOR DAS MEMÓRIAS — 246,
260, 264, 265, 266, 290.

B

BACON — 94, 143, 203, 208.
BECCARIA — 286.
BLACKSTON — 286.
BLAIR — 218, 220.
BAUDEAU — 247, 272.
BRISOT — 236.
BRITO — 243, 244, 245, 260,
265.
BURKE — 67, 192, 287, 288,
302.

C

CAMPOMANES — 94.
CARNEIRO — 68.
CATÃO — 78, 280, 302.
CÍCERO — 66, 99, 205.
COLBERT — 227, 247, 267.
COLUMELLA — 85.
CONDORCET — 94.
COPÉRNICO — 265.
CRÍTICO — 267, 269.

D

DEMÓSTENES — 66.
DUPONT DE NEMOURS — 247.

E

ÊXODO (MOISÉS) — 299.

F

FERGUSON — 67.
FILANGIERI — 94, 260, 286.
FRANKLIN — 298.

G

GARNIER — 95, 203, 212, 218,
219.
GENTZ — 94, 203, 214, 231, 284.
GIBBON — 101.
GOURNAI — 247.
GRIVEL — 148.

H

HAUTERIVE — 214.
HESÍODO — 77, 278.
HOMERO — 227, 303.
HORÁCIO — 66, 131.
HUME — 95, 154, 206, 207.

I

ISAÍAS — 221, 261, 290.
ISÓCRATES — 245, 246.

J

JOYCE — 98.
 JUSTINIANO — 193.
 JUVENAL — 81, 86, 258, 303.

L

LINGUET — 187.
 LOCKE — 94.
 LUCANO — 297.
 LUCRÉCIO — 69, 98.

M

MABLY — 195.
 MACEDO (RIB. DE) — 105.
 MANOEL (F.) — 96, 99.
 MATEUS (SÃO) — 79, 83.
 MERCIER-LARIVIÈRE — 247.
 MILTON — 140.
 MIRABEAU — 247, 279.
 MONTESQUIEU — 88, 97, 193,
 286, 290, 298.
 MURATORI — 247.

N

NEWTON — 93, 94, 98.

O

OVÍDIO — 275, 301.

P

PÉRSIO — 301.
 PINTO — 94.
 PLATÃO — 205.
 PLÍNIO — 267.
 PODWING — 82.
 PROFETA REI — 198.

Q

QUESNAY — 94, 148, 181, 247,
 252, 286, 301.
 QUINTILIANO — 218.

R

RICHELIEU — 227.
 ROUBEAU — 247.

S

SALÚSTIO — 78.
 SÊNECA — 62, 67, 99, 104, 143,
 256, 300.
 SMITH — 65, 67, 82, 95, 96, 98,
 102, 143, 153, 155, 162, 164,
 168, 169, 171, 174, 183, 186,
 189, 198, 203, 204, 205, 206,
 207, 208, 212, 213, 214, 217,
 218, 219, 220, 221, 222, 227,
 228, 230, 231, 235, 236, 237,
 243, 244, 245, 246, 247, 248,
 249, 250, 251, 252, 253, 255,
 257, 258, 260, 263, 267, 268,
 270, 271, 274, 277, 278, 279,
 280, 281, 282, 284, 285, 288,
 289, 290, 295, 297, 300, 301,
 302, 303.
 SÓCRATES — 77, 78.
 SOLON — 205.
 STEWART (DUGALD) — 203, 206,
 220.
 STEWART (JACQUES) — 95, 113,
 214, 217, 227, 229, 231, 260,
 264, 266.

T

TÁCITO — 96, 97, 99, 134, 141,
 142, 156, 174, 194, 245, 266,
 302, 303.
 TROSNE (LE) — 247.
 TURGOT — 220.

V

VALÉRIO MÁXIMO — 118.
 VERULÂMIO — 143.
 VIRGÍLIO — 68, 81, 103, 104,
 227, 229, 256, 259.

W

WALPOLE — 227, 247.

WOLFIO — 245, 286.

Y

YOUNG — 250.

X

XENOFONTE — 78, 85, 120, 254.

Z

ZENÃO — 302.

1

2

III — ÍNDICE ALFABÉTICO DAS MATÉRIAS

As indicações constantes de algarismos romanos e arábicos referem-se ao texto original dos capítulos e parágrafos respectivos. Todas as demais referem-se às páginas do livro.

A

Abertura dos portos: XIII — 2; 300.
Abolição da escravatura: 79; 105.
" dos monopólios: XII — 5.
Abstracção: IX — 1.
Academia: 88.
Açambarcadores: 187; 261.
Agricultura: 148.
Alcavala: 283.
Alimentação: 121.
Alimento: 303.
Análise intersectorial: IV — 3; 153.
Anônimo: XI — 1.
Aritmética: 93.
Arquitectura Civil: 100.
Arte: 275.
" económica: 113.
Assertões de D. Stewart: IX — 4.
Autarcia: V — 5; XIII — 2.
Autores de economia: I — 3.

B

Balança mercantil: 152; 228.
Bases da Ciência: IV — 1.
Bem-estar social: I — 1.
Benefício: 252.

C

Capital: V — 2; IX — 1.
" circulante: V — 2; 97; 166.
" fixo: V — 2; 97; 166.
Censuras: XII — 4.
Ciência: II — 1; IX — 2; 97; 166.
" do homem de Estado: 204.
" " " público: 93.
Clareza e logicidade: IX — 2.
Código dos romanos: 287.
" económico: II — 2.
Comparação: X — 3.
Conceito de ciência: II — 1; IX — 2; 97; 115.
" " economia: II — 1.
" " luxo: IV — 3.
Conclusões: IV — 4; IX — 5.
" finais: XIII — 3.
Concorrência: 222.
Consequências económicas: V — 2; V — 5.
" morais: V — 2.
" políticas: V — 2.
" sociais: V — 5.
Corolário: 222.
Crítica de um anónimo: XI — 1.
" " Brito: XII — 1.
Cura: 121.

D

Dedução: IX — 3.
Defesa: 121.
Demanda: 222.
" e concorrência: 222.
" " mercado: 222; 257.
Desígnios de Smith: XI — 2.
Despesa produtiva: 279.
Determinismo estatístico: II — 1.
Diferença dos sistemas: VI — 3.
Digesto: 287.
Direcção do trabalho: 126.
Direito de propriedade: 190.
Discreta direcção: 199.

Distribuição 173.
 Divisão do trabalho: V — 4; 168.
 Dom divino: 96.
 Doutrinas políticas: XIII — 2.

E

Economia: II — 1.
 " civil: II — 1; 112.
 " da criação: 185.
 " " formiga: 175.
 " " natureza: 125; 132.
 " do Estado: II — 2.
 " doméstica: II — 1; 112.
 " política: I — 1; II — 1; 113.
 " pública: 98; 214; 289.
 " social: 129; 237.
 Economista: 289.
 Educação nacional: 91.
 Elementos do salário: 121.
 Elogio de Dugald Stewart: VII — 1.
 " " Garnier: VIII — 1.
 " " Gentz: VIII — 2.
 " do liberalismo: V — 6.
 Emprego público: 278.
 Ensino da economia: I — 3; 91.
 Equilíbrio econômico: II — 2.
 Erros dos sistemas: III — 2.
 Escola francesa: IV — 1.
 Escravo: 154.
 Estudo e meditação: 213.
 Exacção filosófica: XIII — 1.
 Experiência e razão: 119; 148; 218; 270; 277.

F

Faculdade: 88.
 Felicidade social: I — 1.
 Feudalismo: 296.
 Fisiocracia: IV — 1.
 Fisiocrata: IV — 1; 236.
 Formação do capital: IX — 1.
 Futuro alimentar: IV — 3.

G

Geometria: 93.
Governo econômico: 113.
Gravoso: I — 1; XII — 2; 82; 263.
Guerra: 141.
" internecina: 141.

H

Habitação: 121.
Homem de Estado: 204.
" social: 204.

I

Idéias de Smith: X — 1.
" " Stewart: X — 1.
Indução: IX — 3.
Inteligência: 185.
" factor da produção: IV — 3.

J

Juízo público: 68; 301.
Jurisconsultos: 289.

L

Lavrador: 249.
Lei da oferta e procura: IX — 5; XII — 2.
" do egoísmo: 76
" " ostracismo: 117.
" econômica: 289.
" física: II — 1; 111.
" fundamental das Nações: 171.
" moral: 111.
" social: II — 1; 111.
Liberalismo: XII — 5.
Liberdade de navegação: XIII — 2.
Linguagem técnica: 65; 206.
Livre câmbio: XII — 5; 170.
" concorrência: XII — 5; 284.

Logicidade: IX — 2.

Luxo: IV — 3; 125; 155

M

Máquina: 84; 87.

Máximas de Quesnay: IV — 2.

Mecânica política: 207.

Meditação: 213.

Mercado: 257.

Metal: 140.

Método: IX — 3.

" de Smith: IX — 3.

Moeda: 213; 285.

Monção: 229.

Monopólio: XII — 5; 84; 284.

Mútua acção e reacção: 273.

" dependência: XI — 1; 112; 229; 273.

N

Navegação: XIII — 2; 300.

O

Objecto da economia: I — 1.

Ocupação honesta: 121.

Oferta e procura: IX — 2; XII — 2; 222; 257.

Opinião de Baudeau: XII — 3.

" " Gentz: VIII — 2; X — 4.

Organização racional do trabalho: II — 1; 114.

Originalidade de Smith: VII — 1.

P

Pão: 187.

Paradoxista: 118.

Paradoxo: IX — 1.

Periodicidade dos fenômenos sociais: I — 1; 77.

Peso: 286.

Pleno emprego: II — 2; 121.

Política comercial: 300.

" econômica: I — 4.

Portos: XIII — 2.

Prego: XII — 1; 249; 285.

" natural: 282.

" nominal: 251.

" político: 253.

" real: 251.

Princípio científico: 219.

" experimental: II — 1; 115.

" hedonístico: 167.

Princípios de economia: II — 2.

" " Smith: V — 1; VI — 2

" fisiocráticos: IV — 2.

" gerais de economia: II — 2.

" de Organização do Trabalho: II — 2.

Probabilitarismo: I — 4; 102.

Procura: IX — 5; XII — 2; 222.

Productibilidade: XI — 2; 237.

Produtividade: XI — 2; 237.

Produto gravoso: I — 1; XII — 2; 82; 263.

Proposições de Quesnay: IV — 2.

Proveito: 220; 257.

Q

Quadro sistemático da economia: VII — 2; 208.

Qualidade: 285.

Questões econômicas: VI — 4.

R

Racionalização econômica: XI — 2.

Raridade: V — 2; 83; 164.

Razão e experiência: 199; 148; 218; 270; 277.

Rédito: 114; 128; 130; 133; 140; 149; 150; 151; 152; 165; 167;
171; 184; 188; 192; 193; 195; 199; 252; 253; 262; 265; 271;

276; 282; 283; 300.

Regras econômicas: 112.

Religião: 133.

Renda nacional: V — 1; VI — 1; 163.

Riqueza: 171; 186; 272.

" social: VI — 3; XII — 2.

S

Sã filosofia: 283.

Sã política: 193.

Salário: 220.

" mínimo: II — 2; 121.

Sistema agrário: 245; 248; 253; 274; 276.

- " colonial: 140.
- " conquistador: 142.
- " de Smith: V — 1.
- " dos economistas franceses: VI — 1.
- " fisiocrático: 139; 214.
- " ideal: 283.
- " industrial: 141; 214.
- " manufatureiro: 247.
- " mercantil: 140; 214; 247; 274.
- " militar: 142.
- " mineiro: 140.

Sistemas de economia: III — 1; 139. ✓

T

Teorema de Jevons-Walras: X — 3; 230.

- " do deslocamento de riquezas: XII — 2; 265.
- " dos custos comparados: IV — 4; 156.

Teoremas públicos: 88.

Teoria quantitativa: III — 1; 140.

Trabalho anual: V — 1; VI — 1; 163.

- " corpóreo: 218.
- " discreto: 188.
- " imediato: 188; 191.
- " intelectual: 218.
- " manual: 218.
- " útil: 121.

Tributação: 122.

Trigo: 187.

Troca: 83.

U

Universidade: 88.

Utilidade: V — 2; 164.

V

Valor: VIII — 1; XII — 4; 213; 285.

- " e preço: 249.
- " político: 253.
- " venal: 277.

Vassalo: 121.

Vestuário: 121.

IV — ÍNDICE ANALÍTICO DAS MATÉRIAS

Índice sintético	5
Obras do mesmo Autor	7
Nota dos Editores	11
Época, vida e obra de Cairu	15
Introdução	45

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

Facsímile do frontispício da edição original	61
---	----

PRÓLOGO

RESUMO E COMENTÁRIO	63
TEXTO ORIGINAL	64

PARTE GERAL

Capítulo I

DA FELICIDADE SOCIAL. IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE ECONOMIA POLÍTICA PARA ESSE DESTINO. NOTÍCIA DOS CLÁSSICOS NA MATÉRIA. UTILIDADE DE UMA POLÍCIA SIMPLES NO REGIME DOS ESTADOS

RESUMO E COMENTÁRIO	71
TEXTO ORIGINAL	75
1. — Felicidade social	75
2. — Importância da Economia Política	77
3. — Clássicos da matéria	85
4. — Política Econômica e bem-estar social	100

Capítulo II

PRINCÍPIOS GERAIS DE ECONOMIA

RESUMO E COMENTÁRIO	107
TEXTO ORIGINAL	111
1. — Economia Doméstica e Economia Política	111
2. — Principios Gerais de Economia	113

Capítulo III

DOS GERAIS ERROS E PARCIALIDADES DOS SISTEMAS DE
ECONOMIA POLÍTICA DAS DIVERSAS NAÇÕES
E ESCRITORES

RESUMO E COMENTÁRIO	137
TEXTO ORIGINAL	139
1. — Sistemas de Economia Política	139
2. — Erros e parcialidades dos sistemas	143

Capítulo IV

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA DOS PRIMEIROS
ECONOMISTAS FRANCESES

RESUMO E COMENTÁRIO	145
TEXTO ORIGINAL	148
1. — Principios fundamentais do sistema econômico da escola francesa	148
2. — Máximas ou proposições de Quesnay	148
3. — Comentários sobre as máximas	153
4. — Conclusões	156

Capítulo V

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA DE SMITH

RESUMO E COMENTÁRIO	159
TEXTO ORIGINAL	162
1. — Principios fundamentais do sistema smithiano	162
2. — Consequências morais, econômicas e políticas do prin- cípio	164
3. — Principios da sociedade civil e meios de sua riqueza e prosperidade	168

4. — Vantagens da divisão do trabalho	169
5. — Consequências econômicas e sociais	170
6. — Elogio do liberalismo	171

Capítulo VI

DA DIFERENÇA DA TEORIA DOS ECONOMISTAS FRANCESES
E DO DOUTOR SMITH SOBRE O ORIGINAL FUNDO
OU FONTE DA PRODUÇÃO FÍSICA

RESUMO E COMENTÁRIO	177
TEXTO ORIGINAL	181
1. — Teoria dos economistas franceses	181
2. — Teoria de Adam Smith	183
3. — Diferença entre os dois sistemas	185
4. — Questões econômicas e o sistema smithiano	189

PARTE ESPECIAL

Capítulo VII

CONFIRMAÇÃO DO SINGULAR MERECIMENTO DE SMITH POR
AUTORIDADES RESPEITÁVEIS AS MAIS MODERNAS

RESUMO E COMENTÁRIO	201
TEXTO ORIGINAL	203
1. — Encelência e originalidade de Smith no conceito de Du- gald Stewart	203
2. — Quadro sistemático da Economia Política	208

Capítulo VIII

ELOGIOS DE ADAM SMITH POR Mr. GARNIER,
SEU TRADUTOR

RESUMO E COMENTÁRIO	211
TEXTO ORIGINAL	212
1. — Elogio de Germain Garnier	212
2. — Opinião de Frederico Gentz	214

Capítulo IX

EXAME DE VÁRIAS CRÍTICAS CONTRA SMITH

RESUMO E COMENTÁRIO	215
TEXTO ORIGINAL	217

1. — Paradoxo e abstracção	217
2. — Clareza e logicidade da obra	219
3. — O método de Smith	219
4. — Asserções de Dugald Stewart	220
5. — Conclusões sobre os princípios de Smith	222

Capítulo X

COMPARAÇÃO DE JACQUES STEWART COM SMITH

RESUMO E COMENTÁRIO	225
TEXTO ORIGINAL	227
1. — Idéias fundamentais de Jacques Stewart	227
2. — Idéias fundamentais de Adam Smith	228
3. — Comparação entre Stewart e Smith	229
4. — Opinião de Frederico Gentz sobre Stewart e Smith	231

Capítulo XI

OBSERVAÇÃO SOBRE A CRÍTICA DE UM INGLÊS MODERNO
CONTRA SMITH

RESUMO E COMENTÁRIO	233
TEXTO ORIGINAL	234
1. — Críticas de um opúsculo anônimo	234
2. — Desígnios de Smith	237

Capítulo XII

OBSERVAÇÕES APOLOGÉTICAS ACÉRCA DA CRÍTICA QUE FAZ
CONTRA SMITH O AUTOR DAS MEMÓRIAS POLÍTICAS
SOBRE AS VERDADEIRAS BASES DA GRANDEZA
DAS NAÇÕES

RESUMO E COMENTÁRIO	239
TEXTO ORIGINAL	243
1. — Críticas de Rodrigues de Brito	243
2. — Resposta às críticas	252
3. — Opinião do Abade Baudeau	272
4. — Censuras sobre o princípio do trabalho	277
5. — Considerações sobre a livre concorrência e a abolição dos monopólios	284
6. — Influência da Legislação na Economia	286

CONCLUSÕES GERAIS

Capítulo XIII

DA EXACÇÃO FILOSÓFICA E ORTODOXIA POLÍTICA DAS
DOUTRINAS DE SMITH

RESUMO E COMENTÁRIO	291
TEXTO ORIGINAL	295
1. — Considerações filosóficas	295
2. — Doutrinas políticas ortodoxas de Adam Smith	299
3. — Conclusões finais	300

APÊNDICE

Vocabulário de termos usados pelo Autor	307
Tradução das citações em francês, castelhano, inglês e latin	315

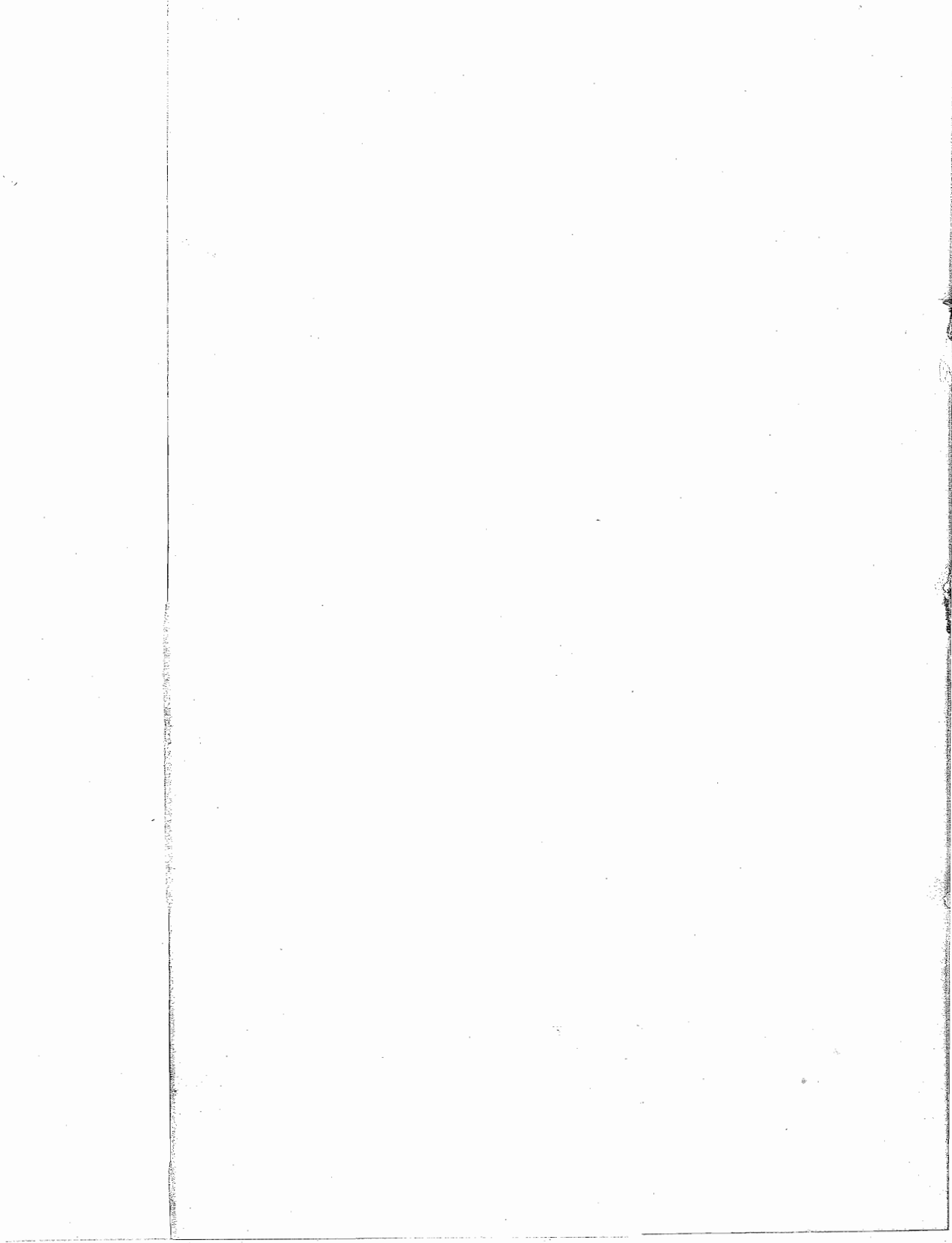
BIBLIOGRAFIA

Bíblicos, gregos e latinos	329
Filósofos, historiadores e juristas	331
Economistas e precursores	332

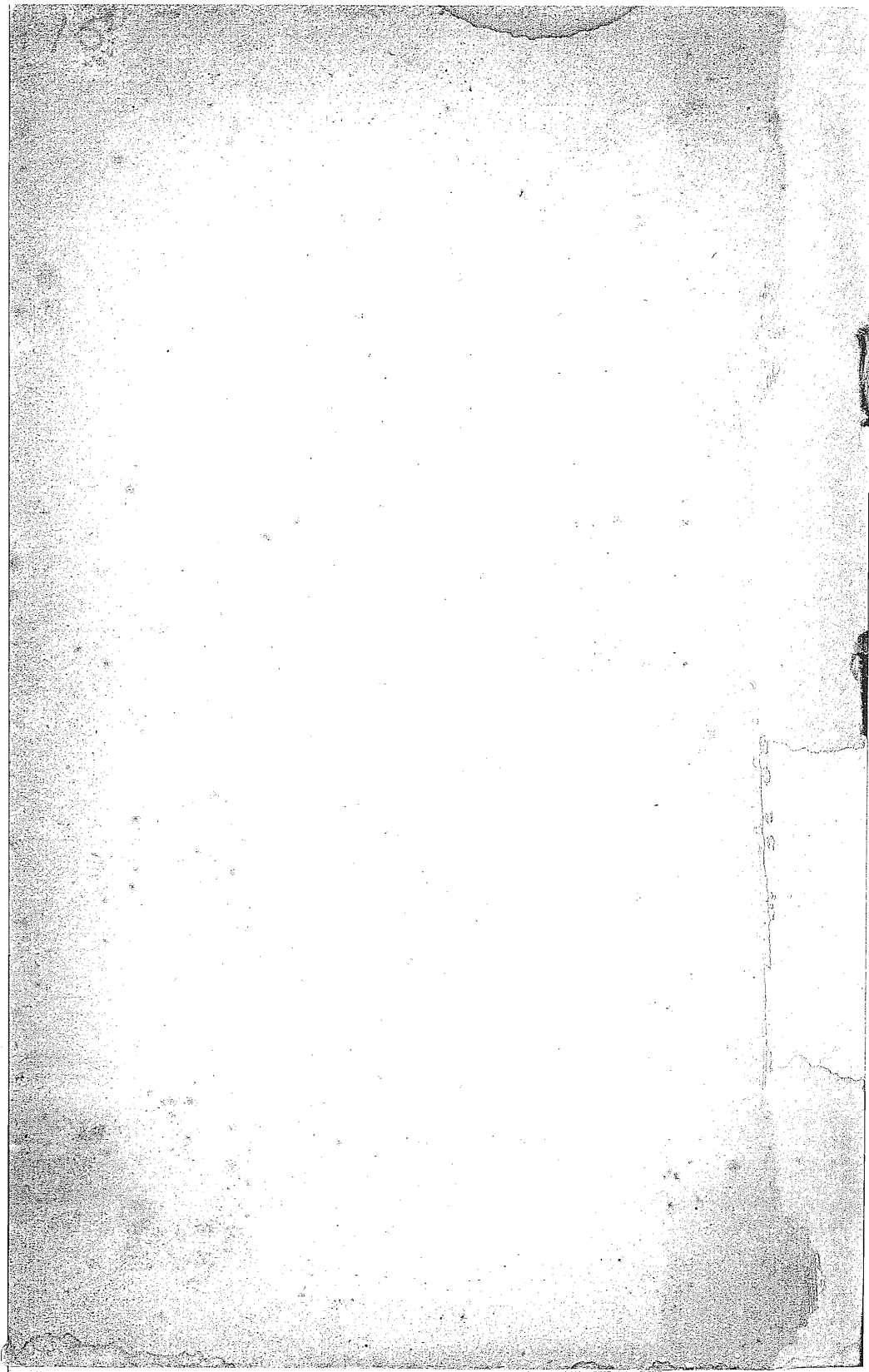
ÍNDICES

índice alfabético de nomes geográficos, mitológicos e pessoais	337
índice alfabético dos autores citados	341
índice alfabético das matérias	345
índice analítico das matérias	353

FIM



Terminou-se a feitura deste livro, no dia 10 de
Junho de 1956, nas Oficinas Gráficas de
Irmãos Pongetti-editores, à rua
Sacadura Cabral n.º 240-A.
RIO DE JANEIRO
Brasil



ALGUMAS OPINIÕES SOBRE A OBRA ECONÔMICA E JURÍDICA DE SILVA LISBOA

"Cairu foi sem dúvida um clássico da língua portuguesa. É lamentável que ainda não figure nas antologias do nosso idioma."

Carlos Domingues

Catedrático da Universidade
do Brasil

"Cairu foi o maior comercialista do Mundo no seu tempo: maior do que Targa, Baldassarri e Azuni e talvez mesmo do que Pardessus. A parte referente ao Seguro é tão perfeita e actual que parece elaborada há pouco tempo."

Tullio Ascarelli

Catedrático da Universidade
de Roma

"A glória incontestada até agora de Silva Lisboa, e esta não teve com quem repartir, é a do jurista, do comercialista, do patriarcado do Direito Comercial. As suas obras, monumentos imperecíveis, existem a atestar-lhe o grande valor."

Inocêncio Marques de Góis Calmon

Do Instituto Histórico da Bahia

"Na evolução da cultura econômica e jurídica do Brasil, Cairu não foi apenas um nome admirável, mas um espírito radiante de projeção universal."

Reynaldo de Souza Gonçalves

Professor da Universidade do Brasil

"Cairu, pela amplitude de seu engenho, pela vastidão de seu talento, pela visão antecipada de um século sobre inúmeros problemas, foi um contraste vivo e surpreendente com o seu meio acanhado e sem recursos."

José Soares Dutra

Escritor e Publicista

"Cairu foi professor, publicista, administrador, economista, jurista, político, magistrado e parlamentar; e em todos esses departamentos da cultura ou da actividade se houve com actualização de relevo e raro senso de proporções."

Alcides Bezerra

Professor da Universidade
do Brasil

"... muitos, talvez, sem saberem o que perdem, o abandonam."

E. Villhena de Moraes

Escritor e Publicista

Obras do Prof. Nogueira de Paula

- 1 — Metodologia da Economia Política.
- 2 — Théorie Rationnelle des Systèmes Economiques.
- 3 — Sistemas Econômicos Comparados.
- 4 — Racionalização Econômica.
- 5 — Economia Monetária Racional.
- 6 — Evolução do Pensamento Econômico no Brasil.
- 7 — Precauções na Compra e Venda de Imóveis.

TRADUÇÕES

- 1 — Crítica a O Capital de Carlos Marx — de Vilfredo Pareto.
- 2 — Teorias Antigas e Modernas sobre a Moeda, o Crédito e os Ciclos Econômicos — de Luís Roque Gondra.
- 3 — Princípios Fundamentais da Divisão do Trabalho — de José Barral Souto.

Irmãos PONGETTI Editores

Rua Sacadura Cabral, 240 - A

Rio de Janeiro

BRASIL